ALEXANDRE BARBOSA

A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
SÃO PAULO
2013

ALEXANDRE BARBOSA

A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica

Versão corrigida da tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, na área de concentração **Interfaces Sociais da Comunicação,** na **linha de pesquisa Comunicação, Cultura e Cidadania, sob orientação do Prof. Dr. Celso Frederico.** A versão original encontra-se disponível na Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
SÃO PAULO
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

BARBOSA, Alexandre.
A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica
/ Alexandre Barbosa ; orientador Celso Frederico. - São Paulo, 2013.
239 f. : il.
Tese (Doutorado)--Universidade de São Paulo, 2013.

1. Comunicação dos movimentos sociais. 2.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3.Formação. 4.Contra-hegemonia.

FOLHA DE APROVAÇÃO

BARBOSA, Alexandre. **A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Em memória de Benedito Barbosa.
Operário, lavrador, filho de lavradores, e que sempre valorizou a mística da terra, a educação, a ética e o espírito de solidariedade.

A Nícolas Andrade Barbosa.
Para que, na inspiração de suas origens de trabalhador, siga lutando ao lado dos trabalhadores latino-americanos,
valorizando suas culturas e suas histórias.

A todos os trabalhadores rurais e militantes
das pastorais da terra da América Latina.
Os que caíram no campo e os que seguem fazendo a revolução no continente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Celso Frederico, primeiro, por acreditar no projeto de pesquisa, e também pelo apoio em todos os momentos dessa trajetória.

Agradeço a todos os quadros do Movimento dos Sem Terra que me receberam para entrevistas e pesquisas, em especial, Miguel Stédile e Tiago Sotili, do Instituto de Educação Josué de Castro e Adelar Pizetta, da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Agradecimentos especiais:

Minha família, esposa, filhos, mãe e irmãos, pelo gigantesco apoio em todos os momentos, principalmente nas horas de ausência do convívio familiar para a necessária dedicação a esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP), pelas aulas, participações nas bancas e indicações bibliográficas e metodológicas.

A Rosely Sousa, secretária do PPGCOM, pela paciência e profissionalismo.

Ao jornalista José Arbex Jr., pelo primeiro contato com Miguel Stédile.

Aos militantes do MST e educandos da segunda turma do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio, com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, Alan Sander de Oliveira Martins; Greisson Isidoro da Silva; Maria Aparecida da Souza Machado; Marciane Fischer e Iriel Fagundes, pelas entrevistas.

Aos meus colegas professores, pelo sem-número de auxílios desde o processo de seleção até a conclusão deste trabalho.

À minha esposa, aos meus filhos e aos meus alunos do curso de Jornalismo, por existirem e serem a inspiração diária de um pesquisador-trabalhador.

RESUMO

BARBOSA, Alexandre. **A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. 2013. 240f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta tese sustenta que a comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma ação política, fruto tanto da organização do movimento como da formação crítica de seus militantes ao longo da trajetória histórica do movimento. Essa ação concretiza-se nos meios utilizados para esses propósitos como respostas do MST ao poder hegemônico em cada contexto político. A problematização da pesquisa originou-se da interface entre comunicação e política, no sentido de demonstrar como a prática jornalística contribuiu para a organização do movimento e também entender a comunicação e educação como fatores que levam à consciência crítica dos seus militantes. Por isso, a principal contribuição desta tese está na forma de entender a comunicação social como representação do movimento e de elemento catalisador de sua ação formativa contra-hegemônica. Por essa razão, o principal objetivo da tese consiste em demonstrar a importância da comunicação na convergência dos interesses políticos e de formação dos militantes do MST. Os procedimentos metodológicos utilizados partem de levantamento bibliográfico orientado para entender como os meios de comunicação podem organizar as classes dentro da sociedade. Também foram utilizadas entrevistas com líderes e militantes, para reforçar a análise dos jornais do MST feita sob os aspectos formal, estético, político e social. Os referenciais teóricos vão de Lenin, que discute o uso do jornal como organizador coletivo, a Gramsci, que defende a educação como forma de emancipação, e aos autores que tratam da interface entre comunicação, educação e ação, entre eles, Mario Kaplún. A tese estrutura-se em três capítulos, com uma introdução que contextualiza como o MST organiza os meios de comunicação e de formação nesse campo de conhecimento. O primeiro capítulo trata do uso do jornal como organizador coletivo e do jornalismo como instrumento de formação, organização e projeção da classe trabalhadora. O segundo capítulo toca no cerne da tese ao formular as políticas de comunicação do MST em quatro estágios: o jornal como organizador do movimento, como consolidador da identidade nacional, como meio de comunicação tanto interno como externo e como processo de formação dos militantes. O terceiro capítulo retoma o tema da formação para explorar a interface comunicação e educação: a escola como instrumento contra-hegemônico do MST e a incorporação da cultura popular do camponês nas ações da mística. Por fim, este trabalho aponta como a formação dos militantes em comunicação pode contribuir para o MST enfrentar os novos desafios colocados pelas mudanças da política agrária no Brasil.

Palavras-chave: Comunicação dos movimentos sociais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Formação. Contra-hegemonia.

ABSTRACT

BARBOSA, Alexandre. **MST's communication: a counter-hegemonic political action.** 2013. 240f. Thesis (Doctorate) – School of Communication and Arts, University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2013.

This thesis sustains that the communication of the Landless Rural Workers' Movement (MST) is a political action, a result of the organization of the movement as much as of its militants' critical formation along the historical trajectory of the movement. This action is accomplished through the means used for these purposes as responses from MST toward the hegemonic power in each political context. The problematization of this research originated from the interface between communication and politics, in the sense that it demonstrates how a journalistic practice has contributed to the organization of the movement, and it points to communication and education as factors that lead to critical consciousness of its militants. Therefore, the main contribution of this thesis lies in understanding how social communication is a way of representing the movement and it is a catalyzing element for its counter-hegemonic formative action. For that reason, the main goal of this thesis consists of demonstrating the importance of communication on the convergence of the movement's political interests and its militants formation. The chosen methodological procedures are based on a supervised literature review as to understand how the means of communication can organize classes within the society. Interviews with leaders and militants have also been employed in order to reinforce the formal, aesthetic, political and social analysis of MST newspapers. The theoretical framework includes Lenin, who discusses the use of the newspaper as a collective organizer; Gramsci, who defends education as a form of emancipation; and other authors that approach the interface between communication, education and action, such as Mario Kaplún. This thesis is structured in three chapters. The introduction contextualizes how MST organizes the means of communication and formation in this field of knowledge. The first chapter deals with the use of the newspaper as a collective organizer, and with journalism as a tool for formation, organization and projection of the working class. The second chapter points to the core of the thesis as it formulates MST's politics of communication in four stages: the newspaper as organizer of the movement, as consolidator of the national identity, as means of both internal and external communication and as process for militants' formation. The third chapter resumes the theme of formation in order to explore the communication-education interface: the school as MST's counter-hegemonic tool, and the embodiment of the peasants' popular culture into the actions of the mystique. Finally, this research establishes how the militants' formation in communication can contribute to MST as it deals with new challenges put forward by changes in the agrarian politics of Brazil.

Keywords: Social movements communication. Landless Rural Workers' Movement. Formation. Counter-hegemony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Reprodução do Jornal Sem Terra 316..... 14
Figura 2. Reprodução da Revista Sem Terra..... 15
Figura 3. Reprodução do site do MST..... 16
Figura 4. Reprodução do Site Sem Terrinha..... 17
Figura 5a. Reprodução do perfil do MST no *Facebook*..... 19
Figura 5b. Reprodução do microblog do MST no *Twitter*..... 19
Figura 5c. Reprodução do canal do MST no *YouTube*..... 19
Figura 6. Reprodução da reportagem da revista Veja nº. 1648..... 43
Figura 7. Funções do leitor e do militante..... 68
Figura 8. Reprodução do Boletim Sem Terra número 1..... 88
Figura 9. Reprodução do primeiro editorial do Boletim Sem Terra..... 90
Figura 10. Reprodução de reportagem do jornal Zero Hora no Boletim Sem Terra..... 92
Figura 11. Reprodução do Boletim Sem Terra nº. 3 em comparação com a reprodução do Jornal Sem Terra de outubro de 2008..... 94
Figura 12. Símbolo do movimento colocado ao lado expediente..... 95
Figura 13. Símbolo da luta que caracteriza o movimento ao lado do cabeçalho..... 95
Figura 14. Referências religiosas no boletim 22. Influência da Teologia da Libertação..... 96
Figura 15. Reprodução do Boletim Sem Terra nº. 2..... 98
Figura 16. Organograma publicado na edição 20, destaque para a equipe de imprensa, ao lado de outras equipes de trabalho como rancho, lavoura e animais..... 100
Figura 17. Carta de Goiânia: as bases do MST..... 103
Figura 18. Novo símbolo no expediente revela o início da ampliação regional..... 104
Figura 19. Reportagem sobre os assassinatos na luta pela terra..... 108
Figura 20. Uso de ilustrações para facilitar a compreensão de texto com muitos dados..... 109
Figura 21. Capa da edição número 35: Diretas Já e Reforma Agrária, assuntos nacionais..... 110

Figura 22. Reprodução da capa do primeiro Jornal Sem Terra..... 113
Figura 23. Novo símbolo no expediente..... 115
Figura 24. Reprodução de texto que repercute debate interno..... 117
Figura 25. Reprodução da capa do número 76: crítica à Constituinte..... 122
Figura 26. Página central da edição número 47: destaque para a violência no campo..... 125
Figura 27. Jornal alerta que as milícias armadas dos fazendeiros no Bico do Papagaio podem aumentar o número de mortos..... 126
Figura 28. Assassinato do Padre Josimo Tavares..... 127
Figura 29. Princípios do III Congresso publicados na edição 150 do Jornal Sem Terra..... 130
Figura 30. Capa da edição dedicada ao massacre no Pará..... 134
Figura 31. Reportagem mostra a intelectualidade próxima ao MST..... 136
Figura 32. Primeira referência à solidariedade latino-americana já na Ed.39.. 152
Figura 33. Reportagem chama trabalhadores para se solidarizarem com a Nicarágua..... 153
Figura 34. América Latina como critério de noticiabilidade..... 155
Figura 35. Reprodução do documento final do encontro latino-americano..... 157
Figura 36. Bandeira com Che Guevara presente em meio às bandeiras do MST..... 160
Figura 37. América Latina: presença constante na pauta..... 167
Figura 38. Jornal dos Sem Terrinha: usado nas cirandas para formação..... 176
Figura 39. Imagens da Ciranda Saci Pererê, na Escola Nacional Florestan Fernandes..... 177
Figura 40. Capa do Jornal Sem Terra comemora a inauguração da ENFF..... 197
Figura 41a. Prédio principal da ENFF..... 198
Figura 41b. Biblioteca inaugurada em 2006..... 199
Figura 41c. Espaços de formação: Auditório Patativa do Assaré e sala de aula..... 199
Figura 42. Mural no IEJC. Referência a Brecht..... 215
Figura 43. Jovens educandos na produção do programa matinal transmitido pela rádio interna do IEJC..... 221

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO..... **1**
1.1 Histórico do MST..... 5
1.2 Panorama da política de comunicação do MST..... 14
1.2.1 Mídia impressa..... 14
1.2.2 Internet..... 16
1.2.3 Redes Sociais..... 18
1.2.4 Rádio..... 19
1.2.5 Música, teatro e muralismo..... 20
1.3 Formação para comunicação..... 22

2. CAPÍTULO I – A Comunicação do MST no contexto da comunicação das classes trabalhadoras..... **24**

2.1 Lenin e o conceito do jornal como organizador coletivo..... 25
2.2 O jornalismo como instrumento de formação de acordo com Antonio Gramsci..... 31
2.3 Modos de produção no jornalismo..... 39
2.4 O modo de produção da indústria jornalística..... 46
2.5 A imprensa das classes trabalhadoras..... 54
2.6 A organização da comunicação dentro do MST..... 67
2.7 Influência da Teologia da Libertação: uso da mística na comunicação do MST..... 71

3. CAPÍTULO II – Trajetória histórica da política de comunicação do MST..... **83**

3.1 Estágios e contextos da Política de Comunicação do MST..... 84
3.2 Jornal como instrumento para a organização do Movimento..... 85
3.3 O Jornal Sem Terra na fase do MST organizado nacionalmente. 112
3.3.1 Cobertura do contexto político nacional até os anos 90..... 120
3.3.2 Cobertura da violência no campo..... 124
3.4 Divisão da comunicação entre a base e a sociedade..... 128
3.5 A comunicação do MST no contexto da nova política agrícola brasileira..... 138

3.5.1 Os temas da soberania alimentar e da agricultura sustentável..... 146
3.5.2 A pauta da união entre operários e camponeses..... 147
3.5.3 A coluna Lutadores do povo..... 149
3.5.4 A solidariedade internacional como critério de seleção e construção das notícias no Jornal Sem Terra..... 150
3.5.5 O papel da arte na luta de classes dentro da política de comunicação do MST..... 168
3.6 Os desafios para a comunicação do MST..... 173

4. CAPÍTULO III – A formação contra-hegemônica no MST..... **180**

4.1 Kaplún e os modelos de Educação e Comunicação..... 181
4.1.1 Educação com ênfase nos conteúdos..... 183
4.1.2 Educação com ênfase nos resultados..... 185
4.1.3 Educação com ênfase nos processos..... 187
4.2 A escola como instrumento contra-hegemônico no MST..... 190
4.2.1 O Instituto de Educação Josué de Castro..... 195
4.2.2 A Escola Nacional Florestan Fernandes..... 197
4.3 As obras publicadas pela Editora Expressão Popular..... 200
4.3.1 O mundo do trabalho e a realidade do trabalho do camponês..... 201
4.3.1.1 Agroecologia..... 201
4.3.1.2 Estudos agrários..... 202
4.3.2 Formação humanística..... 203
4.3.2.1 Literatura..... 203
4.3.2.2 Economia..... 204
4.3.2.3 Geografia..... 204
4.3.2.4 História..... 205
4.3.3 Memória 206
4.3.4 Desenvolvimento crítico..... 207
4.3.4.1 Política..... 208
4.3.4.2 Filosofia..... 208
4.3.4.3 Ciências Sociais..... 209

4.3.5 Educação..... 210
4.3.6 América Latina..... 210
4.4 O Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias..... 211

5.Considerações finais..... **225**

Referências bibliográficas..... **234**

A desalambrar

(Daniel Viglietti)

Yo pregunto a los presentes
si no se han puesto a pensar
que esta tierra es de nosotros
y no del que tenga más.

Yo pregunto si en la tierra
nunca habrá pensado usted
que si las manos son nuestras
es nuestro lo que nos den.

¡A desalambrar, a desalambrar!
que la tierra es nuestra,
tuya y de aquel,
de Pedro, María, de Juan y José.

Si molesto con mi canto
a alguien que no quiera oír
le aseguro que es un gringo
o un dueño de este país.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde 1981, derrubou cercas nos latifúndios improdutivos do Brasil. Ao longo dessa trajetória, o Movimento empregou diversas ações para conquistar seus objetivos, como as ocupações de terras e de espaços como forma de pressão. O que esta tese procura demonstrar é que, entre essas ações, a comunicação sempre esteve presente. Assim como o MST ocupa latifúndios improdutivos, ele também soube ocupar o campo da Comunicação Social e faz dela ação para a conquista dos objetivos políticos.

Esta pesquisa procura mostrar que a comunicação sempre foi considerada uma ação política importante para o MST, seja para auxiliar no processo de organização na fase embrionária do movimento, seja para informar as lutas dos movimentos sociais na fase em que as outras organizações sociais estavam em um momento de descenso. E, finalmente, a comunicação sempre foi considerada instrumento para a formação dos militantes. Na atualidade do MST, essa capacidade de formação ganha ainda mais importância na medida em que o movimento vê a necessidade de elevar a consciência crítica dos trabalhadores rurais em uma época de mudança do conceito de reforma agrária.

Essa ação comunicativa foi transformando-se ao longo da história do movimento e pode ser estudada em quatro estágios:

a) o uso do jornal como organizador coletivo;

b) o jornal como meio de comunicação para auxiliar na construção da identidade nacional;

c) a construção de diferentes canais de comunicação para a base e para sociedade;

d) a comunicação em interface com a educação, tornando-se elemento para a formação de militantes como estratégia para solução dos novos desafios enfrentados pelo movimento.

Outro aspecto que esta tese pretende demonstrar é que, ao utilizar o que Movimento chama de mística, a comunicação do MST consegue impulsionar os

militantes à luta, ao incluir a cultura popular camponesa no modo de produção jornalística.

O **Jornal Sem Terra**, feito para a base, pode ser considerado, desde o seu nascimento, um organizador coletivo do movimento e pode ser analisado de acordo com o conceito leninista de jornal como organizador coletivo. Da mesma forma, o trabalho educativo-formativo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desenvolveu para seus quadros, muitas vezes utilizando o próprio jornal e os livros utilizados como referência nessas formações, também podem ser vistos, respectivamente, à luz dos conceitos de jornalismo integral e de escola unitária, definidos por Antonio Gramsci (2010).

Os métodos utilizados, nesta tese, para estudar os estágios da política de comunicação foram: análise dos jornais do MST e entrevistas abertas com lideranças e militantes que participam dos cursos de formação.

Para tentar montar um panorama de como a comunicação foi sempre uma política importante para o movimento, foi feita uma análise das reportagens de capa, seções, editoriais e textos das 316 edições do **Jornal Sem Terra,** publicadas desde 1981 até 2011. Essa análise permitiu uma divisão histórica dos estágios do movimento com relação ao objetivo que a comunicação tinha em cada um desses períodos. Para compreender melhor cada um desses estágios, foram realizadas entrevistas abertas com lideranças do movimento, além dos coordenadores e educandos da turma de 2011 do curso de Formação de Jovens e Adultos com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, desenvolvido pelo MST no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul.

A metodologia para a seleção dos jornais seguiu o critério histórico: os jornais foram selecionados de acordo com o desenvolvimento histórico do movimento ─ fase embrionária, período de construção da identidade, consolidação nacional e estágio atual ─ e também de acordo com os encontros estaduais e congressos. Para um estudo sobre o MST, é importante considerar os encontros nacionais como referência, pois, a partir deles, são definidas as linhas políticas e de atuação. Nos congressos nacionais, essas linhas podem mostrar seus resultados concretos. Por isso, as publicações referentes a encontros e congressos foram consideradas para a análise.

Nessa linha, é importante destacar que o V Congresso, realizado em 2007, tem grande relevância para esta pesquisa, pois, entre as resoluções desse evento, a comunicação aparece de forma mais categórica, não apenas do ponto de vista do movimento como de toda a sociedade.

Diante do crescimento do agronegócio, com a incorporação do Brasil no mercado internacional de *comodities*, a reforma agrária reivindicada pelo MST deixou de ser a distribuição de terras improdutivas e devolutas para uma alteração da política de agricultura, que passa pelos conceitos de soberania alimentar e agricultura sustentável [1]. Como esses conceitos exigem uma formulação teórica mais elaborada para serem comunicados, tanto para sociedade civil ─ incluindo os trabalhadores rurais que não estão ligados ao MST ─ como também para a base do movimento, há a necessidade de elevação da consciência crítica tanto dos militantes como dos possíveis apoiadores.

A hipótese desta pesquisa é que essa nova necessidade de comunicação esteja baseada no conceito de comunicação para educação, como foi proposto por Mario Kaplún (2002), ou seja, que a comunicação torne-se um instrumento para a elevação da consciência crítica tal qual defendia Antonio Gramsci (2010).

Da mesma forma que o Movimento ocupou latifúndios improdutivos, como uma nova forma de luta pela reforma agrária, o MST soube recriar outras formas de luta política, incluindo a utilização dos diversos meios de comunicação disponíveis, desde jornais, passando pelas rádios comunitárias, até a Internet e as redes sociais que surgiram no início do século XXI. Para ocupar esses meios de comunicação, o MST incluiu a mística do camponês na concepção dessa comunicação e, para levá-la adiante, investe em um processo de formação dos militantes.

Ligado a esse trabalho de formação por meio dos meios de comunicação, está o trabalho educativo, que também segue princípios gramscinianos na medida em que formação técnica e formação crítica estão vinculadas, uma não existe sem a outra. É interessante notar que, assim como da revista ***L'Ordine Nuovo***, fundada por Gramsci e dedicada à formação crítica dos operários italianos, surgiu a Escola de Cultura *L'Ordine Nuovo*, também no MST, a partir das discussões sobre a importância da comunicação para a organização dos trabalhadores rurais e para sua

[1] No parágrafo acima, a palavra *Comodities* se refere a mercadorias primárias negociadas no mercado internacional, como etanol, milho, soja e minérios.

relação com a sociedade, surgiram formações tanto nas escolas orgânicas do movimento, como nas parcerias com universidades.

Portanto, além da análise das 316 edições do **Jornal Sem Terra**, esta pesquisa verifica esse conceito de formação dentro do curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias. As entrevistas com coordenadores e educandos da segunda turma desse curso foram realizadas durante a segunda quinzena de julho de 2011, em visita ao Instituto de Educação Josué de Castro para acompanhar o último encontro presencial. Foram entrevistados, por meio de questionário aberto, o coordenador do curso, Tiago Sotili, e cinco jovens que representavam as diferentes regiões em que o movimento está organizado.

Com o objetivo de tentar comprovar que a formação de uma nova visão de mundo parte da leitura crítica de clássicos da Sociologia e de abordagens de temas contemporâneos do ponto de vista da classe trabalhadora, esta pesquisa também lista os títulos publicados pela Expressão Popular, editora criada em razão da necessidade do MST, e de outros movimentos sociais, de oferecer a seus quadros obras consideradas relevantes para a educação e formação.

Os referenciais teóricos desta tese estão divididos nos seguintes eixos:

a) os autores clássicos: Vladimir Lenin e Antonio Gramsci, que debatem o uso dos meios de comunicação como instrumentos para a conscientização da classe trabalhadora;

b) obras sobre os conceitos de política editorial e modo de produção jornalística;

c) autores que estudaram as classes trabalhadoras, em especial os movimentos sociais como o MST, e seus meios de comunicação.

A pesquisa está estruturada em três capítulos cujos conteúdos são tratados da seguinte forma: no capítulo I, a comunicação do MST é contextualizada a partir da revisão da literatura publicada sobre os autores clássicos: de Lenin a Gramsci e da oposição entre o modo de produção da indústria jornalística e comunicação das classes populares. Assim, a partir das características dessa imprensa das classes trabalhadoras, foi possível mostrar a incorporação da cultura popular do camponês na construção da política de comunicação, proporcionada pela influência da Teologia da Libertação no MST.

No capítulo II, a trajetória histórica da política de comunicação no MST, foi feita a análise da evolução do jornal do MST de 1981 a 2011, que mostra: a construção de novo modo de produção jornalística por parte da imprensa das classes trabalhadoras e, consequentemente, a América Latina, sua história, seus personagens e suas lutas como uma categoria de seleção e construção de notícias. As mudanças da política de comunicação em cada um dos estágios do Movimento.

No capítulo III, a formação contra-hegemônica na educação do MST, esta tese trata da educação como instrumento para a formação da consciência crítica e detalha o curso de formação de jovens e adultos com ênfase em comunicação, em Veranópolis, e as obras editadas pela Editora Expressão Popular, que também podem ser utilizadas nas formações.

Antes, para contextualizar a importância da comunicação para os Sem Terra, este trabalho traça o histórico do movimento e constrói um panorama dos meios de comunicação e de formação do MST.

1.1 Histórico do MST

Em maio de 1981, quando as 300 famílias de trabalhadores rurais acamparam no entroncamento de estradas próximo ao município de Ronda Alta, conhecido como Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, as condições eram as mais precárias, tanto do ponto de vista da vida humana quanto do ponto de vista político: o hospital mais próximo ficava a cerca de 19 quilômetros do acampamento, faltavam alimentos, o frio do outono já castigava as famílias, o Brasil ainda vivia sob uma ditadura militar e muitos governos locais, como o Rio Grande do Sul à época, mantinham a tradição aristocrática de não levar em consideração as demandas da classe trabalhadora.

Mesmo em meio a condições adversas, as famílias mantiveram o espírito de organização coletiva e de compreensão de que apenas aquele tipo de luta ─ a ideia de que o acampamento representava a pressão sobre o governo local ─ poderia dar resultado. A saída proposta pelo governador e pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) era o envio das famílias para regiões no norte do país, em terras sem condições de iniciar uma produção sustentável e sem o devido apoio financeiro.

Como instrumento integrante dessa conscientização política, em grande parte incentivada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligada a uma ala progressista da Igreja Católica, influenciada pela ideologia da Teologia da Libertação, nasceu o embrião do **Jornal Sem Terra**, que circula de forma ininterrupta de 1981 até a atualidade, chamado, à época, de **Boletim da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra**.

A trajetória do **Jornal Sem Terra**, que começou como um boletim do que acontecia aos acampados no Rio Grande do Sul e hoje traz as experiências do MST em todos os estados em que está organizado, aproxima-se do que Lenin considerava o papel de um jornal: um organizador coletivo.

> Insisto em que apenas se pode começar a criar essa ligação efetiva de união a partir de um jornal comum [...] empreitada única e regular de caráter nacional voltada para realizar a síntese de todas as atividades, mas mais variadas, de modo a incitar as pessoas a avançar constantemente por todos os numerosos caminhos que levam à revolução, como todos os caminhos levam à Roma. (LENIN, 2010, p.245-246)

O MST é resultado de um processo de conscientização política dos trabalhadores rurais conduzido pela CPT. Desde janeiro de 1984, organiza-se em todo o Brasil, empreendendo lutas por reforma agrária e por justiça social. Nesses anos, o MST acumulou uma série de conquistas na área da luta pela terra.

De acordo com os dados levantados, em 2009, pela Secretaria Nacional do movimento, estão organizadas, dentro do MST, cerca de 1,5 milhão de pessoas, 400 mil delas, aproximadamente, em acampamentos. Os assentados estão reunidos em, mais ou menos, 100 cooperativas e em mais de 1900 associações que produzem de forma coletiva.

> As áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida. Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados. Logo depois, se inicia outro processo: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra. Por isso, fazemos um esforço contínuo para efetivar direitos,

> especialmente nas áreas de educação e saúde. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA[2], 2010:19)

O MST recebeu também diversos prêmios nacionais e internacionais, entre os quais se destaca o Prêmio Nobel Alternativo, concedido, em 1991, pela *The Right Livelihood Awards*, da Suécia, além de quase 100 prêmios nacionais entre medalhas e ordens de mérito.

Ao lado desses reconhecimentos e dos avanços na luta contra a secular concentração agrária no Brasil, o MST realiza uma série de práticas inovadoras também no campo da comunicação, o que o torna objeto de estudo relevante para tentar compreender como os movimentos sociais estruturam suas políticas de comunicação.

Além do jornal, o MST desenvolveu meios de comunicação aproveitando as contradições dos instrumentos hegemônicos da própria burguesia:

> El uso contrahegemónico, como su nombre lo indica, significa la apropriación creativa por parte de las clases populares, para si, de esos instrumentos [entre eles os meios de comunicação] con el fin de hacer avanzar sus agendas políticas más allá del marco político-económico del Estado liberal y de la economia capitalista. Las movilizaciones populares de las últimas décadas por un nuevo constitucionalismo, desde abajo, por el reconocimiento de los derechos colectivos de las mujeres, indígenas y afrodescendientes, por la promoción de procesos de democracia participativa que obren en paralelo [...] las reformas legales orientadas al fin de la discriminación sexual y étnica, el control nacional de los recursos naturales, las luchas para retomar la tensión entre democracia y capitalismo eliminada por el neoliberalismo. (SANTOS, 2010, p.68)

Esse uso contra-hegemônico dos meios de comunicação foi analisado por Gramsci (2010), que entendia os meios de comunicação como responsáveis por conscientizar e promover a ação transformadora, desde que fossem seguidas determinadas características.

Os jornais da indústria jornalística, como podem ser chamados os veículos de imprensa que se encaixam no modelo ocidental de jornalismo, seriam considerados por Gramsci como jornais de informação, ou “sem partido” explícito. O autor os diferenciava dos jornais de opinião, dedicados a um público; geralmente, são órgãos oficiais de um partido.

---

[2] A partir dessa citação, será usada a sigla MST para se refererir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas referências.

O MST, ao longo de sua trajetória, desenvolveu uma política de comunicação que envolve não só os clássicos meios de comunicação (jornais impressos), mas também outras formas, como marchas, manifestações, músicas, encenações teatrais, pinturas muralistas, além de outras simbologias.

Para conquistar a reforma agrária, o MST adotou uma forma de luta que envolve a pressão sobre as autoridades que deveriam desapropriar terras devolutas e latifúndios considerados improdutivos por meio da ocupação dessas terras. No II Congresso do MST, em 1990, o lema era “Ocupar, Resistir, Produzir”. E esse mesmo lema pode se aplicar às demais ações empreendidas pelo movimento. Assim como ele ocupa as terras consideradas improdutivas para que sejam desapropriadas em nome da Reforma Agrária, o MST ocupa outros “latifúndios” que podem ser considerados improdutivos, como a Comunicação e a Educação, quando esses dois campos apenas atendem às demandas do capitalismo.

Ou seja, além da luta política empreendida na ocupação de terras e prédios públicos, nas marchas e manifestações, o MST também ocupa o campo da Comunicação para produzir seus próprios veículos e defende que outras organizações populares façam o mesmo, como afirma o site do Movimento:

> O povo tem o direito de organizar seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa. E o Estado deve garantir os recursos para que exerça esse direito. É preciso democratizar os meios de comunicação, começando por acabar com o monopólio privado dos meios. Atualmente no Brasil menos de dez grupos – constituídos por famílias ou agremiações religiosas – controlam as maiores redes de comunicação, incluindo televisão, rádio, jornais, revistas e portais na internet. O Estado deve estimular, com políticas e recursos para que se amplie o maior número possível de meios de comunicação, sob controle social, nas mais diferentes formas de organização popular. Devemos lutar pela garantia de funcionamento de milhares de rádios comunitárias existentes no país e não compactuar com a burocracia criada pelo próprio Estado para a manutenção do poder da comunicação nas mãos de poucos. Acreditamos que as concessões de radiodifusão (rádio e TV) que têm caráter público devam ser discutidas no âmbito da sociedade, para que essa possa debater sobre outorgas e renovações. Deve ser proibido o uso de concessões públicas de meios de comunicação como forma de obtenção do lucro. A comunicação não é mercadoria. Ela é um serviço público em benefício do povo, como determina a Constituição brasileira e não pode estar subordinada à lógica financeira. Deve ser proibido qualquer investimento ou ingerência estrangeira em qualquer meio de comunicação social. (MST. Nossas bandeiras. <Disponível em www.mst.org.br>. Acesso em 26 jan 13).

Além dessa ocupação dos meios de comunicação, o MST compreendeu que, para que as lutas dos camponeses pudessem prosperar, era preciso desenvolver uma nova consciência política nos trabalhadores rurais. Essa consciência começaria pela compreensão da situação do trabalhador no campo, passaria pela solidariedade – e, muitas vezes, união – com a luta dos trabalhadores da cidade e de outras categorias e países e incluía a ideia de que é preciso criar uma nova sociedade, no caso uma sociedade socialista, como forma de transição para o comunismo. Um dos militantes do MST, responsável pelo setor de cultura, Ademar Bogo, afirma:

> [...] podemos dizer que as tarefas urgentes das forças revolucionárias em toda a América Latina são as de repensar o caminho da organização política e social nessa nova conformação das forças, bem como aprofundar os estudos para elevar o nível de conhecimento e consciência das massas e dos quadros. Isto porque o principal elemento das mudanças ou de qualquer processo de transformação nunca poderá ser feito sem a participação das massas e da militância altamente preparada. Não seria possível avançar com uma revolução sem considerar a necessidade de uma força dirigente capaz de orientar todas as forças para seguirem no mesmo rumo. (BOGO, 2011, p. 220).

Ademar Bogo baseia-se no marxismo como referência para a definição do sujeito da revolução:

> Como disse Marx no livro A Sagrada Família: “(...) as ideias nunca podem realizar nada. Para executar as ideias são necessários homens, que põem em ação uma força prática”. “Os homens”, [...] aqui tratados, são os quadros e a militância que produz, assimila e emprega as ideias na luta concreta das massas. Sem esta combinação jamais pode haver revolução. (BOGO, 2011, p. 220).

Portanto, para construir essa nova sociedade, não bastariam a luta específica pela reforma agrária e a luta política. Elas são fortalecidas pela elevação do nível de consciência dos quadros e dos trabalhadores, obtida, como será visto nesta tese, pelo uso dos meios de comunicação e também pela adoção de uma educação transformadora.

O MST, como se verá nos próximos capítulos, não só entende que a comunicação pode ser um organizador dos trabalhadores para elevar o nível de consciência como também compreende que a educação contribui nesse processo, na medida em que incentiva e desenvolve uma pedagogia que “forma novos sujeitos coletivos”, como afirma Miguel Arroyo, no prefácio do livro **Pedagogia do MST**, de Roseli Caldart, integrante do Coletivo Nacional de Educação do MST. Para Caldart:

> Trata-se de uma pedagogia que tem como sujeito educador principal o MST, que educa os sem-terra enraizando-os em uma coletividade forte, e pondo-os em movimento na luta pela sua própria humanidade. Nesta dialética entre raiz, movimento e projeto, é possível ler algumas importantes lições de pedagogia. [...] o movimento pedagógico que forma os Sem Terra não cabe na escola mas a inclui como uma dimensão cada vez mais importante, exigindo dela que volte a olhar-se como lugar de formação de sujeitos humanos, em um processo educativo que fica mais rico quando se sabe que nem começa nem termina nele mesmo. (CALDART, 2004, p. 18-19).

Após a metade dos anos 2000, o desenvolvimento do capitalismo chegou a uma nova fase, com a incorporação do Brasil no mercado internacional de produtos primários por meio do agronegócio. Multinacionais, como Syngenta e Monsanto, e corporações ligadas à burguesia nacional passaram a investir na agricultura com extensas propriedades produtoras de celulose, etanol e soja.

Essa nova fase do capitalismo brasileiro transformou, na visão do dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, entrevistado em 2013 para esta tese, o conceito de reforma agrária. Para Rosseto, o agronegócio também está interessado em eliminar o velho latifúndio improdutivo, originário de terras devolutas, para ampliar as áreas de produção das *comodities*.

Esse interesse do agronegócio gera uma política agrícola que se conflita com a do MST, que luta por uma reforma agrária que resulte na soberania alimentar do Brasil, ou seja, que produza alimentos para o próprio povo brasileiro.

Porém, como também lembra Rosseto, o agronegócio utiliza, por meio da indústria jornalística e de seus representantes no Congresso, um discurso de modernidade e progresso. Seria graças ao agronegócio que a balança comercial brasileira estaria positiva, que essa produção agrícola contribuiria para o crescimento econômico do país e, dessa forma, combater o agronegócio seria combater a modernidade e o desenvolvimento do país.

Esse discurso de modernidade esconde problemas como: a incorporação do Brasil, novamente, como um país primário-exportador; a falta de uma política de garantia de soberania alimentar para um país continental e com desigualdades sociais; o uso de tecnologias de aumento de produção como sementes transgênicas, cujas patentes pertencem aos países do centro do capitalismo; o uso inconsequente da exploração do solo por meio de agrotóxicos e maquinários que geram problemas

ambientais e de saúde dos trabalhadores; e a contínua precariedade das relações sociais no campo, pois o modelo do agronegócio, assim como nas modernas organizações fabris, não emprega a massa de trabalhadores do campo, nem incorpora os trabalhadores da periferia.

A questão em que o MST encontra-se, nesse momento histórico, é que esses problemas são de difícil comunicação, tanto para os trabalhadores rurais quanto para a sociedade. Para a sociedade, por razão do discurso modernizante do agronegócio, que se diferencia do antigo latifundiário violento, cercado de jagunços que protegiam imensas propriedades destinadas ao pasto ou à especulação.

Para os trabalhadores rurais, a dificuldade estaria na conscientização política, pois o agronegócio utiliza a estratégia de arrendar as propriedades, garantindo uma parcela para a agricultura de subsistência e também uma renda fixa mensal ao trabalhador rural, que, dificilmente, ele teria em uma atividade que depende de condições atmosféricas. Por exemplo, em ano com poucas chuvas, a produção diminui e isso exige diversificações. Com a renda proveniente do arrendamento, essa preocupação seria amenizada. Essa estratégia de sedução empreendida pelo agronegócio “mina” a base dos trabalhadores rurais, que enxergariam mais benefícios no arrendamento do que na produção de alimentos. Para demover os trabalhadores dessa ideia, seria necessária a conscientização política.

Portanto, o MST entendeu que não seria suficiente o discurso pela reforma agrária como era feito nos anos 1980 e 1990. De acordo com Neuri Rosseto:

> Essa discussão deve ser levada para a sociedade. Era mais fácil estigmatizar como inimigo o latifundiário violento do que o agronegócio. No entanto, nossa luta agora está em um novo patamar. A bandeira mudou: da luta pela conquista da terra para uma maior pela soberania alimentar, pela mudança da política agrícola, pela compreensão que a semente não é patrimônio de uma empresa, mas de uma sociedade. E nossa aposta está ganhar essa comunicação com a sociedade. (Depoimento de Neuri Rosseto, março de 2013)

Para tentar responder à questão, o MST está em busca de dois caminhos. Um deles é investir na comunicação com a sociedade. Como se verá adiante, é um caminho complexo, pois um dos meios criados para esse fim, a Revista Sem Terra, deixou de circular em 2010. Além disso, a aposta em um jornal que articulasse as esquerdas, concretizada no incentivo à criação do jornal Brasil de Fato, em 2003, ainda não surtiu efeitos, pois o veículo não conseguiu lograr esse êxito e enfrenta

sérias dificuldades financeiras, como acontece, historicamente, com os veículos de comunicação das classes trabalhadoras no Brasil. Esse problema, do ponto de vista da política de comunicação do MST, será discutido no Capítulo I desta tese.

O outro caminho vislumbrado pelo MST seria investir na formação dos quadros militantes e dirigentes. O objetivo seria melhorar a compreensão de que a reforma agrária "burguesa", aquela que distribui as terras, não seria suficiente para dar conta dos atuais problemas dos trabalhadores rurais. A comunicação teria de "explicar" que soberania alimentar e a mudança da política agrícola do país são os novos patamares da luta.

O que esta tese sugere é que a política de comunicação do movimento deveria, portanto, ir além do uso dos meios de comunicação e partir para uma elevação da consciência crítica. Como Gramsci (2010) apontava, esse processo inclui a educação dos militantes e, nessa ação, o MST obteve mais avanços do que na articulação de um veículo de comunicação que congregasse as esquerdas.

Se a formação de um jornal que articularia as esquerdas não obteve o sucesso imaginado, a formação de militantes e dirigentes para construir e articular outras formas de comunicação nos assentamentos e acampamentos deu passos mais significativos.

O que esta tese vai procurar demonstrar é que a política de comunicação do MST não tem o objetivo de ser um instrumento de "relações públicas" da organização ou apenas dar conta para a base dos planejamentos e ações da direção. A política de comunicação teve o papel de incentivar os militantes e os demais trabalhadores rurais a prosseguir na luta por reforma agrária e pela construção de uma nova sociedade e que agora precisa continuar nesse processo de elevação da capacidade crítica.

A comunicação constitui-se como um organizador coletivo dos Sem Terra na construção de uma contra-hegemonia dentro da sociedade capitalista. Um diferencial do MST é que o Movimento incluiu a Educação, especificamente a formação de militantes, para construir coletivamente essa política de comunicação.

Outro diferencial do movimento é que, mesmo quando essa luta enfrenta dificuldades, seja pela repressão do Estado, seja pelo contexto de descenso das outras forças revolucionárias, a política de comunicação, ao fazer uso do que o

movimento chama de mística, também serve de estímulo para a continuidade da luta:

> Neste sentido é que a mística militante entra como elemento fundamental para sustentar o ânimo das forças nas dificuldades que virão pela frente. O sujeito da história, constituído pelas diversas forças organizadas, garantirá que no futuro se tenha não apenas uma sociedade socialista, mas a certeza de que ela é apenas a transição para o comunismo, quando tudo será melhor. (BOGO, 2011, p. 220).

A mística, aqui, entra como um terceiro elemento da constituição da política de comunicação do MST, ao lado da influência marxista, que pode ser vista nos princípios leninistas de jornal como organizador coletivo, e ao lado da influência gramsciniana na formação da consciência crítica, a partir da formação de quadros que desenvolvam esses veículos.

> [...] historicamente, buscando a coesão de sua organização, o MST inspirou-se tanto em sua origem religiosa, por ser ligado às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, com o constante uso da "mística", para incentivar e organizar socialmente a luta dos Sem Terra, quanto nas análises econômicas, sociais e políticas herdadas da tradição marxista. Dessa forma, o anticapitalismo, expresso na ética religiosa da vida comunitária, em contraposição ao individualismo liberal e burguês, e a reelaboração dessa ética para o campo da política socialista apareceram como princípios que norteiam as ações do MST. [...] Dessa forma, o MST buscou, enquanto movimento social institucionalizado, construir uma trajetória, na qual absorve e recria o comunitarismo e a mística para atividades laicas, pari passu às análises sociais herdadas do marxismo. Esse fato colaborou na recriação de diversas formas de luta pela terra no MST, que conseguiu, assim, realizar mobilizações, mesmo quando suas principais fontes éticas e políticas de inspiração atravessaram momentos de retração. (MENEZES NETO, 2012, p. 115-116).

No entanto, como lembra Neuri Rosseto, a mística é "uma celebração e é preciso ter o que celebrar". Ou seja, o movimento precisaria voltar a agir diante da sociedade como fez entre o período de 1989 a 2000, quando, no cenário brasileiro, era praticamente o único movimento social que se articulava nacionalmente no campo. Diante de um cenário de descenso da articulação dos diversos movimentos sociais, a formação crítica para a elaboração das ações – por meio da educação para a comunicação, como defendia o uruguaio Mario Kaplún ─ ganha grande importância como um quarto elemento da política de comunicação do MST.

Assim, esta tese procurará demonstrar como a política de comunicação do MST foi se desenvolvendo para chegar a esse ponto. Partiu de um jornal que tentava articular os diversos grupos de trabalhadores rurais espalhados pelo país e, hoje, por meio dos diversos meios existentes, desde as redes sociais até as atividades culturais e educativas, tenta contribuir para a formação dos quadros.

O **Jornal Sem Terra**, em seus diversos estágios, mostra esse desenvolvimento da política de comunicação. Por objetivos metodológicos, será feita uma análise das 316 edições do **Jornal Sem Terra** de 1981 até 2011. A análise pretende mostrar como cada estágio da política de comunicação concretizou-se em reportagens, adoção de simbologias e editorias fixas e até na criação de outros meios de comunicação, como pode ser visto no panorama a seguir.

1.2 Panorama da política de comunicação do MST

Hoje, o MST conta com uma coordenação de comunicação para produzir as chamadas mídias clássicas (mídia impressa, sites, rádio, além de outras mídias eletrônicas e digitais), que, junto com outros setores, como Educação e Desenvolvimento Cultural, por exemplo, articula as ações da política de comunicação do Movimento.

1.2.1 Mídia impressa

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA
www.mst.org.br
HOMENAGEM
MST de luto com a morte do companheiro Egidio Brunetto
ENTREVISTA
"A primeira tarefa é olhar para dentro, para nossos assentamentos", afirma Elenar Cezimbra
SOLIDARIEDADE
Brigada participa da colheita de azeitonas na Palestina

Fig. 1. Reprodução do Jornal Sem Terra 316

O **Jornal Sem Terra** é o órgão oficial do movimento. Produzido ininterruptamente desde 1981, quando nasceu com o nome de Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, já ultrapassou as 300 edições. Com periodicidade mensal, colorida, no formato tabloide, a publicação passou por alguns estágios que acompanharam as definições políticas do Movimento, especialmente após os encontros nacionais. Por trazer a concretização das definições políticas ao longo da trajetória do MST, tanto no

editorial quanto nos artigos, seções e reportagens, essa publicação será utilizada como objeto de estudo para esta tese, como será visto mais adiante no tópico sobre a metodologia.

Em outubro de 2007, o Jornal ganha um encarte direcionado às crianças, o **Jornal Sem Terrinha**. A publicação é resultado de uma definição política do movimento, que criou escolas nas regiões em que o Movimento estava organizado, pois a escola tradicional, muitas vezes, está afastada dos acampamentos e assentamentos. Também o número grande de militantes que se deslocam de suas regiões para as diversas atividades de formação, manifestação ou encontros, trouxe a necessidade de se criar as Cirandas, setores itinerantes ou criados nos principais centros de formação do movimento, responsáveis pela formação das crianças. O **Jornal Sem Terrinha**, assim como o **Jornal Sem Terra** faz com os militantes adultos, também é utilizado nas formações. O encarte já chegou a 40 edições.

Fig. 2. Reprodução da Revista Sem Terra

A **Revista do Sem Terra** foi uma publicação bimestral, produzida por jornalistas profissionais (com formação acadêmica e experiência no jornalismo), ligados à secretaria de comunicação do MST, e era voltada para o público de apoio do movimento. Se o jornal era voltado para a base, a revista tinha o objetivo de debater os temas de interesse do MST (reforma agrária, organização dos trabalhadores, direitos humanos) com os setores que apoiam ou se aproximam do movimento. O último exemplar publicado, outubro de 2010, tinha 56 páginas, em papel couché, quatro cores. Além do corpo da redação, havia um conselho editorial que reunia intelectuais e quadros do movimento. A revista deixou de circular pelos elevados custos de publicação e a comunicação impressa do Movimento ficou, exclusivamente, com o **Jornal Sem Terra**. A descontinuidade da revista hoje gerou um problema para o Movimento. O jornal não dá conta de comunicar-se com a sociedade, pois ele é pensado para a

base. As redes sociais e o site ainda não atingem os diversos setores da sociedade civil brasileira. Uma saída seria um veículo de comunicação de toda a esquerda, mas as tentativas, até agora, como do jornal Brasil de Fato, também não obtiveram sucesso. Esse ainda é um ponto a ser discutido pelas esquerdas no Brasil.

1.2.2 Internet

Fig. 3. Reprodução do site do MST

O Movimento Sem Terra ocupa a Internet desde que essa mídia implantou-se comercialmente no Brasil. Em julho de 1997, a edição número 170 do **Jornal Sem Terra** já trazia, em seu cabeçalho, o endereço da *home page* do MST.

Atualmente, o site está em um domínio próprio (www.mst.org.br) e, de acordo com o depoimento dos educandos entrevistados na pesquisa de campo para esta tese, é um dos veículos de comunicação mais utilizados para saber notícias da organização e de outros movimentos sociais, além de servir de material para a produção das rádios comunitárias.

O site conta com os seguintes canais:

a) **MST.** Com informações gerais do Movimento, dividido nas seguintes editorias: quem somos, nossas bandeiras, organização, linhas políticas (com as definições dos últimos congressos realizados), notas oficiais, lutadores do povo (com biografias, vídeos e textos sobre militantes ou personagens relevantes mortos recentemente), poemas e poesias, Letra Viva (boletim semanal com as atualizações do site enviado para os assinantes), Jornal Sem Terra e Revista Sem Terra.

b) **Nossa Produção**. Canal para o setor de produção do MST, que explica como funciona a produção nos assentamentos e cooperativas.

c) **Biblioteca**. Artigos, cartilhas, dados, documentos, entrevistas livros e textos divididos nas seguintes editorias: agricultura camponesa; agronegócio; direitos humanos; educação, cultura e comunicação, lutas e

mobilizações; internacional; meio ambiente; projeto popular; reforma agrária; e transgênicos.

d) **Vídeos**. Semelhante ao canal do *YouTube*.

e) **Especiais**. Reportagens com conteúdo multimídia de temas como Jornadas de Lutas, congressos e campanhas.

f) **Mural**. Para comentários dos internautas.

g) **Eu Apoio o MST**. Depoimentos de diversas personalidades sobre o apoio ao Movimento.

h) **Loja da Reforma Agrária**. Para compras de bonés, broches, bandeiras, livros, CDs e produções dos assentamentos.

i) **Indicamos**. Link para outros sites

j) **Canais de contato.** Como fale conosco, expediente e assinatura de RSS.

k) **Sem Terrinha**. Link para a página das Crianças Sem Terrinha

Fig. 4. Reprodução do Site Sem Terrinha

Da mesma forma que há um encarte para as crianças do Movimento, em dezembro de 2012, foi lançada uma página para as “crianças Sem Terrinha”, com o objetivo de informar, educar e divertir as crianças Sem Terrinha por meio de notícias, histórias, vídeos, músicas e jogos. De acordo com Maria Cristina Vargas, do setor de educação do MST,

> A página é um espaço onde as crianças podem encontrar o debate político da luta pelo campo em uma linguagem que esteja de acordo com sua compreensão. Assim como o adulto, a criança é integrante de todo o processo do movimento, e não pensamos nela apenas como continuidade do MST, mas sim nas suas necessidades concretas de entender a realidade em que vivem hoje. (MST, Acesso em 31 jan 13).

A construção da página insere-se no debate de melhores condições de estrutura e educação nos assentamentos.

> Sabemos que nem todos os assentamentos têm acesso à internet ainda, mas isso é parte da nossa luta: fazer com que os assentamentos tenham escolas, e que essas escolas estejam equipadas com a estrutura necessária para a formação de qualidade das crianças. (MST, Acesso em 31 jan 13).

Além do conteúdo para as crianças, a página conta também com materiais para os educadores, com textos de formação e dicas para os trabalhos.

1.2.3 Redes Sociais

Seguindo a filosofia de ocupar os campos da comunicação, necessários para seu objetivo político, o MST também ocupa as redes sociais, com perfil no *Facebook, Twitter* e um canal de vídeos no *YouTube.*

No *Facebook*, o MST acompanha o desenvolvimento dessa rede social no Brasil, com a inclusão diária de textos, artigos, fotos, que auxiliam nas campanhas promovidas pela organização. O *Twitter* é utilizado para divulgar, também, essas atualizações.

O canal no *YouTube* serve tanto para noticiar eventos promovidos pelo MST ou pela Via Campesina (entidade internacional de trabalhadores rurais à qual o MST está filiado) como também para publicar os materiais produzidos nas diversas oficinas de produção de vídeo organizadas pelo Brasil. Nos estados em que o Movimento está organizado, o setor de Cultura e Comunicação promove oficinas de vídeos e, em alguns casos, o material produzido chega a participar de Festivais.

Foi o caso do vídeo Uma Luta de Todos, de 2000, resultado da 1ª Oficina de Linguagem Audiovisual do MST, realizada em maio daquele ano, no assentamento Dorcelina Folador, no Paraná. O Festival Internacional de Londrina (Filo) capacitou 35 militantes, o que resultou em um documentário que retrata a história e as bandeiras do MST. Roteiro, operação de câmera, locução, interpretação, edição e trilha sonora foram produzidos pelos quadros do MST.

Fig. 5a. Reprodução do perfil do MST no *Facebook*

Fig. 5b. Reprodução do microblog do MST no *Twitter*

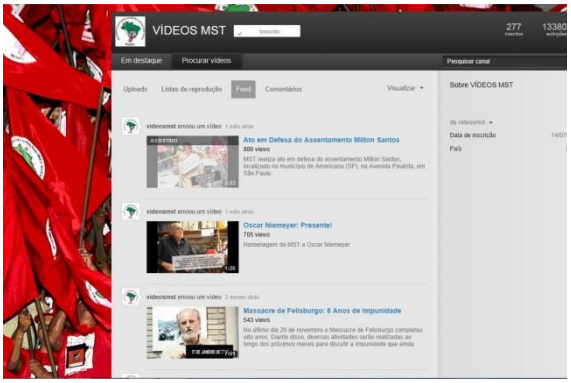

Fig. 5c. Reprodução do canal do MST no *YouTube*

1.2.4 Rádio

Além do jornal e do site, outra mídia ocupada pelo MST foi a radiofônica. Ao contrário do jornal, da Internet e das redes sociais, em que há uma produção mais centralizada, o rádio está presente nos acampamentos e assentamentos por meio de rádios livres e comunitárias, muitas delas organizadas pelos próprios militantes. Há casos de programas, produzidos por assentados, que são veiculados em outras rádios comunitárias e, ainda, de emissoras mantidas por assentamentos, como a rádio Terra Livre, no sul do Rio Grande do Sul.

Além dessas produções descentralizadas, há também outro trabalho de divulgação dos movimentos sociais realizado pela Radioagência Notícias do Planalto (NP). Jornalistas produzem pequenos programas que são fornecidos para

emissoras de rádio pelo país com a condição de transmitirem sem editar o conteúdo. É uma forma de fazer a visão do MST chegar aos camponeses também pela rádio comercial.

Durante a segunda metade da primeira década dos anos 2000, havia a experiência da Rádio Vozes da Terra, produção em parceria com a ONG Oboré, para a produção de conteúdos radiofônicos transmitidos pela WEB. Hoje, o projeto não existe mais e a Radioagência NP é a responsável por essa divulgação.

Dentro da ideia de que os movimentos sociais ocupem os meios de comunicação para produções que sejam independentes da indústria jornalística, a mídia radiofônica, principalmente as que funcionam nos acampamentos e assentamentos, parece conseguir executar essa tarefa sendo, inclusive, um tema para futuras pesquisas. Devido ao recorte metodológico para esta tese (produção jornalística no Jornal Sem Terra) e também à diversidade e dimensão geográfica das rádios comunitárias do MST, este trabalho não se deterá nessa análise. Fica o registro de como a mídia radiofônica foi incorporada ao trabalho de formação e comunicação do MST.

1.2.5 Música, teatro e muralismo

A política de comunicação do MST também abrange o uso de outras formas de comunicação, desde as rodas de história, passando por músicas, encenações teatrais e até a comunicação por meio dos murais.

As músicas são compostas pelos próprios militantes, a partir das temáticas rurais e da luta pela terra. As que se originam das oficinas de criação são compiladas em coletâneas disponíveis para venda. Entre as canções, Aqui já ninguém chora mais, de Zé Pinto, faz uma mescla entre as temáticas da vida no campo e uma chamada para a ação revolucionária, a partir da luta de classes entre o fazendeiro capitalista e o sem terra:

> Sabemos que o capitalista diz não ser preciso ter Reforma Agrária / Seu projeto traz miséria / Milhões de sem terra jogados na estrada / Com medo de ir pra cidade enfrentar favela fome e desemprego / Saída nessa situação é segurar as mãos de outros companheiros. / E assim já ninguém chora mais / ninguém tira o pão de ninguém/ O chão onde pisava o boi é feijão e arroz, capim já não convém. / Compadre junte ao Movimento Convide a comadre e a criançada /Porque a terra só pertence a quem traz nas mãos os calos da enxada / Se somos contra o latifúndio da Mãe Natureza somos

> aliados/ E viva a vitória no chão sem a concentração dos latifundiários. / Seguimos ocupando terra derrubando cercas conquistando o chão. / Que chore o latifundiário pra sorrir os filhos de quem colhe o pão. / E a luta por Reforma Agrária a gente até para se tiver, enfim / coragem a burguesia agrária de ensinar seus filhos a comer capim. (PINTO, Zé. Aqui já niguém chora mais. Intérprete: Zé Geraldo. In: ARTE EM MOVIMENTO. São Paulo: Estúdio Mickael Brasil Rural, Ano 2002– 32 canais, digital, 1 CD,Faixa 5)

Além dessa oralidade na comunicação, que se manifesta também nas encenações de teatro, o MST utiliza a pintura muralista como forma de transmitir mensagens. Como afirma a militante do MST, integrante da equipe de produção do **Jornal Sem Terra**, Cácia Cortez, todos os meios disponíveis são utilizados pelo movimento:

> E também como instrumento a gente trabalha e valoriza muito as atividades culturais, música, poesia, festas, comemorações, as datas de ocupações, 5, 2, 10 anos de ocupação, ou até mesmo as famílias comemoram os anos de acampamento e isso é motivo de comemoração porque é motivo de resistência. E normalmente nesses acampamentos tem o que a gente chama de “bardos”, o contador de “causo”, o adolescente que desenha, que pinta, a poesia das mulheres e dos jovens, é o repente, a música, o que tem de tocador de viola no MST é impressionante.[...] porque é através dessas expressões culturais que a gente também faz o processo de educação e busca de animação dessa identidade e o resgaste histórico. (CORTEZ apud FERREIRA, 1999, p.137)

Esse panorama procurou demonstrar como o MST ocupa – e, pelo que mostrou ao longo de sua trajetória, poderá continuar ocupando – as diferentes mídias, suportes ou situações em que possa exercer sua prática comunicativa para formar os homens, exercitando o que o uruguaio Mario Kaplún chamou de “verdadeira comunicação”

> La verdadeira comunicación no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimentos, aunque sea a distancia, a través de médios artificiales. A través de esse proceso de intercambio los seres humanos establecen relaciones entre si y pasan de la existência individual aislada a la existencia social comunitaria. (KAPLÚN, 2002, p. 58).

Ainda para Kaplún (p.48-51), esse conceito de comunicação é ligado a um tipo de educação em que o educando é incentivado a pensar e a transformar sua

realidade. É uma educação com “compromisso social, uma educação comprometida com os excluídos e que se propõe contribuir com sua liberação”, portanto é o tipo de educação “indicada” para o processo de formação da consciência, proposto por Gramsci, e “necessária” para o atual estágio do MST.

Ciente dessa necessidade de formar seus quadros para construir esse conceito de comunicação comunitária e também para elevar a consciência crítica dos militantes, o MST adota essa prática educativa com ênfase no processo de reflexão.

1.3 Formação para comunicação

A política de comunicação do MST não se restringe ao uso de veículos de comunicação. Há um processo de formação e qualificação dos militantes que estão em acampamentos e assentamentos com o objetivo de formar lideranças e comunicadores. Nesse processo, houve algumas ações pontuais que contribuíram para a elevação da consciência crítica dos quadros. Entre elas, o curso de Educação de Jovens e Adultos com qualificação para agentes de desenvolvimento cultural e rádio comunitária, que formou duas turmas até 2012.

Essa formação teve duração de dois anos e meio, em regime de alternância: parte no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, e parte nos assentamentos da reforma agrária. No total, são 3.200 horas de curso, sendo 2.400h em ensino médio e 800h de formação técnica em comunicação e desenvolvimento cultural.

Para suprir as necessidades de formação, não só desse curso, mas também das outras formações que acontecem no Instituto Josué de Castro e na Escola Nacional Florestan Fernandes (outro centro de formação coordenado pelo movimento), o MST e outros movimentos sociais, desde 1999, apoiam a editora Expressão Popular, que publica mais de 300 títulos, dos clássicos da sociologia a estudos sobre agroecologia. Os livros são vendidos a preços populares e, muitas vezes, trazem orientações para auxiliar nas formações.

Como o MST é um movimento que congrega os trabalhadores do campo, a cultura popular do camponês é incorporada em outras situações comunicativas, como as místicas, rituais que precedem os encontros e formações. A mística mescla teatro e música e objetiva aproximar o camponês do assunto que será trabalhado

naquele encontro. Portanto, pode ser compreendida como um elemento de comunicação.

Como consequência desse trabalho de formação de uma nova consciência crítica dos trabalhadores rurais, a luta pela terra passa a solidarizar-se com as lutas das classes populares na América Latina, referência constante tanto nas publicações como nas formações do movimento. Assim, a América Latina (sua história, seus personagens e suas lutas) é tema recorrente e constante, tanto nas publicações como nos livros e nas formações.

Graças a esse processo, a América Latina poderia, finalmente, alterar sua marcha de solidão e iniciar um novo ciclo, como considera, entusiasticamente, Ricardo Antunes (2011,p.14)

> Não estarão os povos andinos, amazônicos, indígenas, negros, brancos, homens e mulheres trabalhadores dos campos e das cidades, operários e operárias, a proclamarem que a América Latina não está mais disposta a suportar a barbárie, a subserviência, a iniquidade que, em nome da “democracia das elites”, assumem de fato a postura do império, da autocracia, da truculência, da miséria e da indignidade? Não estaremos presenciando o afloramento de um novo desenho de poder popular construído pela base, pelos camponeses, indígenas, operários, assalariados urbanos e rurais, que começam novamente a sonhar com uma sociedade livre, verdadeiramente latino-americana e emancipada? Não estaremos começando a tecer, redesenhar e mesmo presenciar as novas vias abertas da América Latina?

As ações do MST, tanto no campo das lutas populares, como no campo da comunicação, ao propor a união entre os trabalhadores do campo e da cidade, ao construir uma pedagogia que estimule a consciência crítica que construam outras formas de comunicação trazem a esperança que a América Latina, tão negligenciada pela indústria cultural e pela indústria jornalística, seja elemento que catalise as ações de emancipação das classes populares.

Assim, esta pesquisa pretende mostrar que, ao propor elevar a formação crítica dos seus militantes por meio da comunicação educadora, o MST contribuiria para a construção do discurso contra-hegemônico, assim como também contribuiu para essa contra-hegemonia nas outras fases históricas de sua formação.

Capítulo I

A comunicação do MST no contexto da comunicação das classes trabalhadoras

Arriba quemando el sol (1961)
Violeta Parra

[...].
Cuando vide los mineros
dentro de su habitación,
me dije: «mejor habita
en su concha el caracol,
o a la sombra de las leyes
el refinado ladrón».
Y arriba quemando el sol.
Las hileras de casuchas
frente a frente, sí, señor;
las hileras de mujeres
frente al único pilón,
cada una con su balde
y con su cara de dolor.
Y arriba quemando el sol.
Paso por un pueblo muerto,
se me nubla el corazón,
aunque donde habita gente
la muerte es mucho mayor.
Enterraron la justicia
y enterraron la razón.
Y arriba quemando el sol.
Si alguien dice que yo sueño
cuentos de ponderación,
digo que esto pasa en Chuqui,
pero en Santa Juana es peor.
El minero ya no sabe
lo que vale su dolor.
Y arriba quemando el sol.
Me volví para Santiago
sin comprender el color
con que pintan la noticia
cuando el pobre dice «no».
Abajo, la noche oscura,
oro, salitre y carbón.
Y arriba quemando el sol

2.1 Lenin e o conceito do jornal como organizador coletivo

Em sua obra **Que Fazer?** Problemas candentes do nosso movimento, originalmente escrita entre 1901 e 1902[3], Vladimir I. Lenin dedica-se a discutir os problemas centrais da teoria e da prática do processo revolucionário russo e dá as bases dos elementos fundamentais para a organização política das classes trabalhadoras.

O foco de Lenin, nesse livro, considerado um dos principais do teórico revolucionário russo, está na tarefa das organizações revolucionárias como responsáveis pela elevação da consciência de classe dentro das lutas "econômicas", ou seja, dentro das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores: melhoria dos salários e das condições de trabalho, horas da jornada, entre outros.

De acordo com o professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, Marcelo Braz, na apresentação da edição publicada pela editora Expressão Popular da obra **Que Fazer?** (2010), as lutas "econômicas" ainda não podem ser consideradas revolucionárias, pois expressam frações dos trabalhadores e não todos eles:

> O papel da organização revolucionária consiste na educação política, na agitação e na promoção de denúncias políticas que explicitem o caráter de classe das variadas lutas sociais. Essa explicitação é proporcionada tanto pela realização de agitações políticas em todos os níveis da luta, quanto pela permanente educação política das massas; para tanto **Lenin ressalta a função dos meios de divulgação da teoria revolucionária através de órgãos de comunicação**: Iskra, Zária, etc. (BRAZ, Marcelo *in* LENIN, Vladimir Ilitch. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. Trad. Marcelo Braz. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35)

No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é possível perceber essa concepção da organização responsável pela educação política e formação da consciência de classe desde a fase embrionária do movimento, no início da década de 1980. Isso não quer dizer que o MST defina-se como um grupo de inspiração leninista, mas que é possível analisar algumas ações, como a criação do **Jornal Sem Terra**, a partir dos conceitos definidos por Lenin nessa obra. É o que será visto neste tópico.

A luta pela Reforma Agrária poderia ser considerada pelos trabalhadores rurais como uma luta imediatista: a partir do momento em que se conquista uma

---

[3] A obra utilizada como referência para esta tese é a publicada, em 2010, pela editora Expressão Popular.

terra, ou seja, em que uma família é assentada em uma propriedade para que possa nela trabalhar, a luta teria chegado ao seu objetivo final.

Porém, como poderá ser visto no capítulo II desta tese, os trabalhadores rurais compreenderam que a luta pela reforma agrária também é política. Entre outras ideias, conscientizaram-se de que:

a) A Reforma Agrária não pode ser conquistada sem uma luta constante e que se proponha a alterar outras relações de poder, pois, no Brasil, assim como na América Latina, a propriedade de grande extensão de terra com finalidades políticas e especulativas está relacionada ao processo histórico de formação da nação;
b) As propostas de assentamento oferecidas ao longo da História não contemplavam a emancipação dos trabalhadores, pelo contrário, aumentavam a dependência em relação ao capital;
c) Apenas com a união de trabalhadores do campo e da cidade, é possível obter os apoios necessários para a consolidação da luta;
d) Os trabalhadores e o movimento sofrem tanto com a violência física (pistoleiros e milícias dos fazendeiros) como com uma ostensiva campanha empreendida pela indústria jornalística, que procura não só diminuir o valor da luta, como, principalmente, criminalizar o movimento e seus integrantes;
e) Mesmo com a conquista da terra, outras lutas precisam ser travadas, pois é necessário erradicar o analfabetismo, ampliar a conscientização política no campo e na cidade, eleger parlamentares que tenham afinidade ideológica com o movimento e, em fase posterior, viver em uma sociedade em que a acumulação de capital não seja o elemento decisivo, ou seja, em uma sociedade socialista.

Em **Que Fazer?**, Lenin argumenta que um veículo de comunicação, desde que seguindo determinadas características, pode se tornar o que ele chamou de “organizador coletivo”, principalmente dentro das condições da Rússia no início do século XX:

> [...] de fato, não há outro meio para educar pessoas para formar organizações políticas fortes senão um jornal para toda a Rússia. [...] As massas nunca aprenderão a travar a luta política se não ajudarmos na formação de dirigentes para essa luta, oriundos tanto

> dos operários instruídos quanto dos intelectuais; tais dirigentes podem ser formados, exclusivamente, quando iniciados na apreciação sistemática e cotidiana de todos os aspectos da nossa vida política, de todas as tentativas de protesto e de luta das diferentes classes e por diferentes motivos. [...] o "trabalho político vivo" só pode começar exclusivamente através de uma agitação política viva, impossível de se realizar sem um jornal para toda Rússia, que apareça frequentemente e se difunda de forma regular. (LENIN, 2010, p.237-239).

Lenin, além de defender a criação e manutenção do jornal, preocupa-se com o fato de que ele seja para "toda a Rússia", isto é, que seja elaborado para toda a nação e que contemple as diferentes lutas nos diferentes locais de um país em que se espera conscientizar a classe trabalhadora.

Nesse texto, Lenin argumenta em favor do *Iskra* (A Centelha), periódico fundado por ele, que se converteu no centro de unificação das forças e de preparação dos quadros do seu partido (o Partido Operário Social-Democrata Russo). Com o desenrolar dos acontecimentos da Revolução Russa, a partir do número 52, o *Iskra* tornou-se órgão dos mencheviques, linha política contrária a de Lenin naquele período.

É preciso levar em consideração que Lenin, no momento em que redigia **Que Fazer?**, debatia com outras correntes políticas que não apontavam para a radicalidade do movimento e eram consideradas oportunistas, ou seja, o interesse dessa ala criticada por Lenin era derrubar o czarismo e avançar em uma revolução burguesa na Rússia, sem levar adiante a revolução proletária. Portanto, Lenin defendia com vigor que o partido deveria investir na conscientização política do proletariado para que ele pudesse avançar nessa tarefa revolucionária.

Luciano Gruppi (1978, p. 37) mostra que ***Que fazer?*** foi escrito quando o movimento operário russo continha poucos elementos de consciência política e ideológica, quando havia nele muita espontaneidade e quando o partido social-democrata russo estava nascendo, portanto, em uma situação muito próxima à dos trabalhadores rurais brasileiros em 1981: muita espontaneidade, muita vontade de conquistar a terra, mostrada pela disposição das famílias em ocupar as fazendas, mas uma organização ainda incipiente e uma condição política adversa, a ditadura militar.

Para Lenin, o partido é o momento da consciência de classe, o momento de dirigir essas reações espontâneas dentro de um projeto mais complexo de tomada

do poder pela classe trabalhadora. No entanto, os movimentos espontâneos podem acontecer em diversas regiões do país e muitos poderão sofrer com repressões mais duras, o que enfraqueceria a luta como um todo. Por isso, ele ressaltava a necessidade de aglutinar essas ações espontâneas de toda a sociedade.

No caso do movimento dos trabalhadores rurais, houve a consciência de que, além das famílias acampadas no interior do Rio Grande do Sul, havia movimentações em outros estados e também em outras categorias profissionais. Segundo Lenin, é atribuição do partido a tarefa de congregar essas diferenças manifestações em um trabalho que fosse comum, unitário e isso demandaria um trabalho de base:

> Cabe ao proletariado unificar esse processo, conquistar-lhe a direção, levar as massas à consciência do conteúdo real, anticapitalista, de suas próprias reivindicações. Trata-se de aglutinar o descontentamento, as posições negativas, com o objetivo de transformá-las em política positiva. Tanto é assim que Lenin observa: “quem espera uma revolução social pura não a verá jamais; trata-se de um revolucionário verbal, que não compreende a verdadeira revolução” [...] A ação revolucionária se aplica a toda a realidade social, envolve toda a sociedade enquanto unidade orgânica, em todos os seus níveis. Isso significa que o proletariado não conquista uma consciência de classe apenas operando sobre si mesmo, mas fazendo política no sentido mais amplo da palavra. Isso me traz à mente uma outra passagem de Lenin, que se refere àquilo que deve ser o jornal revolucionário, proletário: “deve ser um jornal que, sem esquecer por um só momento seu caráter de classe e a autonomia política do proletariado, faça suas todas as exigências e todas as reivindicações democráticas da sociedade e não se limite jamais a um horizonte estreitamente proletário. (GRUPPI, 1978, p. 43-44)

Lenin (2010,p.245) insiste que:

> [...] apenas se pode começar a criar essa ligação efetiva de união a partir de um jornal comum, para toda a Rússia, empreitada única e regular de caráter nacional, voltada para realizar a síntese de todas as atividades, as mais variadas, de modo a incitar as pessoas a avançar constantemente por todos os numerosos caminhos que levam à revolução.

Como poderá ser visto no capítulo II, mesmo sem caracterizar-se como um partido, o MST assumiu essa tarefa, expressando-se por meio do **Jornal Sem Terra**, que, ao publicar reportagens e artigos, toma também como suas as lutas dos trabalhadores urbanos por melhores salários, pela consolidação da CUT, a campanha pelas diretas, pela constituinte, entre outros temas importantes.

O jornal constitui-se como o orientador e organizador das ações, tal qual um fio de prumo para os pedreiros em uma construção. A intenção é que o jornal possa publicar os debates e as respectivas visões de cada grupo envolvido nele; as ações vitoriosas, as que não obtiveram sucesso ─ e, portanto, não podem ser repetidas─ e, principalmente, as que sirvam de incentivo para outras lutas, em outras partes da nação que estejam em condições anteriores às divulgadas no periódico.

Entre os conteúdos desse jornal estariam:

- informações e trocas de experiências do estágio da luta entre as diferentes regiões;

- publicação de conteúdos que encorajassem o aperfeiçoamento do trabalho;

- publicação de denúncias políticas e econômicas (publicação da conjuntura) recolhidas por todo o país;

- dados para debates e leituras dos trabalhadores;

- informações que alimentassem intelectualmente os trabalhadores “de todas as profissões e de todos os graus de desenvolvimento”.

Lenin (2010, p.253-254) alertava que esse processo de conscientização e organização do partido forneceria instrumentos para compreender melhor o momento histórico em que se encontravam as classes trabalhadoras:

> Às pessoas que, em toda a Rússia, estão ocupadas em tecer os fios da organização, ligados a um jornal para todo o país, tornou-se possível prever os acontecimentos da primavera, ficando muito longe de deixá-los passar desapercebidos. Também não deixaram passar desapercebidas as manifestações descritas nos números 13 e 14 do ***Iskra***. Contribuíram através do seu jornal para que todos os camaradas russos conhecessem tais manifestações como forma de aproveitá-las como experiência. E também não deixarão de perceber a revolução que exigirá de nós, experiência em matéria de agitação, conhecimento para apoiar todos os protestos e orientar o movimento espontâneo, preservando-o dos erros dos amigos e das ciladas do inimigo.

Outra consequência da organização de um jornal destinado à formação das classes trabalhadoras é que, desse trabalho de concepção, montagem e manutenção do jornal, se desenvolverá em uma flexibilidade (no partido ou na organização) que permita identificar os momentos em que o inimigo esteja com forças superiores e, assim, “evitar uma batalha em campo aberto”. Da mesma forma, a organização teria condições de aproveitar os momentos em que esse inimigo estivesse enfraquecido e, tal qual uma guerrilha, atacá-lo no momento e local em que menos se espera.

> Devemos desenvolver sempre o nosso trabalho e estar a todo momento dispostos a tudo, porque muitas vezes é quase impossível antever como se alternarão os períodos de explosão e os de calmaria e, mesmo quando se pode prevê-los, não se pode aproveitar disso para reconstruir a organização, uma vez que num país autocrático essas alternâncias se dão com assombrosa rapidez [...]. E a própria revolução não pode ser imaginada como um ato único, mas como uma sucessão rápida de explosões mais ou menos violentas, alternadas com fases de calmaria mais ou menos profunda. Por isso, o conteúdo central das atividades de organização do nosso partido, o seu foco, deve consistir num trabalho possível de realizar e necessário tanto nos períodos de mais violenta explosão quanto nos de calmaria mais completa, a saber: um trabalho de agitação política unificada em toda a Rússia, que lance luzes sobre todos os aspectos da vida e se dirija às mais amplas massas. **Tal trabalho é inconcebível** na Rússia atual **sem um jornal para todo o país e que saia com muita frequência**. (LENIN, 2010, p. 254-255, grifo do autor desta tese)

Lenin, portanto, atribuía fundamental importância ao trabalho de produção do jornal, tanto quanto dos resultados que desse veículo fossem gerados. Para ele, quem se envolvesse na produção desses jornais estaria disposto a tudo,

> desde salvar a honra, o prestígio e a continuidade do partido nos momentos de maior 'depressão' revolucionária, até a preparar, a determinar e a por em ação a insurreição armada do povo (2010, p.255-256).

Por isso, o jornal deve circular com periodicidade, não só nos momentos em que, aparentemente, o conflito está nas ruas e há ações do "proletariado em armas", como também naqueles em que as classes trabalhadoras ainda não se encontram suficientemente conscientizadas como classe, ou, ainda, naqueles em que há derrotas (prisões e mortes) do movimento.

Nos momentos em que o movimento está na defensiva, quando ocorrem muitas prisões ou assassinatos, o jornal faz-se muito necessário, pois, se não há um trabalho comum e regular, a onda de prisões e mortes pode continuar.

> Ao contrário, se todas [as organizações] trabalhassem com objetivos comuns, mesmo se fossem muitas as prisões, bastariam algumas semanas de trabalho para restabelecer o contato dos novos círculos com o organismo central [...] e quando esse trabalho é comum, que se sente as consequências das prisões, é conhecido por todos, surgem e se estabelecem ligações com esse órgão central ainda muito mais rapidamente. (LENIN, 2010, p.256)

No caso do MST, após a fundação da União Democrática Ruralista (UDR), organização que representava os latifundiários, no meio da década de 1980, os

conflitos acirraram-se no campo, pois a UDR financiava até milícias armadas. Depois, no final da década de 1990, além da campanha criminalizante por parte da indústria jornalística, o MST também sofreu massacres de seus integrantes, por meio de ações repressivas das polícias estaduais. Desses tristes momentos, o MST soube, tanto por meio de seu jornal como por suas místicas, manter ainda mais forte o espírito de luta dos seus militantes. As notícias sobre violência no campo ganharam uma coluna fixa, os militantes mortos tornaram-se personagens de referência e seus nomes batizam desde núcleos de trabalho até escolas nos assentamentos. Além disso, a data de um dos massacres sofridos pelo movimento, o massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril, foi transformada em dia internacional de luta.

Lenin encerra **Que fazer?** defendendo que a elaboração de um jornal não é trabalho de gabinete, ou seja, não é apenas uma revolução feita no papel, mas é condição para preparar e por em ação essa revolução na medida em que vai preparar os quadros envolvidos nela:

> Numa palavra, “o plano de um jornal político para toda a Rússia”, longe de ser um fruto de um trabalho de gabinete de pessoas contaminadas pelo doutrinarismo e pela literatice, é, ao contrário, o plano mais prático para iniciar, imediatamente e por toda a parte, a preparação para a insurreição, e, ao mesmo tempo, sem deixar de lado, por nem um instante, o trabalho normal de todos os dias. (LENIN,2010, p. 257)

O interessante na história do **Jornal Sem Terra** é que, desde o primeiro número, ainda com o nome de Boletim da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, é possível notar a orientação não de um partido no sentido clássico, mas de uma organização destinada a aglutinar as forças até então espontâneas dos agricultores sem terra, como será visto no capítulo seguinte.

2.2 O jornalismo como instrumento de formação de acordo com Antonio Gramsci

Para Gramsci (2010), a revolução está diretamente ligada a uma reforma intelectual e moral, a uma orientação político-cultural. Seus escritos referem-se à Itália do começo do século XX, mas ultrapassaram esses limites graças à

contribuição ao programa estratégico revolucionário dos comunistas pelo mundo todo.

Uma das principais contribuições de Gramsci para o pensamento revolucionário é o conceito de hegemonia, segundo o qual as classes dominantes não se mantêm no poder apenas pelo uso da coerção, mas pelo emprego de um sofisticado sistema de dominação que faz valer os interesses dominantes por meio do convencimento, da persuasão e da conquista do consentimento por parte dos dominados, que compõem um grupo heterogêneo dentro da sociedade.

Esse sistema de dominação impõe às classes dominadas – chamadas, por Gramsci (2010), de classes subalternas – uma visão de mundo correspondente à função histórica da classe dominante. Para esse processo, contribuem os organismos privados da sociedade, como escolas, igrejas e os meios de comunicação.

> Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. Um desses canais é a escola, outro é a religião e o serviço militar. [...] Sua atenção volta-se ainda para os jornais locais, presta atenção ao cinema, ocupa-se também do rádio, que tinha então poucos anos de vida, bem como dos romances seriados. (GRUPPI, 1978, p.68)

A hegemonia, portanto, é a capacidade que um grupo social tem de unificar, em torno do seu projeto político, um bloco mais amplo e heterogêneo, que, no seu interior, é marcado por contradições. A classe que lidera esse bloco é uma classe hegemônica porque consegue ultrapassar os interesses econômicos imediatos e mantém articuladas essas forças heterogêneas, mas não de maneira coercitiva. A coerção, como a História mostra, consegue manter esse domínio por curtos períodos de tempo. Como as classes dominantes lançam mão de recursos persuasivos para obter o consenso, elas logram deter a explosão dos contrastes do bloco dominado. Essa liderança acontece se a classe for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual em relação a seus dominados.

Gramsci (2010) questionava onde estava a ação do sujeito diante dessa dominação. Se as classes subalternas são dominadas por uma ideologia que as atinge por meio de tantos canais controlados pelas classes dominantes ─ que trazem, portanto, em seu conjunto, os interesses dessas classes ─, as necessidades

efetivas, as reivindicações, mesmo as imediatas, das classes subalternas as impulsionariam a ações, lutas e movimentos que entrariam em contradição com a concepção de mundo na qual elas foram educadas.

O problema é que, justamente por haver essa contradição entre a ação e a visão de mundo imposta, as lutas e movimentos das classes subalternas tornam-se ou fragmentadas ou passivas, ou desesperadas ou oportunistas. Para Gramsci (2010), a ação coerente deve ser conduzida por uma nova visão de mundo, que seja unitária e crítica dos processos sociais.

> Para conseguir isso, é preciso criticar a concepção imposta às classes subalternas, superá-la, tendo em vista construir uma concepção nova, na qual se estabeleça a unidade entre a teoria e a prática. [...] Essas classes permanecerão subalternas até o momento em que não progredir o processo de unificação entre ação e teoria. (GRAMSCI *apud* GRUPPI, 1978, p.69)

Portanto, para eclodir a hegemonia das classes dominantes, as classes subalternas teriam de elaborar uma nova concepção de mundo que critique o senso comum. E não só criticá-lo. O senso comum deveria ser depurado e elevado a uma visão crítica do mundo. A hegemonia não é apenas política, é um fato cultural, moral, de concepção de mundo.

Nessa ação, Gramsci enxergava que os mesmos aparelhos ideológicos utilizados pela classe dominante para exercer sua hegemonia poderiam ser utilizados para a formação da consciência crítica das classes subalternas. Ou seja, nas atuais sociedades capitalistas, os aparelhos ideológicos, como a escola e os meios de comunicação, por exemplo, poderiam tanto difundir a ideologia da classe burguesa como também poderiam permitir a circulação de ideias alternativas das classes trabalhadoras.

Nas sociedades em que o capitalismo está fortemente desenvolvido, as crises do capital são resolvidas pelo próprio capital.

> A ideia de que a revolução proletária não viria como reflexo imediato das crises capitalistas, sem que, para se alcançar tal objetivo, houvesse um amplo trabalho anterior de preparação e conscientização das massas, fortaleceu-se, em Gramsci, nos anos posteriores aos revezes sofridos pelo movimento operário [...]. A presença de uma forte sociedade civil, portanto, substituía a realidade do Estado, reduzido a uma “máquina burocrático-militar”, pelo desenvolvimento de aparelhos consensuais expressos nos parlamentos e em outras organizações politicas e sociais, capazes de envolver os organismos privados de hegemonia em políticas projetadas pela classe dominante. (COSTA, 2011, p.35-37)

Gramsci (2010) insiste que essa nova concepção de mundo somente se realizaria se incorporada por um movimento social concreto e transformada em ação prática, isto é, nenhum projeto de transformação social terá êxito se não vier acompanhado de profunda reforma intelectual e moral.

A hegemonia da classe dominante é construída em um processo que congrega e articula instituições por meio de intelectuais comprometidos a elaborar e difundir uma visão de mundo imposta às classes subalternas. Gramsci (2010) compreendia que o partido político moderno (representativo dos interesses da classe trabalhadora), funcionando como uma organização coletiva, teria o papel da organização da ampla reforma intelectual e moral

> O papel básico do partido operário é contribuir para a elevação da consciência de classe, superando os marcos dos interesses puramente imediatos, economicistas, corporativos, para o nível de visão global da realidade, capaz de hegemonizar um projeto político nacional de construção da sociedade socialista. [...] Produzindo-se uma nova concepção de mundo, que, por estar ligada à vida do povo, tem maiores possibilidades de difusão, tornando-se um senso comum renovado por uma filosofia que visa não à manutenção dos subalternos em uma condição submissa, mas, pelo contrário, criar condições para um progresso intelectual que seja acessível a toda a massa (COSTA, 2011, p.65-66).

O processo de construção e afirmação dessa nova visão de mundo, da formação crítica das massas e o embate contra as velhas concepções dominantes deveriam penetrar no povo e, para isso, os aparelhos ideológicos poderiam fazer parte desse trabalho de enraizamento da consciência crítica.

Para Luciana Cabral Doneda (2004, p.64), o conceito de Jornalismo em Gramsci, que ele chama de Jornalismo Integral, é um programa político-educativo. Para a autora, Gramsci ultrapassa a definição de jornalismo informativo e o considera uma prática educativa, política, uma “escola de adultos”.

> *Il giornalismo integrale è un programma d'educazione política progressiva che sappia trasformare il "semplice senso comune" delle grandi in contenuti politici concreti. Per Gramsci il giornalismo non è chiuso nel suo carattere informativo, non è soltanto risultato di una "esperienza vissuta" ma è un elemento politico della società che può essere sfruttato nella sua funzione educativa. Il giornalismo dovrebbe essere la scuola dell'adulto, che aiuta costui a capire e interpretare il mondo. Politico si, ma senza indottrinamento o visione totalizzanate. Merce si, ma che la pubblicità e le regole economiche non siano gli editori. Libertà, d'esspressione si, ma con responsabilità.* (CABRAL DONEDA, 2004, p.64).

Para Gramsci (2010), o jornalismo não se restringe a ser informativo. Ele é um elemento político de sociedade que pode ser explorado em sua função educativa, que a ajuda a compreender e interpretar o mundo.

Por isso, além dos objetivos de informar, trocar experiência, auxiliar na construção das ideias, o Jornalismo Integral, defendido por Gramsci, teria o papel de qualificar o senso comum do seu público leitor dentro de um programa de educação política.

Como será visto nos capítulos seguintes, a comunicação do MST foi se desenvolvendo ao longo de sua história, principalmente pelas imposições do contexto político, e hoje, internamente, ela faz parte de um processo de formação de quadros. O MST difunde e socializa suas críticas ao mundo e suas propostas de transformação por meio de seus próprios veículos de comunicação, especialmente pelo **Jornal Sem Terra** e outros meios de comunicação, como será visto no capítulo II.

O desafio do MST está, no atual contexto político, em difundir esse programa de educação política, já que os atuais meios de comunicação alinhados a esse projeto político, como o jornal Brasil de Fato, não conseguiram lograr êxito nesse objetivo. Um caminho que começa a ser trilhado é o da formação dos quadros que possam multiplicar, tanto na base, como na sociedade em geral, essa educação política, como será visto no capítulo III.

Antes de mostrar esse processo de formação crítica por meio do **Jornal Sem Terra**, é preciso detalhar como Gramsci considerava que o jornalismo poderia auxiliar nesse processo de difusão e socialização de ideias.

Gramsci dedicou especial atenção ao jornalismo. Em 1919, fundou a revista semanal ***L'Ordine Nuovo***, uma publicação de cultura socialista que se configurou em espaço de debates sobre as estratégias e táticas de ação. A partir do sétimo número, a orientação altera-se a partir de um editorial assinado por Gramsci, que aponta para um trabalho de esclarecimento, persuasão e, também, de educação recíproca

> *L'Ordine Nuovo* passou a colocar questões sobre a revolução italiana: a organização e o desenvolvimento das Comissões Internas de Fábrica tornou-se o problema central da revista. Os debates em torno da questão eram amplamente divulgados e reuniões se sucediam entre os trabalhadores metalúrgicos de Turim: logo

> *L'Ordine Nuovo* foi transformado no "Jornal dos Conselhos de Fábrica", como acentua Gramsci, os operários interessaram-se pelo semanário porque nele encontravam uma parte de si mesmos, porque seu artigos expressavam os embates da ação e, dessa forma, "elaboravam sentimentos, vontades, paixões reais da classe operária" (SCHLESENER, 2002, p.98).

O semanário concebido por Gramsci propunha-se a elaborar nova concepção de mundo. Os redatores pretendiam que a revista incentivasse o trabalho de reinterpretação do pensamento historicamente produzido e que estimulasse o desenvolvimento de nova forma de convivência e colaboração entre os jovens socialistas da Itália.

Em 1920, a revista atingiu 1.100 assinaturas e tiragem de 5 mil exemplares. Em dezembro do mesmo ano, o trabalho iniciado pela revista concretizou-se na formação da Escola de Cultura ***L'Ordine Nuovo***. De acordo com Schlesener (2002), Gramsci viu com entusiasmo o grande interesse dos operários em estudar na escola, apesar da fatigante jornada de trabalho:

> O que motivava os trabalhadores era a vontade e a necessidade de explicitar "uma concepção de mundo que a própria vida lhes ensinou", para, assim, melhor desenvolver sua ação. Para ser atrativa e proveitosa para os trabalhadores a escola deveria ter a função de esclarecer e reforçar a concepção de mundo implícita na vida quotidiana, na experiência da fábrica enquanto uma experiência inovadora, orgânica, na qual se instaurava uma nova convivência, impraticável em qualquer escola burguesa. A Escola de Cultura se apresentava como uma das alternativas educacionais que o grupo de *L'Ordine Nuovo* incentivava, movidos pela idéia de que a revolução implicava um trabalho intenso de formação cultural e da personalidade (SCHLESENER, 2002, p.102-103).

Depois, na prisão, dedicou um caderno de anotações aos estudos do jornalismo e várias notas, em outros cadernos, que também discutiam o tema.

Preocupado com a formação, no sentido mais amplo da palavra, da sociedade, Gramsci diferenciava os jornais de informação, ou "sem partido" explícito (que podem ser caracterizados, hoje, como os jornais da indústria jornalística), dos jornais de opinião, dedicados a um público. Geralmente, os jornais de opinião são órgãos oficiais de um partido.

Gramsci (2010) caracterizava três tipos gerais de revista, de acordo com o modo como são redigidas, pelo tipo de leitor ao qual pretendem se dirigir e pelas finalidades educativas que querem atingir:

> Cada um destes tipos deveria ser caracterizado por uma orientação intelectual muito unitária e não antológica, isto é, deveria ter uma redação homogênea e disciplinada; portanto, poucos colaboradores "principais" devem escrever o corpo essencial de cada número. A orientação redacional deve ser fortemente organizada, de modo a produzir um trabalho intelectualmente homogêneo (...). Um organismo unitário de cultura, que oferecesse aos diversos estratos do público os três tipos supracitados de revista (...) ao lado de coleções de livros correspondentes, satisfaria as exigências de uma certa massa do público, que é mais ativa intelectualmente, mas apenas em estado potencial, e que é a que mais importa elaborar, fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático (GRAMSCI, 2010, p. 201).

Gramsci entendia que os meios de comunicação tinham papel de conscientizar e promover a ação transformadora, desde que fossem seguidas determinadas características. Para ele, as revistas do tipo crítico-histórico-bibliográfico constituem-se por um "exame analítico de obras, feito do ponto de vista dos leitores da revista que não possam, em geral, ler as próprias obras." Portanto, o leitor que não tem o hábito da pesquisa e da leitura seria auxiliado a assimilar o que Gramsci chama de "sentido" desse hábito. O pensador italiano reforça que não basta para a revista fornecer conceitos, mas sim oferecer "toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e não apenas por indicações" (GRAMSCI, 2010, p. 201-202).

Assim, a revista não "ensinaria" conceitos para a conscientização e formação, mas formaria todo o processo de construção do raciocínio para chegar a esse conceito, tal qual uma aula. Esse tipo de construção de texto foge ao conceito positivista do Jornalismo, que se concentra na divulgação de um fato considerado relevante jornalisticamente. No mundo burguês, a categoria singular solidifica-se e o que Gramsci propõe nesse tipo de revista é a totalidade, como afirma Lukács (1968, p.123)

> Porque el verdadero reportaje no se contenta con representar simplemente los hechos; sus narraciones siempre dan un conjunto, descubren causas, provocan deducciones (debido a ello, la dialética materialista, como base ideológica, confiere al reportaje unas posibilidades que no le son dadas en el campo burgues). Pero la unión de los hechos y sus relaciones, también de lo especial y lo general, de lo individual y lo típico, de lo casual y lo necesario, se presenta aquí bajo un principio distinto al que se da en la literatura configuradora.

Os jornais cumprem, portanto, uma dupla função, a de informação e a de direção política, pois, como via Gramsci na situação italiana, “pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (GRAMSCI, 2010, p.218).

Não basta, insistia Gramsci, a difusão de um modo de agir e pensar por um centro homogêneo, pois a elaboração da consciência coletiva requer várias condições e iniciativas; dessa forma, Gramsci critica o que poderia ser considerada uma visão “funcionalista” dessa difusão

> Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos. [...] É pueril pensar que um “conceito claro”, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizados” de clareza difusa. Este é um erro “iluminista”. A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, constitui uma “qualificação”, não um dado do senso comum vulgar (GRAMSCI, 2010, p. 205-206).

Por isso, Gramsci considerava importante a “repetição paciente e sistemática”, ou seja, a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, “situando sempre cada aspecto parcial na totalidade” e acrescenta

> O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica [...] não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios “claros” de método: esta seria uma mera ação própria de “filósofos” do século XVIII. O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e a dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência afetiva (GRAMSCI, 2010, p. 206)

O que esta pesquisa pretende demonstrar é que esse trabalho ─ primeiro, de organização do movimento, como previa Lenin, e, depois, de educação e formação para elaboração da consciência crítica, baseado nos conceitos de Gramsci,─ acontece de forma progressiva desde o primeiro boletim Sem Terra, editado na fase embrionária do MST, e, atualmente, ganhou ainda mais importância com a necessidade de ampliar a formação crítica dos militantes, como será visto no próximo capítulo.

Da mesma forma, assim como do trabalho em torno da revista fundada por Gramsci desenvolveu-se em uma escola de formação crítica, também na formação desenvolvida pelo movimento há um trabalho educativo-formativo que pode ser visto sob a luz do conceito de escola unitária, desenvolvido por Gramsci (2010), e também de comunicação educadora, proposta por Mario Kaplún (2002).

Antes, é preciso diferenciar que tipo de jornalismo presta-se a fazer esse trabalho de formação, pois é possível identificar, na imprensa, dois modos de produção.

2.3 Modos de produção no jornalismo

A análise dos veículos jornalísticos, a partir dos conceitos de Lenin e Gramsci, pode levar também a uma leitura de que há dois modos de produção no Jornalismo, assim como existem, como afirma Mario Kaplún (2002, p.54), duas maneiras de se entender o termo “comunicação”.

No senso comum, predomina o termo comunicação como o ato de informar, transmitir ou emitir. De acordo com Kaplún, há uma definição mais antiga para comunicação, derivada da raiz latina *communis*, a mesma raiz de comunidade, de comunhão. Comunicação significaria diálogo, intercâmbio, compartilhamento, fazer correspondência.

Para Kaplún, o motivo desse significado mais antigo (o da comunidade) ter ficado à sombra do primeiro (o de informar e transmitir) pode ser encontrado no desenvolvimento dos meios de comunicação social, como a imprensa, o rádio e a televisão.

> Los norteamericanos – sus grandes propulsores – los denominaron simplesmente *mass media*: médios masivos o de masas. Pero después, para legitirmarse y afirmar su prestigio, ellos mismos comenzaron a llamarse “medios de comunicación social”. Se apropriaron del término “comunicación”. Y ahi probablemente nació el equívoco. (KAPLÚN, 2002, p. 54)

Kaplún afirma que a forma de operar dessas mídias converteu-se em modelo de comunicação e para estudá-las foi construída uma teoria da comunicação focada, principalmente, na transmissão de sinais e mensagens.

> Así, en lugar de partir de las relaciones humanas, fueron la técnica, la ingenería, la electrónica – y las poderosas empresas propietarias

> de los medios – quienes impulsaron la forma de concebir la comunicación. (KAPLÚN, 2002, p. 54-55)

Essa redução do significado do que é comunicação encaixou-se no conceito hegemônico da segunda metade do século XX, de supervalorização dos meios de transmissão de mensagens e também no caráter autoritário e hierárquico das sociedades. Kaplún mostra que esse clássico modelo (emissor – mensagem – receptor) é a descrição para o que, geralmente, a sociedade capitalista entende por comunicação, ou seja, aquela entre o chefe e seus subordinados, o empresário com seus trabalhadores, o professor com seus alunos, o pai de família com seus filhos, o governante com os governados, o jornal com seus leitores, a classe dominante com a dominada e as grandes potências com os países da periferia do capitalismo.

> La controversia para recuperar el sentido original del concepto de comunicación entraña, pues, mucho más que una simple cuestión semántica, de diccionario. Ella conlleva una reivindicación humana, y, sobre todo, una reivindicación de los sectores dominados, hasta ahora los grandes excluidos de las grandes redes transmisoras. La polémica tiene uma dimensión social y política. (KAPLÚN, 2002, p. 56)

Kaplún lembra que, na América Latina, há movimentos que, além de reclamar por justiça e igualdade, também reclamam seu direito à comunicação, querem ser escutados e querem ser interlocutores, abrindo caminho para o que ele chama de comunicação comunitária.

> En el fondo de las dos acepciones, subyace una opción básica a la que se enfrenta la humanidad. **Definir qué entendemos por comunicación, equivale a decir en qué clase de sociedad queremos vivir**. La primera acepción —la que reduce la comunicación a transmisión de informaciones— corresponde a una sociedad concebida como poder: unos pocos emisores imponiéndose a una mayoría de receptores. La segunda, a una sociedad construida como comunidad democrática. (KAPLÚN, 2002, p. 56. Grifo do autor desta tese)

Se, ao optar por um conceito de comunicação, também se opta pelo tipo de sociedade em que se quer viver, Kaplún afirma que, da comunicação dominadora, se desprende uma sociedade vertical, monopolizada, concentrada nas minorias, enquanto, da comunicação comunitária, se desprende uma sociedade participativa, a serviço da maioria, horizontal.

Consequentemente, também é possível afirmar que o modo de produção jornalística adotado em um veículo de comunicação pode ensejar um desses modelos de sociedade. O **modo de produção jornalística** compreende todas as etapas da transformação dos acontecimentos em notícia, desde a seleção desses acontecimentos até a forma como a notícia é construída.

De acordo com o pesquisador português Jorge Pedro Sousa, as “notícias são um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história” (2002, p.17).

Para Sousa, a análise do modo de produção jornalística deve ser buscada na interação de seis ações:

a) Ação pessoal: as notícias resultam, em parte, das características pessoais (história, formação, ideologia) de quem as produz;

b) Ação social: as notícias são resultado das rotinas de produção (horários de fechamento, critérios para dar conta da imprevisibilidade das notícias) e das dinâmicas e constrangimentos do meio organizacional em que são construídas e fabricadas;

c) Ação ideológica: as notícias são fruto das forças que dão coesão aos veículos de comunicação, ou seja, são resultado da ideologia hegemônica. Sousa (2002,p.16) chama a atenção ao fato que essa ideologia pode se manifestar de forma consciente ou não;

d) Ação cultural: como as notícias são resultado do sistema cultural em que são produzidas, elas condicionam a visão que se cria do mundo. De acordo com Sousa (2002,p.84), “os meios de comunicação social reproduzem os discursos dominantes através dos quais se dá significado à realidade e perpetua-se as ideias dominantes através da linguagem e dos sistemas simbólicos”;

e) Ação do meio físico e tecnológico: as notícias dependem dos recursos tecnológicos disponíveis para a produção e também do meio (físico) em que são produzidas. O conceito do que era notícia modificou-se após a invenção do gravador de vídeos, por exemplo;

f) Ação histórica: as cinco ações anteriores interagem dentro de um contexto histórico. Por exemplo, no período histórico logo após a Segunda Guerra, os recursos tecnológicos disponíveis, a ideologia dominante da Guerra Fria e a visão

de mundo maniqueísta produzida pelos meios de comunicação configuravam categorias de seleção de acontecimentos diferente de outro período histórico, como por exemplo, após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando havia outros recursos tecnológicos e a ideologia da bipolaridade foi substituída pela do pânico contra o “terrorismo internacional”.

Para obter uma visão mais completa de como se opera a seleção e construção das notícias no jornalismo, essas ações não podem ser analisadas em separado. Por exemplo, não é suficiente estudar a história pessoal e de formação de um jornalista, é necessário também conhecer o veículo em que ele trabalha, se há um manual de redação, quais os recursos tecnológicos disponíveis, qual a ideologia hegemônica e em que período histórico encontra-se aquela produção.

A partir desse quadro, seria possível compreender os critérios de noticiabilidade atribuídos a um acontecimento que justificariam sua seleção como algo com potencial para ser notícia em um veículo de comunicação. De acordo com Nelson Traquina (2005, p. 63), “podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”.

Esses critérios de noticiabilidade são diferentes na indústria jornalística e na imprensa das classes trabalhadoras. Não só a seleção dos fatos pode ser diferente, mas também os critérios de construção.

Por exemplo, a repressão do governo paranaense à marcha do MST em maio de 2000, durante a Jornada de Lutas, resultou em uma série de mobilizações em todo o país para pressionar o governo a acelerar a Reforma Agrária.

A revista Veja, edição 1648, de 10 de maio de 2000, utilizou o fato como gancho para uma reportagem de capa em que criticava duramente a opção do MST pelo socialismo, argumentando que a reforma agrária seria apenas um pretexto para implantar o que a revista qualificou como “baderna”.

Especificamente sobre os acontecimentos no Paraná, a revista noticiou o fato desta forma

> Com exceção dos governadores de São Paulo, Mário Covas, e do Paraná, Jaime Lerner, os responsáveis pelo comando das polícias nada fizeram para conter a baderna. [...] No Parará, o governo mandou 800 policiais conter o avanço de quarenta ônibus que levavam os sem-terra para um protesto em Curitiba. Houve muita confusão, mais de cinquenta feridos de lado a lado e uma tragédia, a morte do sem-terra Antonio Tavares Pereira, 38 anos, casado, cinco

filhos, que foi atingido durante um confronto com policiais numa estrada de acesso à capital. Diante desse episódio, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma de suas manifestações mais ríspidas em relação ao MST: “a morte do lavrador deve servir de alerta para os que optam pelo desrespeito à democracia”, disse. (OINEGUE, 2000, p. 45)

Brasil

Marcha frustrada: no Paraná a polícia barrou manifestantes, cinqüenta foram feridos e um morreu

SEM TERRA E SEM LEI

Em sua maior ofensiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra invade prédios públicos em quinze capitais e um militante é morto pela polícia

Eduardo Oinegue

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra concretizou na semana passada sua ação mais espetacular desde que foi criado, há quinze anos. Numa operação relâmpago e inédita, cerca de 5 000 sem-terra ocuparam prédios públicos em catorze capitais. Outros 25 000 realizaram invasões pelo interior e passeatas. Em três lugares, foram atacadas sedes regionais do Incra, o órgão do governo federal encarregado da reforma agrária. Em onze, o MST escolheu escritórios do Ministério da Fazenda. “Agora vamos pegar o Malan”, disse Gilmar Mauro, líder do movimento, referindo-se ao ministro da Fazenda. E completou: “A vontade do nosso povo é pegar a foice e descer o cacete”.

A má distribuição de terra no Brasil tem razões históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra. Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios do Brasil. Na opinião de alguns estudiosos, a questão agrária está para a República assim como a escravidão estava para a Monarquia. De certa forma, o país se libertou quando tomou livre os escravos. Quando não precisar mais discutir a propriedade da terra, terá alcançado nova libertação.

A reforma agrária saiu da agenda dos países há mais de vinte anos. Ou já tinha sido feita, ou não fazia mais sentido como fator de desenvolvimento. Até a década de 60, distribuir terras garantia um aumento na produção agrícola dos países. Depois, com o aumento da produtividade, garantiu-se o abastecimento não pela repartição da terra, e sim pelo uso da tecnologia. A necessidade de mão-de-obra no setor

Velório de Antônio Pereira: viúva e cinco filhos

42 10 de maio, 2000 veja

Henrique edita pacote anti-MST: “fim do desrespeito à democracia”

gião dos sem-terra. O Brasil tinha mais da metade de sua força de trabalho no campo até a década de 60. Hoje tem 23%. A Europa mantém aproximadamente 6% de sua população trabalhando no meio rural e, nos Estados Unidos, a porcentagem cai para 2%. De um ponto de vista estritamente agrícola, portanto, a reforma agrária não tem mais nenhuma razão de ser. No Brasil, ela se transformou numa questão diferente: pode evitar que as metrópoles sejam inchadas por desempregados do campo e também funciona na esfera da justiça social ao conceder terra a quem precisa dela para tirar o sustento da família. Isso na teoria.

Na prática, quem observa a trajetória

modifica sua
tivos. Numa p
terra. O movi
tomar o poder
ção e, feito is
cialismo tardi
do Muro de B
Cuba e Coréia
que resta de m
o próprio MST
gimento algu
Num prim
clarado do M
Rurais Sem-Te
tivo — não p
improdutivo.

Soldado americano devidamente paramentado para enfrentar multidões, e um policial brasileiro em ação: diferença gritante

Fig. 6. Reprodução da reportagem da revista Veja nº. 1648. As ilustrações da reportagem mostram a carga ideológica de defesa da repressão ao MST. Na legenda da foto ao lado: “soldado americano devidamente preparado para enfrentar multidões e, à direita, um policial brasileiro em ação: diferença gritante” (VEJA, Ed. 1648)

O **Jornal Sem Terra** noticiou o mesmo fato desta maneira

> Quando dirigiam-se para a Jornada de Lutas em Curitiba, os 50 ônibus com famílias de sem terra do Estado foram reprimidos pela polícia e nem conseguiram chegar à capital paranaense. Cerca de 180 sem terra foram feridos e o trabalhador Antônio Tavares Pereira foi assassinado com um tiro no abdômen durante a operação. [...] Os policiais do GOE (Grupo de Operações estratégicas), preparados para uma verdadeira operação de guerra, obrigaram os trabalhadores a deitar no chão, intimidando-os com pancadas e apontando as armas em direção a suas cabeças. Bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha e de chumbo eram usadas contra aqueles que tentavam fugir ou se defender. Mesmo dentro dos ônibus foram jogadas bombas, que atingiram mulheres e crianças, incluindo um bebê de oito meses. Alguns feridos contam que chegaram a ser ameaçados de morte por policiais militares dentro do hospital. [...] Mais uma vez o governo do Estado se mostra incapaz de solucionar os conflitos agrários. Jaime Lerner carrega o peso de 15 trabalhadores assassinados durante o seu governo. O sangue desses companheiros clama por justiça. Antônio Tavares Pereira é mais uma vítima da truculência e da repressão. (JORNAL SEM TERRA, Lerner: violência e impunidade. Ed. 200, maio de 2000, p. 9[4])

Essa comparação mostra como um mesmo fato pode ter critérios de construção completamente diferentes graças às ações ideológica, cultural e social. Como nenhum dos veículos é diário, não cabe o argumento de que não era possível detalhar ou repercutir o fato. O que houve foi a construção da notícia de acordo com os interesses ideológicos dos grupos que mantêm os respectivos veículos.

Enquanto o **Jornal Sem Terra** deu ênfase aos detalhes da truculência da ação policial e classificou o então governador do Paraná como um dos mais que mais assassinavam trabalhadores rurais, a Veja colocou o fato apenas como exemplo do que as ações do MST podem ocasionar e ainda classificou o governador paranaense como um dos únicos a tomar uma medida para conter “a baderna”.

Além das comparações entre as abordagens dos textos, há outro aspecto que diferencia as duas publicações. A grafia do termo Sem Terra. O **Jornal dos Sem Terra**, assim como as demais publicações do MST (e da mesma forma que esta tese) faz a grafia sem hífen, enquanto a **Veja** adota a grafia sem-terra. De acordo com Roseli Caldart, usar a expressão Sem Terra, sem hífen, é sinal de identidade coletiva construída pelo próprio movimento.

> A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora de campo que não possui sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural.

[4] Nesta tese, foram usados os números 1 a 316 da publicação Jornal Sem Terra. Para facilitar a leitura, as citações foram agrupadas numa única referência.

> No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também um sinal de uma identidade construída com autonomia. [...] Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que a transformou em nome próprio, e projeta para além de si mesma. (CALDART, 2004, p.19-20)

A diferença nas abordagens pode ser analisada a partir da ideologia da empresa jornalística que publica Veja e no consequente constrangimento ou recompensa organizacional que a empresa impõe. A revista Veja pertence à Editora Abril, que, no seu Manual de Redação, define como um dos seus três princípios o de que a empresa “está empenhada em contribuir para [...] o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país” (EDITORA ABRIL. Manual de Estilo da Editora Abril, 1990, p.15). Desenvolvimento da livre iniciativa e instituições democráticas podem ser compreendidos como o capitalismo e democracia liberal burguesa. As publicações dessa editora vão criticar ações ou grupos que sejam contrários ao capitalismo e ao liberalismo burguês.

> Ao aceitarem as interpretações "oficiais" dos acontecimentos, ao centrarem-se nas fontes de poder que se concentram nos círculos das elites dominantes e ao marginalizarem ou secundarizarem, deslegitimizando, as vozes alternativas ou as dos cidadãos sem grande poder, os meios de comunicação serviriam uma hegemonia que não necessitaria de recorrer à coerção. As notícias teriam as marcas dessa hegemonia. (SOUSA, 2002, p.76)

Portanto, os veículos de comunicação das classes trabalhadoras, ou comunitários, assumem de antemão o compromisso de adotar critérios de seleção e construção que estejam em consonância com a luta dessas classes para, entre outras missões, servir de voz diante da opressão dos veículos da indústria jornalística.

Agora, para que ainda se tornem veículos de comunicação que possam exercer o papel de organizadores coletivos e que possam elevar a consciência crítica, não é suficiente essa preocupação com os critérios de noticiabilidade, seria preciso ir além. Para que se tornem veículos que possam contribuir com a formação crítica das classes trabalhadoras, há a necessidade de definir uma política editorial

que privilegie a contextualização e a reflexão e ainda existir um trabalho de formação dos militantes que vão atuar nesses veículos.

Kaplún (2002, p.40) chama a atenção para o fato de que mesmo os meios de comunicação comunitários podem cair no risco de adotar uma concepção de comunicação mais verticalizada se houver nessa comunicação:

a) Mais importância aos efeitos imediatos das ações do que ao processo dos participantes;

b) Confusão entre comunicação e propaganda, reduzindo o trabalho de comunicação a tarefas de agitação, *slogans* e campanhas;

c) Preocupação com o índice de audiência, em que importa mais a quantidade do que a qualidade. Ou seja, se a preocupação maior for o número de leitores, ouvintes, telespectadores ou internautas, em vez de ter como meta que o público compreenda o significado do compromisso com os ideais daquela mensagem;

d) Redução da participação da comunidade a apenas ouvir, ler e ver as mensagens e fazer o que foi programado;

e) Uso de apelos ou outros efeitos emocionais no lugar de conteúdos racionais que levem à reflexão e à análise.

Dessa forma, compreender as características do modo de produção jornalística é o primeiro passo para entender o conceito de comunicação no MST, que adota um modo de produção oposto ao da indústria jornalística, justamente para não cair nas armadilhas apontadas por Kaplún, como se verá mais adiante.

2.4 O modo de produção da indústria jornalística

A atual formatação da indústria jornalística tem origem na ascensão da burguesia como classe social, ainda no século XVIII (SODRÉ, 2009). A partir do final do século XIX e início do século XX, com a expansão capitalista e imperialista, a indústria jornalística passou a ser dominada por grupos empresariais, ou pelos chamados “barões da mídia”, empresários que detinham o controle de vários veículos de comunicação. No Brasil, o primeiro desses barões foi Assis Chateaubriand e, até hoje, os principais meios de comunicação são dominados por famílias como Civita, Marinho, Frias e Mesquita. O objetivo desses veículos era

gerar lucros por meio da venda de publicidade. Associadas a essa publicidade estavam as notícias que deveriam atrair um público cada vez maior.

Para Erik Neveu, antes de serem “soldados das forças políticas”, os barões da imprensa são empresários capitalistas.

> O magnata da imprensa Roy Howard declarava: “Nós viemos a Detroit simplesmente como mercadores de notícias. Estamos aqui para vender publicidade, e vendê-la a um preço vantajoso para aqueles que investirem nela. Mas nós devemos antes produzir um jornal com informações atraentes, que aumentarão sua circulação e deixarão a publicidade mais eficaz”. [...] Os barões da imprensa (Pearsons, Northcliff, Hearst) serão os primeiros a constituir grupos de jornalismo economicamente poderosos. (NEVEU, 2006, p.24-25)

Esse DNA da indústria jornalística é fundamental para entender sua prática e seu discurso e oferece parâmetros para que a crítica à sua atuação não se confunda com supostos atentados à liberdade de expressão, como os editoriais da própria indústria jornalística tentam pregar.

De acordo com Neveu (2006), essa modalidade de imprensa é caracterizada como modelo anglo-americano que tem cinco pontos centrais: 1) a busca pelo factual, ou seja, o analítico está em segundo plano diante da necessidade de relatar os fatos; 2) o discurso da objetividade jornalística como forma de ampliar o público leitor. Como afirma Neveu (2006, p.24), “essa crença na reconstituição objetiva dos fatos imaculados é uma grande ilusão, mas, transformada em norma profissional, produziu efeitos [como] a desvalorização das formas empoladas de expressão e dos registros polêmicos”; 3) sentimento de utilitarismo, o jornal teria de ser útil para o leitor; 4) caracterização da imprensa como atividade industrial, portanto, condicionada à busca pelo lucro, à organização e otimização das tarefas produtivas, que, no caso do jornalismo, é a otimização das rotinas de produção de notícia descritas nos manuais de redação e negociadas na redação pelos critérios de noticiabilidade; 5) o jornalista é um profissional assalariado e uma profissão regulamentada, que, diferente de outras, “deve seu prestígio não a cursos longos ou seletivos, mas a recursos como qualidade da expressão, visibilidade social, proximidade dos poderosos ou coragem do correspondente de guerra”. (NEVEU, 2006, p.39).

Muniz Sodré (2009, p. 10-11) mostra que, “ao fincar pé na história como o meio de comunicação preferencial da burguesia, a imprensa mostra-se ideológica em mais de um sentido. [...] Sua modernidade está visceralmente ligada às [...]

exigências que o mercado livre levava a classe burguesa dominante a fazer a si mesma, desde meados do século XVII.” Sodré entende essa ideologia como “sistema de ideias ou pensamentos organizados, [...] um instrumento doutrinário diferencial da classe em ascensão, sujeito às distorções da realidade ou dos fatos em favor da vitória na argumentação, [...] significa a luta discursiva que se trava para decidir quem domina”.

Para Sodré, a imprensa, ainda nos seus primórdios após a popularização da prensa de Gutenberg, serviu aos interesses da burguesia, como classe que desejava tomar o poder de assalto, porque legitimava seu discurso não pela posição que ela tinha na sociedade, mas pela racionalidade que ele encerrava. Ou seja, a imprensa burguesa colocava-se no papel de esclarecer o público leitor

> [...] tentando fazer passar uma ideia ou uma causa como indutoras de modernização e progresso. Emergindo historicamente na passagem do Estado absoluto ao Estado de direito, como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade. [...] **Uma vez ultrapassada a fase artesanal e publicista, a imprensa passou a oscilar continuamente entre os seus interesses empresariais** – dificilmente isentos das tentações da manipulação e da corrupção política – **e os fatos relativos à realidade sociopolítica de seu público**, sempre cercada pela mística da defesa incondicional dos direitos da cidade regional ou mundial. (SODRÉ, 2009, p.12-13, grifos do autor desta tese)

Dois aspectos desse raciocínio de Muniz Sodré devem ser detalhados: primeiro, os conceitos de liberdade de imprensa e esfera pública; depois, o desejo dessa indústria de ser a administradora da verdade sobre os fatos e a narração mítica e fragmentária dos fatos.

a) Conceito burguês de liberdade de imprensa

A indústria jornalística alimenta-se do conceito de esfera pública, que, como mostra Venício Lima (2010), originalmente era um discurso político para garantir a liberdade burguesa diante do absolutismo da nobreza e, hoje, é empregado pela indústria jornalística como forma de desqualificar as tentativas de regulação dessa mesma indústria.

Venício Lima cita dois aspectos apontados pelo inglês Thomas Paine (1737-1809) que têm sido utilizados no campo das comunicações como defensor da liberdade de imprensa, para mostrar como o conceito de liberdade de imprensa é utilizado de forma errônea. Primeiro, a expressão “liberdade de imprensa” tem origem na liberdade de imprimir e não tem relação com o conteúdo impresso, portanto a responsabilidade do conteúdo é daquele que escreve; e, segundo, a liberdade de imprimir não exime o autor de ser julgado pelo público pelo conteúdo impresso.

O autor destaca que há diferenças históricas entre as circunstâncias que deram origem à expressão liberdade de imprensa e a que se vive no Brasil, dois séculos depois. Enquanto os jornais reclamavam o direito de imprimir em meio às revoluções burguesas na Inglaterra e na França, em um espírito de combate ao absolutismo da nobreza, “na nossa versão de democracia liberal, a grande imprensa é uma instituição poderosa, concentrada nas mãos de uns poucos grupos empresariais familiares, beneficiária da propriedade cruzada e da ausência histórica de formas democráticas de regulação”. (LIMA, 2010, p. 45).

A regulação do mercado e a democratização dos meios de comunicação, atualmente, são causas da sociedade civil organizada, que, ao entender que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias prejudica o acesso do cidadão a diferentes pontos de vista, propõe a possibilidade de existirem e prosperarem novos veículos de imprensa, nas modalidades impressa, digital e eletrônica (rádios e TVs, principalmente). Ao propor a ampliação, os movimentos sociais criticam a forma como são criminalizados pela indústria jornalística, como é o caso do MST no Brasil.

Quando a indústria jornalística lança mão do conceito de liberdade de imprensa para defender seus interesses diante dessa democratização, na verdade, está utilizando um conceito descontextualizado, que se referia a uma prática liberal diante do Estado Absolutista e que não pode mais ser aplicado.

É dever, portanto, da imprensa alternativa insistir na aprovação de legislações que ampliem e democratizem a concessão de rádios e TVs e que permitam ao cidadão a possibilidade de criticar e punir as empresas de comunicação que publiquem informações distorcidas em nome de interesses empresariais ou políticos.

Um exemplo de como age a indústria jornalística em relação aos movimentos sociais, criminalizando suas ações, é a revista Veja, citada anteriormente. A edição 1648, de 10 de maio de 2000, traz um texto sobre o MST intitulado **Sem Terra e Sem Lei**, que criminaliza as ações do MST e compara um de seus líderes, João Pedro Stedile, ao Agente 007, no sentido de que ele agiria criminalmente sem ser punido. Há, inclusive, uma montagem que mistura a foto do rosto de Stedile com o corpo da personagem, empunhando uma arma. Após um recurso, em 2005, a justiça de São Paulo entendeu que a Editora Abril "não devia reparação a Stedile" e que a reportagem tinha "interesse público pela verdade dos fatos".

Os fatos foram considerados verdade pela decisão judicial não só porque foram publicados pela revista como também por outros veículos de comunicação, o que exemplifica a mística burguesa da indústria jornalística de ser a administradora da verdade sobre os fatos.

b) Seleção e construção das notícias na indústria jornalística

A indústria jornalística, desde os processos que culminaram com as revoluções liberais inglesa, francesa e norte-americana, colocou-se no papel de assegurar ao cidadão (no caso, o cidadão burguês que se sentia oprimido pelo poder absolutista) a representatividade de seus direitos e pensamentos e garantir sua expressão pública.

> Essa virtude, decorrente do preceito das liberdades civis instituídas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, resulta da definição do empenho de liberais [...]. Foi assim que a imprensa livre pôde ser reconhecida como obra do espírito objetivo moderno e, deste modo, constituir um pano de fundo ético-político que tornaria escandaloso para a consciência liberal, em qualquer parte do mundo, o fenômeno do jornalismo sensacionalista, ou tornaria condenável pela consciência moral do jornalista o falseamento ou o encobrimento da verdade factual. (SODRÉ, 2009, p.12-13)

Daí o conceito de que cabe ao jornalismo noticiar uma verdade, reconhecida assim pelo senso comum, desde que o enunciado corresponda a um fato. E, graças aos mecanismos da indústria jornalística, esse fato é selecionado a partir de regras hierárquicas de importância. A notícia, colocada dessa forma, se diferenciaria da opinião e ganharia a característica de ser um relato supostamente imparcial e objetivo do fato.

Esse senso comum, incorporado pelo jornalismo, sobre os fatos é moldado pelo Positivismo, doutrina que coincide com a ascensão da imprensa burguesa. De acordo com Sodré, para o Positivismo, o fato é uma experiência sensível da realidade e, para cada fato, deve corresponder um “dado sensível empiricamente observável”. A objetividade jornalística decorre de um ideal positivista que define o jornalismo como “espelho do mundo real”.

O jornalismo objetivo teria, portanto, uma reprodutibilidade técnica, que partiria de fatos brutos e que não levaria em conta outros fatores como, por exemplo, a carga histórica do repórter ou as condições em que aquele fato foi observado.

A rotina industrial jornalística requer uma organização dada à superabundância dos fatos, pelos horários de fechamento para a finalização das edições (tanto impressa quanto as on-line e as veiculadas em rádio e TV) e pela concorrência com outros veículos. Essa organização pressupõe uma hierarquia dos fatos na medida em que alguns são considerados de maior importância e merecem ser publicados naquela edição. Dentro desses, alguns terão ainda maior destaque e ganharão prioridade no tempo ou no espaço desses veículos. Outros fatos serão considerados de menor ou de nenhuma importância e serão descartados.

A simples escolha entre os fatos já derrubaria a hipótese da reprodutibilidade técnica do jornalismo, porém esse espírito positivista está tão ligado à prática jornalística que, para critícá-lo, surgiram teorias que passaram a estudar por que as notícias são como são. Essas teorias opõem-se à desgastada teoria do espelho e consideram que o jornalismo, na verdade, é resultante de uma construção social da realidade.

Durante o século XX, nos EUA, foi desenvolvido o jornalismo que melhor aperfeiçoou sua realização técnica, sua organização capitalista e ideologia liberal. A indústria jornalística norte-americana é voltada para obtenção do lucro, conseguido graças aos investimentos de anunciantes de produtos de consumo, interessados nos índices de audiência. Quanto maior o índice de audiência, ou seja, quanto maior a franja do público que aquele veículo consegue alcançar, maior será o preço que ele pode cobrar para abrigar um determinado anúncio.

E a técnica encontrada pela imprensa norte-americana para aumentar o índice de audiência foi aquela do espírito liberal: o de garantia de liberdade e isenção. Ou seja, quanto mais um veículo de comunicação conseguir transmitir a ideia de que reproduz fielmente os fatos, ou seja, de que se aproxima da verdade dos fatos, sem opiniões ou comentários, maior será sua credibilidade, portanto, maior o índice de audiência.

O jornalismo norte-americano incorporou essa técnica em uma forma de narrar que coloca, no primeiro parágrafo da notícia, os seis elementos considerados essenciais para que o receptor conheça o fato: o que aconteceu, quando aconteceu, como aconteceu, onde aconteceu, por que aconteceu e quem esteve envolvido. Essa técnica é batizada de lide, do inglês *lead*, que signfica a condução do leitor pelo que deve compreender da notícia.

Seguindo essa lógica, se a narração do fato restringir-se às seis perguntas, não haveria espaço para opiniões ou comentários. Essa análise imediata não leva em consideração que:

a) já houve uma seleção anterior de quais fatos seriam ou não transformados em notícia;

b) após a seleção, a construção do texto leva em consideração outros aspectos, como a hierarquia das respostas às perguntas e que ênfase será dada, ou não, a cada uma delas.

Para Nelson Traquina (2005), os jornalistas empregam dois processos para produzir notícias. Primeiro, selecionam os fatos utilizando óculos (molduras) que “enxergam” algumas coisas e não outras. Depois, a partir dessa seleção, dão determinada angulação na narração do fato. Portanto, segundo Traquina, os jornalistas “operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”.

Muniz Sodré entende que, mesmo utilizando o discurso liberal de garantia das liberdades, na essência, a indústria jornalística, principalmente na América Latina, presta-se a manter o poder para as classes dominantes; afinal, a elas pertencem esses veículos de comunicação.

> Esta tarefa [de manutenção do poder das classes dominantes] continuamente levada a cabo pela imprensa, tem requerido mitos progressistas capazes de encobrir o jogo de poder que preside à constituição do discurso jornalístico: toda um parafernália de formas de homogeneização dos discursos sociais e de edição dos acontecimentos a partir de uma cultura eurocêntrica e colonial inerente ao nascimento da imprensa moderna. [...] A ideologia, no

> limite, assumida pela imprensa industrial como a conhecemos é universalmente burguesa e européia, tecnicamente aperfeiçoada pelos norte-americanos. [...] As reformas gráficas e textuais dos jornais latino-americanos tiveram e continuam a ter como fontes, com raras exceções, os experimentos técnicos levados a cabo pela corporação jornalística nos Estados Unidos. (SODRÉ, 2009, p.12-13)

Entre as formas encontradas para encobrir esse jogo pelo poder, Sodré mostra que está a narração mítica e fragmentada dos fatos, ao fazer uma comparação entre o texto jornalístico e a narração dos mitos na Antiguidade, que mais revelavam do que explicavam a realidade.

Diante da incapacidade de explicar todos os fenômenos, o homem da Antiguidade narrava acontecimentos que ocorriam em um tempo distante, sem lugar nem tempo precisos, e que geravam mitos necessários para a conexão das coisas. Sodré (2009, p.15) entende que “essa função integradora na narrativa [mítica] continua presente na comunicação do acontecimento, em geral mesclando realidade histórica com imaginário coletivo, como se dava na oralidade clássica.”

Além de incorporar os mitos à narração dos fatos, a imprensa, por diversas vezes, fragmenta essa narração em capítulos, tal qual um folhetim, e deixa o receptor encantado, sempre à espera do próximo desfecho.

Nos dois últimos séculos, a imprensa brada ser a defensora dos direitos civis e, com o “respaldo” do argumento da liberdade de expressão, utiliza-se de uma suposta isenção e imparcialidade para narrar os fatos. Porém, dentro dessa objetividade jornalística, está a mesma lógica da narração dos mitos da Antiguidade para obter laços e conquistar a audiência das massas.

Sodré (2009) alerta que isso não significa que a construção da notícia, necessariamente, seja manipulação ou mentira, mas, apesar da aposta na neutralidade, utiliza recursos típicos da literatura como apelos à carga emocional e uso de estereótipos para tornar a compreensão daquele fato mais fácil.

Jorge Pedro Sousa (2002), além de concordar que a neutralidade não existe, detecta várias formas de pressão sobre a comunicação social, de forma a torná-la “domesticada” e vivendo em torno dos poderes estabelecidos na sociedade. Entre essas formas de pressão estão

> Rotinas e valores-notícia [que] tendem a excluir da cobertura noticiosa as pessoas de menor prestígio, em favor das poderosas; o poder e os recursos têm uma divisão desigual, os sistemas de

> pensamento e as imagens que ocorrem aos jornalistas, sob a pressão do tempo, seriam os sistemas e as imagens dominantes da sociedade, que, por sua vez, seriam os sistemas e as imagens dos poderes com mais recursos; o poder ambivalente do estado levaria as elites tradicionais a terem um acesso mais facilitado às instituições do estado e a poderem, assim, controlar ou influenciar com maior peso a comunicação social, mantendo-a dentro das fronteiras do aceitável. (SOUSA, 2002, p.59)

Seja por rotinas produtivas com consciente viés ideológico provocado pelas empresas jornalísticas ou porque os jornalistas, dentro do processo industrial de produção de notícias, recorrem, também eles, ao senso comum que privilegia os sistemas mais poderosos, a indústria jornalística é mais um dente da engrenagem da hegemonia capitalista.

Conclui-se, portanto, que o modo de produção da indústria jornalística demanda uma série de rotinas produtivas (divisão de tarefas, estabelecimento de padrões de qualidade, cumprimento de metas de produtividade medidas pelo índice de audiência) tal qual em qualquer outra indústria do sistema capitalista. Essas rotinas têm por objetivo aumentar o lucro dessas indústrias ao elevar o índice de audiência que garanta maior volume de verbas publicitárias.

Essa elevação do índice de audiência é obtida por um complexo sistema discursivo, que empresta à imprensa o papel de defensor dos direitos e liberdades individuais próprias do sistema liberal capitalista. Esse sistema discursivo, ao mesmo tempo em que empresta esse caráter de “cão de guarda” das instituições democráticas e que torna a mídia a Ágora da atualidade, exclui, criminaliza e desqualifica as forças opositoras e os movimentos sociais como categoria de seleção de notícias ou como protagonistas das pautas.

2.5 A imprensa das classes trabalhadoras

Os autores que estudam a área da comunicação popular dividem-se entre as nomenclaturas da imprensa feita pelas classes trabalhadoras. Esta tese está baseada nos conceitos definidos pela professora Cicilia Peruzzo (2004), que entende que esse tipo de comunicação propõe-se a trazer conteúdos “diferentes”, ou seja, alternativos àqueles produzidos pela mídia comercial ou pela indústria jornalística. Esses conteúdos teriam uma direção político-ideológica tanto na

proposta editorial, como no modo de organização e estratégias de produção dos veículos.

Peruzzo (2004) aponta que, com o passar do tempo, o conceito alternativo ganha diferentes significados: desde os veículos que podem estar ou não ligados a movimentos sociais e às produções de comunidades, passando por publicações alternativas vendidas em banca, até os órgãos comunicativos de sindicatos e partidos políticos de esquerda. A autora agrupa essas produções em duas classificações: a comunicação popular, alternativa e comunitária, e a imprensa alternativa.

> A primeira corrente, à qual podemos chamar de **comunicação popular, alternativa e comunitária**, é constituída por iniciativas populares (para além de jornais) e orgânicas aos movimentos sociais. São experiências comumente denominadas de comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical. [...] Estamos falando, pois, de uma comunicação que se vincula aos movimentos populares e a outras formas de organização de segmentos populacionais mobilizados e articulados e que tem por finalidade contribuir para a mudança social e a ampliação dos direitos de cidadania. [...] A *corrente imprensa alternativa* engloba o jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares, ligada a organismos comprometidos com as causas sociais, mas com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores; a imprensa político-partidária; a imprensa sindical combativa e o jornal alternativo propriamente dito, caracterizado como de informação geral, à semelhança dos diários, semanários ou mensários, porém com abordagem crítica. [...] Desse modo, o que caracteriza esse tipo de jornal como alternativo é o fato de representar uma opção como fonte de informação, pela cobertura de temas ausentes da grande mídia e pela abordagem crítica dos conteúdos que oferece. (PERUZZO, 2004, p.132-136, grifos do autor desta tese)

A comunicação do MST, portanto, pode ser considerada uma experiência de imprensa popular, ligada diretamente ao seu caráter de classe social trabalhadora, logo, proletária. Para esta tese, a produção da comunicação do MST será classificada como imprensa alternativa, proletária, ou imprensa das classes trabalhadoras, compreendendo os conceitos descritos acima por Peruzzo.

Para Maria Nazareth Ferreira (1990), a história da imprensa das classes trabalhadoras é a história de uma importante manifestação da luta entre a classe trabalhadora e as classes detentoras dos meios de produção. Essa imprensa é a responsável pelo registro da história das classes populares. Sem esse registro, as futuras gerações, ao se basearem apenas na indústria jornalística, não teriam

conhecimento das lutas, das discussões, das vitórias e das derrotas nos movimentos sociais. Portanto, a imprensa das classes trabalhadoras pode livrá-las de serem excluídas da história pela historiografia oficial

> Como um dos poucos depositários das experiências e vivências das classes subalternas, cabe à imprensa proletária a importante tarefa de documentar a história destes setores da sociedade. As páginas desta imprensa narram a história das derrotas populares, das rebeliões vencidas e dos heróis anônimos sacrificados em nome da coletividade. Nos seus registros [...] é possível a recuperação destas memórias perdidas, propositalmente apagadas, mas autênticas e ricas em ensinamentos, lições a serem aprendidas. A história recente do Brasil está repleta destes acontecimentos; apagá-los, como faz a historiografia oficial, significa desarmar as classes subalternas de suas realizações históricas, de sua memória, de sua cotidiana resistência (FERREIRA,1990,p. 6).

O jornalista Bernardo Kucinski, na apresentação de Jornalistas e Revolucionários (2003), afirma que essa modalidade de imprensa apresenta como característica ser uma “opção entre duas coisas reciprocamente excludentes” (KUCINSKI, 2003, p.13) ao se referir à imprensa durante os anos de 1960 e 1970. Para o autor, essa imprensa é herdeira dos pasquins do período da regência e da imprensa operária de fins do século XIX e início do século XX.

Portanto, além de ser mais um instrumento na formação da consciência e elevação do nível crítico, a imprensa proletária acaba por ser o registro da história das classes subalternas. Porém, se essa imprensa empregar as mesmas práticas de seleção e construção das notícias, estaria condenada a reproduzir os mesmos discursos e a adotar uma lógica mercantil para elevar o índice de audiência.

A lógica da imprensa proletária poderia estabelecer uma guerra de guerrilhas contra a indústria jornalística. Toda guerrilha caracteriza-se pelo enfrentamento de um pequeno grupo fortemente conscientizado contra um exército regular de poderio militar muito maior. Os manuais de guerrilha preconizam que o grupo guerrilheiro só pode vencer o exército regular se a batalha for estabelecida em um campo em que a guerrilha atue com mais liberdade e no qual o exército regular tem dificuldade.

Nessa analogia, a imprensa das classes trabalhadoras poderia estabelecer uma guerra de guerrilhas com a indústria jornalística em um campo de batalha em que esta não se sinta à vontade, ou seja, na seleção de notícias que escapem aos valores-notícia rotineiros e que, clara e explicitamente, mostrem qual partido defendem. Enquanto a imprensa industrial tenta atingir o maior número de

receptores possível, maquiando o noticiário de maneira que ele pareça plural, a imprensa dos trabalhadores pode buscar outro caminho: rechear seu noticiário de temas polêmicos, adotando abertamente posturas em relação aos fatos que podem interferir no dia a dia das sociedades.

Levar a disputa para o campo dos anúncios e da circulação é estabelecer a batalha com exército regular em campo aberto. A indústria de comunicação especializou-se – e especializa-se a cada dia – na arte de ganhar cada vez mais anunciantes, reforçando a ordem capitalista. Quanto mais desigual é a sociedade, mais criativos são os anúncios, maior é a capacidade das agências de publicidade de atrair novos consumidores. Se a imprensa proletária entrar na disputa por publicidade, não só estaria fadada a perder, como só faria perpetuar o capital, perdendo o princípio de valorizar, por meio do seu noticiário, a visão de mundo que defende.

Outro caminho que não o da veiculação de anúncios seria o financiamento ou vinculação por um grupo político ou movimento social que tenha também a comunicação como forma de militância. É o caso do MST, que, no Brasil, promove uma guerra de guerrilha contra a indústria jornalística, como mostra o depoimento de Cácia Cortez, integrante do coletivo de comunicação do MST nos anos 90, em um simpósio organizado pelo Centro de Estudos Latino-americano sobre Cultura e Educação

> O MST entende que a Comunicação é um direito universal, é um patrimônio da humanidade e, como tal, deve ser utilizada. Como a gente luta pela terra, a gente luta pela comunicação, porque a relação do monopólio da terra e do monopólio da comunicação são grandes impedimentos da consolidação da democracia neste continente Da mesma forma que a terra é um patrimônio da humanidade e tem uma função social, as relações de comunicação devem estar a serviço da maioria da população e devem atender à grande diversidade cultural, histórica e à grande diversidade de relações. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p. 136)

Nos últimos vinte anos, como mostra o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010,p.67-68)

> En el subcontinente, más que en ningún otro sítio, se há logrado hacer con êxito un uso contrahegómico de instrumentos políticos hegemônicos como la democracia representativa, el derecho, los derechos humanos y el constitucionalismo. Entiendo por instrumentos hegemônicos las instituciones desarrolladas en Europa

> a partir del siglo XVIII por la teoria política liberal con vistas a garantizar la legitimidad y gobernalidad del Estado de derecho moderno em las sociedades capitalistas emergentes. Se trata de instrumentos hegemônicos porque fueron diseñados para garantizar la reproducción ampliada de las sociedades capitalistas de clases y porque son creíbles como garantes de la consecución del bien común, incluso por las clases populares em si afectadas negativamente por ellos.

Os movimentos sociais organizados ─ como o MST, no Brasil; o EZLN, no México; sindicatos, associações de jornalistas e intelectuais; partidos políticos de esquerda e entidades ligadas aos direitos das minorias ─ desenvolveram meios de comunicação aproveitando as contradições dos instrumentos hegemônicos da própria burguesia.

O MST mantém seu próprio veículo de comunicação, o **Jornal Sem Terra**, em circulação ininterrupta desde 1981, que, até a metade dos anos 90, era o instrumento para comunicação tanto para a base como para a sociedade. Não havia, naquele momento, a preocupação do MST em construir duas linguagens diferentes em veículos para dois públicos diferentes.

De acordo com o dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, em janeiro de 1995, o jornal **Folha de S.Paulo** fez uma grande reportagem sobre o movimento, o que deu início a um processo de cobertura que tornou o MST mais conhecido nacionalmente pela sociedade civil, consumidora dos meios de comunicação da indústria jornalística.

Para Rosseto, essa cobertura por parte dos meios de comunicação, que aos poucos foram dando uma abordagem mais negativa às ações do movimento, levou à necessidade de resposta. Os jornalistas que mantinham relações com o MST foram chamados para consulta e uma das propostas foi a criação de outro veículo, com outra linguagem, dessa vez voltado para a sociedade, a **Revista Sem Terra,** que circulou pela primeira vez em 1997 e seguiu até 2010, quando não houve condições financeiras para ser mantida.

A necessidade de criar um veículo para dialogar com a sociedade civil evidencia a dificuldade, principalmente nas duas últimas décadas, da esquerda brasileira de manter um veículo com penetração na classe trabalhadora.

Apesar dos avanços proporcionados pela Internet, que permite a criação de sites, blogs e revistas eletrônicas sem os custos dos veículos impressos e

exigências legais de emissoras de rádio e TV, esse meio de comunicação ainda não se mostrou decisivo na formação da consciência crítica da classe trabalhadora.

As redes sociais, que, desde que se estabeleceram como veículos de interação, a cada dois anos renovam-se no seu formato, contribuem na difusão de determinados temas, algumas vezes até multiplicando o alcance dos veículos da imprensa alternativa. Porém, ainda faltam estudos para mensurar a contribuição desse processo pulverizado de divulgação na formação da consciência crítica.

Nas chamadas mídias clássicas, houve a tentativa, após o Fórum Social Mundial, de 2001, de criar um veículo de comunicação impresso, com venda em banca e assinatura, que pudesse, nas palavras do então diretor da publicação, José Arbex Jr., estabelecer uma guerra de guerrilhas com a indústria jornalística brasileira. Em 2003, entrou em circulação o **Brasil de Fato,** com a pretensão de tornar-se um veículo que pudesse articular as forças de esquerda e que dialogasse com toda a classe trabalhadora, como aponta a pesquisadora Ana Maria Straube de Assis Moura

> O jornal nasceu da necessidade por um canal de comunicação com a sociedade a partir de uma ofensiva lançada pela mídia comercial contra o movimento, em um momento em que as forças repressivas do governo intensificavam suas ações contra os sem terra. Lançado em janeiro de 2003, o Brasil de Fato tinha a perspectiva de se tornar um jornal diário, de massas, que se contrapusesse à grande imprensa comercial e pautasse as questões sociais a partir de uma ótica de esquerda. Pretendia dar voz aos movimentos sociais,levar suas reivindicações à sociedade e debater com a população os termos de um programa de transformações chamado de "Um Projeto Popular para o Brasil", formulado pelo MST e pelo Movimento Consulta Popular (MOURA, 2009, p.163).

O **Brasil de Fato** foi apoiado por diversos movimentos sociais, mas foi idealizado, principalmente, pelo MST, que necessitava – e ainda necessita – desse diálogo com a sociedade civil, principalmente nos últimos anos, graças ao embate com o discurso do agronegócio.

Em 2013, na edição comemorativa dos 10 anos, o jornal comemorava “pequenas vitórias e grandes desafios”

> Sobreviver dez anos, como imprensa popular, comprometida com a classe trabalhadora e a visão de esquerda da luta de classes, é, sem dúvida, uma vitória. Um feito fantástico em qualquer país do mundo, ainda mais em tempos de neoliberalismo, hegemonia do capital

> financeiro e internacional, refluxo do movimento de massas e derrota ideológica das diversas correntes de esquerda na década de 1990. Um feito heróico, que somente foi possível porque ao longo desses anos conseguimos manter uma linha editorial fiel à classe trabalhadora, sem cair no adesismo governamental ou no sectarismo esquerdista, do estilo "todos estão errados, menos nós"! Sobrevivemos graças à fidelidade aos movimentos sociais, populares e sindicais, que lhe deram sustentação política, organizacional e que o utilizaram como instrumento de luta ideológica. Sobrevivemos graças aos milhares de militantes sociais esparramados pelo país, que de forma voluntaria, aqui e acolá, o carregam e o utilizam. Sobrevivemos graças a um coletivo de profissionais do jornalismo, em várias áreas, que de forma militante, abnegada, sacrificada, colocou seu trabalho e sua sabedoria a serviço dos trabalhadores, enfrentando todo tipo de dificuldades. (BRASIL DE FATO. **Dez anos de Teimosia!** <Disponível em http://www.brasildefato.com.br/node/11715>. Acesso em 30 mar 13.)

A própria equipe admite que o jornal não conseguiu atingir o que pretendia, graças a um contexto internacional de descenso dos movimentos sociais

> Até agora resistimos teimosamente. Porém estamos longe de nosso sonho, de atuar de maneira mais incisiva na formação da classe trabalhadora e na luta ideológica da sociedade brasileira. Sonhávamos com tiragens massivas semanais, disputar nas bancas e até transformar-se em diário. Não conseguimos. Fomos boicotados de todas as formas. Enfrentamos a luta de classes na prática, com boicote de distribuição, de publicidade e de difusão. **Mas sofremos, sobretudo, pelo longo período histórico de apatia das massas e do refluxo das mobilizações populares**, que poderiam ter retomado com as vitórias eleitorais antineoliberais. Nos enganamos! **Ainda estamos longe do reascenso**. (BRASIL DE FATO. **Dez anos de Teimosia!** <Disponível em http://www.brasildefato.com.br/node/11715>. Acesso em 30 mar 13. Grifo deste autor)

A sensação de frustração que pode ser sentida na leitura do editorial reflete como o caminho para a construção de um veículo que articule as forças de esquerda ainda não se efetivou.

As razões para esses problemas demandam outros estudos mais profundos e específicos de cada veículo, mas podem ser consideradas, de maneira geral, duas situações:

a) O sentimento de descenso dos movimentos populares.

De acordo com o dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, apesar das vitórias eleitorais de partidos de centro esquerda na América Latina, os movimentos populares enfrentam um momento de descenso. "Esses governos, apesar de alguns

avanços, chegaram a um teto e o salto só será possível se eles se unirem aos movimentos sociais para reformas mais profundas".

Essas "reformas mais profundas" levariam a embates mais agudos com setores que, eventualmente, apoiam esses governos e poderiam levar a mudanças mais estruturais, até mesmo nos sistemas econômicos e políticos, o que nem todos os atuais governos latino-americanos, em especial o brasileiro, estão dispostos a enfrentar.

> A fragmentação da esquerda a partir de avaliações diferentes sobre o governo Lula, comprovada pelo número de rachas em partidos e centrais sindicais, contribuiu para a dispersão em torno do projeto do Brasil de Fato. Afinal, a não realização da perspectiva chave para o desenvolvimento do projeto, ou seja, a ascensão dos movimentos, tornou-os indecisos sobre seus rumos diante de um governo Lula ambíguo e contraditório e com capacidade reduzida tanto para mobilizar suas bases quanto para despertar o interesse de um público mais amplo para suas demandas e realizações. Por outro lado, mesmo em uma conjuntura diferente, menos adversa, os movimentos sociais que não fazem parte do entendimento acerca do documento "Projeto Popular para o Brasil" formulado pelo MST poderiam da mesma forma não se somar ao projeto amplo do Brasil de Fato. (MOURA, 2009, p.159)

Desse impasse, resulta uma situação em que os movimentos sociais precisam criticar os governos sem, no entanto, abastecer as críticas e engrossar as fileiras dos setores conservadores. Enquanto os movimentos sociais seguem nesse debate, as mobilizações massivas não ocorrem, o que proporciona esse sentimento de "apatia" do qual reclama a imprensa das classes trabalhadoras.

b) As dificuldades no modo de produção jornalístico em veículos da imprensa alternativa.

Como muitos jornalistas que atuam nos veículos alternativos tiveram formação (acadêmica, profissional, ou ambas) no modelo de jornalismo da indústria jornalística, há dificuldades em construir um discurso adequado à imprensa das classes trabalhadoras. Foi o caso do **Brasil de Fato**, como aponta a pesquisadora Ana Maria Straube Moura:

> [...] o jornal não consegue atingir camadas amplas da sociedade e nem produzir as reportagens de envergadura nacional que pretendia. Essa mudança significa o abandono das perspectivas de se tornar

> um jornal diário, concorrente direto dos grandes jornais comerciais, e o direcionamento de seu projeto para algo mais próximo dos movimentos sociais, um jornal que fale para a militância e a subsidie com elementos para formação. [...] Um jornal voltado para os movimentos sociais deve ser feito por eles, a partir de suas demandas, e logicamente, sustentado pelos mesmos. Mas, a fragmentação das forças populares diante das avaliações sobre o governo Lula prejudica a intenção do Brasil de Fato de reunir a esquerda em torno da defesa e viabilização de seu projeto.[...] Diante desse quadro, o jornal é obrigado a rever suas perspectivas e voltar-se para dentro, passando a funcionar cada vez mais para suprir as necessidades dos movimentos que o sustentam, sem conseguir articular novos apoios por conta de seus posicionamentos políticos e adotando cada vez mais em seu conteúdo, pautas e linguagem restritas aos interesses e realidades dos movimentos sociais que o sustentam (MOURA, 2009, p.164-165).

Além dos problemas internos, o Brasil de Fato, que se colocava como um jornal das esquerdas, não conseguiu estabelecer-se como veículo concorrente à indústria jornalística, tal qual seus antecessores, como observa Murilo César Ramos:

> o que Gramsci não antecipou foi a rápida e progressiva modificação da imprensa; os jornais de opinião logo perderiam espaço acelerado para os jornais de massa, comerciais, [...] para um rádio e uma televisão igualmente massificados e ainda mais dominados pelo financiamento comercial, atrelado ao consumo capitalista e por conteúdos de lazer catártico tão mais atraentes quanto fossem seus conteúdos ideologicamente alienantes (RAMOS, 2007, p.37).

Para a imprensa das classes trabalhadoras efetivamente exercer papel relevante na construção da contra-hegemonia, ela deveria diferenciar-se radicalmente da indústria jornalística adotando:

a) novo processo de seleção e construção das notícias;
b) oposição ao modelo norte-americano de jornalismo, que não se esconde por trás do mito da objetividade e assume abertamente sua ideologia;
c) oposição à ideologia positivista e liberal da indústria jornalística.
d) linguagem que seja compreensível e que, ao mesmo tempo, encoraje, impulsione e incentive os trabalhadores a seguir na luta, mesmo em momentos de repressão, o que pode ser feito pela incorporação da cultura popular do trabalhador no processo de seleção e construção das notícias.

Essa imprensa – caracterizada, por Gramsci (2010), como imprensa de opinião – constrói o que Octávio Ianni chamou de “hegemonia alternativa, na qual se

expressam as classes e os grupos sociais subalternos em luta para realizar sua vontade coletiva nacional-popular, alcançando a soberania" (IANNI, 2000, p.146).

Uma das principais diferenças entre a imprensa das classes trabalhadoras (ou imprensa proletária) e a indústria jornalística é o modo de produção jornalística, desde a seleção até a construção das notícias.

Para marcar o campo em que atua, a imprensa das classes trabalhadoras precisaria fazer seu público receptor compreender que aquele meio de comunicação é radicalmente diferente da imprensa ligada às classes dominantes. Se os meios de comunicação ligados a movimentos sociais, sindicatos, associações ou partidos políticos, utilizarem a mesma forma de seleção e construção de notícias da indústria jornalística, caberia apenas à seleção diferenciada da pauta a percepção, por parte do público, que ali está um veículo com outro projeto editorial e é alternativo aos que normalmente se conhece.

Uma das características da imprensa das classes subalternas é a de adotar, como categorias de seleção de notícias, o que a indústria jornalística geralmente não adota. No caso da América Latina, entre as categorias de seleção de notícias da imprensa alternativa podem constar: o processo de reparação dos crimes cometidos pelas ditaduras militares nos anos de 1960 e 1970, principalmente sobre os desaparecidos políticos; a luta pela reforma agrária, nos diversos países em que ela não aconteceu; as condições de trabalho no campo e na cidade; as manifestações de preservação do folclore; o debate sobre eventos da história latino-americana, como as revoltas indígenas, o processo de independência, as lutas operárias, como a que resultou no massacre de Santa Maria de Iquique; entre outras pautas. Como afirma Kaplún (2002, p.69): "Lo que para las demás radios no es "noticia", la vida y la lucha cotidiana de la gente, alimenta nuestro informativo. En lugar de entrevistar a "personajes estrela", es la gente de a pie la entrevistada".

Porém, como foi visto, em muitos casos, tanto a indústria jornalística quanto a imprensa alternativa cobrem o mesmo fato. A diferenciação entre os dois modos de produção estaria na abordagem e na construção da notícia.

Caberia à imprensa proletária a tarefa de tirar o fato de sua condição singular e apresentar os contraditórios e a contextualização. Não bastaria apresentar apenas os "dois lados da notícia", como diz o jargão tradicional da imprensa burguesa. Se os textos são ideológicos, ou seja, são resultado da disputa em torno da produção do

sentido, a seleção de um ponto de vista que exclui outro, a abordagem (angulação, ponto de vista) escolhida deve ficar evidente para quem recebe aquela informação.

Se, para compreender o quadro completo do modo de produção da indústria jornalística, recorreu-se à teoria da interação das ações proposta por Jorge Pedro Sousa, o mesmo exercício pode ser aplicado para compreender como seria o modo de produção na imprensa proletária:

I – Ação pessoal. Se as notícias resultam, parcialmente, da história de vida, formação e ideologia do jornalista, na imprensa alternativa, o jornalista não precisa, necessariamente, pertencer ao movimento social ao qual o veículo está ligado, mas seria interessante que compartilhasse da mesma ideologia. Note-se aqui que, em muitos casos, há jornalistas na indústria jornalística que podem estar alinhados ideologicamente à esquerda, mas, diante das sanções e promoções das organizações jornalísticas e das rotinas produtivas, passam a adotar as normas editorias em detrimento de suas crenças individuais.

No caso da imprensa proletária, além desses jornalistas que compartilhariam ideologias semelhantes, há um trabalho de formação de quadros para produzirem os próprios veículos de comunicação. No caso específico do MST, essa formatação não segue os mesmos conceitos das instituições universitárias brasileiras, que ainda adotam matrizes curriculares alinhadas com as demandas de mercado. Assim, a produção dos veículos do MST tem, além de jornalistas profissionais, militantes formados a partir dos conceitos educacionais do Movimento.

O enunciador das mensagens, como afirma Kaplún, não pode ser entendido apenas como a fonte emissora que transmite somente suas próprias ideias, mas um comunicador com o qual o sujeito coletivo possa se reconhecer e se sentir coautor da mensagem.

> Su principal cometido es recoger las experiencias de los destinatarios, seleccionarlas, ordenarlas y organizarlas y, así estructuradas, devolvérselas, de tal modo que ellos puedan hacerlas conscientes, analizarlas y reflexionarlas. (KAPLÚN, 2002, p.74).

II – Ação social. As notícias são resultado das dinâmicas das organizações, e não é porque a imprensa proletária não é produzida por uma indústria que a redação dos veículos não está sujeita à imprevisibilidade dos acontecimentos, como admite a jornalista do **Jornal Sem Terra** nos anos 90, Cácia Cortez:

> Infelizmente não dá para por tudo e, às vezes, a gente tem que administrar algumas frustrações porque o repórter popular que foi até lá no campo e achou importante de repente essa reunião dos educadores e na mesma semana ocorre uma ocupação massiva ou caso Rainha, por exemplo, aí a gente tem que levantar alguns critérios. Mas no seu Estado a notícia é divulgada. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.136-137).

Portanto, há também critérios de noticiabilidade na imprensa proletária. A diferença é que essa imprensa poderia adotar categorias de seleção que privilegiassem a história, a memória, a divulgação da cultura popular, a reflexão e a formação de consciência.

Cicilia Peruzzo (2004, p.156-158), ao analisar a prática da comunicação popular, aponta as seguintes características das pautas e produções: a) conteúdo crítico: "julga-se a realidade concreta, local ou mais abrangente, [...] levantando reivindicações, apelando à organização e à mobilização popular, aponta para a necessidade de mudanças"; b) articulação da cultura: "a comunicação popular abre espaços para a transmissão de produtos da cultura e da criatividade presentes na música, na canção, no desenho, na literatura, na poesia, na dramatização teatral, na medicina popular"; c) reelaboração de valores: "contribui para romper a dicotomia emissor versus receptor; d) formação das identidades: a participação do público contribui para o processo de construção das identidades e valorização da história e da cultura; e) serviço: a comunicação traz benefícios reais para os envolvidos naquele movimento; f) preservação da memória: como também mostrou Maria Nazareth Ferreira (1990), "ao documentar decisões, programas e fatos relacionados com os processos de organização das lutas, registra a história dos segmentos subalternos"; g) conquista da cidadania: o público aprende a

> [...] participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos e usufruir da riqueza gerada por todos, [...] a organizar-se e a trabalhar coletivamente. (PERUZZO, 2004, p.158).

Kaplún chama esses critérios de noticiabilidade de "formulação pedagógica da mensagem" que permitem a reflexão

> El equipo comunicador debe procurar devolver esos hechos y experiencias que ha recogido, de tal manera que ahora la comunidad pueda verlos con otra perspectiva crítica, analizarlos, discutirlos, reflexionarlos, emitir un juicio, desentrañar las causas del problema

> que hasta ahora habían estado viviendo y sufriendo como una mera contingencia, sin percibir sus raíces. Nuestra manera de presentar los hechos debe ser problematizadora, suscitar la reflexión.. (KAPLÚN, 2002, p.73-74).

III – Ação ideológica. Ao contrário da indústria jornalística, em que, às vezes, o interesse ideológico não é assumido e fica travestido pelo mito da objetividade jornalística, na imprensa proletária, essa ideologia é assumida nas pautas, na redação das manchetes e textos, na angulação das fotos, na definição das editorias, no relacionamento com o público. Como será visto no Capítulo II, o **Jornal Sem Terra** e as demais publicações do MST sempre têm como protagonista o trabalhador rural, os atingidos por barragens, as populações indígenas, os trabalhadores latino-americanos. Essas são as fontes ouvidas nas reportagens, são eles os entrevistados e é, a partir deles, que a pauta é pensada.

IV – Ação cultural. Se a visão de mundo que condiciona a produção das notícias na indústria jornalística é a do liberalismo burguês, na imprensa das classes proletárias, é a da solidariedade internacional entre os povos e os trabalhadores. Por isso, entre os critérios de noticiabilidade estão não só as lutas inerentes aos movimentos sociais com os quais o veículo de comunicação está atrelado, mas também outras lutas em outros países cuja divulgação e reflexão reforcem esse espírito internacionalista.

V – Ação do meio físico e tecnológico. O desenvolvimento tecnológico favorece muito a imprensa das classes trabalhadoras tanto pela possibilidade de publicar e divulgar materiais no ambiente digital e da Internet, o que pode ter custos menores aos da produção de jornais, como por poder ser alcançado pelos públicos com maior acesso a essas tecnologias. Como foi visto na Introdução, o MST, por exemplo, ocupa todos os meios de comunicação disponíveis, incluindo as redes sociais.

VI – Ação histórica. Jorge Pedro Sousa (2002) entende que, em cada momento histórico, essas cinco ações interagem e é dessa interação que se obtém a resposta para a pergunta: por que as notícias são como são? Os veículos da imprensa proletária que conseguiram lograr êxito, ou seja, sobreviveram às repressões e eventuais momentos de descenso dos movimentos sociais, são aqueles que compreenderam que o contexto histórico demandava que os próprios quadros desses movimentos tomassem em suas mãos a tarefa de construir esses

veículos de comunicação. Como conta Cortez, ao falar sobre a política de comunicação do MST:

> [...] logo cedo a gente entendeu que não podia contar com a mídia, com os meios convencionais também os meios regionais, porque esses são a expressão dos nossos inimigos. A gente decidiu e compreendeu que se a gente quisesse avanços com nossas conquistas, com as novas organizações e com a nossa resistência, nós teríamos também que passar a assumir para nós, o nosso processo de comunicação dos meios de produção, mesmo que a gente não tivesse em 83/84, jornalistas e profissionais da área. [...] Os profissionais de comunicação não eram motivo para impedir que a gente fizesse comunicação, produzisse meios. Para nós, a comunicação não é um apêndice, uma coisa paralela, à parte. Ela faz parte das ações, tanto que no MST, o setor de comunicação é tão importante quando o setor de produção. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.134).

Este capítulo contextualizou a imprensa das classes trabalhadoras e mostrou a oposição entre o modo de produção jornalística dessa imprensa e o modo de produção da indústria jornalística. A seguir, serão demonstradas as características das publicações do MST que tornam possível sua caracterização como imprensa das classes trabalhadoras.

2.6 A organização da comunicação dentro do MST

A hipótese desta tese é que o MST sempre atribuiu grande importância à comunicação e, hoje, ao se estudar sua política de comunicação, pode-se dizer que ela está fundamentada em quatro pilares: I – A comunicação deve auxiliar no processo de organização dos trabalhadores; II – A comunicação deve formar nova consciência, dar novos significados aos conteúdos e, a partir dessa nova visão, impulsionar os trabalhadores para lutar por mudanças na sociedade, o que pode ser estudado a partir do conceito de contra-hegemonia proposto por Antônio Gramsci; III – A comunicação deve também educar e educar para transformar, o que pode ser comparado ao conceito de comunicação educativa de Mario Kaplún (que também pode ser visto em Gramsci); e IV – A comunicação precisa ter sentido e ser compreendida pelo camponês, por isso deve valorizar e incorporar sua cultura popular, o que é feito pela inclusão da mística no processo de seleção e construção das notícias.

Esses quatro pilares foram construídos ao longo da trajetória da construção da política de comunicação e são manifestados em diferentes momentos, como será

detalhado no capítulo seguinte. Em um deles, por exemplo, durante o estágio de valorização do jornal como instrumento de formação, o próprio **Jornal Sem Terra**, na edição 119, de setembro de 1992, em texto intitulado **Melhorar a Comunicação** (reproduzido a seguir), define as funções do jornal e do militante. Entre as funções do jornal estão:

MELHORAR A COMUNICAÇÃO

O jornal dos trabalhadores Sem Terra é uma das formas que encontramos de nos comunicar, entre militantes e sem-terra de todo o país. É necessário que se aperfeiçoe continuamente, porque ele deve desempenhar diferentes tarefas.

as funções do nosso jornal

a) informar

É através deste jornal que todos os meses ficamos sabendo como estão as lutas em todos os estados. Isto estimula a todos os companheiros que se dedicam diariamente à organização e mobilização dos trabalhadores sem terra. É possível também receber informações sobre diversos assuntos e fatos que acontecem na sociedade brasileira.

b) formar

Nosso jornal também quer formar a consciência dos trabalhadores rurais, apresentando informações corretas e temas de estudo que possibilitam fazer discussões e unificam o entendimento sobre a realidade brasileira. Muitas mentiras são desfeitas quando os companheiros conseguem ler e entender o que nosso jornal coloca.

c) organizar

Uma das nossas preocupações é avançarmos na organização dos trabalhadores sem terra. Nosso jornal tem ajudado na organização de muitos companheiros que necessitaram de orientação.

d) troca de experiência

É possível realizar a troca de experiência através dessas informações recebidas, porque no jornal são colocados relatos das atividades realizadas em cada estado.

e) unidade política

Esta é a tarefa mais importante que cumpre o jornal Sem Terra. Sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade de ação.

Mas se estas tarefas políticas são importantes, devemos nos esforçar para mantê-las e aperfeiçoa-las.

as tarefas de todo militante

a)elaboração das notícias

A elaboração do jornal é a escolha e redação das notícias e comentários.

É preciso que se tenha responsabilidade na escolha dos assuntos, porque é aí onde estamos colocando nossa posição e nossos objetivos. Como nosso jornal é popular deve-se aumentar a participação de companheiros que possam ajudar na elaboração das matérias em cada estado, mesmo que sejam pequenas colunas, mas todos nós somos convidados a escrever.

Douglas Mansur

O JST reflete o sacrifício e a luta dos lavradores organizados. Na foto, acampados no Pontal do Paranapanema, SP.

b) distribuição

A distribuição é a parte que diz respeito a entrega do jornal para cada companheiro que merece recebê-lo mensalmente. Nossa preocupação deve estar voltada para dentro dos assentamentos já que nas cidades o correio se encarrega de entregá-lo.

Para facilitar a distribuição é necessário que se retome a política da escolha de zeladores de forma massiva. Para cada dez famílias deve-se escolher um zelador que receberá mensalmente dez jornais e se encarregará de entregá-los em cada casa. Por tanto, se um assentamento tiver 100 famílias teremos aí dez zeladores que podem receber carteirinha como identificação. Estes zeladores devem ser escolhidos independente da estrutura organizativa do assentamento, ou seja, mesmo que tenha aí cooperativa, núcleos, associação.

c) leitura

A leitura do jornal deve ser aperfeiçoada. O zelador do jornal pode contribuir com isso, passando de casa em casa para discutir assuntos que estão no jornal. Incentivar a leitura coletiva ou mesmo lendo conjuntamente com cada família quer tem dificuldade de ler e entender o jornal. Isto pode ser feito durante as noites com os vizinhos mais próximos.

É possível também aproveitar as assembléias no assentamento e destacar partes do jornal.

Nas escolas, os professores devem utilizar o jornal como subsídio para as matérias que estão lecionando. Podem ser formuladas algumas perguntas para os alunos responderem em casa juntamente com seus pais. Neste caso, se torna uma obrigação os pais ajudarem os filhos a responderem as perguntas para tirarem boas notas.

Por outro lado os zeladores podem organizar concursos mensais com prêmios, através de perguntas e respostas sobre os assuntos que estão no jornal, isto incentiva a todos lerem e responderem as perguntas. Em fim, é necessário criar estímulos para que o jornal seja lido e divulgado entre os companheiros assentados.

d)assinaturas

As assinaturas fazem parte da sustentação do jornal. Por isso devemos entender que as assinaturas devem ser realizadas dentro e fora dos assentamentos. Dentro dos assentamentos é mais fácil porque os zeladores podem assumir esta tarefa. Fora dos assentamentos é necessário que se encontrem outras alternativas.

Para estimular voluntários e pessoas chegadas ao Movimento a fazerem assinaturas, se devem buscar companheiros que se relacionem com muitas pessoas, nas universidades, meio operário, sindicatos, paróquias. Deve-se destinar uma percentagem do valor de cada assinatura para quem se dedicar a esta atividade.

Fundamentalmente devemos entender que o jornal Sem Terra pode ser um grande jornal se tivermos capacidade de implementar estas mínimas coisas, que contribuirão para melhorar a redação, distribuição, leitura e assinaturas. Basta cada um assumir isto como prioridade.

Fig. 7. Funções do leitor e do militante

a) Informar. Ao saber das lutas nos estados, os companheiros sentem-se estimulados.

b) Formar. “nosso jornal também quer formar a consciência dos trabalhadores rurais apresentando informações corretas e temas de estudo que possibilitam fazer discussões e unificam o entendimento sobre a realidade brasileira”. Nesse ponto, pode-se dizer que o jornal aproximaria-se do conceito de jornalismo integral de Gramsci (2010);

c) Organizar. “nosso jornal tem ajudado na organização de muitos companheiros”;

d) Trocar experiências e dar unidade política ao movimento. Lenin falava da necessidade de um jornal para toda a nação, ou seja, do caráter nacional da publicação, e o **Jornal Sem Terra** afirma que “sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade de ação”.

As funções do militante seriam: a) elaboração das notícias. “Como nosso jornal é popular deve-se aumentar a participação de companheiros que possam ajudar na elaboração das matérias em cada estado, mesmo que sejam pequenas colunas, mas todos nós somos convidados a escrever”; b) distribuição; c) leitura; d) assinaturas. A distribuição e leitura são tarefas dos zeladores do jornal, militantes responsáveis por levar o jornal aos assentamentos e acampamentos e fazer leituras com os vizinhos durante as noites, comentando ou explicando notícias.

Mais tarde, na conferência ministrada, em 1997, pela jornalista do MST Cácia Cortez, compilada para o livro organizado por Maria Nazareth Ferreira ─ **Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais** (2007) ─, ao falar sobre a construção da política de comunicação do movimento, a militante elenca alguns pontos, além do entendimento que ela deve ser sempre informativa, “porque a carência de dados, de informação, de acesso ao acúmulo de informação, com respeito à própria realidade das famílias camponesas é fundamental” (FERREIRA,2007, p 135).

Outra característica da comunicação apontada pela militante é que “[...] Ela deve ser uma comunicação no sentido de formar consciência, de construir novas interpretações, novas visões dessa realidade, de construir a revolta”. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135). Ao atribuir essa importância à comunicação, o discurso da

militante aproxima-se ao que Gramsci definia como papel do jornalismo na formação da consciência crítica.

A seguir, Cácia Cortez apresenta outra característica da comunicação do movimento que pode ser compreendida em consonância com o jornal como organizador coletivo definido por Lenin

> É uma comunicação que deve ser também organizativa, a gente entende que os meios de comunicação e a produção de informação devem ser da forma que ajude a organizar. A gente não quer só o panfleto para chamar atenção, a gente não quer só o boletim para negociar, a gente também quer os meios para ajudar a organizar. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135).

A próxima característica da comunicação do MST descrita por Cácia Cortez é a capacidade de ser educativa, portanto, pode ser relacionada à comunicação educativa proposta por Mário Kaplún

> Também deve ser uma comunicação educativa, entendendo que a educação não está dentro da sala de aula, não é só a educação formalizada, todas as nossas relações *é* de comunicação, a construção dos meios, para nós, também é um processo educativo, educativo de quem faz, de quem recebe,[...] construir novos educadores também. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135).

Finalmente, dentro do conceito leninista de comunicação como propaganda da agitação, Cácia Cortez explica que, para o MST, esse "caráter agitativo" da comunicação deve não só ser compreendido como também deve tocar profundamente na "alma camponesa", daí a importância do uso da mística

> O "agitativo" para nós é comunicação que salienta, valoriza, enaltece os valores positivos da nossa luta, valores humanitários, valores solidários, as nossas poesias, os nossos cantos, as nossas músicas, os nossos "causos", as nossas histórias. Essa comunicação tem que ser agitada nesse nível, como se balançasse dentro da gente uma série de valores que estão sendo construídos e outros sendo rejeitados. (CORTEZ In FERREIRA, 2007, p.135).

Esse quarto pilar da política de comunicação do MST, a incorporação da cultura popular do camponês dentro dos processos de comunicação, pode ser visto pelo que o movimento batizou de **mística**: momentos de celebração da luta que mexem com os sentimentos dos militantes. Esse uso da mística colabora para compartilhar, entre os quadros do movimento, os avanços e conquistas dos outros setores estruturantes do movimento: os setores da produção, da comunicação e dos da formação e educação. Na visão do dirigente nacional Neuri Rosseto, são esses

setores que fazem o MST manter-se, mesmo em momentos de dificuldade, como as repressões ou recessos dos demais movimentos sociais. A mística colabora com eles, pois auxilia no processo de comunicação, de modo a fazer o camponês não só compreender como também se “emocionar” com o que está sendo dito.

A origem desses momentos de celebração está na ligação inicial do MST com a Teologia da Libertação e a CPT. Ao longo da trajetória, o MST foi se distanciando dessa ligação orgânica com os movimentos religiosos, porém a influência desses rituais permanece e acontece em todos os atos do movimento, desde as reuniões diárias, passando pelos cursos de formação, encontros, congressos e até na produção dos veículos de comunicação.

Antes de descrever como o MST construiu a política de comunicação ao longo de sua história, como será detalhado no capítulo II, é preciso explicar como aconteceu a influência da Teologia da Libertação nesse processo, como se verá a seguir.

2.7 Influência da Teologia da Libertação: uso da mística na comunicação do MST

Neste tópico, será visto como a Teologia da Libertação, que está na gênese da formação do MST, por meio da simbiose entre marxismo e religião, influi, até hoje, na concepção da política de comunicação do movimento por meio do uso da mística.

Há uma música do compositor chileno Victor Jara, em parceria com Patrício Castillo, que ilustra bem o que representa a Teologia da Libertação na América Latina. Chama-se *Plegaria a un Labrador* (ou Oração a um lavrador).

> Levántate y mira la montaña / de donde viene el viento, el sol y el agua./ Tú que manejas el curso de los ríos, / tú que sembraste el vuelo de tu alma. / Levántate y mírate las manos /para crecer estréchala a tu hermano. /Juntos iremos unidos en la sangre / hoy es el tiempo que puede ser mañana. Líbranos de aquel que nos domina en la miseria.Tráenos tu reino de justicia e igualdad. / Sopla como el viento la flor de la quebrada./ Limpia como el fuego el cañón de mi fusil./ Hágase por fin tu voluntad aquí en la tierra./ Danos tu fuerza y tu valor al combatir. / Sopla como el viento la flor de la quebrada /. Limpia como el fuego el cañón de mi fusil. / Levántate y mírate las manos para crecer estréchala a tu hermano. Juntos iremos unidos en la sangre ahora y en la hora de nuestra muerte./ Amén. (JARA, 1969. Disponível em <www.trovadores.net> Acesso em 11 jan 13).

Nessa canção, percebe-se uma releitura de uma das principais orações do cristianismo, o **Pai Nosso**, que, segundo a tradição cristã, foi a oração ensinada por Jesus Cristo aos seus seguidores. Essa releitura é feita na base de um chamado para a luta, no caso, a luta armada dos pobres, dos trabalhadores.

De acordo com o professor Antonio Julio de Menezes Neto (2012), esses são os princípios gerais da Teologia da Libertação, movimento religioso que se formou na América Latina, a partir dos anos 60

> condenação moral do capitalismo, a "opção preferencial pelos pobres, o apoio às lutas populares, o desenvolvimento das Comunidades de Base e a leitura do evangelho sob a ótica da crítica ao capitalismo. Funciona ainda como um chamativo para a organização popular, utiliza diversos princípios baseados em um marxismo heterodoxo para a compreensão da sociedade de classes e defende a não separação entre corpo e espírito e a necessidade de começar a construir o Reino de Deus aqui na Terra. (MENEZES NETO, 2012, p.41-42).

A América Latina, como uma região em que as contradições do capitalismo produzem não só diferenças de classe, mas, principalmente, movimentos de resistência, foi terreno propício para esse movimento religioso que promoveu a simbiose entre marxismo e cristianismo e que, de acordo com Menezes Neto (p.40), é elemento fundamental para entender as lutas sociais da região nas últimas décadas, em especial as das organizações de trabalhadores rurais

> A Teologia da Libertação constitui-se como um dos mais importantes e inovadores movimentos sociais e políticos. Influenciou movimentos revolucionários, como na Nicarágua Sandinista, levantes populares, como o Zapatista no México, e contribuiu enormemente para a reorganização popular no Brasil, no período pós-ditadura militar, através da formação de lideranças e organização das pastorais sociais. [...] No período de sua constituição como movimento teológico/político, dentre os anos de 1960 e 1980, a Teologia da Libertação apresentava traços inovadores nos quais a fé religiosa, a Bíblia e os atos dos cristãos serviram de apoio para uma opção política socialista. (MENEZES NETO, 2012, p.40-41).

Entre os principais teólogos desse movimento pode-se destacar Frei Betto e os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, no Brasil, e o padre peruano Gustavo Gutiérrez. As bases para o surgimento dessa teologia estão tanto nas condições políticas e econômicas da América Latina quanto em movimentos da própria Igreja Católica.

Do ponto de vista do contexto latino-americano, pode-se citar a industrialização e a concentração de renda de algumas regiões do continente, no

final dos anos 50, que criaram um proletariado urbano e uma massa de favelados. A Revolução Cubana de 1959 e a declaração do seu caráter anti-imperialista e socialista, em 1961, incentivaram o surgimento de mobilizações populares e a consequente reação dos setores conservadores, quase sempre concretizada em ditaduras militares. No decorrer dessas décadas, leigos passaram a comprometer-se com trabalhos sociais nas pastorais operárias e camponesas e contribuíram para a inclusão de textos de influência marxista.

É essa base que crescia nessas décadas que a Igreja Católica não deseja perder e que forma o outro pilar da origem da Teologia da Libertação: o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, sob o papado de João XXIII, em que os religiosos presentes elaboram uma teologia vinculada às lutas sociais. Mais tarde, entre agosto e setembro de 1968, já sob o papado de Paulo VI, realiza-se a Conferência Episcopal Latino-americana, em Medellín, Colômbia. Os documentos resultantes dessa conferência, de acordo com Menezes Neto (p. 57), "denunciam as injustiças sociais e a dependência econômica e colocam claramente a necessidade de lutar contra essas injustiças e diferenças sociais".

A Teologia da Libertação tinha três eixos de atuação: o teológico, o das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais formadas por religiosos leigos. Na prática, as ações aconteceriam em três momentos: ver, julgar e agir, ou seja, havia uma análise da situação, com base em uma interpretação marxista; um julgamento posterior, baseado nos pressupostos da fé e da religião, comprometidos com os interesses dos trabalhadores; e, por fim, ao contrário do assistencialismo que marca outras práticas da Igreja, a Teologia da Libertação propõe uma ação por meio da organização dos trabalhadores com distribuição de tarefas.

> A Teologia da Libertação enfatizaria o contexto de opressão em que Jesus viveu e o significado político de sua morte na cruz, sem nunca perder a dimensão primeira da fé. Enquanto práxis social, privilegiaria alguns textos bíblicos, como Êxodo (libertação dos povos escravos), os Profetas (denúncia das injustiças e defesa de um Deus que liberta), os Evangelhos (mensagem de Jesus), os Atos dos Apóstolos (a comunidade cristã igualitária e o Apocalipse (a luta do povo de Deus contra todos os monstros da história) (MENEZES NETO, 2012, p.46-47).

A participação dos leigos nas pastorais, como no Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT), proporcionou o que Menezes Neto chamou de "simbiose" entre ideais cristãos e marxistas (p.58). Entre

esses leigos que participavam da CPT, estava João Pedro Stedile, que hoje é um dos principais líderes políticos do MST.

Sobre a atuação da CPT, escreve frei Sérgio Antônio Görgen, que assessorou o movimento em sua fase inicial de organização, em carta a um amigo, reproduzida no livro **Os Cristãos e a Questão da Terra** (1987)

> Alguns a confundem com uma organização dos trabalhadores rurais. E não é. A CPT não substitui as organizações de classe. Ela tenta contribuir, assessorar, ajudar na conscientização, melhorar as formas de organização, estudar cientificamente a realidade, mas não substitui os órgãos representativos dos trabalhadores. Às vezes, é verdade, a CPT tem assumido papel representativo em certas lutas de trabalhadores rurais, mas foi em caráter supletivo, devido à omissão ou traição à causa por parte dos dirigentes dos órgãos de classe que teriam por dever representá-los. [...] A CPT se define como um serviço da Igreja à causa dos trabalhadores rurais [...] Metodologicamente, o princípio e a prática são no sentido de que os trabalhadores caminhem com suas próprias pernas, que assumam o papel de protagonistas de sua própria elevação, na expressão feliz do Papa João XXIII [...], seu objetivo busca ser o mesmo do Bom Pastor: buscar que as ovelhas tenham vida em abundância, evangelizar os pobres, libertar os oprimidos, dar vista aos cegos, fazer andar aos coxos e dar a vida pelas ovelhas, se isto for necessário. [...] Por isso, a CPT não nega e não esconde o aspecto politico do seu trabalho. Quando é preciso denunciar, a CPT não se omite em levantar a voz e não teme assumir os conflitos. [...] A CPT, portanto, está lado a lado com as lutas dos trabalhadores, com todas as suas implicações (GÖRGEN, 1987, p.67-69).

Esse texto mostra uma característica importante da atuação da CPT. Por meio das referências bíblicas aplicadas às lutas dos trabalhadores, criticam-se os dirigentes políticos sindicais que não partiam para a luta – a atuação do Bom Pastor, que dá visão aos cegos e faz andar aos coxos, está no sentido de dar conscientização política e promover a ação prática. Corrobora com essa tese, a passagem em que o autor afirma que, se for necessário, um dos objetivos da CPT é dar a vida pelas ovelhas. O dar a vida, simbolizado na mística cristã pelo martírio de Jesus, será uma prática na CPT e no MST.

A atuação conservadora do papa João Paulo II, a implantação das políticas neoliberais na América Latina, o crescimento das religiões neopentecostais (que também influenciam movimentos como o da Renovação Carismática dentro da Igreja Católica) e a crise do socialismo no Leste Europeu trouxeram crises não só para a esquerda, durante a primeira década dos anos 90, mas também para a Teologia da Libertação, que perdeu muito de sua força de atuação.

Menezes Neto defende que a base da simbiose entre o cristianismo e socialismo deu condições para que o MST sobrevivesse a essa crise, “recriando” sua forma de lutar.

> No caso mais específico do MST, a ideologia do “comunitarismo”, herança religiosa, mesclada ao “comunismo” político, ou ao marxismo, teoria predominante no Movimento, talvez tenha sido um dos caminhos para o MST ter se recriado em sua trajetória, e não só sobrevivido, como ascendido em um período de retração das lutas populares. [...] O MST consegue manter a chama da transformação social num período de descrença e pragmatismo, e essas recriações, realizadas na sua prática política foram um dos elementos que contribuíram para a organização da luta social pela terra (MENEZES NETO, 2012, p.115).

Como será visto no capítulo II, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra originou-se desse movimento teológico/político, e suas primeiras ações estavam profundamente influenciadas por ele, graças à ação da CPT. Em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, onde o movimento de organização dos trabalhadores rurais tem sua gênese, cada ocupação de terra era marcada com uma cruz. A conquista do assentamento foi chamada, pelo **Boletim dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, de **Rumo à Terra Prometida**.

Ao longo da história das publicações do MST, outras experiências em que a Teologia da Libertação também teve forte atuação foram presença constante, como a Revolução Sandinista na Nicarágua.

> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece como produto de camponeses expropriados da terra e, em sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos, vinculados à Teologia da Libertação, através da CPT. Essa vinculação é afirmada por João Pedro Stedile, líder nacional do MST e antigo assessor do MST, que afirma que o surgimento da CPT, em 1975, foi fundamental para a reorganização das lutas camponesas, pois houve um movimento de padres, bispos e agentes pastorais apoiando a reforma agrária em plena ditadura (MENEZES NETO, 2012, p.82).

Após a organização nacional do movimento, em 1984, quando a própria CPT incentiva que os trabalhadores rurais criem uma organização independente da igreja, o MST distancia-se das ações vinculadas à Igreja, porém, em várias de suas práticas e políticas, ainda é possível encontrar essa influência.

A política de comunicação do MST, com o foco nas necessidades do destinatário e a preocupação de incluir a cultura popular do camponês como uma das principais categorias de seleção e construção das notícias, faz uso da mística,

ou seja, de rituais de incentivo e celebração da luta, que são resultado da Teologia da Libertação, na gênese e na configuração do movimento.

Portanto, pode-se dizer que, atualmente, além da influência do pensamento gramsciniano, a comunicação do MST também é consequência da influência dos princípios da Teologia da Libertação no uso da mística como política de comunicação.

De acordo com Menezes Neto, uma das explicações para o MST ser um dos poucos movimentos sociais que obteve crescimento em meio à crise das esquerdas nos anos 90 e início do século XXI tem relação com o que ele chama de recriação da forma de lutar.

> A junção inicial da ética religiosa, segundo a Teologia da Libertação, com as teorias políticas baseadas no marxismo, que tantas vezes apareceram na história como contraditórias, ganharam nas práticas e ações do MST uma nova forma de fazer política e criaram novos laços de solidariedade e relacionamento humanos (MENEZES NETO, 2012, p.115).

Entre essas novas formas de fazer política e de criar laços de solidariedade e relacionamento está a política de comunicação do MST, centrada na adoção da cultura popular do camponês como categoria de seleção e construção das informações por meio do uso da mística, o que facilita o processo de compreensão das mensagens.

Para o dirigente do MST, Ademar Bogo, responsável pelo setor de Cultura do movimento, a “mística é uma forma de expressão coletiva que nasce e se alimenta na luta do povo, que se articula através de interesses comuns e busca razões para não desistir”

> Há grupos sociais, movimentos, etnias que durante décadas mantêm a resistência organizada na defesa dos interesses coletivos e, mesmo sem conseguirem avanços, continuam organizados e esperançosos. Chamamos de mística esta energia, este encanto e dedicação que cada ser social manifesta em sua patinação na vida social e política ao longo de sua vida. (BOGO, 2011, p.197).

Em entrevista a Antonio Julio de Menezes Neto, Ademar Bogo afirma que a fé foi um dos elementos que auxiliou as mobilizações no início do movimento.

> A fé serviu como estímulo, desafio, incentivo, risco, ou seja, uma vontade de se movimentar. Éramos jovens, desobedientes; então tínhamos que encontrar uma maneira de combinar fé e ação contra as injustiças sociais, e o latifúndio era a injustiça mais próxima. Encontramos. A Teologia da Libertação nos tinha ensinado a ver as

> classes sociais e através dela a causa das injustiças. Então muitos textos bíblicos (principalmente do Êxodo) fundamentavam o direito à Terra Prometida. Deus queria que seus filhos tivessem a terra. (BOGO, apud MENEZES NETO, 2012, p.83).

Frei Sérgio Antônio Görgen, integrante da CPT e assessor do MST, afirma que a fé é importante para os agricultores.

> O camponês é antes de tudo um crente. Deus é a grande presença em sua vida. [...] E a Bíblia é a lembrança perene da presença deste Deus. Mas a Bíblia ensina que Deus liberta, que Deus tem um plano, que Jesus está ao lado dos pobres, que a terra é para todos, que Deus quer um povo unido e fraterno, lutando de cabeça erguida para preservar sua dignidade de filhos amados. Por isto a Bíblia anima, cimenta, educa, alimenta, fermenta, corrige, impulsiona a caminhada de um povo que toma nas mãos a construção do seu destino (GÖRGEN, 1987, p.59).

Portanto, a interpretação da Bíblia com base na ideologia da Teologia da Libertação serviu como mística para o MST quando ainda era um movimento de camponeses e trabalhadores rurais em gestação, no interior do Rio Grande do Sul. Ou seja, a adoção de símbolos religiosos, como a cruz com estacas fincada nos acampamentos e conduzida nas passeatas, servia como estímulo para os integrantes seguirem na luta.

Quando havia uma morte no acampamento, amarrava-se um lençol branco nessa cruz. Portanto, além de uma celebração, esse símbolo também servia de comunicação, não só interna, pois os militantes reconheciam essa simbologia, mas também para aqueles que se aproximavam do movimento.

Frei Sérgio Antonio Görgen reproduz, no livro **Os cristãos e a questão da Terra**, uma carta enviada a um amigo em que explica como funcionava essa mística no Movimento.

> Creio que uma das manifestações são as Romarias da Terra, uma celebração carregada de vida e de espiritualidade, integrando as grandes lutas do povo, com sua religiosidade popular, com sua maneira simples e até tradicional de viver a fé. Outra manifestação é o simbolismo, o significado de fé e a força de resistência criada em volta da Cruz de Ronda Alta. Esta cruz tosca e pesada, com suas estacas ao redor representando a força da solidariedade que sustenta a luta dos sem terra tornou-se para eles um símbolo do sofrimento, da organização, da luta vivida na fé. Nas procissões, nas vitórias, nas horas difíceis, nas grandes caminhadas, como a dos acampados na Fazenda Anonni, a cruz os acompanha; a cruz é carregada, tocada, olhada e traz à lembrança e à memória energias escondidas e uma força misteriosa que os anima a continuar

> enfrentando dificuldades extremas na conquista da terra. (GÖRGEN, 1987, p.69).

Para Frei Gôrgen, as raízes da mística estão na Bíblia, na tradição da Igreja e na fé do povo do campo. Além dos exemplos de Jesus Cristo, ele cita, nessa mesma carta, outras passagens para mostrar de onde os trabalhadores rurais, à época, tiravam seus exemplos para seguir na luta. O primeiro é o livro do Gênesis.

> Os trabalhadores rurais têm presente que Deus fez a terra para todos, para o bem comum de todos. É normal ouvir de trabalhadores que lutam pela terra a expressão: “se os ricos querem terra, que fabriquem, porque esta que Deus fez é para repartir para os pobres”. Gostaria de lembrar um texto do Levítico, onde esta profunda teologia expressa no Gênesis é explicitada. [...] “A terra não se venderá para sempre, porque a terra é minha, diz o Senhor, e vós estais na terra como estrangeiros ou hóspedes (Lv 25, 23). Ninguém pode considerar-se dono da terra e a terra não é para negócio; a terra é de Deus e nos foi emprestada para ser uma mediação, para vivermos no amor e realizar seu plano. [...] Daí vem a mística dos que assumem em conjunto a luta dos que lutam pela terra: não para que se tornem ricos ou outros capitalistas, mas para que se realize o Plano de Deus (GÖRGEN, 1987, p.71).

Essa simbologia religiosa, aos poucos, foi sendo substituída pelos símbolos do próprio movimento, como a bandeira do MST, que hoje é o que caracteriza que uma ocupação, marcha ou assentamento, faz parte do Movimento dos Sem Terra. Porém, seja uma cruz com estacas e lençóis brancos ou uma bandeira vermelha com um homem e uma mulher empunhando um facão, nota-se que o movimento faz uso de uma comunicação para seus militantes e apoiadores baseada na cultura do camponês, e esse é um dos elementos da política de comunicação do MST que permite sua renovação mesmo em momentos em que a luta esteja mais difícil.

Outro elemento dessa política de comunicação que se utiliza da mística é a incorporação tanto de elementos da fé como os da literatura marxista. Ou seja, como já foi dito, a mística é resultado da simbiose entre cristianismo e marxismo. Para explicar essa tese, Menezes Neto (p.86) cita a abertura para várias ideias, proporcionada pela Teologia da Libertação, que, nas palavras de João Pedro Stedile, é uma mistura de cristianismo, marxismo e latino-americanismo.

> Stedile salienta que essa concepção religiosa possibilitou ao MST a procura do entendimento da realidade através da leitura e conhecimento da prática política de clássicos, como Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Fidel Castro, Sandino, Zapata [...] ou os brasileiros Josué de Castro, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Prestes,

> Caio Prado, [...] Clodovis Boff, Leonardo Boff, D. Tomás Balduíno, D. Pedro Casaldáliga e Frei Betto O ecletismo à esquerda torna-se a marca da concepção política do MST. (MENEZES NETO, 2012, p.86-87).

A mística como fusão entre religião e pensamento marxista também aparece em José Carlos Mariátegui. De acordo com Michael Löwy,

> a palavra "mística" escrita tão frequentemente na pena de Mariátegui, é evidentemente de origem religiosa [...] Sinaliza a dimensão espiritual e ética do socialismo, a fé no combate revolucionário, o compromisso total pela causa emancipadora, disposição heroica para arriscar a própria vida. Para Mariátegui, a luta revolucionária configura um re-encantamento do mundo (LÖWY, 2005, p.106)

O ecletismo e o compromisso com as lutas emancipadoras também aparecem nas atividades chamadas "místicas" que acontecem diariamente nas diversas instâncias do movimento. No início ou no encerramento do dia nos acampamentos, antes de cada reunião, encontro ou congresso, na recepção às visitas ou em cada dia dos cursos de formação. "Essa prática sempre presente nas ações do MST, apresenta-se como uma das heranças da influência religiosa. Serve para manter a coesão dos membros do movimento e para estimular a participação, além de incentivar a atuação nas lutas, ocupações e manifestações" (MENEZES NETO, 2012, p.87).

Por exemplo, em julho de 2010, em visita de acompanhamento da última fase presencial do curso de Jovens e Adultos, realizado no Instituto Josué de Castro, para a pesquisa de campo desta tese, a mística da sexta-feira, pensada e organizada no dia anterior, teve duas fases: uma, teatral, e outra, com informes.

A primeira foi uma apresentação teatral para lembrar o massacre da Candelária, de julho de 1993, quando meninos de rua foram assassinados por uma espécie de milícia contratada pelos comerciantes locais. Os militantes Sem Terra entravam com velas nas mãos, enquanto um texto sobre o episódio era declamado, e ajoelharam-se em um círculo no meio da sala. Ao final, um dos integrantes cantou a música Candelária.

> Quando a bala bate o sino / bate mais do que o metal/ quanta dor nesse menino que confiou na catedral / Recostou-se pra fugir / da solidão do seu destino/ quem diria que seria teu sono eterno, menino. /Candelária, Candelária / Por quem dobram teus badalos seria pelos que clamam ou talvez pelos que calam/ Na miséria desse povo / quem decide é o fuzil/ Que vergonha, Candelária / és a estampa do Brasil / Que vergonha, Candelária / és a estampa do Brasil./ Quando

> o chumbo pesa muito / na consciência de quem tem/vão ao mundo esses clamores / que nos chegam do além / Dá-me gana devolver o mesmo chumbo também / pois justiça só existe / quando o caso lhe convém./ Quem deixou a meninada / pelas ruas solta ao léu / trancou Cristo entre paredes e fechou a porta do céu/ que eu faço, o que tu fazes com essa bestialidade / se o modelo que corrompe vem da própria autoridade. (PRATES, Protásio; TUCA. Candelária. Intérprete: Protássio Prates.In:ARTE EM MOVIMENTO. São Paulo: Estúdio Mickael Brasil Rural,Ano 2002– 32 canais, digital, 1 CD,Faixa 16).

Essa teatralização, ao lembrar um triste episódio da história brasileira, que retrata o conflito entre os excluídos e os beneficiados pelo capital ("Na miséria desse povo, quem decide é fuzil [...] Dá-me gana devolver o mesmo chumbo também, pois justiça só existe quando o caso lhe convém"), serve de estímulo para mais um dia de formação, pois é um clamor contra a indiferença e o esquecimento. As referências religiosas são, em parte, pelo massacre ter ocorrido às portas de uma igreja no centro do Rio de Janeiro, mas não deixa de levar a marca da influência religiosa na cultura popular ("Quem deixou a meninada, pelas ruas solta ao léu, trancou Cristo entre paredes e fechou a porta do céu").

Vale lembrar que, nesse mesmo dia, os jovens que estavam no Instituto já acordaram ao som da rádio interna, cuja programação também é feita pelos educandos, com músicas e citações de poesias.

Após a parte teatral, cada uma das brigadas (como são chamados os grupos em que se dividem os militantes) leu os informes das ações feitas e das por fazer segurando uma bandeira que representa a brigada, que recebe o nome de um lutador do movimento, dos trabalhadores ou da história latino-americana.

Ao final, antes do início das tarefas do dia, todos cantam o hino do movimento.

> Vem, teçamos a nossa liberdade / braços fortes que rasgam o chão /sob a sombra de nossa valentia/ desfraldemos a nossa rebeldia /e plantemos nesta terra como irmãos! / Vem, lutemos punho erguido / nossa força nos leva a edificar/ nossa pátria livre e forte /construída pelo poder popular. /Braço erguido, ditemos nossa história / sufocando com força os opressores / hasteemos a bandeira colorida /despertemos esta pátria adormecida / O amanhã pertence a nós trabalhadores! / Nossa força resgatada pela chama / da esperança no triunfo que virá / forjaremos desta luta com certeza / pátria livre operária camponesa / nossa estrela enfim triunfará! (BOGO, Ademar. Hino do Movimento Sem Terra. Intérprete: Coral da USP. In: ARTE EM MOVIMENTO. São Paulo: Estúdio Mickael Brasil Rural,Ano 2002– 32 canais, digital, 1 CD,Faixa 20).

No hino, não há mais referências explicitamente religiosas, a não ser pela referência ao fato de que todos são irmãos, um conceito caro à teologia cristã, em que todos seriam filhos de Deus (“e plantemos nessa terra como irmãos”). O sujeito do hino são os trabalhadores rebeldes que, de punho e braços erguidos, forjarão uma pátria livre operária e camponesa, ou seja, os trabalhadores do campo e da cidade estão juntos na luta, o que mostra mais da influência marxista do que da religiosa.

A mística, portanto, nasceu no movimento da vinculação inicial com as pastorais ligadas à igreja católica, como uma celebração da fé que impulsionava à luta, mas, aos poucos, foi se mesclando a simbologias “laicas” mais ligadas com as características do próprio Movimento Sem Terra, que se estruturava nacionalmente, como o hino, a bandeira e a cor vermelha em bonés e camisetas. Menezes Neto (2012, p.88) afirma que a mística também se concretiza nas músicas, palavras de ordem, nas marchas, no teatro e no jornal.

Caracterizar as marchas, as músicas, o teatro e o jornal (e também a rádio, o site e as redes sociais) não só como meios de comunicação, mas também como parte do processo de mística, é fundamental para entender como o movimento transforma a cultura popular do camponês (incluindo o sentimento religioso e a ligação sagrada com a terra) em luta política. Essa é uma característica muito peculiar do MST que o diferencia dos outros movimentos sociais do século XXI e ajuda a explicar como ele superou o momento de retração das esquerdas no final do século XX.

> O MST, que aumenta sua base para as ocupações com recrutamentos, cada vez maiores, nas periferias urbanas, consegue sobreviver como um importante movimento social, continuando a dar ênfase às ações místicas, fruto de sua origem religiosa, mas sem esquecer as lutas materiais, fruto da incorporação do marxismo ao longo de sua trajetória. Essa mescla marca a heterogeneidade de um movimento social que conseguiu recriar-se e, mesmo tornando-se laico e passando a ter o marxismo como a principal referência, manteve diversas heranças das religiões como elementos capazes de incitar os sujeitos à luta pela terra. (MENEZES NETO, 2012, p-95).

Dessa “mistura” de ideais cristãos com a literatura marxista e ideais latino-americanistas, resulta a política de comunicação do MST: uma simbiose da

influência marxista (marcada pelas referências à luta de classes), da mística como uma forma de agregar os militantes e incentivá-los na luta, mesmo em períodos de dificuldade, usando como referências personagens da história da luta das classes populares da América Latina, desde os indígenas que resistiram às invasões europeias até os líderes das lutas contemporâneas, passando pelos guerrilheiros dos anos 50 a 70, incluindo, naturalmente, os do próprio MST.

Este capítulo contextualizou a política de comunicação do MST dentro do campo da comunicação alternativa, ou da comunicação das classes trabalhadoras, partindo dos conceitos definidos por Lenin e Gramsci. Pôde-se perceber que um dos diferenciais do MST, graças à origem religiosa ligada à Teologia da Libertação, é a inclusão da mística em diversos momentos comunicativos.

No próximo capítulo, em que serão descritos os estágios da política de comunicação do movimento, também será visto como essa mística concretizou-se na comunicação do MST, especialmente no **Jornal Sem Terra**, que nasceu como o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra. E, no capítulo III, a mística, da mesma forma entendida como simbiose do marxismo com a inspiração em símbolos religiosos, também acontece na política de educação do movimento.

Capítulo II

Trajetória histórica da política de comunicação do MST

El arado
Víctor Jara - 1965

Aprieto firme mi mano
y hundo el arado en la tierra
hace años que llevo en ella
¿cómo no estar agotado?
Vuelan mariposas, cantan grillos,
la piel se me pone negra
y el sol brilla, brilla, brilla.
El sudor me hace surcos,
yo hago surcos a la tierra sin parar.
Afirmo bien la esperanza
cuando pienso en la otra estrella;
nunca es tarde me dice ella
la paloma volará.
Vuelan mariposas, cantan grillos,
la piel se me pone negra
y el sol brilla, brilla, brilla.
Y en la tarde cuando vuelvo
en el cielo apareciendo
una estrella.
Nunca es tarde, me dice ella,
la paloma volará, volará, volará,
como el yugo de apretado
tengo el puño esperanzado
porque todo
cambiará.

3.1 Estágios e contextos da Política de Comunicação do MST

A política de comunicação do MST foi sendo construída ao longo da trajetória do movimento. Desde as primeiras mobilizações, ainda em 1981, quando os agricultores sem terra, acampados em Ronda Alta, organizaram um boletim com cópias mimeografadas, a comunicação aparece como elemento importante, primeiro para organizar, depois para dar unidade e difundir o projeto político do movimento.

O dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, lembra episódios em que a comunicação empreendida por quadros do MST desempenhou papel fundamental na história dos movimentos sociais. “Nós nos orgulhamos de ter criado uma rede nacional de telex, utilizando os escritórios da CPT no país, que fazia pressão sobre o governo e denúncia de prisões e ameaças de despejo, que funcionava muito bem”.

Não só pelo desenvolvimento tecnológico (que proporciona outras mídias para a veiculação das mensagens), mas, principalmente, pelo contexto político, há mudanças na comunicação dentro do movimento que, para fins metodológicos para esta tese, podem ser agrupadas em quatro estágios e, em cada um, com situações específicas:

Estágio 1) Uso do jornal como instrumento para auxiliar na organização do movimento: que vai desde a criação do **Boletim Sem Terra** até a organização nacional do MST, em 1984. Aos poucos, vão sendo incorporados símbolos e colunas que irão caracterizar o jornal até hoje.

Estágio 2) Uso da comunicação ainda como instrumento para organização e também para consolidação da identidade nacional. A partir da organização nacional do MST, o jornal torna-se um veículo de análise do contexto político, de divulgação de informações e troca de experiências entre os diversos estados em que o movimento está organizado e de denúncia da violência que cresce no campo.

Estágio 3) Divisão dos setores de comunicação para a base e comunicação para a sociedade. Quando o movimento passa a ser uma pauta dos meios da indústria jornalística, muitas vezes, é atacado e criminalizado, o que demanda respostas e novas formas de diálogo com a sociedade e com a base. São formadas equipes constituídas por jornalistas profissionais e também por dirigentes do movimento. A política de comunicação incorpora a ocupação de outras mídias, como a revista, a Internet e o rádio.

Estágio 4) Comunicação como instrumento de formação do militante e a comunicação educadora. Conforme o movimento estrutura-se e o contexto político altera-se, o jornal consolida-se como mais um instrumento de formação. Apesar de essa preocupação aparecer desde o estágio inicial, a partir da segunda metade dos anos 90, ela se fortalece em colunas que se fixam no jornal e ganha ainda mais importância no atual estágio do MST, em que o movimento está debatendo os rumos de sua política de comunicação, diante de uma nova necessidade proporcionada pelo contexto político. O jornal, aos poucos, vai perdendo a importância como meio de informação, tornando-se instrumento para formações, e o MST procura outra forma de aumentar a comunicação com a sociedade civil.

A seguir, cada um desses estágios será detalhado, antes do debate sobre as atuais necessidades da política de comunicação do MST.

3.2 Jornal como instrumento para a organização do Movimento

O primeiro veículo de comunicação do MST foi publicado na fase embrionária do movimento, resultado das lutas dos trabalhadores acampados na região de Ronda Alta, interior do Rio Grande do Sul.

A fase embrionária do MST está inserida no contexto da reorganização dos movimentos da classe trabalhadora na fase final da ditadura militar brasileira. No ABC paulista, as greves de 1978, 1979 e 1980 tiveram diversos efeitos na esquerda, como mostra Celso Frederico (2010, p. 205). Dessas greves, emerge a criação do Partido dos Trabalhadores, com a “confluência entre os ‘sindicatos combativos’, os diversos grupos de esquerda e as Comunidades Eclesiais de Base [...]. A reunião dessas correntes heterogêneas no PT fez desse um partido original em nossa história, capaz de aglutinar o moderno operariado urbano, o trabalho disperso da Igreja Católica e uma infinidade de agrupamentos de esquerda que nele se aninharam”.

No entanto, também é consequência desse período, a fragmentação no movimento operário

> A disputa pela hegemonia do movimento fez entrarem em cena, com uma força até então desconhecida na história do sindicalismo brasileiro, as correntes sindicais e as organizações religiosas internacionais. Os diversos partidos de esquerda, cada um ao seu modo, colaboraram com sua estreiteza e sectarismo para a divisão do movimento dos trabalhadores. [...] O que podemos constatar é que, além da pressa dos grupos de esquerda em alcançar a

> hegemonia no movimento sindical outros fatores mais complexos atuaram no sentido de aprofundar as divergências existentes. [...] A modernização econômica fez surgir diversos segmentos de trabalhadores altamente qualificados; a proletarização dos estratos médios, por sua vez, empurrou para o trabalho assalariado as antigas profissões liberais. [...] Após vinte anos de ditadura militar, a massa operária encontrava-se despolitizada, desinformada e alheia à complicada movimentação política de sua vanguarda. (FREDERICO, 2010, p.289-298).

No campo, no caso específico do interior do Rio Grande do Sul, também existiu esse cenário de confluência entre agrupamentos de esquerda, sindicalistas e setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. A modernização econômica, principalmente com a mecanização da produção agrícola, significou o desemprego para uma grande massa de trabalhadores rurais dependentes, à época, dos projetos de assentamento empreendidos pela ditadura militar. Esses projetos eram, na verdade, colonizações das regiões centro-oeste e norte do Brasil.

Em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 1978, havia cerca de 350 famílias que não foram contempladas pelos processos de assentamento ocorridos de forma esporádica durante os anos de 1960 e 1970. Dessas famílias, cerca de 30 ocuparam a fazenda Sarandi, no município de mesmo nome, mas foram expulsas, porque a área era considerada reserva florestal, e retornaram aos acampamentos de origem.

De acordo com Morissawa (2001, p.124), foi a partir dessa fase que os trabalhadores sem terra começaram a discutir, realizar assembleias e analisar as saídas para os problemas que enfrentavam. Foi importante também a união desses trabalhadores com os militantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), grupo da Igreja Católica influenciado pela Teologia da Libertação. A CPT, e mais tarde o Camp (Centro de Assessoria Multiprofissional, uma entidade gaúcha formada por jovens militantes também ligados à Teologia da Libertação, além de estudantes e sindicalistas), juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos trabalhadores rurais. Esses grupos de discussão e conscientização dos camponeses foram a semente do MST.

Morissawa (2001) descreve que, entre as decisões tomadas pelo grupo expulso da fazenda Sarandi, estavam a formação de comissões de base e de representantes e a criação de um abaixo-assinado ao governador, reivindicando o assentamento no estado e informando que, se não fosse atendido, o grupo faria a

ocupação de terras que haviam sido griladas, as glebas Macali e Brilhante. Como o governo não respondeu às reivindicações, as terras da Macali foram ocupadas, em setembro de 1979, por cerca de 110 famílias. Uma cruz fincada na terra era o símbolo da ocupação. Outras famílias remanescentes ocuparam a fazenda Annnoni, também em Sarandi.

Em dezembro de 1980, famílias que não foram assentadas nas lutas anteriores formaram um acampamento em um local chamado Encruzilhada Natalino, entroncamento das estradas que levam aos municípios de Sarandi, Ronda Alta e Passo Fundo. Outros trabalhadores rurais engrossavam a população do acampamento e, em sete meses, já havia cerca de 600 famílias, reunindo cerca de três mil pessoas.

Apesar de ficarem em barracos à beira da estrada, os acampados organizaram-se em grupos, setores e comissões, e elegeram uma coordenação. É nesse processo que nasce o primeiro órgão de comunicação do movimento, o **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra**, mais tarde chamado **Boletim Sem Terra**.

É sintomático o que seria o MST no futuro quando se considera que uma das primeiras ações da organização dos camponeses seja a criação de um veículo de comunicação direcionado tanto para os próprios acampados quanto para a sociedade civil, a qual o grupo pedia apoio. De acordo com o dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, o boletim nasceu justamente para auxiliar os camponeses na organização do acampamento.

O primeiro **Jornal Sem Terra** data de maio de 1981, com o nome de **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra**. Eram 12 páginas datilografadas e distribuídas em cópias mimeografadas, cuja capa já trazia a expressão Sem Terra, que seria a marca de identidade do jornal até hoje.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área Indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc.. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada conseguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para muitos mais que como nós também precisam, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na cidades , como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo entregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas terras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Fig.8. Reprodução do Boletim Sem Terra número 1

O boletim tinha função muito específica: informar sobre os acontecimentos no acampamento e organizar uma campanha de solidariedade, não só material, mas, principalmente, política. Parte pelo contexto político (uma organização ainda incipiente, em condições adversas, contra um adversário muito mais organizado) e parte pela influência das organizações de linha marxista, o resultado é que esses boletins, apesar de não terem nascido como instrumentos de um partido para organizar as massas, como apontava Lenin em **Que Fazer?**, continham seções que serviram como um "fio de prumo" para a organização do movimento naquela região.

A analogia que Lenin faz do jornal como um fio de prumo encaixa-se no período embrionário do movimento, em que as ações eram resultantes de conflitos contra um inimigo organizado e demandavam organização e, principalmente, apoio externo

> Façam o favor de nos dizer: será um trabalho "no papel" quando os pedreiros colocam em diferentes pontos as pedras de um enorme e incomparável edifício, quando esticam um fio de prumo que os ajuda a encontrar o lugar justo para as pedras, que lhes indica a finalidade de toda a obra, que lhes permite colocar não apenas cada pedra, mas até mesmo cada bloco de pedras que, somados aos precedentes e aos subsequentes, formará a obra acabada e total? E hoje não atravessamos no nosso partido um período típico dessa situação, quando, possuindo as pedras e os pedreiros, nos falta exatamente o fio de prumo, visível a todos e como o qual cada um possa se orientar? Se tivéssemos uma equipe de pedreiros experientes, que trabalhasse de modo tão harmonioso que, mesmo sem o fio de prumo, fosse capaz de colocar as pedras onde é necessário, poderíamos talvez agarrar-nos também a um outro elo. Mas a infelicidade consiste precisamente em dependermos ainda da existência desses pedreiros experientes [...] ou no fato de as pedras serem colocadas frequentemente ao acaso, sem qualquer alinhamento por um fio comum, a tal ponto desordenadas que basta ao inimigo um sopro para dispersá-las, como se fossem grãos de areia e não pedras (LENIN, 2010, p.240-241).

Em **Que Fazer?**, Lenin afirma que a criação de um jornal pode assegurar à organização a capacidade

> [...] de, por um lado, evitar a batalha em campo aberto com um inimigo cujas forças são esmagadoramente superiores e concentradas num único ponto e, por outro, a capacidade de aproveitar a morosidade das movimentações do inimigo, como forma de atacar no momento e no local em que menos esperaria ser atacadado (ISKRA nº. 4 in LENIN, 2010, p. 254).

O primeiro editorial mostra os planos do boletim

> O Boletim circulará periodicamente na intenção de manter ‘aceso o fogo que clareia’ as reivindicações dos trabalhadores rurais e também veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido [...] “servirá, ainda, para que os agricultores renovem seu apelo à sustentação dessa luta e, ao mesmo tempo, manifestem o seu profundo e comovido agradecimento aos que nela, de uma forma ou de outra, já estão empenhados (BOLETIM SEM TERRA. No. 1, 1981)

Abaixo, a figura reproduz o editorial completo:

S E M T E R R A

Estamos apresentando o primeiro número deste Boletim Informativo que, dentro de suas atribuições, uma é a de manter constantemente informados todos os colaboradores desta campanha de solidariedade, através de suas entidades representativas - sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base e demais entidades a nível nacional - bem como a opinião pública em geral através dos meios de comunicação - jornal,rádio e televisão. Outra, é a de ampliar ainda mais esta campanha, levando-a a todas as regiões do Estado e País.

O Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter "aceso o fogo que clareia" as reinvidicações dos trabalhadores rurais e, também, veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido. Servirá, ainda, para que os agricultores renovem o seu apelo à sustentação desta luta e, ao mesmo tempo, manifestem o seu profundo e comovido agradecimento aos que nela, de uma forma ou outra, já estejam empenhados.

Publicamos neste primeiro número, a "Carta dos Colonos de Ronda Alta" que, par nós, representa mais do que mil palavras tentando justificar esta humilde contribuição na luta desse povo.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Comissão Pastoral da Terra - CPT, RS, são as entidades responsáveis por esta publicação. A colaboração fica por conta de todos!

Fig.9. Reprodução do primeiro editorial do Boletim Sem Terra

A Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta, decidida em Assembleia no dia 15 de maio de 1981, apresenta um pequeno histórico e panorama da situação e faz um apelo ao apoio. Não um apoio apenas financeiro, pelo que se percebe ao longo do boletim, mas apoio à causa, por meio de mensagens enviadas ao então presidente do INCRA, órgão federal responsável por assentar as famílias.

Nas páginas 2 a 4, há o detalhamento da luta, sob o título História de um povo oprimido, desde as primeiras ocupações, e como os órgãos oficiais negligenciaram as reivindicações. No tópico V do texto, pode-se perceber como o movimento passa

a se organizar: uma comissão central formada por oito integrantes e subcomissões responsáveis pelos donativos recebidos, pelo saneamento (busca de fonte de água e tratamento do lixo) e outros pequenos grupos para discussão e reflexão.

O primeiro boletim segue relatando as diversas manifestações de solidariedade, não só de outros movimentos de agricultores, principalmente sindicatos de trabalhadores rurais de outros municípios e estados, como também de outros trabalhadores urbanos, o que seria também a marca do MST em toda sua história, a união dos trabalhadores da cidade e do campo, como mostra o texto "quem somos", do atual site do movimento:

> Desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Estes objetivos estão manifestos nos documentos que orientam a ação política do MST, definidos em nosso Congresso Nacionais e no Programa de Reforma Agrária. Além disso, lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadores Sem Terra apóiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc. Sabemos que a solução para estes problemas só será possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. E confiamos que a realização da Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra e produzindo alimentos, é nossa contribuição mais efetiva para a realização de um Projeto Popular. Por isso, o MST participa também de articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir estes direitos sociais. Nacionalmente, participamos do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais. Internacionalmente, somos parte da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.<www.mst.org.br> Acesso em 15 abr 12).

.

Tanto na carta dos colonos, como no texto História de um povo oprimido, a redação chama a atenção para a proposta do INCRA que oferece aos camponeses o assentamento em outras regiões do país (Mato Grosso, Acre, Roraima, Bahia), o que é recusado pelo movimento, que apresenta os problemas que acontecem em cada um dos assentamentos nesses estados.

Por exemplo, em Roraima, as terras destinadas para assentamento, de acordo com o boletim, são na divisa com a Guiana e "prestam" mais à pecuária, o que exigiria investimentos dos agricultores. Na análise do boletim, essas situações

só favorecem os agricultores que já têm recursos suficientes; os demais, ou são obrigados a voltar desses estados ou devem se sujeitar a serem transformados, novamente, em peões de grandes fazendeiros.

Na página nove desse boletim, ainda dessa questão da análise das situações regionais, é publicada uma pequena nota sob o título Um alerta dos trabalhadores rurais da Bahia. Ao manifestar solidariedade aos acampados do sul, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Bahia alertou que os agricultores expulsos quando da construção da barragem de Sobradinho foram colocados na Serra do Ramalho, região que não apresentava condições para agricultura. O boletim usa esse exemplo para que os agricultores do sul não aceitassem essa proposta do INCRA.

Yokota cansou de repetir: — Não há terras no Estado

Não há terras no Estado. Só isso sabem repetir os porta-vozes do governo, com o objetivo de forçar uma solução de agrado dos grandes latifundiários, que é mandar os colonos gaúchos para outras regiões fora do Rio Grande do Sul. Mas os agricultores acampados na Encruzilhada Natalino sabem que há abundância de terras improdutivas nas mãos dos latifundiários em nosso Estado e por isso lutam para ficar. A reportagem a seguir publicada pelo jornal Zero Hora sobre o encontro entre quatro agricultores e o presidente do INCRA reflete a vontade dos colonos de não serem enganados oposta a intransigência do governo.

A REUNIÃO COM OS COLONOS FRACASSOU

Foi um fracasso completo. Depois de uma hora de reunião com os quatro agricultores que representavam os colonos acampados em Ronda Alta, o presidente nacional do Incra, Paulo Yokota, sentia-se desiludido. Os agricultores Olmiro de Jesus Ferreira, de 50 anos, Saul Marchiori, de 23 anos, Iraci Pezenatto, de 25 anos, e Lourecí de Fátima Oliveira, de 30 anos, estavam revoltados e prometiam "continuar a luta", mantendo-se acampados e reivindicando terras para serem reassentados, dentro do Rio Grande do Sul. Diante do próprio Yokota, quando percebeu que as posições mantinham-se irredutíveis, um dócil Saul Marchiori, chegou a fazer uma ameaça velada ao presidente do Instituto. "Nós vamos lá dar a sua resposta negativa aos companheiros. Mas não sei o que pode acontecer. Só gostaria é que o senhor fosse junto com a gente, dizer lá para o pessoal que não tem terras para nós aqui no Estado".

Aparentando cansaço, depois de uma manhã dedicada a palestras com variados interlocutores, sem ter almoçado antes das 15 horas, diante dos colonos o presidente do Incra manteve-se coerente com a preação feita durante todo o dia de ontem. "Não há terras disponíveis no Estado", declarou ele. "Quem quiser candidatar-se ao reassentamento promovido pelo Incra poderá ir para o Acre, para o Mato Grosso, para Roraima, mas aqui não tem jeito". Reforçando a declaração Yokota ainda argumentou que os agricultores gaúchos, por certo, estariam em situação melhor do que se encontram aqui se fossem para o norte do País. Ponderou que dos gaúchos que tomaram este rumo em épocas passadas "apenas uns 20% ou 30% não se adaptaram". E tentou provocar os representantes dos colonos: "É claro que não é nenhum paraíso o que estou oferecendo e, por isso, é necessária uma boa dose de coragem para enfrentar essa situação nova". A estratégia não deu certo: os colonos ficaram firmes na posição de não aceitarem terras fora do Estado.

Inverno

Habilmente, Yokota contra-atacou, engrimido um argumento pinçado nas conversas matinais com os deputados do PDS. E procurou tocar os sentimentos dos agricultores, lembrando-lhes que se aproxima o inverno e a época das chuvas no Estado. "Vocês não vão expor as suas crianças a este sofrimento, vão?" Com a nova frustração, Yokota passou a atacar e a achar "estranho" a posição de inflexibilidade dos colonos, irritando-se com facilidade frente ao raciocínio lógico e simplista dos agricultores e ele mesmo praticando exercícios de ironia com um dos representantes de Honda Alta, a quem insistia em chamar de "doutor". Até o metódico e calmo Orgenio Holt, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag), foi arrancado de sua aparente falta de participação na questão e acusou Yokota de não deixar nenhuma saída para os colonos, a não ser abandonar o Rio Grande do Sul. "O senhor está dizendo, o dia inteiro, que o governo não vai obrigar ninguém a ir para a Amazônia. Mas não deixa outra saída. A não ser ficar aqui, sem terra, passando fome. Rapidamente vamos chegar ao caos".

O O clima de desacordo instalou-se na reunião desde seu início. O primeiro colono a falar, Olmiro de Jesus Ferreira, expulso da área indígena de Nonoai em 1978, reclamou que foi um dos primeiros a se candidatar ao reassentamento na Fazenda Sarandi, há três anos. Mas que nunca foi chamado para ocupar sua terra, embora, na época, lhe tenha sido prometida solução em 45 dias. "Então, eu quero saber, seu Paulo, se não foi reassentado porque eu não tenho dinheiro". Confuro, Yokota voltou-se para Alcione Biarin, delegado Regional do Incra, de quem recebeu uma resposta vaga, mencionando a opção de Olmiro por não sair do Estado. E, enquanto ordenava que Biarin verificasse o caso de Olmiro, Saul Marchiori fazia uma acusação mais direta: "Tem política no meio do reassentamento. A fazenda Sarandi é muito grande. Se quisessem resolver o nosso problema, era só tirarem, desapropriarem as terras dos que estão lá arrendando. Meu pai foi reassentado há 18 anos. Naquele tempo, era direito cada um ter um pedacinho de terra". Nesse momento, Yokota perdeu a paciência: "Que direito à terra é esse, doutor? Que lei é essa? Me trazem o Estatuto da Terra aqui, quero ver ele achar o texto desta lei. O fato é que nós estamos oferecendo terras para vocês fora do Estado e vocês estão irredutíveis, estranhamente irredutíveis".

Amazônia

Saul respondeu que existem áreas de sobra aqui no Estado e rebateu a imediata alegação do presidente do Incra ("Tem áreas com donos, produzindo, e que só poderiam ser compradas se eles quisessem vender") com outra questão: "Então, se eu tenho dinheiro suficiente, eu compro toda a área do Rio Grande do Sul e não dou explicação para ninguém. O senhor acha isso justo?" Yokota, rápido, respondeu com o punho fechado sobre a mesa: "Olha, doutor, eu ofereço meu emprego, minha vida, se isso acontecesse. Essa situação de se comprar todo o Rio Grande é uma hipótese descabida. Temos que ser claros e objetivos." Com o Governador fugido diante de Yokota, Lourecí Oliveira indagou por que o governo fazia tanta força para mandar os colonos para fora do Estado: "Será que só quer ficar com os ricos aqui?" O presidente do Incra lembrou que muitos pequenos agricultores tinham ido para a Amazônia, mas Lourecí expôs um argumento quase inconteslável. "Eu sei, seu Paulo. Eu também fui. Lá que voltei, como voltou 70% dos que lá estavam comigo". Novamente Yokota não se conteve: "Pois eu me demito agora mesmo, se realmente voltou 70%.

Sem conseguir encontrar respostas para outras interrogações (do tipo da que foi feita por Iraci Pezenatto perguntando se "quando encher o país vão mandar os pobres para o estrangeiro?", Yokota ouviu os agricultores discorrerem sobre os motivos contrários à sua ida para a Amazônia, nos quais incluiram a falta de fertilidade das terras e a ocorrência de doenças como a malária. "Se é para a gente morrer, a gente morre aqui mesmo", disse Saul, fazendo o presidente do Incra desfiar um rosário de reportagens de jornais e revistas do centro do País com entrevistas de colonos gaúchos satisfeitos com a Amazônia. "Eu vi na televisão muita gente. Lá, falando contra", respondeu o colono, lembrando que o próprio governador Amaral de Souza e deputados gaúchos foram ao Mato Grosso, verificando a má situação dos agricultores. "Aquilo ali foi exploração política", disse Yokota. "Montaram um circo em cima do problema dos colonos".

Milagre

Iraci Pezenatto resumiu a decepção dos colonos explicando que sinceram esperava sair com uma solução pronta da reunião, mas aguardava-se, pelo menos, uma disposição do Incra para dialogar. "Mas o senhor só diz que não tem terra aqui e pronto. E a gente sabe que tem. Tem muita gente com imensidade de terra que não precisa. Tem a Varig, tem a Fazenda Santa Rita...essa é do estrangeiro... Pois é, o estrangeiro tem mais direito que nós aqui na nossa terra. O brasileiro é burro mesmo. Tanto que tiveram que botar um japonês como o senhor para dirigir o Incra". Nervoso, Yokota gentilmente negou que seja japonês ("Eu nasci aqui no Brasil") e prudentemente encerrou a conversa, alegando não ter competência sobre o setor de milagres ao qual os colonos estavam querendo dirigir-se. Um colono, porém, conseguiu que ele respondesse à indagação a respeito do objetivo dos empréstimos concedidos pelo ministro Delfim Neto na Alemanha ("Foi para vários projetos econômicos"). Mas, quando Yokota classificou a questão do colono como ideológica, o agricultor pediu para concordar, se disse que só estranhava que não houvesse, igualmente, empréstimos para financiar varias "projetos humanos", envolvendo colonos sem terra.

ZERO HORA — Terça-feira, 12.05.81 — PÁGINA 25

Fig. 10. Reprodução de reportagem do jornal Zero Hora no Boletim Sem Terra

Outro conteúdo do boletim era a reprodução de uma reportagem do jornal gaúcho Zero Hora sobre a reunião entre o presidente do INCRA, Paulo Yokota, e os acampados da Encruzilhada Natalino.

O boletim não faz críticas à reportagem (que, por sinal, é mais “simpática” ao INCRA do que aos agricultores), mas mostra, por meio da reprodução da reportagem, que a única solução dada pelo INCRA é o envio das famílias para outros estados, situação já descrita em outros trechos do boletim.

Os responsáveis pela redação do boletim queriam mostrar, tanto para as famílias acampadas como para as organizações solidárias ao movimento, que o princípio da luta era a reforma agrária ser feita no próprio estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o boletim, o envio das famílias para outros estados “agrada aos latifundiários”, uma vez que os agricultores acampados sabem que há “abundância de terras improdutivas”.

Nessa fase, o boletim servia tanto de subsídio para os agricultores acampados, para que não aceitassem a proposta do Governo, como para informar aos demais setores da sociedade os motivos que levavam os trabalhadores rurais a continuar protestando. Ao longo da história, essa publicação impressa continua com essa dupla função (falar para a base e para a sociedade de apoio) até metade da década de 90, quando a exposição nacional do MST por meio da indústria jornalística cresce de tal maneira que força o movimento a pensar em outras formas de comunicação, tanto para combater a criminalização empreendida pela indústria jornalística como para fazer seus valores chegarem a um público que ainda não o apoiava.

O boletim continua sendo publicado quinzenalmente e a evolução do seu conteúdo passa pelo desenvolvimento tecnológico e, principalmente, pelo contexto político da organização dos camponeses. É importante destacar que, mesmo sendo uma publicação orientada pelas organizações que prestavam "assessoria" aos camponeses, a cultura popular, principalmente a religiosidade e a ligação com a terra, foi incorporada à redação e ao "planejamento gráfico", o que contribuiu para o fortalecimento da publicação.

O número 3 do **Boletim Sem Terra**, de junho de 1981, traz, pela primeira vez, a explicação sobre a simbologia adotada pelo movimento. Nos primeiros acampamentos, uma cruz era fincada na terra, representando o "sofrimento, as glórias e a esperança" (consequência da influência da Teologia da Libertação) e, assim, foi feito na Encruzilhada Natalino.

Em maio de 1981, ocorreu a primeira morte de uma criança, Loivaci Pinheiro, de quatro meses, vítima de pneumonia, subnutrição e falta de cuidados médicos, uma vez que o hospital mais próximo ficava a 19 quilômetros do acampamento. Para marcar esse episódio, é acrescentado à cruz um lençol branco. Depois, a cada criança que morria no acampamento, um novo lençol branco era amarrado à cruz, que, em vez de ser cravada na terra, passou a ser amparada por escoras que simbolizavam os apoios recebidos.

A cruz escorada e com os panos brancos amarrados foi o primeiro dos diversos símbolos da luta dos trabalhadores rurais, como a bandeira, o hino e as canções que constituem a mística do movimento

> [A mística] No contexto dos sem terra, é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas. As palavras de um integrante

> do Movimento resumem bem a ideia da mística: ‘nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas, aos poucos, como se uma energia misteriosa tomasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Essa energia que nos anima a seguir em frente é que chamamos de mistério ou mística. Sem que algo se move em direção a um ser humano para torna-lo mais humano aí está se manifestando a mística. (MORISSAWA, 2001, p. 209)

No boletim número 3, pela primeira vez, é publicada uma foto. O tema é o enterro da menina Loivaci. Apesar das páginas internas ainda serem datilografadas na forma de um texto corrido, a capa apresenta características de um jornal. Interessante é notar que esse modelo – o título do jornal, cabeçalho, foto de capa e abaixo as chamadas das matérias principais – permanece até hoje, como pode ser visto na comparação das figuras 11 a e b.

Situação é insuportável. Acampados querem solução imediata.

Esse foi o clima entre os sem terra acampados na Encruzilhada Natalino durante o enterro da menina Loivaci. Mais detalhes na reportagem feita pelo Jornal Zero Hora, da qual reproduzimos trechos na página 4.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 4 de ~~maio~~ Junho de 1981. nº 3

Foto de Adolfo Alves Zero Hora

Na foto o cortejo fúnebre da menina Loivaci Pinheiro que morreu por falta de cuidados médicos e omissão do governo.

Santiago enviou abaixo-assinado ao Piratini

Os colonos, operários e agentes da Pastoral da cidade de Santiago iniciaram uma campanha de coleta de assinaturas exigindo do governador terras para os acampados da Encruzilhada Natalino. Até o momento já foram remetidas ao Palácio Piratini 1415 assinaturas. Os promotores da campanha lembraram a necessidade da criação de laços de solidariedade mais amplos. Na página 6 mais detalhes.

Colonos apontam latifúndio com 9 mil hectares

Os colonos localizaram nas proximidades de Carazinho um latifúndio com cerca de 9 mil hectares. A área, denominada Fazenda Irmãos Guerra, é subutilizada. Mesmo assim o governo do Estado e o INCRA continuam dizendo que não há terras no Estado. Na página 3 há um novo levantamento de latifúndios. Desta vez, são 28.390 hectares de terras em Palmeira das Missões, dividida em 14 propriedades.

Bispo e padres de Passo Fundo fazem campanha

O Bispo e padres da Diocese de Passo Fundo iniciaram, na semana passada, uma campanha em favor das quinhentas famílias de agricultores sem terra acampados em Ronda Alta.

De acordo com a nota oficial divulgada, o clero diocesano decidiu mais uma vez, denunciar a estrutura fundiária nacional e pedir providências urgentes ao governo. Mais informações na página 8.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

www.mst.org.br

ANO XXVI - Nº 287 - OUTUBRO 2008

Crise do sistema financeiro não significa fim do capitalismo. Aumenta a concentração de riquezas, exploração dos recursos naturais, a fome e a desigualdade. Mais do que nunca, lutas são necessárias

ESTUDO

Mercado mundial indica colapso e a conta vai para os trabalhadores

Página 3

MOBILIZAÇÕES

Jornada pela Soberania Alimentar e Semana dos Sem Terrinhas

Páginas 6, 8 e 9

ENTREVISTA

Avanço das transnacionais em MG. Entrevista com Vanderlei Martini

Páginas 4 e 5

Fig. 11. Reprodução do Boletim Sem Terra nº. 3 em comparação com a reprodução do Jornal Sem Terra de outubro de 2008

A adoção da cruz com os panos brancos amarrados e as escoras não só identifica o acampamento como “comunica” a toda sociedade que ali há sofrimento (caracterizado pela própria cruz), há desejo de paz (pelo uso do branco) e há, principalmente, apoios, pois as organizações que manifestam solidariedade têm os

nomes gravados nas escoras. A explicação dessa simbologia aparece no boletim na página 6.

A primeira reforma gráfica do boletim acontece no número 20, de maio de 1982. Em vez de páginas datilografadas, o boletim aparece diagramado em colunas e com uso de recursos gráficos. O expediente — assinatura do jornal, que traz quem é responsável pela redação e o endereço — surge com um símbolo muito próximo ao que seria adotado mais tarde pelo MST: uma família de trabalhadores rurais com suas ferramentas. O MST orgulha-se de ter, em sua bandeira, um homem e uma mulher, o que já aparece nessa primeira simbologia.

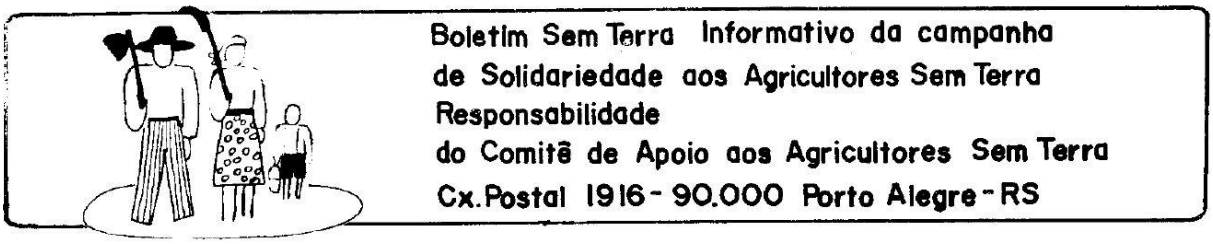

Fig. 12. Símbolo do movimento colocado ao lado expediente

No boletim número 22, de maio de 1982, pela primeira vez, ao lado do cabeçalho, aparece a cruz com os panos amarrados, que simboliza a luta nos acampamentos. Da mesma forma que o expediente, esse cabeçalho mantém essa característica – nome do jornal ao lado do símbolo do movimento – até hoje.

Fig. 13. Símbolo da luta que caracteriza o movimento ao lado do cabeçalho

A religiosidade está muito presente nesses boletins. Não só pela presença da cruz e pela matéria sobre a campanha de arrecadação de fundos nas paróquias do

Estado, mas também pela referência à luta no novo acampamento como luta pela terra prometida.

CAMPANHA

POVO RESPONDEU AO APELO, DIZ BISPO DE NOVO HAMBURGO

Última página.

ACAMPAMENTO PROVISÓRIO CONSOME 1900 QUILOS DE ALIMENTOS POR SEMANA

• • •

DIOCESES DO MT E FETAG DO PIAUÍ APOIAM. COLONO DOA 4 MIL KG DE FARINHA

Veja na solidariedade

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

ANO II Nº 22

Porto Alegre - Segunda quinzena de maio de 1982

NOVA RONDA ALTA RUMO A TERRA PROMETIDA

Na entrada, o nome do acampamento.

Nova Ronda Alta agora é rumo à Terra Prometida

Depois que se mudaram para Nova Ronda Alta, uma das maiores preocupações dos sem-terra tem sido a de desfazer a imagem de que o seu problema está resolvido. Mostrar a realidade que os envolve, que nem de longe é a que desejam, é a orientação no acampamento.

Um dos últimos gestos dos colonos nesse sentido, foi o de alterar o nome ostentado em uma faixa na entrada do acampamento. De "Nova Ronda Alta, terra prometida", mudaram para "Nova Ronda Alta, rumo à terra prometida".

Dona Maria Siqueira, 45 anos, mãe de 8 filhos, já esteve no Mato Grosso e conta que sua experiência acumulada nesse tempo a faz estar atenta a tudo. E foi assim que ela percebeu, logo nos primeiros dias, que o nome "não estava de acordo. Por isto, tratei de reunir o pessoal pra mudar". Agora, satisfeita, ela diz que "nós estamos no rumo". E, sem esconder a grande esperança, acredita que a terra prometida não está longe.

Fig. 14. Referências religiosas no boletim 22. Influência da Teologia da Libertação

No decorrer de sua evolução, a política de comunicação não deixa de incorporar essa cultura popular do camponês. O uso da cruz com os panos brancos e estacas eram momentos de celebração. Os símbolos lembravam os trabalhadores

dos acontecimentos e serviam de motivação para seguirem na luta, rumo à terra prometida, referência, como já citado no capítulo I, ao livro bíblico Êxodo.

Com o distanciamento do movimento da Igreja e com o enfraquecimento da Teologia da Libertação, a prática de celebrações transforma-se em momentos de reflexão que são chamados de mística. É interessante notar que a mística não acontece apenas em “encenações teatrais” nas reuniões, encontros, congressos e capacitações. Assim como nesses primeiros boletins, foi incorporada à criação de simbologias e permanece no processo editorial, quando, por exemplo, se pensa no rol de músicas que serão executadas na rádio comunitária ou quando um texto é escrito.

A luta dos trabalhadores rurais no sul do país seguiu por três anos, até 1984. De maio de 1981 a julho de 1982, o boletim foi publicado quinzenalmente. A partir do número 25, de julho de 1982, o boletim passa a ser publicado mensalmente e, com raras exceções, manteve essa periodicidade por 30 anos.

O segundo boletim dá continuidade ao primeiro, mas já apresenta, na capa, um tratamento gráfico diferente. A maioria dos textos refere-se aos apoios que o movimento recebe de outras categorias e de outros estados. As páginas 2 e 3 são dedicadas à continuação do texto História de um povo oprimido, em que são atualizadas as condições dos acampados. É publicado um levantamento das terras consideradas, pelo INCRA, como improdutivas, portanto, passíveis de serem desapropriadas.

Na sequência, notas sobre os apoios e visitas que o acampamento recebe e uma seção chamada Notícias do acampamento, que relata o cotidiano dos trabalhadores. Uma nota interessante é Para que serve a lei, na qual são reproduzidos trechos da legislação sobre o uso da terra. O texto tem o objetivo de informar à sociedade que a luta na região de Ronda Alta é legítima. O panorama de imprensa continua a ser feito, com a reprodução de um trecho de reportagem do jornal **Zero Hora**. A última página é sempre dedicada às informações para envio de donativos e solidariedade.

Terras existem.
Só o presidente
do INCRA não sabe.

Um levantamento dos latifúndios improdutivos na região de Ronda Alta está na página 3

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 28 de maio de 1981. nº 2

Cresce o movimento de solidariedade aos acampados de Ronda Alta

Agricultores do Paraná dizem presente

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Parana manifestou sua solidariedade aos colonos sem terra de Ronda Alta. indicando a divulgação da campanha aos sindicatos filiados. Os agricultores paranaenses tambem encomendaram grande numero de cartazes com o objetivo de colaborar para o fundo de manutenção do movimento.

No oficio a FETAEP informa terencaminhadoexpediente ao governador do Estado, solicitando apoio para a desapropriação dos latifundios improdutivos. E enviaram uma mensagem particular aos colonos

— Queremos afirmar aquelas que são expulsos da terra -Nesse país, ultimamente , só conseguimos garantir os nossos direitos com medidas de pressão e campanhas dessa natureza. Poderiamos aqui, lembrar as conquistas dos suinocultores e dos expropriados pela ITAIPU BINACIONAL, no Estado do Parana, que só alcançaram seus objetivos, enfrentando o Exercito Nacional e as baionetas da Polícia Militar do Estado.

A colaboracão que vem de Três Passos

Entidades de vários municípios reuniram-se em Tres Passos, no ultimo dia 22 para debater o problema dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino e a situação de milhares de famílias sem terra na região minifundista do Estado. Essa reunião foi motivada pela visita de agricultores sem terra e líderes sindicais ao acampamento dos colonos.

Como resultado do encontro serão realizados pedágios em todos os municípios da região no dia 29. Posteriormente será organizado um dia de acampamento na sede de cada município com concentração de agricultores, culto ecumenico, tribuna livre e coletas. Mais informações do que os agricultores da região de Três Passos estão fazendo encontra-se na página 4.

Apoio dos metalúrgicos

Os metalúrgicos, da cidade de Santos em Sao Paulo, tambem manifestaram sua solidadriedade aos colonos sem terra. E a seguinte a íntegra do telegrama enviado por aqueles operarios santistas a Ronda Alta:

— Nós, do Sindicato dos Metalurgicos de Santos, tendo recebido correspondencia sobre colonos Alto Uruguai, vimos por meio deste hipotecar total solidadriedade, manifestando nossa convicção de que somente a reforma agraria solucionara os problemas do campo brasileiro.

Médicos do Espirito Santo querem medidas concretas

"O Sindicato dos Médicos do Espirito Santo se solidariza e apóia a justa luta dos camponeses sem terra". Essa e outra manifestação de apoio, entre tantas outras, recebida em Ronda Alta. Os medicos do Espirito Santo, atraves do seu sindicato, tambem esperam dos poderes constituidos medidas concretas de atendimento as reivindicações dos colonos.

Fig. 15. Reprodução do Boletim Sem Terra nº. 2

O destaque, nesse segundo número, é o aumento dos apoios, que seguem crescendo continuamente em outros estados até o processo de consolidação do movimento nacional, em 1984. O relato do andamento das lutas no sul do país, com avanços, recuos e as soluções encontradas, serviam de estímulo e reflexão para situações semelhantes que ocorriam a outras famílias de trabalhadores rurais em processo de organização em outros estados.

A partir do número 3, História de um povo oprimido passa a ser uma coluna do boletim que tem o objetivo de atualizar a situação do acampamento. Também são mantidas as notas que relatam a geografia dos latifúndios (tamanho, localização e quem está com a “posse” da terra). Com o crescimento da solidariedade, mais páginas são dedicadas a essas manifestações de apoio, com destaque para as que chegam de outros estados. A coluna Notícias do Acampamento reforça essa característica de apoios, mostrando que prefeitos, estudantes e denominações religiosas estiveram no acampamento.

A matéria principal do boletim número 20 é sobre a organização do novo acampamento em Nova Ronda Alta, uma área comprada graças aos fundos arrecadados nas paróquias do Rio Grande do Sul, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e pela Igreja Luterana. Em Nova Ronda Alta, foram acampadas cerca de 210 famílias, divididas em sete núcleos.

Nessa matéria, há um infográfico com o organograma da organização. Não há nomes, mas mostra como estão os setores, todos abaixo da Assembleia do Povo, a instância maior, convocada pelo menos uma vez por mês para votação dos assuntos principais, leitura de comunicados e que se reúne na “choupana da democracia”, uma palhoça no centro do acampamento, feita com varas de bambu e coberta de palha, semelhante a uma construção indígena.

Essa foi a primeira instalação do novo acampamento. Abaixo da assembleia, estão os líderes do grupo de famílias e a comissão central, responsável pela execução das decisões. Entre as equipes de trabalho – lavoura, rancho, água, animais –, é significativo que conste, ao lado da segurança, a de imprensa. O que mostra a preocupação do movimento com a comunicação.

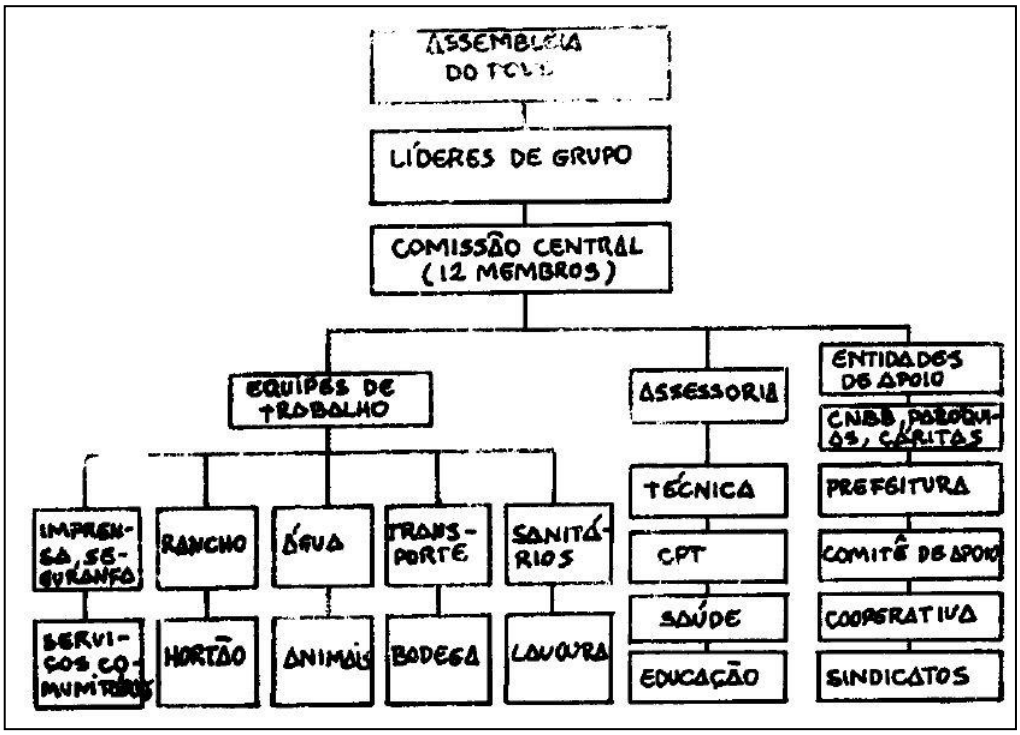

Fig. 16. Organograma publicado na edição 20,destaque para a equipe de imprensa, ao lado de outras equipes de trabalho como rancho, lavoura e animais

Pode ser considerado relevante que, em um momento de intensa repressão e ainda sob a ditadura militar, o boletim traga, mesmo sem nomes, a estrutura e organização do movimento. Mesmo que isso significasse atrair a atenção das forças de repressão, os textos do boletim cumpriam duas tarefas: a primeira, mostrar para a sociedade como o movimento trazia uma mensagem de democracia e de paz, ao contrário da forma como o Estado agia contra ele e contra outros setores; a segunda, e a mais importante do ponto de vista ideológico, mostrar, aos demais movimentos de trabalhadores rurais, uma forma de agir. O jornal, nessa fase, ainda funcionava como uma “troca de experiências” para os demais movimentos de trabalhadores rurais que existiam no Brasil.

A nota País, na última página, relata a violência sofrida por outros trabalhadores rurais em outro estado. O boletim deixa de ser apenas sobre a situação no sul do país e refere-se às lutas por todo o Brasil, o que sinaliza a nacionalização do movimento que aconteceria brevemente.

A matéria principal do boletim número 22, de maio de 1981, trata das necessidades de alimentação do acampamento. Entre as notas, destaque para uma referência ao cantor Chico Buarque, que recebeu uma comissão de agricultores de Nova Ronda Alta, pedindo uma parte da renda do show que o artista faria em Porto

Alegre. Chico Buarque tornaria-se um companheiro da causa dos Sem Terra e, anos depois, a renda da venda do trabalho **Terra**, feito em parceria com o escritor português José Saramago e o fotógrafo Sebastião Salgado, seria destinada à construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Os primeiros boletins continuam reproduzindo reportagens de jornais como o Zero Hora, com o objetivo de dar maior credibilidade aos fatos relatados. Não há comentários dos redatores do boletim sobre as reportagens, apenas a reprodução de trechos. Como o objetivo do boletim era dar maior "visibilidade" à luta, aumentando a campanha de solidariedade e multiplicando o número de pessoas cientes da situação, aumentaria a pressão sobre o governo do Estado e sobre o INCRA. Com o passar dos anos, o movimento adotaria uma postura mais crítica sobre o olhar da imprensa para a luta dos sem terra, como será visto mais adiante. As denúncias e as ações de visibilidade que reforçam a luta são feitas pelos próprios militantes ou por jornalistas ligados ao movimento.

Já no boletim número 22, a reportagem do jornal **Diário da Manhã**, de Passo Fundo, não é reproduzida, mas criticada. Com o título Diário dá informação infundada sobre os colonos sem terra, o texto critica o que considera ser um interesse ideológico do Diário por publicar a versão de que o dinheiro arrecadado ficaria com a Igreja, pois os camponeses estariam abandonando o acampamento. A matéria é criticada por não citar fontes, não checar a versão no acampamento e por atender a interesses de quem "quer dificultar a vida dos acampados".

Nos anos seguintes, serão mais frequentes, por parte da indústria jornalística, os ataques ao MST ao publicar apenas uma versão dos fatos, sem ouvir o lado dos sem terra, além de tentar criminalizar o movimento associando a ele a imagem do aproveitador, que usa o discurso da reforma agrária sem querer, de fato, trabalhar na terra.

Os boletins contribuíram para unificar a luta, pelo menos dos trabalhadores rurais dos estados do sul, o que resultaria na formação de uma organização que englobava os lavradores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que daria origem, em 1984, ao MST.

Desde 1981, a CPT realizava debates e encontros das lideranças dos vários movimentos de luta pela terra no Brasil. Para a formação do MST, os principais encontros foram o Encontro Regional Sul, que reuniu os movimentos do Rio Grande

do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, em julho de 1982, e o Seminário de Goiânia, que ocorreu em setembro do mesmo ano. Esses dois encontros constituíram a base do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, que aconteceria em janeiro de 1984.

Ao final do Encontro Regional Sul, depois de avaliações sobre as lutas, as formas de apoio e de articulações e apresentação das causas e limites das lutas, agricultores concluíram que o maior inimigo era o modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava o latifúndio e os grandes empresários. Do ponto de vista organizacional, os trabalhadores rurais decidiram que era necessário, além da realização de encontros estaduais e regionais, formar comissões nos sindicatos, desenvolver maior articulação entre os movimentos e criar boletins informativos para cada movimento. Morissawa afirma (2001, p.136) que o boletim “da campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, que circulava apenas no Rio Grande do Sul foi escolhido como órgão de divulgação dos cinco estados do Sul”.

Novamente, é possível notar a grande importância dada à comunicação como estratégia de sobrevivência do movimento. Ao escolher o Boletim Sem Terra como o órgão de divulgação dos estados do Sul, o encontro dá mais um impulso para que o boletim torne-se o jornal do Sem Terra de todo o Brasil. A partir desse número, o boletim circulará pelos cinco estados.

Em setembro, o encontro em Goiânia reuniu 22 agentes da CPT e 30 lideranças de ocupações de terras. Além dos enviados da Regional Sul, outros doze estados estavam representados. Foi nesse seminário que surgiu a ideia de um movimento de alcance nacional formado por trabalhadores rurais.

O suplemento especial do Boletim dos Sem Terra, de novembro de 1982, além de trazer um encarte com explicações sobre a Lei de Segurança Nacional, cuja revogação era uma das bandeiras dos movimentos sociais da época, é dedicado ao primeiro encontro nacional e traz, na última página, a Carta de Goiânia, documento final do seminário realizado no centro de formação da Diocese de Goiânia, que expressa os objetivos do que seria, dois anos após, o MST.

Essa edição especial não se restringiu às notícias do acampamento de Nova Ronda Alta, mas pode ser considerada a primeira publicação nacional dos sem terra, pois os textos eram referentes à luta nos diversos estados. A capa informa o que foi o seminário de Goiânia e traz fotos com o selo Sem Terras do Brasil. Nas páginas

internas, o editorial chama a atenção para o fortalecimento das regionais. As matérias são sobre a posse de terras em Minas Gerais, sobre a organização das lutas nas barragens do Nordeste, sobre a resistência dos lavradores do Rio de Janeiro e sobre a grilagem que acontece no Piauí.

No final do encontro os participantes divulgaram uma carta que conclama todos os trabalhadores a assumir a luta pela terra

"AOS COMPANHEIROS SEM TERRAS DO BRASIL"

Nós trabalhadores sem terra vindos de 16 estados de diversas regiões do País, reunidos aqui em Goiânia, queremos endereçar este comunicado transmitindo o objetivo deste encontro, bem como da importância do mesmo.

Queremos ainda fazer de perto um convite a todos, para que entrem na luta pela CONQUISTA E DEFESA DA TERRA e dos direitos que são negados para nós.

Este valioso encontro teve como objetivos: a) avaliar as lutas e a caminhada de nossos movimentos; b) colocar em comum todos os pontos positivos e negativos; c) avaliar como estamos resistindo e que resultados está dando e d) encontrar meios de continuar e reforçar nossas lutas.

Toda luta é difícil, porque ela exige muito esforço e uma dedicação comprometida.

Lamentamos e protestamos pela perda de muitos companheiros nossos que foram assassinados, vítimas da ganância dos grandes. Apesar disso, muitas vitórias já se teve por todo o país com os movimentos. Muitos irmãos nossos depois de muita luta venceram, conquistando o chão que lhes pertence e seus direitos. Não esquecemos ainda, que as lutas e o próprio movimento nos ajuda a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos verdadeiros amigos e nossos inimigos.

Verificamos que em todas regiões do país inteiro existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas, lamentamos outra vez em dizer que estes problemas são resolvidos com repressão policial, e a cor da quebra sempre do lado mais fraco.

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários.

Se nós não nos organizar em nossos sindicatos e associações de classe em nossa região, estado e a nível de país, se não sentarmos juntos, analisar nossa luta, confrontar com está realidade que hoje escraviza e manipula os fracos, se não fizermos isso nunca iremos sair fora desta vida de explorados e de verdadeira escravidão.

Vivemos num mundo sem finalidade humana, mundo que é fabricado por todo um sistema injusto, implantado em nosso país. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem os grandes poderosos, o poder e a riqueza nas mãos desta minoria revelam claramente este fato que na nossa maneira de pensar é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. O sistema prega a violência e total desrespeito aos direitos fundamentais de cada pessoa. Este mundo, cuja finalidade não é o homem e que mantido pelo sistema implantado é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade como: a criminalidade, a fome, o roubo, o menor abandonado, a prostituição, a miséria e outros tipos de violências.

Alertamos ainda a todos os companheiros, da importância de uma participação consciente nas decisões políticas, porque os problemas citados são frutos das injustiças e da falta de participação. Convidamos para que pensem e não se deixem enganar pelas falsas promessas de pessoas que têm interesse pelo povo só na hora do voto.

Queremos através desta carta nos solidarizar com os canavieiros em greve no Pernambuco* e com todos os companheiros de todo o País que estão lutando e sofrendo. Queremos dizer que continuem firmes e mais uma vez convidamos a todos os companheiros para que se unam e vamos lutar pelos nossos direitos.

Ao encerrar, queremos em poucas palavras agradecer a todos que estão assumindo a causa do trabalhador.

Um abraço a todos,
Goiânia, 26 de setembro de 1982.

Assinam Representantes dos Estados de:
Goiás, Pernambuco, Maranhão, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará.

* - A greve dos canavieiros de Pernambuco aconteceu em fins de setembro.

Boletim Sem Terra Responsabilidade do Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra
Cx.Postal 1916 - 90.000 Porto Alegre - RS
Circulação: Regional Sul de Agricultores Sem-Terra (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) Tiragem: 3.000 exemplares.

Fig. 17. Carta de Goiânia: as bases do MST

A partir desse suplemento, ainda sob o nome de Boletim Sem Terra, e depois, a partir do número 36, já com o nome de **Jornal Sem Terra**, o veículo passa a ter, como colunas fixas, as notícias do movimento nos diversos estados em que está organizado, promove intercâmbio de experiências de luta não só pelo Brasil, mas também pela América Latina (como será visto mais adiante), além de trazer análises das conjunturas regionais e nacionais.

Dessa forma, pode-se dizer que a publicação torna-se um organizador político, não necessariamente como Lenin descrevia, já que não havia a condução por um "partido", mas a publicação foi de grande importância no intercâmbio de informações, na troca de experiências, na publicação de debates internos e de documentos que serviam de fio condutor para as ações nos estados.

No expediente do número 33, de novembro de 1983, aparece um novo símbolo que, apesar de dar destaque para os estados que fazem parte da regional, já mostra o caráter nacional do movimento. O informativo conta com uma redação, um jornalista responsável, com MtB, e colaboradores. A página 2, com o expediente e o editorial, terá essa mesma configuração nas demais edições do futuro **Jornal Sem Terra**.

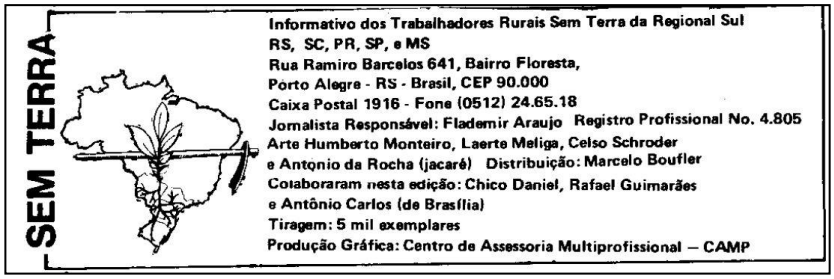
SEM TERRA
Informativo dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Regional Sul
RS, SC, PR, SP, e MS
Rua Ramiro Barcelos 641, Bairro Floresta,
Porto Alegre - RS - Brasil, CEP 90.000
Caixa Postal 1916 - Fone (0512) 24.65.18
Jornalista Responsável: Flademir Araujo Registro Profissional No. 4.805
Arte Humberto Monteiro, Laerte Meliga, Celso Schroder
e Antonio da Rocha (jacaré) Distribuição: Marcelo Boufler
Colaboraram nesta edição: Chico Daniel, Rafael Guimarães
e Antônio Carlos (de Brasília)
Tiragem: 5 mil exemplares
Produção Gráfica: Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP

Fig. 18. Novo símbolo no expediente revela o início da ampliação regional

Com um projeto gráfico definido e 14 páginas, as matérias principais são dedicadas à análise dos três anos de luta em Nova Ronda Alta, desde a Encruzilhada Natalino até a conquista do assentamento na região.

O editorial soa como marco do último informativo, assinado como Regional Sul, antes da formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Faz um balanço do que foi a conquista em Ronda Alta, explicitando os setores que dão base ao movimento em oposição aos que são considerados inimigos

> Ficará escrito na História o enfrentamento do direito ao trabalho, à justiça contra a exploração e opressão. [...] De um lado a

> solidariedade de milhões de trabalhadores, de outro o oportunismo e acusações das autoridades e políticos do Governo. Registrará que foi a luta pela terra para trabalhar contra o êxodo rural e a colonização desumana e cruel. Dirá que de um lado estava a igreja da libertação, dos oprimidos, de Medellin e Puebla; do outro a Igreja dos poderosos, dos opressores, de Trento. De um lado os sindicatos autênticos e solidários, do outro os pelegos e traidores. Ficará marcado como a luta da união e da organização contra a repressão e a violência (BOLETIM SEM TERRA, número 33, p.1).

E faz uma chamada para novos movimentos: “Resta a esperança de milhões que a História continue registrando a profecia de Ronda Alta: ‘se continuarem unidos e organizados, eu, em nome de Deus, lhes prometo a terra’”. (idem)

No calendário, chamada para o encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, de 20 a 22 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná, que será considerado o marco de criação do MST. A página 2 também traz uma seção de informes com notas sobre São Paulo e Amazonas e sobre a presença da CPT na ONU.

A página 3 divulga notícias de outros movimentos de trabalhadores rurais em outros municípios do Rio Grande do Sul. As páginas 4 a 7 são destinadas a uma extensa reportagem, com fotos e infográficos, sobre a colonização no norte do país (Amazonas e Acre), que era a prática do INCRA à época, e é duramente combatida pelo movimento.

Para exemplificar como essa política de colonização forçada no norte do país era cruel, entre outras razões porque os trabalhadores eram despejados em lugares sem condições, o informativo traz uma matéria relatando que os colonos eram obrigados a comer sementes. Na página 7, há uma nota sobre a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo do Campo. Essa nota mostra a influência dos setores ligados ao movimento sindical, que começava a se tornar hegemônica na esquerda brasileira dessa fase.

O balanço da luta em Ronda Alta é retratado nas páginas 8 a 15. O texto Mil dias de luta faz uma retrospectiva dos principais fatos ocorridos durante a luta pelo assentamento. Em seguida, a história é contada por meio de uma série de entrevistas, que o informativo chama de “depoimentos”: Antonio Campigotto, liderança sem terra; padre Arnildo Fritzen, um padre da Igreja Católica ligado à Teologia da Libertação; pastor Anildo Wilbert, da Igreja Luterana; e o deputado estadual Antenor Ferrari (PMDB); além de organizações e sindicatos, do lado dos

que apoiaram o movimento. O informativo fez questão de entrevistar os que ficaram do outro lado: o bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom José Mário, representando a ala conservador da Igreja Católica, e o então deputado tenente-coronel Curió, polêmico personagem ligado à Ditadura Militar, enviado para reprimir os trabalhadores acampados.

Assim, os depoimentos de Campigotto, a liderança dos sem terra, e do padre Arnildo mostram como eles entraram na luta e quais foram os melhores e os mais difíceis momentos no acampamento em Ronda Alta, ou seja, como foram seus "impulsos externos e lutas interiores", além de servirem de "orientação" para os trabalhadores que leem sobre suas vidas. Nesse número, essas biografias aparecem de forma simplificada, em entrevistas no formato pergunta-resposta, mas, para o camponês da base do movimento sem terra, já é uma aproximação com essas histórias.

A edição 34, de fevereiro de 1984, é publicada logo após o final do encontro de Cascavel. Na página 2, uma pequena nota avisa que as decisões desse encontro serão tratadas na próxima edição e uma mudança significativa aparece no expediente. Pela primeira vez, a assinatura do informativo é do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Portanto, mesmo que o **Jornal Sem Terra** seja lançado, oficialmente, apenas em julho, esse pode ser considerado o primeiro informativo do novo movimento.

A numeração foi mantida no **Jornal Sem Terra**, caracterizando a continuidade do órgão criado durante o acampamento na Encruzilhada Natalino. Entre outros significados, esse respeito ao Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra mostra que o MST é um movimento com forte presença da base, que valoriza as origens, a história do povo e das lutas.

A história da imprensa operária oferece vários exemplos da falta de continuidade dos seus órgãos de comunicação. Por exemplo, em **Que Fazer?** (2010), Lenin relata as cisões e diferenças entre os jornais das diferentes tendências e suas mudanças ao longo do tempo, como o *Iskra* (A Centelha), fundado por ele em 1900, e o *Rabotcheie Dielo* (A Causa Operária), que se propunha a ser a "união" dos social-democratas russos no exterior, mas que se ligou às tendências chamadas oportunistas da direita do partido. O ***Iskra*** se tornaria o órgão central do POSDR em 1903, mas Lenin abandonou o jornal no final do ano, contrariado pela inclusão de

redatores mencheviques e, no número 52, o ***Isrka*** passaria a ser o órgão dos mencheviques. No livro Jornalistas e Revolucionários, Bernardo Kucinski (2003) descreve as diversas cisões que ocorreram entre os jornais da imprensa alternativa por razões ideológicas ou econômicas.

No caso do MST, ao se iniciar o **Jornal Sem Terra**, um pensamento simplista poderia considerar que a conquista do assentamento em Ronda Alta significaria o fim daquele periódico e o começo de outro, mas, como o movimento entende que a luta não se restringe à conquista da terra, e sim passa por mudanças na sociedade e na política econômica, a luta não acabava com o assentamento, pelo contrário, começava uma nova etapa, que se encaixava na proposta do novo jornal.

As páginas 4 e 5, da edição 34, são dedicadas a uma reportagem sobre a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que reelegeu a diretoria ligada à CUT. Segundo o jornal, a intervenção foi feita em razão dessa vitória contra a chapa considerada “pelega”.

A edição traz uma reportagem que se tornaria frequente nos veículos de comunicação do movimento: os trabalhadores rurais assassinados na luta pela terra. Ao caracterizar esses lutadores como “mártires da terra”, o jornal “enriquece um termo já em uso, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o julgamento de determinadas situações atuais” (GRAMSCI, 2010, p.202).

Por isso, além dos trabalhadores que morrem durante as lutas em curso, o movimento também recorre aos mártires históricos, para mostrar aos trabalhadores que a luta pela terra faz parte da história do Brasil e da América Latina. O MST repete, em seus textos, nas místicas e nos conteúdos de formação, que a batalha pela reforma agrária tem origem no processo de colonização, continua com a Lei de Terras no Império e segue pela República. Em outras edições, serão vistos nomes como Sepé Tiaraju, Antonio Conselheiro, Zumbi dos Palmares, entre outros.

De acordo com o texto, em 1983, 116 lavradores morreram, sendo 74 assassinatos e 42 vítimas de acidentes fatais provocados por transporte precário de boias-frias. O informativo afirma que os números foram levantados na “grande imprensa” e completados com dados do relatório da CPT nacional. Abaixo do texto, uma tabela traz a data, o nome do lavrador morto, a cidade e o Estado. O texto também afirma que os dados mostram que o Brasil vive uma “guerrilha”, referindo-se

a um termo que, nos anos de 1980, era muito divulgado devido às guerras de guerrilhas que aconteciam na América Central.

MASSACRE! Em 1983, mais de 100 lavradores foram vítimas da violência. O massacre vai continuar se nada for feito para evitá-lo

A TERRA REGADA A SANGUE

Cento e dezesseis mortes — 74 assassinatos e 42 bóias-frias vítimas fatais de acidentes de transporte; 6 tentativas de assassinatos de trabalhadores rurais; 5 ameaças de morte; 6 expulsões da terra, com espancamento dos lavradores e suas famílias; mais de 30 prisões, com violência e espancamento de lavradores e cerca de 60 lavouras e moradias destruídas ou ameaçadas por jagunços, fazendeiros, donos de engenho e a própria polícia. Centenas de famílias e milhares de pessoas vitimadas.

Os números acima dão a impressão de que estamos falando dos resultados de uma «guerrilha», que acontece em algum lugar longínquo deste planeta. E estamos falando de uma «guerrilha». Só que acontece aqui, bem pertinho, território brasileiro.

Os bóias-frias são vítimas do transporte feito em velhas condições sem segurança

É isto mesmo. Os números acima são o saldo da violência no campo desencadeada contra milhões de trabalhadores rurais durante o ano de 1983. Para chegar a estes números, o SEM TERRA fez um levantamento das notícias publicadas na grande imprensa de janeiro a dezembro de 83. Complementamos os dados com relatórios da CPT Nacional e da CONTAG. Portanto, é a grande imprensa brasileira e entidades reconhecidas e representativas dos trabalhadores rurais que falam nestes números. Nós apenas tivemos o trabalho de juntá-los.

Uma observação importante: Estas mesmas entidades afirmam que as notícias publicadas na grande imprensa não representam sequer 10 por cento dos fatos que envolveu a luta por terra no Brasil.

É de se imaginar a violência empregada contra os trabalhadores rurais nesta «guerra» declarada pelo latifúndio. Abaixo reproduzimos a data, nome, localidade e estado dos trabalhadores que já foram vítimas desta violência. Eles perderam suas vidas lutando por todos nós brasileiros. Merecem ser lembrados e reverenciados (também) por todos nós brasileiros.

OS MÁRTIRES DA TERRA

DATA	NOME	MUNICÍPIO	EST
	JANEIRO		
05	5 bóias-frias	Cambará	PR
17	9 bóias-frias	Adamantina	SP
25	Isidoro Pereira dos Santos	Irecê	BA
	FEVEREIRO		
02	Cassiano Dionisio Lopes	Una	BA
06	Leopoldino Inácio da Abdia	Bela Vista	GO
23	Aristides Teixeira dos Santos	Brejo	MA
25	Rufino Coelho Neto	Tamburil	GO
25	Manoel Alves Ferreira	PA 150	PA
	MARÇO		
02	Ananias Oliveira da Silva	Barreiros	BA
07	José Candido dos Santos	UNA	BA
07	Jorge da Conceição	Simões Filho	BA
08	Manoel Ricardo da Silva	Bodoquena	MS
08	Manoel Ricardo Silva Junior	Bodoquena	MS
10	2 bóias-frias		PR
10	Tarcisio Satil de Medeiros	Iporã	GO
10	Otacílio	Itaberai	GO
14	Napoleão A. de Lima	Bom Jesus da Lapa	BA
	ABRIL		
17	José Soares de Lima	Araguaina	GO
25	Lourenço Cardoso da Silva	Araguaina	GO
29	2 bóias-frias	Itai	SP
	José Oleiro	Una	BA
	Boaventura	Itapebi	BA
	Antonio Montemezzo	Anita Garibaldi	SC
	Manoel Cantídio	Conavieiras	BA
	JUNHO		
28	José Pereira	Xinguara (Pacu)	PA
	JULHO		
06	24 bóias-frias	Assis	SP
10	Alcides Massaoli	Teofilo Otoni	MG
12	Aparecida Pereira da Silva	Riacho de Santana	BA
19	João Oliveira dos Santos	Canavieiras	BA
21	João de Paula	Marmeleiro	PR
27	Daimir Henrique Nascimento		

DATA	NOME	MUNICÍPIO	EST
	AGOSTO		
04	Clemente Francisco de	Eldorado	MS
12	Margarida Alves	Alagoa Grande	PB
15	«Bragança»	Coicraina	PA
15	«Ceará»	Coicraina	PA
15	Vitmar Costa Marinho	Pacu	PA
18	Geraldo Alves	Senador Pompeu	CE
26	Domingos	Pacu	PA
	José Calisto	São Bento do Norte	RN
	Arlindo	Ouro Verde	MG
	Custódio Fidelis de Lana	Jauru	MT
	João José da Lima	Balsinal	MA
	Raimundo Nonato Lopes	Passo do Lumiar	MA
	Josias Paulino	Ibimirim	PE
	SETEMBRO		
15	Gabriel de Oliveira	Vitória da Conquista	BA
24	Amaro Vicente da Silva	Cabuama	PE
	Orlilon Oliveira	Canavieiras	BA
	Carlos Alberto Evangelista	Canavieiras	BA
	OUTUBRO		
01	Francisco José da Silva	União dos Palmares	PB
28	José Pereira de Souza	Sta Maria da Vitória	BA
	um cortador de cana		PB
	NOVEMBRO		
10	Tony Vicente	Alagoinhas	BA
25	Marçal de Souza	Antonio João	MT
	Ailton Pereira Xavier	Porto A. do Norte	MG
	José Otacílio Cavalcanti	Porto A. do Norte	MG
	DEZEMBRO		
02	Jesus Matias	Xapuri	AC
	4 coletores de castanha	Marabá	PA
	14 coletores de castanha	Marabá/Vizeu	PA
	João Hentrio Gomes Silva	Conc. do Araguaia	PA
	2 índios Guaranis		
	1 índio Caiová		
19	José do Carmo	Altaí	PA

ASSASSINATOS NO ANO DE 1983 POR ESTADO

ESTADO	TOTAL
SC	1
PR	8
SP	35
MG	4
MS	3
MT	2
GO	6
BA	16
PB	3
MA	3
PA	26
CE	1
RN	1
PE	2
AC	1

TOTAL DO ANO 116

João de Paula, Paraná

Margarida, Paraíba

Página 8 SEM TERRA

Fig. 19. Reportagem sobre os assassinatos na luta pela terra

A partir dessa edição, o jornal, aos poucos, mescla conteúdos informativos pontuais com textos de reflexão, mais indicados para um processo de formação das bases.

O artigo é assinado pelo advogado Celso Luiz F. Geiger, assessor jurídico da CPT, e critica uma cartilha distribuída pelo então Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiário (MEAF), chamada de ABC da Terra. Segundo o advogado, o

objetivo da cartilha é impedir a organização dos trabalhadores rurais por meio de promessas falsas, omissão de leis e de dados. O artigo, como é escrito por um advogado, cita diversos números, dados e leis. Para facilitar a compreensão, é ilustrado com uma charge, recurso que apareceria outras vezes no futuro e que, ao mesmo tempo em que ironiza a cartilha, faz incentivo à luta pela Reforma Agrária.

Fig. 20. Uso de ilustrações para facilitar a compreensão de texto com muitos dados

Outro ponto que merece destaque, nessa edição, ─ que reflete o caráter nacional do movimento que se estruturava naquele momento ─ é a preocupação em mostrar como a luta por reforma agrária acontecia nos demais estados.

Na página 9, abaixo do texto que explica a campanha nacional pela reforma agrária, há um quadro com pequenos resumos de como a campanha aconteceu em Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

A edição número 35, de abril de 1984, é a última com o nome e formato de informativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul. Na página 2, uma nota avisava que, respeitando a decisão do encontro de Cascavel, em junho, viria o **Jornal Sem Terra**, em formato tabloide – que segue até hoje, 12 páginas e 10 mil exemplares. Efetivamente, o primeiro **Jornal Sem Terra** circulará em julho.

Com a rejeição da emenda Dante de Oliveira – que previa a eleição direta para Presidente da República – pelo Congresso Nacional, em 25 de abril, a capa do número 35 insere a reforma agrária na conjuntura nacional do país, colocando-a lado a lado com as Diretas Já.

No lugar do editorial, o informativo traz o nome, estado e partido dos parlamentares que votaram contra a emenda ou que se ausentaram da votação. Essa manobra de ausência adotada por uma parcela dos parlamentares ligados à sustentação do regime militar serviu para impedir a aprovação do projeto de eleição direta.

SEM TERRA

Porto Alegre, abril de 1984 Ano III Nº 35

Postal do Paranapanema

A Campanha pela volta imediata das eleições presidenciais diretas mobilizou, em pouco mais de três meses, quase cinco milhões de brasileiros. De Curitiba, onde foi lançada oficialmente a 12 de janeiro, ao comício de Vitória, dia 18 de abril, foram centenas de manifestações populares exigindo um direito que foi roubado do povo brasileiro há 20 anos.

E a campanha não ficou só nos grandes centros. Até mesmo o longínquo acampamento dos lavradores sem terra de Pontal do Paranapanema fez sentir o seu apelo. Trabalhadores do campo, lado a lado com os trabalhadores das cidades exigindo eleições diretas e reforma agrária já.

Foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história deste país. Mesmo assim, este grito dos brasileiros, sufocado durante anos, não foi ouvido pelo Congresso Nacional e a emenda que restabelecia as eleições diretas foi rejeitada porque mais de 100 deputados do PDS não compareceram à votação. Mas o povo deixou o seu desejo expresso nas ruas e não vai aceitar um final qualquer para a sua história. O povo quer participar e o seu sentimento se faz sentir cada vez mais forte. A luta continua.

Veja também a pág. 2

São Paulo, 16 de abril

Porto Alegre, 13 de abril

DIRETAS E REFORMA AGRÁRIA JÁ!

A luta continua!

Fig. 21. Capa da edição número 35: Diretas Já e Reforma Agrária, assuntos nacionais

Os resultados do congresso de Cascavel são os assuntos principais da edição 35, que pode ser considerada com um trabalho educativo-formativo, pois objetiva a elaboração de consciência crítica por meio de demonstrações com base em experiências reais e afetivas, ou seja, que incorporam a cultura e as lutas dos camponeses. Dessa fase em diante, essas experiências se tornarão frequentes nas publicações e formações do MST.

Na edição 35, as decisões tomadas no encontro de Cascavel, que sistematizou os princípios do MST, foram publicadas em quatro páginas em seção chamada Debates. Nelas, o informativo publica o resultado de um debate com cinco lideranças do movimento: Afonso Simão de Lima, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Deodápolis, Mato Grosso do Sul; Francisco Nascimento, boia-fria e militante da oposição sindical de Flora Rica, São Paulo; Otávio Feliz Wieczorek, sindicalista do Paraná; Agnor Bicalho Vieira, militante da CPT de Santa Catarina; e Darci Maschio, militante de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul.

A partir de perguntas elaboradas pela publicação, as lideranças explicam os principais pontos da política do MST, as maiores dificuldades (entre elas, a formação das lideranças), relatam a dificuldade de relacionamento com os sindicatos, mostram

quem são os apoiadores do movimento na Igreja e nos partidos, fazem um panorama das lutas nos estados e traçam um roteiro das perspectivas dos Sem Terra.

Nesse roteiro, a palavra que ganha força é “ocupação”. Para Otávio Wieczorek, entre as perspectivas dos Sem Terra, está a destruição do capitalismo: “tem que partir para a ocupação. Para destruir o capitalismo, é preciso deixar de alimentá-lo”. Darci Maschi afirma que “os grupos organizados e com consciência de luta devem partir para ocupação. No momento em que o governo não cede, a terra deve ser ocupada”.

No encontro que ocorreu entre 20 e 22 janeiro, nas dependências do Seminário Diocesano de Cascavel, estiveram reunidos representantes dos trabalhadores rurais de 12 estados, além de organizações como a CUT, a Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e a Pastoral Operária de São Paulo. No evento, foi lida a mensagem de Dom José Gomes, presidente da CPT, que apoiou a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

> A inclusão da expressão “trabalhadores rurais” no nome foi feita no sentido de deixar explícito que se trata de um movimento de agricultores, de pessoas que trabalham na agricultura. Já a expressão “sem terra” apareceu inicialmente na Constituinte de 1946, quando se colocou em pauta pela primeira vez a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Mas foi a imprensa que cunhou definitivamente essa expressão, a partir do final da década de 1970 (MORISSAWA, 2001, p.138-139).

De acordo com o texto publicado nessa edição, o encontro definiu quatro objetivos gerais e oito objetivos práticos. Os objetivos gerais eram: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa e fraterna; integrar à categoria dos sem terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc; e a definição de que a terra é para quem nela trabalha e dela precisa para viver. Entre os práticos, destaque para dar prosseguimento aos encontros para trocas de experiências; envolver os sindicatos nas lutas; articular as lutas do campo com as da cidade; solidarizar-se com as lutas dos índios; e sensibilizar a opinião pública para os direitos fundamentais do povo do campo. As áreas das multinacionais, dos latifúndios extensivos de cana e pecuária, terras públicas mal aproveitadas e em mãos “de quem não precisa” ou não é agricultor, são as consideradas prioritárias para ocupação. (BOLETIM SEM TERRA, nº 35, p.11).

Daquele número em diante, em todas as edições do **Jornal Sem Terra**, há um assunto de cunho educativo-formativo que é tratado de forma mais didática, por meio de uma entrevista, artigo ou reportagem. Com a criação do **Jornal Sem Terra** (JST), esses conceitos de formação vão sendo fundamentados, e, aos poucos, incorporados e notados nos próximos 25 anos de vida da publicação.

3.3 O Jornal Sem Terra na fase do MST organizado nacionalmente

Durante a segunda metade da década de 80, o **Jornal Sem Terra** acentua suas funções informativas. Os objetivos de formação não são totalmente deixados de lado, mas, com o crescimento do Movimento em outros estados, a preocupação maior passa a ser o intercâmbio das informações. Para Morissawa (2001) e Fernandes (1999), o período de redemocratização no Brasil coincide com a expansão e consolidação do MST, que se organiza em 23 estados. Em 1985, o MST organiza o I Congresso Nacional, reunindo 1.600 delegados na cidade de Curitiba.

Foi organizada uma equipe de redação com dois editores e repórteres nos estados (dois, em São Paulo; um, no Rio Grande do Sul; outro, no Paraná; e outra, no Mato Grosso do Sul). Esses repórteres eram responsáveis pelo envio de reportagens para a editoria Estados. Esse corpo de redação marca duas características importantes que o **Jornal Sem Terra** manterá dali em diante até a metade da década de 90: a definição de uma equipe responsável pela comunicação do movimento e a representação dos estados nos quais o movimento é organizado.

Nesse estágio, além dessa cobertura informativa das ações nos estados, há uma constante preocupação de análise do contexto nacional, não necessariamente por artigos ou reflexões, mas por meio de recursos jornalísticos mais “clássicos” como reportagens sobre os acontecimentos da política nacional, entrevistas com dirigentes, intelectuais ou personalidades ligadas ao movimento sindical e partidário.

O **Jornal Sem Terra**, dessa forma, fica muito parecido com as demais publicações sindicais do período, em que se mesclam análises do contexto nacional com informes sobre ações pontuais. Tanto que, no expediente da edição 43, o MST é definido como uma “articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical, que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária” (JORNAL SEM TERRA, página 2, edição 43, maio de 1985).

O primeiro jornal publicado após o encontro que fundou o MST traz, em suas 16 páginas, reportagens e fotos assinados por jornalistas profissionais e não só por militantes. Entre as editorias fixas estão Notas, Opinião, Entrevista e Nos Estados, alguns destacados individualmente em reportagens de página inteira, como Paraná, São Paulo e Espírito Santo. O logotipo do jornal é o mesmo utilizado até hoje.

JORNAL DOS TRABALHADORES

SEM TERRA

ANO III - Nº 36 Porto Alegre Julho de 1984

IVINHEMA

DESPONTA UMA ESPERANÇA

Dois meses depois da ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinhema (MS), o governador Wilson Barbosa Martins anunciou a compra de terras para assentar os lavradores, que foram despejados após 15 dias de resistência ao cerco da polícia no meio da mata. Atualmente, as 500 famílias, cerca de 3 mil pessoas, estão acampadas numa pequena área cedida pela Igreja na Vila São Pedro, no município de Dourados, há 60 quilômetros de Ivinhema.

A Empresa SOMECO, que recorreu contra os lavradores, é proprietária de 70 por cento das melhores terras da região. Ela fundou o município de Ivinhema e há 20 anos exerce o maior poder político e econômico do local.

Página Central

BÓIAS-FRIAS

ENTREVISTA

Dom José Gomes fala dos problemas da terra e da Igreja

Página 8

USINEIROS NÃO CUMPREM ACORDO

Fig. 22. Reprodução da capa do primeiro Jornal Sem Terra

Na página 2, o editorial trata da criação do MST e já estabelece um contraponto com a indústria jornalística, acusada de distorcer e criminalizar as ações do movimento. Ainda nessa página, uma síntese dos 35 informativos Sem Terra que antecederam essa edição. Ao final, o texto afirma que, apesar de a equipe de redação ter 10 pessoas que colaboram com o jornal, o êxito da publicação

> [...] depende dos lavradores sem terra: eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo. **O jornal só será importante se efetivamente contribuir para um avanço da organização dos sem terra e para o sucesso de suas lutas**. Dos lavradores também depende que o jornal atinja um maior número possível de leitores nos locais mais difíceis e distantes do país. O Movimento vai continuar crescendo na luta pela Reforma Agrária e o jornal deve acompanhar esse crescimento, com a participação de todos (JORNAL SEM TERRA, 1984, p.2. Grifo deste autor).

Entre as reportagens dos estados do **Jornal Sem Terra** nº 36, merece destaque a matéria produzida em Mato Grosso do Sul, no munícipio de Ivinhema. A autora, Cácia Cortez, a “correspondente” no Mato Grosso, constrói os intertítulos da reportagem sobre o possível assentamento de famílias acampadas nessa região com trechos de cordel. Infelizmente, o recurso de usar o cordel não foi tão frequente em outras edições, pois seria uma interessante incorporação da cultura popular do camponês na construção do jornal.

Outro texto de destaque é a entrevista feita com o presidente da CPT, o bispo Dom José Gomes. A CPT, ainda naquela altura, tinha grande influência sobre os movimentos sociais.

Já na edição 43, a redação passa para a cidade de São Paulo, junto com a Secretaria Nacional do movimento, com o objetivo de ampliar as articulações e a divulgação.

O novo símbolo do MST – utilizado até hoje – aparece pela primeira vez no expediente da edição número 49, de dezembro de 1985. Nessa fase, além do expediente do jornal, era publicado também um organograma com toda a coordenação e executiva nacionais do movimento.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical, que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária. Está organizado em núcleos, comissões municipais e estaduais e possui uma **Coordenação** e uma **Executiva Nacional**, compostas pelos seguintes lavradores: **Coordenação Nacional: RS** — Darci Maschio, Isaias Vedonatto; **SC** — Francisco Dalchiavon, Agnor Bicalho Vieira; **PR** — Jandir Basso, Jaime Calegari; **SP** — Lafaiete Pereira Biet, Nelson Miliati; **MS** — Santina Gracielli, Milício Pereira da Silva; **RJ** — Osvaldo de Oliveira, Laerte Rezende Bastos; **ES** — José Rainha Júnior, Silvio Manoel dos Santos; **MG** — Armando Vieira Miranda, Santos Luiz da Silva; **BA** — Adalberto Pacheco, Olinda de Oliveira; **RO** — Valdecir Assis de Andrade, Lourival de Oliveira; **MA** — Luiz Bezerra Matos, Simar Pereira Pinto; **SE** João Rodrigues de Santana, Pedro Pereira Filho; **Executiva Nacional**: Darci Maschio, Francisco Dalchiavon, Jandir Basso, Lafaiete Pereira Biet, Santina Gracielli, Osvaldo de Oliveira, José Rainha Júnior, Armando Vieira Miranda, Adalberto Pacheco, Valdecir Assis de Andrade, Luiz Bezerra Matos, João Rodrigues de Santana.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Publicação Mensal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Editor Responsável: Flademir Araujo (RP 4805); **Editor:** Sergio Carlos Canova; **Redação:** Maristela Mafei e Miguel Biazzo Neto; **Reportagem**: Chile Ioris (RS), Dinah Lopes (SC), Malu Maranhão, Mário Milani e José Maschio (PR), Cácia Cortez (MS), Isaac Akcelrud (RJ), Caco Schmitt e Stela Grisotti (Brasília), Paulo Roberto Ferreira (PA), Marival Guedes (BA), Wanda Lúcia Ramos da Silva (RO), Maria Fátima M. Ribeiro (ES) e Eugênio Bispo do Nascimento (SE); **Arte e Secretaria Gráfica**: Sílvia M. Bobko; **Revisão:** Paulo de Oliveira e Francisco Donizete Pereira; **Ilustração:** Vilachã e Bira; **Administração:** Hélio Bianchi; **Expedição:** Mala Direta e Distribuidora Ltda; **Redação e Administração:** Rua Ministro Godóy, 1484, Perdizes, CEP 05015, São Paulo-SP, Brasil; **Telefone:** (011) 262-3654, **Telex:** 01137153 MSTB; **Composição, Montagem e Impressão:** Cia. Editora Joruês (Rua Arthur Azevedo, 1977. CEP 05404, São Paulo-SP); **Tiragem desta edição:** 25 mil exemplares; **Colaborou nesta edição:** Gerson Rodrigues (arte dos mapas)

Fig.23. Novo símbolo no expediente

O símbolo do MST é formado pela figura de um homem e de uma mulher, empunhando um facão, dentro do mapa do Brasil. O mapa significa que o movimento está organizado no país todo. O homem e a mulher representam que a luta deve ser feita pela família toda, por homens e mulheres. O facão simboliza o instrumento do trabalho, de luta e de resistência. Na edição 60, ao mostrar a bandeira, o **JST** afirma que, com o facão, “cortaremos as raízes da dominação, da miséria e da injustiça”.

Desde 1984, o **Jornal Sem Terra** passou por mudanças gráficas: inclusão de infográficos, cores, selos para identificação de editorias, maior uso de charges e ilustrações. Essas mudanças, mais do que simples alterações gráficas, refletiam

momentos da organização do movimento e da percepção que a equipe de redação fazia da publicação.

Os textos desse estágio são produzidos por jornalistas profissionais e seguem, em sua maioria, as características do jornalismo praticado no Brasil: emprego do lide (hierarquização das informações consideradas mais importantes do ponto de vista da informação no primeiro parágrafo do texto), uso de retrancas e títulos informativos.

Não havia separação do “público interno”, a base do movimento, e do “externo”, a sociedade civil, apoiadora da causa da reforma agrária. Isso explica, em parte, a adoção de um jornal que mais parecia informativo sobre os Sem Terra, do que um jornal feito por e para os Sem Terra. Apesar de vigorosa, ─ o jornal mantém periodicidade fixa ─ esse estágio objetiva muito mais a consolidação da unidade nacional do movimento do que um projeto de formação das bases.

Na página 2 da edição 39, uma nota, reproduzida a seguir, faz referência a uma discussão que seria “interna” do movimento: o relacionamento do MST com a Igreja.

A “linha-fina” do texto explica do que se trata aquela seção: “Este espaço está reservado para a Comissão Regional Sul manifestar sua posição sobre alguns assuntos polêmicos que envolvem o Movimento dos Sem Terra. Na edição passada, falamos sobre o relacionamento do Movimento dos Sem Terra com o sindicalismo. Agora, vamos esclarecer sobre o relacionamento com a Igreja”.

A Igreja àpóia, mas não decide pelo movimento

Este espaço está reservado para a Comissão Regional Sul manifestar a sua posição sobre alguns assuntos polêmicos que envolvem o Movimento dos Sem Terra. Na edição passada, falamos sobre o relacionamento do Movimento dos Sem Terra com o sindicalismo. Agora vamos esclarecer sobre o relacionamento com a Igreja.

■

Temos ouvido seguidamente algumas pessoas dizerem que o Movimento dos Sem Terra é da Igreja e que não vai muito longe. Estas acusações partem, mais freqüentemente, dos sindicalistas acomodados, pelegos, que gostam de mandar em movimentos de trabalhadores. O governo, por sua vez, tem utilizado este mesmo argumento para não atender as reivindicações dos trabalhadores. Também se ouve este tipo de afirmação, embora com menos freqüência, da chamada esquerda tradicional.

Para estes setores, quem toma as decisões no Movimento dos Sem Terra é a Igreja, que manipula os trabalhadores. Já o governo costuma dizer que o Movimento é cria dos setores comunistas dentro da Igreja. No fundo, as críticas revelam a mágoa destas pessoas por não controlar o Movimento, método a que estão bastante habituados. Mas o que tem a ver de fato o Movimento dos Sem Terra com a Igreja?

Primeiro é preciso distinguir a fé religiosa, que a maioria de nós brasileiros temos, da Igreja Instituição. A fé religiosa nos estimula para lutar por nossos direitos, sem que isto interfira em nossas decisões políticas. O Movimento dos Sem Terra independe de religião, partido político ou raça. Se não fosse assim, seria impossível juntar no mesmo movimento, em torno dos mesmos interesses, trabalhadores católicos e simpatizantes da Assembléia de Deus; brancos e negros e pessoas dos mais diversos partidos políticos.

Em muitos lugares, padres, pastores, religiosos e bispos apóiam o nosso Movimento. Auxiliam no trabalho de conscientização, com recursos, cedendo locais para nossas reuniões, encontros, etc... Sempre exigimos este apoio da Igreja e lamentamos que alguns setores ainda não se manifestaram favoravelmente. Consideramos este apoio um ato de coerência com a fé, com o que a Igreja prega, de apoiar na prática os trabalhadores e suas lutas.

Isso não significa que a Igreja é quem toma as decisões no Movimento. Garantimos aos companheiros que isto jamais vai acontecer. Nossas lideranças não se formam pela religião, mas pelo trabalho, dedicação, por testemunho de confiança dos companheiros que participam do Movimento dos Sem Terra. Mas então porque essas acusações; o que estaria por trás desta crítica?

Por parte do governo, evidentemente, a intenção é nos enfraquecer porque sabem que o apoio da Igreja representa uma grande força para qualquer Movimento. Para os sindicalistas pelegos e reformistas, porque este apoio representa um avanço do Movimento e este avanço representa, concretamente, uma ameaça ao sindicalismo apelegado, acovardado, comprometido com os interesses do governo. E alguns setores de esquerda, com suas críticas, demonstram o quanto estão afastados ainda da realidade do povo, dos trabalhadores brasileiros.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Fig. 24. Reprodução de texto que repercute debate interno

Destaca-se, no texto, a referência crítica à chamada “esquerda tradicional”, afastada “da realidade do povo, dos trabalhadores brasileiros”. O MST coloca-se, dessa forma, como uma “nova esquerda”, não só por ser um movimento mais recente cronologicamente, mas também pela adoção de novas práticas, como a de entender a fé religiosa de suas bases.

Gramsci (2010) via de forma muito saudável essa discussão interna, “sem convencionalismos e meias medidas”. A exposição desse debate, mesmo que de forma simples, sem a publicação de documentos, apenas com a exposição da opinião do grupo, poderia suprimir a ausência de uma democracia real e faz parte do desenvolvimento do movimento

> A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamentos coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas daquela exterior e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrenta-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento e evita-las significa somente adiá-las para quando já forem perigosas ou mesmo catastróficas (GRAMSCI, 2010, p.230-232).

O MST, que cresce e consolida-se nesse estágio, torna-se um movimento social novo. Não está ligado a um partido político e está além do movimento sindical, pelas práticas adotadas, não só da ocupação de terras, mas, principalmente, pela forma de atuação diante da sociedade, pela forma como trabalha com sua base e como se relaciona com outros movimentos.

Como exemplos dessa nova forma de atuação, surgem colunas que tratam da ação do MST em relação à formação da base e também de solidariedade a outros movimentos sociais latino-americanos. De forma lenta e gradual, o jornal vai refletindo a preocupação do movimento em diminuir o caráter informativo da publicação e tentar consolidar seu poder de formação. Essas colunas são sinais de mudanças editoriais que aconteceriam nos anos 90 e que foram gestadas nas discussões iniciadas após o III Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro de 1987, retratado na edição nº 60 do Jornal Sem Terra.

O encontro teve como lema Vamos construir o projeto político da classe trabalhadora. Por isso, além dos 200 trabalhadores rurais de 18 estados, participaram do encontro lideranças políticas e sindicais, como o então presidente

nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, além de lideranças ligadas à Igreja e integrantes de partidos políticos.

As lideranças sindicais, partidárias e dos trabalhadores rurais compreendiam que era chegado o momento de definir um projeto político da classe trabalhadora. Na visão de Lula, publicada na página 3 dessa edição do JST, era preciso definir como seria o projeto político para a classe trabalhadora chegar ao poder: "'A grande questão', assinalou Lula, 'é fazer a classe trabalhadora compreender a ligação entre a luta diária pela sua sobrevivência e a luta política para chegar ao poder'". Ainda de acordo com o jornal, esse pensamento do líder do PT encaixava-se com o do MST, que adotava uma "visão nacional da luta, não só por terra, mas também construir uma sociedade justa, socialista".

O texto afirma que as resoluções tiradas no III Encontro "[...] reforçam a visão nacional de organização, fortalecem os vínculos com a CUT e com o PT, caminhando no terreno prático da aliança operário-camponesa" (JST, edição 60, p.3).

Entre as resoluções do encontro, publicadas nessa edição do **JST**, estão: "articular-se com as organizações dos trabalhadores da cidade, especialmente os operários; ampliar e aprofundar, planejadamente, o trabalho de formação política das lideranças e dos lavradores em geral".

O jornal, em vez de publicar reportagens sobre os diversos momentos do encontro, optou por reunir os integrantes dos diferentes setores presentes e organizou seis debates com os seguintes temas: Igreja, Sindicalismo, Eleições, Mulheres, Assentamentos e Violência. O resultado de cada debate foi reproduzido nas páginas dessa edição.

Do ponto de vista da pesquisa histórica, esse segundo estágio da política de comunicação é importante para conhecer o pensamento do MST diante da tentativa de redemocratização, da promulgação da constituinte e, principalmente, de denúncia da violência que crescia contra os militantes.

Os jornais do movimento, nesse estágio, irão repercutir a decepção dos movimentos sociais com o novo governo pós-ditadura e com a constituinte não só no plano das reformas, mas, em quase todas as áreas, vão intensificar a tese de que só o recurso da ocupação das terras vai acelerar a reforma agrária e denunciarão os assassinatos de trabalhadores, lideranças e religiosos.

3.3.1 Cobertura do contexto político nacional até os anos 90

No editorial da edição número 34, de outubro de 1984, o movimento expressava sua opinião diante das eleições indiretas que ocorreriam em 15 de janeiro do ano seguinte. O texto inicia-se com um panorama da situação dos trabalhadores, rurais e urbanos, afirmando que, desde que os militares assumiram o poder, a "situação piorou muito. Milhões de agricultores foram expulsos de suas terras. Nas cidades, os operários, muitos deles vindos do campo, enfrentam o desemprego, a inflação, o custo de vida alto, os salários miseráveis e a violência nas grandes cidades."

O editorial lamenta a derrota da emenda das eleições diretas, pois entende que o "presidente eleito teria o apoio popular para realizar as transformações necessárias", mas, diante do cenário da eleição indireta entre Paulo Maluf e Tancredo Neves, o editorial lastima o fato de Maluf agradar aos poderosos e "todo o país conhecer sua fama de corrupto", enquanto Tancredo Neves ainda não tinha conseguido "dar respostas satisfatórias às reivindicações dos trabalhadores". "Pode ser que o seu programa de governo diga como Tancredo Neves pretende combater a violência, acabar com a exploração, promover distribuição mais justa da propriedade da terra e dar melhores condições aos trabalhadores da cidade. Até lá, só a pressão continua resolvendo alguma coisa."

Dois aspectos podem ser destacados desse editorial. Primeiro, o caráter nacional e unitário do movimento, que pode ser percebido tanto pela referência constante aos "trabalhadores da cidade", não particularizando as reivindicações às dos trabalhadores rurais, como pela análise da conjuntura política do país. Segundo, seguindo as diretrizes do 1º Encontro Nacional, a referência à pressão como forma de sensibilizar a sociedade e o governo. A página de opinião do jornal publica, ainda, uma charge sobre as eleições indiretas e uma seção de cartas ao leitor, que também permanece até hoje.

Na edição 43, de março-maio de 1985, o assunto principal é a ida de integrantes do movimento a Brasília para entregar reivindicações ao então Ministro da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. Ainda havia a expectativa de que o primeiro governo civil depois da ditadura trouxesse novos ares para Brasília. Na chamada de capa, lemos: "Nelson Ribeiro não fez grandes

promessas. Afirmou que o combate à violência é prioridade e que a polícia não será utilizada em questões de terra. Mas os lavradores querem mudanças profundas".

Nas páginas centrais (8 e 9), é publicada uma entrevista com o ministro, que diz ser contra a colonização, defende a reforma agrária "onde o homem está" e critica a ação da polícia para resolver conflitos. A reportagem encerra-se com a observação de que, apesar de satisfeitos pelo encontro com as autoridades, os lavradores estão conscientes de que "as promessas do ministro não são motivo para mudar a luta dos trabalhadores rurais sem terra, que continua sendo dura e exige muita organização e coragem. Agora acrescida de habilidade para negociar com as autoridades".

A sinalização de que a violência poderia diminuir não ocorreu. Na edição 47, de setembro de 1985, o jornal traz como manchete: A violência é maior na 'Nova República; e como chamada: "a violência dos latifundiários está matando mais na 'Nova República'. Com a mesma impunidade. Nos últimos dois meses 16 trabalhadores foram assassinados, entre eles lideranças sindicais".

O editorial – chamado de "assunto para discussão" – tem como título O governo não faz, nós temos que fazer e chega à constatação de que a aliança política que governa o país, formada pelos partidos PMDB e PFL, "não está com vontade e nem tem força para implantar a reforma agrária no país". O texto constata, mais uma vez, que as únicas providências foram tomadas quando aconteceram manifestações e ocupações por parte do MST e conclui: "Agora quem deve fazer a Reforma Agrária somos nós".

Na chamada de capa da edição 48, o **Jornal Sem Terra** dá destaque para as ocupações: "desconsolado com a proposta da 'Nova República', o MST prometeu fazer a reforma agrária com as próprias mãos e partiu para as ocupações e acampamentos". Na página central, há uma extensa reportagem sob o chapéu "Reforma Agrária dos Trabalhadores". A edição é completada com um suplemento de quatro páginas sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária: "Seis meses de espera e uma grande decepção".

Também nessa edição, na página 3, há um texto de crítica ao projeto da Constituinte: "Mais uma vez a vontade do povo brasileiro não está sendo respeitada pelo governo e pela maioria de nossos parlamentares. Como aconteceu com o plano de reforma agrária – que o governo anunciou uma coisa e baixou outra – o projeto

da Constituinte corre o risco de atender somente aos interesses da minoria de sempre".

A página 4 do suplemento mostra as opiniões do MST, da CNBB, da Contag, da CUT e dos empresários sobre o plano de reforma agrária proposto pelo governo Sarney e que, de acordo com o **Jornal Sem Terra**, "só agradou aos latifundiários". O plano, que já era "tímido", é considerado como um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, elaborado em 1964, e não é considerado como uma reforma agrária. Por isso, o MST conclui que não é possível esperar por ele e que os trabalhadores devem partir para as ocupações de terras.

A decepção e crítica ao governo Sarney seguem com a crítica à Assembleia Constituinte, que, na edição 77, de outubro de 1988, é chamada de Constituição dos patrões. A reprodução da capa da edição 76 mostra como o MST enxergou a nova Carta Magna brasileira:

JORNAL DOS TRABALHADORES
SEM TERRA
CZ$ 120,00
SÃO PAULO, SETEMBRO 1988 Nº76 ANO VIII
OCUPAÇÃO
NOSSA RESPOSTA À CONSTITUINTE

Fig. 25. Reprodução da capa do número 76: crítica à Constituinte

Com o fim da perspectiva de mudança, até mesmo com a nova Constituição, o MST passa a incentivar o voto consciente nas eleições de 1989

> O MST assumiu campanha por Lula nas eleições presidenciais por considerá-lo o candidato mais identificado com suas posições. Mas tinha consciência de que, mesmo com sua vitória, teria de prosseguir na luta, porque o Congresso continuaria tendo maioria de conservadores e os meios de comunicação permaneceriam monopolizados (MORISSAWA, 2001, p.145).

O **Jornal Sem Terra** dedicou muito espaço para todo o processo eleitoral do ano de 1989, desde as eleições municipais até as eleições para Presidente.

Já na edição 60, de fevereiro/março de 1987, o jornal comemorava a posse dos deputados estaduais lavradores, eleitos nos estados do Rio Grande do Sul, Pará, Bahia, Paraná e Santa Catarina; dos ligados ao Partido dos Trabalhadores e apoiados pelo MST.

O editorial da edição 77, de outubro de 1988, com o título Vencer as eleições para avançar na luta, enfatiza a importância do voto consciente nas eleições municipais que garantirão a base política, principalmente nas capitais, para as eleições presidenciais: “o nosso voto nessas eleições é também um voto indicativo para a eleição presidencial”. O editorial encerra-se com as “tarefas do movimento”: “fazer grandes ocupações e vencer as eleições são as duas grandes tarefas que temos neste momento. Temos que assumir essas tarefas com o objetivo de fortalecer nossa luta maior: transformar essa sociedade, preparando a construção de uma sociedade socialista” (JORNAL SEM TERRA, p.2, edição 77, outubro de 1988).

Essa posição do Jornal Sem Terra inclui a Reforma Agrária – a luta objetiva dos trabalhadores rurais – em um contexto político maior, que envolve outras classes trabalhadoras e outros setores da sociedade e, até, a mudança nas relações de produção.

Diante das frustrações provocadas pelo conservadorismo da “Nova República”, da Constituinte e da derrota do PT nas eleições presidenciais, o MST, em maio de 1990, realiza o 2º Congresso Nacional dos Sem Terra, em Brasília, com a participação de cinco mil delegados, de 19 estados, o que consolida o movimento como uma organização nacional.

O MST, ao definir o lema Ocupar, Resistir, Produzir, a partir do 5º Encontro Nacional, realizado no início de 1989, e, ao incluir o objetivo de mudança de toda a sociedade com a perspectiva de construção de uma sociedade socialista, torna-se o movimento de liderança na organização dos trabalhadores rurais. As ações, aos poucos, vão ganhando repercussão nacional, o que acirra ainda mais os conflitos no campo.

3.3.2 Cobertura da violência no campo

Na edição 39, de outubro de 1984, as páginas 10, 11 e 13 trazem textos sobre a morte de trabalhadores na luta por reforma agrária. Assim como nas edições anteriores, as demais páginas são dedicadas às informações das lutas nos estados e à biografia de lutadores, que, como já foi citado, são conteúdos fundamentais para a formação política. Nessa edição, a biografia política está ligada à questão da violência.

A manchete da página 10 relatava que mais sete lavradores haviam sido assassinados apenas no mês de setembro de 1984. O artigo, assinado por Pedro Tierra, integrante da CPT, analisava que o assassinato de lideranças tinha o objetivo de enfraquecer o movimento. A matéria da página 11 mostrava como o aparato policial e judicial protegia tanto os pistoleiros como os mandantes dos crimes. Diante desse cenário, em nota na página 10, o movimento propõe uma reação

> como medidas mais práticas para se defenderem da violência, os lavradores decidiram forçar o movimento sindical a assumir efetivamente essa luta; desenvolver um trabalho de conscientização junto aos trabalhadores sobre o caráter de classe que representa essa violência. Além disso, orientar os trabalhadores rurais para ocupar as sedes de Justiça e delegacias, pressionando as autoridades para que sejam punidos aqueles que praticarem atos de violência contra trabalhadores rurais. (JORNAL SEM TERRA, ed. 39, p.10)

Pelo que se pode analisar dos conteúdos publicados nos jornais, o trabalho de conscientização foi desenvolvido. Depois dessa edição, em praticamente todos os demais números, há uma coluna dedicada à violência no campo, o que mostra que as mortes, infelizmente, estão no cotidiano dos movimentos sociais no campo.

Na edição 47, por exemplo, o assunto principal do Jornal Sem Terra é a violência. A matéria da página central, com ilustrações e infográficos, constrói um panorama do aumento da violência no campo.

VIOLÊNCIA

Se alguma coisa mudou na "Nova República" não foi a justiça. Os assassinatos contra os trabalhadores continuam e a impunidade também. Veja porque nesta reportagem.

AUMENTAM AS MORTES NO CAMPO

Morrem assassinados na "Nova República" muito mais lavradores, índios, dirigentes sindicais rurais e agentes pastorais do que nos últimos anos da "Velha República". Tanto na "Velha República", como na "Nova República", a impunidade é a mesma: não são abertos inquéritos policiais, ninguém é condenado, ninguém vai preso e, quando vai, é por algumas horas — como foi o caso do fazendeiro José Edmundo Vergolino, responsável pela chacina de mais de dez pessoas em São João do Araguaia, no sul do Pará. Em todos os casos, os assassinos e os mandantes ficam livres para praticar mais mortes.

Os números das mortes no campo estão atingindo índices elevadíssimos. Levantamento preliminar do primeiro de janeiro até 18 de setembro passado indica que, pelo menos, 72 lavradores e dirigentes sindicais, sete índios e três religiosos morreram este ano nesta guerra declarada pelos latifundiários. Os casos aqui registrados são os que se conseguiu alguma documentação ou informação. Mas, o número de mortos, sem dúvida, é muito maior, porque morrem posseiros nas matas da Amazônia e em outras partes do País, sem que alguém fique sabendo.

Esta violência atinge também garimpeiros, que não estão incluídos neste registro pela impossibilidade de levantar os casos. Atinge também os bóias-frias, vítimas das péssimas condições de transporte e de trabalho. Pode se dizer que também foram assassinados, já que as mortes poderiam ter sido evitadas. Neste ano, já passam de 60 os casos que se tem conhecimento.

O Plano

O aumento da violência no campo tem sido atribuído ao Plano Nacional de Reforma Agrária do governo. Seguindo esse raciocínio, alguns latifundiários mais afoitos e temerosos em perder suas terras estariam se armando, ameaçando e matando para desestabilizar o Plano e, assim, impedir a Reforma Agrária. Houve até mesmo o caso registrado há dois meses pela televisão em que um fazendeiro, no interior de Pernambuco, ameaçou Deus e todo o mundo; seus jagunços posaram com armas de uso exclusivo do Exército para as câmeras de TV e nada lhes aconteceu.

É certo que o anúncio do Plano tem estimulado os latifundiários a matar mais do que antes. Eles não admitem dividir as suas terras e, para impedir essa divisão, vão até às últimas conseqüências. A verdade, porém, é que o aumento da violência no campo é para impedir o avanço da organização dos trabalhadores. Por isso, eles usam o Plano como pretexto para matar impunemente os trabalhadores rurais e suas lideranças mais desvacadas.

Os latifundiários sabem que eliminando uma liderança podem, senão impedir, pelo menos atrasar por mais algum tempo as mudanças necessárias no campo. Prova de que eles estão pensando assim é o saldo das mortes registradas nos últimos dois meses. Dos 16 trabalhadores rurais assassinados, oito eram lideranças sindicais.

Impunidade

É comum a pergunta por que os latifundiários matam tanto e não são punidos. A impunidade decorre do fato de os Poderes Judiciário (juízes e promotores), Legislativo (vereadores, deputados e senadores) e Executivo (prefeituras, governos estaduais e federal), com algumas exceções, serem controlados pela mesma classe que manda matar os trabalhadores rurais e suas lideranças. É tudo farinha do mesmo saco", como se diz popularmente. Aí está a resposta porque nenhum latifundiário vai preso quando manda matar.

Diante desse quadro de violência crescente no campo, os trabalhadores devem se perguntar como prosseguir em suas lutas, assegurando os seus direitos e as suas vidas. A resposta é uma só: através da organização maior nas próprias lutas, nos movimentos e nas suas entidades de classe. É esta organização que garantirá o maior direito do trabalhador: **o direito à vida.** Pensar de outra forma é se iludir, enquanto os latifundiários continuarão matando. Impunemente.

"Matem os pistoleiros", diz governador

Nesta crescente onda de violência na "Nova República", o Pará continua liderando as estatísticas das mortes no campo (neste ano, já morreram 43 pessoas, sendo 23 trabalhadores rurais e líderes sindicais e 20 pistoleiros e fazendeiros). A primeira vítima de agosto tombou na região nordeste do Estado. Foi no dia quatro, quando morreu assassinado o lavrador e delegado sindical Arlston Alves dos Santos, em **Paragominas. Mas, é no sul do Estado, na região do Araguaia-Tocantins, que ocorreram as grandes chacinas, como a de 31 de agosto, em Redenção.**

Neste dia, sete pessoas morreram em um tiroteio na Fazenda Mandil. Há duas versões para estas mortes. A primeira é a de que o fazendeiro de nome Braga (de Barra do Garça, Mato Grosso) mandou pistoleiros invadir a área. Posseiros teriam reagido e matado sete pistoleiros. A segunda versão é a de que trata-se de uma briga entre "gente grande", de muito dinheiro, que quer se apossar da fazenda por ser área de garimpo.

Em **Redenção**, outra área de conflito é a Fazenda Capetinga, de mais de quatro mil hectares, onde, desde 1972, vivem muitos posseiros. Nesta época, a fazenda foi grilada e, tempos depois, vendida para Lourival e Nadir Louza. Os novos "donos" tentaram expulsar os posseiros usando a polícia e jagunços, mas houve resistência. Em abril, o juiz Eronildes Souza Primo, de Conceição do Araguaia, assinou ordem de despejo, efetuada somente a 29 de agosto, quando 150 policiais prenderam e torturaram 20 lavradores e apreenderam armas de caça, facões, foices e alimentos.

Dois dias depois do despejo policial, uma comissão foi falar com o governador Jader Barbalho (PMDB) para relatar os acontecimentos, denunciar a impunidade dos pistoleiros e cobrar as promessas feitas de pacificar as áreas de conflito. "Matem os pistoleiros", foi a resposta seca do governador paraense.

Devido à omissão de Jader Barbalho, o cabo PM Luiz Vieira de Carvalho foi morto no dia quatro de setembro quando, acompanhado de três policiais militares, foi emboscado ao tentar entrar de táxi na Fazenda Capetinga. Dois soldados e o taxista ficaram feridos. E, para completar o quadro da violência no Pará, mais um assassinato em **Paragominas**. Foi no dia 16 de setembro, quando morreu outro delegado sindical, Salvador Alves dos Santos.

Maranhão

Agosto e setembro foram meses terríveis para os trabalhadores rurais do Maranhão. Dia 11 de agosto, o pistoleiro Almir Costa assassinou o lavrador Gonçalo Pereira, no município de **Lago da Pedra**. Dia 21, morreu baleado o delegado sindical José Ribamar de Souza, na localidade de **Maguari, município de Monção**. No dia cinco de setembro, seis pisoleiros do fazendeiro José Lamar mataram os posseiros Manoel Ferreira de Souza e Domingos Abreu, da Fazenda Caximbó, município de **Coroatá**.

No dia 17 de setembro, o pistoleiro "João Doutor" matou o lavrador e delegado sindical Antônio Batista da Silva, do município de **Santa Luzia**. O mandante é um fazendeiro de Minas Gerais que se diz dono da Fazenda Arapari, de 25 mil hectares, onde vivem 500 posseiros. No mesmo dia e local, as lavradoras Maria Lima Silva, 28 anos, e Silvina da Silva, 52 anos, foram baleadas e se encontram hospitalizadas. O marido de Maria Lima foi assassinado dia 16 de julho pelo pistoleiro Luiz Chaves, a mando do mesmo fazendeiro mineiro. E, no dia 18 de setembro, foi assassinado um lavrador não identificado, no município de **Cajari.**

Bahia

Na Bahia, o lavrador e líder sindical Zacarias dos Santos tombou a 13 de agosto, no município de **Marcionílio Souza**. Os assassinos são os pistoleiros "Louro", Waldemar (o "Vadinho"), João dos Santos e José Martilho, todos ligados a advogado Raimundo Viana. Após o crime, fugiram na caminhonete do veterinário Antônio Guimarães, que os liberava de motor ligado.

No dia nove de setembro, o lavrador e sindicalista conhecido por Isaias foi assassinado no município de **Canápolis**. Testemunhas do crime: o delegado e a polícia Everaldo Rodrigues dos Santos e um policial militar. Motivo do crime: Isaias denunciou queima na polícia feita o fazendeiro Timóteo Pinto de Souza.

Pernambuco

Em Pernambuco, a vítima foi o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de **Aliança**, Evanduil Pereira da Silva, assassinado com um tiro de espingarda a dois de setembro. O suspeito é o ex-presidente do Sindicato, o pelego José Berto de Santana, que se encontra preso. O motivo do crime: Evanduil era uma das lideranças dos canaveiros da Zona da Mata, que se encontram em campanha salarial.

Minas e M G do Sul

No **Mato Grosso do Sul**, foram assassinados a quatro de agosto o lavrador José Ricardo Nascimento e sua companheira Márcia. E, em Minas Gerais, ocorreram duas mortes. Dia dois de agosto assassinaram a lavradora Francisca Prata, no município de **Carbonita**, e no dia 15 do mesmo mês o lavrador Oscar Varejão Badaró, no município de **Cipotânea**.

DENÚNCIA

Doze entidades assinaram telex enviado ao ministro Fernando Lyra, da Justiça, denunciando o desaparecimento de dois inquéritos policiais da Delegacia de Polícia de Marabá, no sul do Pará. O primeiro é sobre o assassinato da irmã Adelaide Molinari, ocorrido dia 14 de abril, a mando do fazendeiro Aloisio Ribeiro Vieira; o segundo é sobre a "Chacina de Ubá", ocorrida entre os dias 13 e 18 de julho, quando foram assassinados dez trabalhadores, a mando do fazendeiro José Edmundo Vergolino. De acordo com o telex, "pistoleiros e mandantes deste crime andam livremente e impunes pelas ruas de Marabá, criando um verdadeiro clima de pânico na população. Esta impunidade é o principal fator gerador da violência. Ninguém vai preso, ninguém é condenado, não existem processos; em suma, não há JUSTIÇA."

Página 8 — SEM TERRA — Página 9

VIOLÊNCIA

O quadro de 1985

Neste quadro da violência estão registrados somente os casos de assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e índios, além dos acidentes com bóias-frias. Na medida do possível, pretendemos divulgar outros casos conseqüentes da violência no campo, como os assassinatos de advogados, garimpeiros, mortes por envenenamento e acidentes de trabalho.

Além disso, é necessário frisar que os fatos aqui divulgados são somente os que se tem conhecimento através de documentação, ou através das informações da CPT, Movimento Sindical, CONTAG e, raramente, do noticiário da grande imprensa. Para chegarmos a um quadro mais real da violência no campo, você precisa ajudar, enviando para a redação do SEM TERRA todas as informações que possuir sobre atos contra a vida e os direitos do trabalhador rural. Lembre-se: denunciar é o primeiro passo.

	agosto/setembro			Em 1985
	Nome	Local	Data	
Trabalhadores rurais assassinados	Francisca Prata José R. Nascimento Marcila Nascimento Gonçalo P. C. Souza Oscar V. Badaró Manoel F. de Souza Domingos de Abreu trabalhador não ident.	Carbonita-MG MS MS Lago da Pedra-MA Cipotânea-MG Coroatá-MA Coroatá-MA Cajari-MA	2/8 4/8 4/8 11/8 15/8 5/9 5/9 18/9	
Lideranças sindicais assassinadas	Arlston Alves dos Santos Zacarias José dos Santos José R. de Souza Evandull P. da Silva Isaias Salvador A. dos Santos Antonio Batista da Silva Antonio Inácio	Paragominas-PA Marcionílio Souza-BA Monção-MA Aliança-PE Canápolis-BA Paragominas-PA Santa Luzia-MA Santa Luzia-MA	4/8 13/8 21/8 2/9 11/9 16/9 17/9 17/9	72
Bóias-frias mortos em acidentes	4 mortos 18 mortos 1 morto 5 mortos 1 morto	Guaraçaí-SP Pederneiras-SP Araçatuba-SP Espinosa-MG Valparaíso-SP	21/8 2/9 6/9 6/9 9/9	61
Índios				7
Religiosos				3
Outros	7 pessoas em conflito Cabo PM Luiz V. de Carvalho	Redenção-PA Redenção-PA	31/8 4/9	

Fontes: CPT, CONTAG, CIMI e noticiário da grande imprensa.

Fig. 26. Página central da edição número 47: destaque para a violência no campo

Na página 9, um infográfico mostra o quadro da violência durante o ano de 1985. O **Jornal** alerta que os dados foram obtidos graças à documentação e informações da CPT, Contag, movimento sindical e "raramente, do noticiário da grande imprensa". O **Jornal Sem Terra** posiciona-se no campo oposto ao da indústria jornalística, assumindo a tarefa de receber as denúncias de crimes cometidos: "para chegarmos a um quadro mais real da violência no campo, você precisa ajudar, enviando para a redação do SEM TERRA todas as informações que possuir sobre atos contra a vida e os direitos do trabalhador rural".

JORNAL DOS TRABALHADORES
SEM TERRA
São Paulo • Julho • Nº 45 • Ano IV
REFORMA AGRÁRIA
"A GUERRA É PRA VALER"
Brasiguaios
Tucumã

Fig. 27. Jornal alerta que as milícias armadas dos fazendeiros no Bico do Papagaio podem aumentar o número de mortos

Em junho de 1985, é fundada a União Democrática Ruralista (UDR), entidade que reúne os latifundiários para combater as ocupações das fazendas por meio da contratação de pistoleiros, jagunços e milícias armadas. A UDR também arrecada dinheiro em leilões e outros eventos para apoiar parlamentares que defendem os interesses dos fazendeiros.

A América Latina contabiliza um histórico de religiosos assassinados em razão dos conflitos agrários. Ao lado dos sindicalistas e integrantes do Movimento dos Sem Terra, são eles que, muitas vezes, prestam assistência em regiões onde o Estado brasileiro é ausente.

Em julho de 1985, foi assassinado, a mando dos fazendeiros de Rondônia, o padre italiano Ezechiele Ramin, fato noticiado no **Jornal Sem Terra** em agosto daquele ano, já com a manchete da prisão dos assassinos. O caso teve repercussão

internacional, muito em razão de o padre ter origem italiana, o que levou à manifestação do Papa João Paulo II. De acordo com o **JST**, esse já era o terceiro crime cometido contra religiosos naquele ano. Em abril, a irmã Adelaide Molinari foi assassinada no Pará, e, no dia 1º de maio, a irmã Cleusa Coelho, do Conselho Indigenista, foi assassinada no Amazonas.

Em 1986, outro assassinato de um religioso teria também repercussão internacional. Josimo Tavares era um padre negro, ligado à CPT, que, além de defender a reforma agrária, também denunciava os crimes cometidos pelas milícias dos fazendeiros. O padre sofreu ameaças e até um atentado, antes de cinco bispos da região comunicarem o fato ao então presidente José Sarney, que nada fez para evitar o crime. No dia 10 de maio, Josimo foi assassinado na cidade de Imperatriz, no Maranhão. O **Jornal Sem Terra** publica até a placa do corcel amarelo que o assassino utilizou para fugir. Um ano antes, o **JST** já alertava para o clima de guerra que se formava na região com as milícias armadas.

JORNAL DOS TRABALHADORES
SEM TERRA
São Paulo • Maio de 1986 • Nº 52 • Ano V
Por que os poderosos podem matar ?
Por que o governo nunca faz nada?

Fig. 28. Assassinato do Padre Josimo Tavares

O acirramento dos conflitos e a consolidação nacional geram maior exposição do movimento na indústria jornalística. Diante das primeiras reportagens que

criminalizam o MST, a direção nacional é aconselhada por um grupo de jornalistas convidados a pensar em meios de comunicação voltados para a base e outros para a sociedade que ainda não conhece o movimento.

3.4 Divisão da comunicação entre a base e a sociedade

As mudanças começaram na edição 77, em outubro de 1988, quando uma nova equipe assumiu a redação do jornal. Os textos ficaram ainda maiores e houve reformulações gráficas que, de acordo com o próprio jornal, “estão sendo feitas com o objetivo de definir o perfil do **JST**, sem, com isso, descaracterizá-lo”.

Nos anos 90, algumas colunas, como América Latina, Estados, Balaio, Internacional, Cartas, Especial, Estudos e Entrevista, tornam-se fixas na publicação e a equipe de redação passa por mudanças periódicas ao longo dos anos, resultado, principalmente, do contexto político.

Após o 5º Encontro Nacional, no início de 1989, foram definidos o hino do MST, a nova palavra de ordem do movimento ─ Ocupar, Resistir, Produzir – e a data do II Congresso, que aconteceria de 8 a 10 de maio, em Brasília.

As resoluções do II Congresso fortaleceram a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora, estabeleceram contato com movimentos internacionais (23 delegados de organizações camponesas da América Latina estiveram no congresso) e estabeleceram como objetivo mostrar para toda a sociedade que a reforma agrária é indispensável. As ocupações de terra continuaram como o principal instrumento de luta pela reforma agrária.

A edição 93, de maio de 1990, traz um encarte com todas as 44 resoluções do II Congresso. Além de reportagens sobre os detalhes do congresso ─ as apresentações de cantores, a montagem das instalações, a cobertura do evento ─, traz também um texto sobre os apoios recebidos de entidades nacionais e estrangeiras. Há também uma reportagem sobre o encontro com o então ministro da Agricultura, Nelson Cabrera.

A importância dessas reportagens que relatam a audiência com o ministro, em que o MST entrega uma pauta de reivindicações, mostra, não só para a base, mas também para a sociedade, que há uma iniciativa do movimento em tentar estabelecer um diálogo com o governo. Como nas audiências as respostas sempre

são evasivas, como foi o caso dessa, os consequentes conflitos poderiam ser debitados da conta do governo.

Outro detalhe interessante desse registro proporcionado pelo jornal é a possibilidade de o pesquisador comprovar como, apesar de mudanças de partidos, as personalidades não mudam muito. De acordo com o jornal, os sem terra entregam a pauta de reivindicações também aos parlamentares e são recebidos pelo presidente do Senado, Nelson Carneiro; pelo presidente interino da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira; e pelo líder do governo Collor na Câmara, Renan Calheiros[5].

Além de manter a palavra de ordem ─ Ocupar, Resistir, Produzir─, esse congresso marcou o fim do regionalismo nas lutas pela terra, atribuiu grande importância à necessidade da unidade latino-americana e também deu ênfase às cooperativas e outras soluções dos assentamentos. É uma fase em que o movimento passa a mostrar-se e interagir mais com outros setores. Consequentemente, as reações às inovações e mudanças propostas pelo MST vão além dos fazendeiros da UDR.

> No 6º Encontro Nacional, realizado em 1991, o MST colocou em discussão o imperativo da constante auto-superação e do enfrentamento de novos desafios. Antes, os sem terra enfrentavam fazendeiros, grileiros e seus pistoleiros, mas agora, do outro lado da cerca, estavam o comerciante, o industrial e o banqueiro. Estava claro que a terra se concentrava cada vez nas mãos do grande capital nacional e estrangeiro. O Encontro definiu a necessidade de avançar em quatro grandes frentes: massificação das lutas; qualificação dos dirigentes e militantes; organização e sistema cooperativista dos assentados (MORISSAWA, 2001, p.148-149).

De 1995 a 2002, o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso, sustentado por uma aliança de centro-direita que baseou a campanha na política econômica de estabilidade financeira e controle da inflação.

[5] Em 2013, durante a redação desta tese, Inocencio Oliveira é deputado e Renan Calheiros é presidente do Senado.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Lutamos por TERRA, Reforma Agrária e Mundanças na Sociedade.

OBJETIVOS GERAIS

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;

2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;

3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;

4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;

5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;

6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;

2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;

3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;

4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;

5. Levar a agroindustria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;

6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido;

7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;

8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

PRINCÍPIOS APROVADOS NO 3º CONGRESSO NACIONAL

Fig.29. Princípios do III Congresso publicados na edição 150 do **Jornal Sem Terra**

Em julho de 1995, o MST organiza o III Congresso Nacional, com mais de 5200 delegados de 22 estados em que o movimento estava organizado, além de delegados da América Latina, Europa e Estados Unidos. Entre outros, os objetivos do congresso eram: levar a reforma agrária para a opinião pública e ser um espaço de formação política massiva e de confraternização da militância. A palavra de ordem passou a ser: Reforma agrária, uma luta de todos!

A edição 150, de agosto de 1995, é dedicada inteiramente ao congresso. Até a abordagem da reportagem da coluna Internacional, por exemplo, é sobre como as delegações estrangeiras viram o congresso. A coluna Estudos são reproduções das palestras de José Paulo Bisol, candidato a vice-presidente na chapa de Lula, em 1989, e do bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga. Duas páginas são dedicadas à seção Documentos. Na forma de Carta aos trabalhadores do campo e Carta ao povo da cidade, são manifestos que resumem as resoluções e o sentimento do congresso.

A Carta aos trabalhadores do campo conclama para luta: “quando perguntarem quem são os trabalhadores sem terra, digam: somos os filhos da terra.

Homens, mulheres e crianças que lutam e sonham para que todos tenham terra. [...] Nós não temos nada a perder, temos tudo a ganhar. Sonhamos com um Brasil justo. Sem exploração. Sonhamos com uma pátria soberana. Sem humilhação. Sonhamos em não ver ninguém passando fome, procurando emprego, trabalho, casa, escola".

Na Carta ao povo da cidade, a aliança operário-camponesa é reavivada, tendo como inimigo o neoliberalismo: "Unidos, trabalhadores do campo e da cidade, enfrentaremos esse governo, sua política neoliberal e essa situação de injustiça social existente no Brasil".

Nos princípios do congresso, como mostra a figura 29, segue a proposta da construção do socialismo: nos objetivos gerais, "construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital" e "difundir os valores humanistas e socialistas das relações sociais".

O crescimento do MST em todo o país, a perspectiva do socialismo como horizonte histórico e a maior exposição na sociedade levam o movimento a ampliar a preocupação com as necessidades de formação e, principalmente, de comunicar para a sociedade que a reforma agrária não é uma luta apenas de trabalhadores rurais, mas que traz melhorias para todos.

A violência contra o MST aumenta. Nessa época, acontecem dois dos episódios mais marcantes na história dos conflitos no campo: os massacres de Corumbiara (1995) e o de Eldorado dos Carajás (1996). Tanto os episódios de violência quanto as ações do movimento aumentam a exposição na indústria jornalística. Em veículos de circulação nacional, como a Revisa Veja (Editora Abril), o movimento é criminalizado.

Diante desse cenário, as lideranças do MST reúnem-se com profissionais de comunicação solidários aos movimentos populares e recebem a orientação de que era preciso aumentar o diálogo com a sociedade para tentar combater essa criminalização por parte da indústria jornalística. Uma saída proposta era a separação dos veículos de comunicação. O **Jornal Sem Terra** seria voltado para a base e outro veículo deveria ser criado para, nas palavras do dirigente Neuri Rosseto, "ganhar a sociedade". É nesse contexto que nasce a **Revista Sem Terra,** em 1997. Porém, como admite Rosseto, o MST teve, e ainda tem, muita dificuldade em fazer essa separação dos veículos. Como se verá adiante, até hoje, os veículos

idealizados para o público de apoio ou não tiveram continuidade ou não conseguiram estabelecer-se nessa função.

Nos anos 90 e início dos 2000, no entanto, o contexto político permitia ao MST desenvolver uma comunicação clara com a sociedade, pois o inimigo da reforma agrária ainda era o proprietário de latifúndios improdutivos ou de terras devolutas, organizado dentro da UDR e, muitas vezes, caracterizado como violento. Apesar da repressão das polícias militares nos estados, o MST fortalece-se, principalmente, dentro da esquerda brasileira. Além de se colocar como oposição ao governo federal, o MST agrega a solidariedade de outros partidos de esquerda e movimentos sociais. A **Revista Caros Amigos**, um dos veículos da imprensa alternativa da época, afirma no editorial da edição especial sobre os Sem Terra

> [...] ao promover uma reforma agrária autêntica, porque elaborada não em gabinetes de poder, mas em barracas de plástico e sustentada pela letra da Constituição, o MST concretiza uma revolução sem precedentes na história do Brasil, ainda mais quando embasada na força da argumentação e não das armas, na vontade das maiorias e não de um partido político ou um punhado de generais. E uma revolução que não se limita a impor a reforma agrária somente no tocante à propriedade da terra, mas ao uso da terra na sua função social, econômica e ecológica. Um fenômeno que está repercutindo no exterior e que, de tão forte, vem superando obstáculos até aqui considerados intransponíveis, como o poder dos fazendeiros, dos meios de comunicação e do próprio governo. (SOUZA, 2000, p. 3).

O movimento soube aproveitar-se desse contexto e ampliou o setor de Educação para a formação de quadros, com a inauguração da Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul, em outubro de 1997, e, mais tarde, com a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo, em janeiro de 2005.

Esse ascenso, no entanto, encontrará dificuldades quando a política agrícola brasileira modifica-se com o crescimento do agronegócio. Antes disso, porém, tanto o **Jornal** como a **Revista** tornam-se veículos de denúncia e contraposição à campanha de criminalização empreendida pela indústria jornalística, principalmente nos momentos de maior repressão, como nos massacres que marcaram a história do MST: o de Corumbiara e o de Eldorado dos Carajás.

Em julho de 1995, 514 famílias lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara ocuparam a Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, sul de

Rondônia. Aquela região contabilizava cerca de dois milhões de hectares de terras férteis, que são públicas, pois foram “vendidas” a preços simbólicos na época da ditadura dentro de um projeto de colonização. Os que “compraram” as terras não cumpriram as exigências da época de iniciar ali projetos de pecuária, portanto, as terras estariam disponíveis para projetos de reforma agrária. Em agosto, o poder judiciário local determinou o despejo das famílias. A polícia militar invadiu o acampamento com bombas e gás. O conflito resultou na morte de dois policiais e dez sem terra (um deles só foi encontrado dias depois), dez desaparecidos e diversos espancados. Entre os mortos, a menina Vanessa dos Santos Silva, de sete anos.

Em 1996, cerca de duas mil famílias montaram acampamento à beira da rodovia PA-275 visando à ocupação da improdutiva fazenda Macaxeira. Tempos antes, o governador Almir Gabriel havia prometido que mandaria alimentos e daria início ao projeto de assentamento. Mas, como o tempo passou e nada foi resolvido, os sem terra resolveram fazer uma caminhada até Belém para pressionar. Em 17 de abril, após uma semana de caminhada e pelo fato de não serem atendidos pelas autoridades, os sem terra bloquearam a rodovia perto de Eldorado dos Carajás. Cento e cinquenta e cinco policiais, vindos dos dois lados da rodovia, utilizaram bombas e gás. Diante da reação dos sem terra, os policiais abriram fogo com metralhadoras contra os trabalhadores já em debandada. Doze deles foram mortos com tiros na cabeça ou no tórax, e outros sete, com instrumentos de corte retirados deles, o que prova que já estavam dominados quando foram assassinados. Além dos dezenove mortos, sessenta e nove feridos e, pelo menos, sete desaparecidos.

A edição 158, de maio de 1996, traz o massacre como matéria de capa e dedica cinco páginas, além de um encarte com mais oito páginas, ao debate sobre os diferentes aspectos que envolvem o assunto. O editorial responsabiliza diretamente o governador Almir Gabriel pelo massacre e também o governo FHC que, “pela ineficiência em implantar a Reforma Agrária, criou pré-condições para que ocorresse o massacre”. Na coluna Estudo, o professor Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, publica artigo alertando para a possível impunidade dos policiais envolvidos no crime. A editoria Liderança, que, mensalmente, destaca uma personalidade do movimento, entrevista Jorge Neri, integrante da coordenação nacional e da direção estadual do MST no Pará. Em

razão da repercussão negativa do massacre de Carajás, o presidente Fernando Henrique recebe uma comissão do MST em uma audiência, cujos detalhes são publicados na página 5.

O encarte apresenta a cronologia dos fatos que antecederam ao massacre, com a precisão de detalhes como a hora de cada acontecimento, além de artigos e manifestações de solidariedade de personalidades de destaque da sociedade, como o rabino Sobel e o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Nas páginas centrais do encarte, o texto responde à pergunta proposta pelo jornal, O que fazer para garantir punição e fim da violência ?. Uma das ações, que seria levada adiante, é “divulgar e lembrar”. O jornal propõe que sejam organizados atos para lembrar o episódio, que todos os espaços nos meios de comunicação possam ser ocupados para discutir a reforma agrária e que se faça pressão sobre os parlamentares para que sejam criados monumentos em memória às vítimas de Eldorado do Carajás.

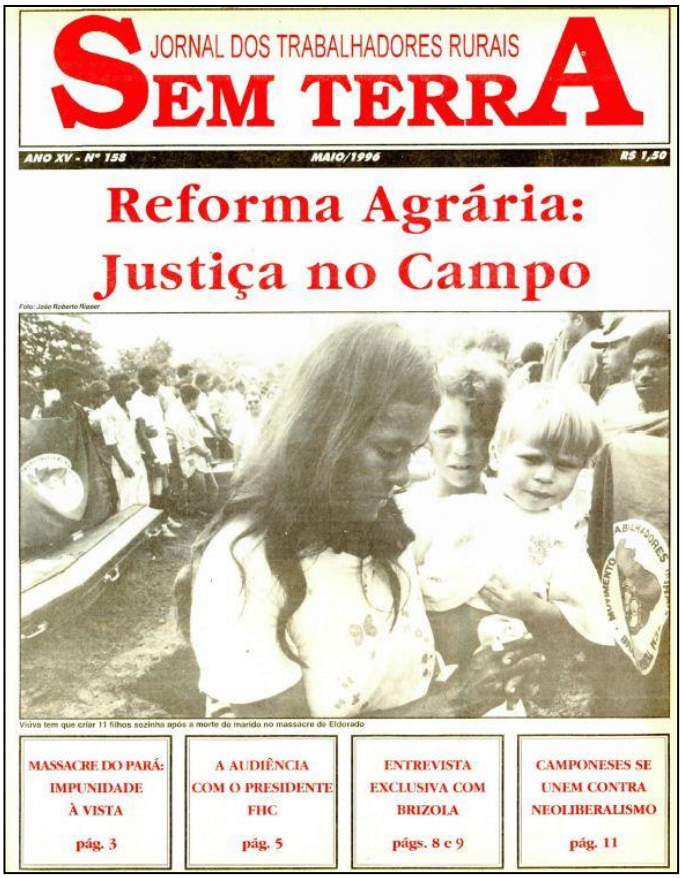
JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA
ANO XV - Nº 158 MAIO/1996 R$ 1,50
Reforma Agrária: Justiça no Campo
Foto: João Roberto Ripper
Viúva tem que criar 11 filhos sozinha após a morte do marido no massacre de Eldorado
MASSACRE DO PARÁ: IMPUNIDADE À VISTA pág. 3
A AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE FHC pág. 5
ENTREVISTA EXCLUSIVA COM BRIZOLA págs. 8 e 9
CAMPONESES SE UNEM CONTRA NEOLIBERALISMO pág. 11

Fig.30. Capa da edição dedicada ao massacre no Pará

O dia 17 de abril tornou-se o Dia Internacional de Luta Camponesa, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás. Desde aquele ano, abril é o mês

que o MST dedica para as mobilizações nacionais. Em 1997, foi organizada a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Iniciada em 17 de fevereiro, a marcha partiu de três pontos do país (São Paulo, Governador Valadares e Rondonópolis), unindo mil trabalhadores das diversas regiões do Brasil, e percorreu mil quilômetros até chegar a Brasília, em 17 de abril. Além dos mil sem terra, cerca de 100 mil pessoas solidarizaram-se com o ato.

A edição 167 circula em março, com a marcha já nas estradas. O editorial faz uma análise da conjuntura, apontando as contradições entre a propaganda do governo, o apoio da mídia e as reais condições das classes trabalhadoras. Na página 3, é publicado um manifesto de intelectuais e artistas em solidariedade à marcha. As páginas 8 a 12 são de notícias referentes à marcha, com coberturas exclusivas aos três grupos (Sul, Sudeste e Centro-oeste), que vão se unir em Brasília.

A edição 168 comemora os 100 mil que tomaram Brasília no dia 17 de abril, em sete páginas. Como foi visto em outras edições, novamente, os representantes do MST reúnem-se com o presidente e entregam dois documentos, reproduzidos na íntegra nas páginas 8 e 9. Dessa vez, percebe-se, pelo “tom” da abordagem que o jornal utilizou para relatar o encontro, que não há o menor sentimento de esperança em relação ao governo Fernando Henrique: “O que se esperava do encontro? Nada. Apenas que cada uma das partes falasse a verdade e manifestasse sua opinião. E foi isso o que aconteceu. O MST apresentou dois documentos discutidos pela Direção Nacional e pelos trabalhadores caminhantes”.

A marcha nacional foi um instrumento de agitação política de grande valor e obteve resultados que a esquerda não conseguia há tempos. Congregou diversos setores em torno das causas defendidas pelo MST, especialmente a reforma agrária, mas, também, as mudanças na sociedade e a punição dos responsáveis pelos massacres dos trabalhadores rurais. A marcha teve repercussão internacional, despertou interesse dos meios de comunicação e trouxe grande parte da intelectualidade e dos artistas para atuarem junto com o MST. Além das dezenas de nomes que assinaram o manifesto, personalidades de outros setores, como a cantora Beth Carvalho, participaram da audiência com Fernando Henrique.

Outro exemplo da aproximação do MST com a intelectualidade foi o Projeto Terra. Também em 17 de abril, foi inaugurada, em todos os estados do país e em

mais 100 cidades do mundo, a exposição de fotos de Sebastião Salgado sobre a luta pela terra. Durante a inauguração, foi lançado o Projeto Terra, livro de José Saramago, com fotos de Sebastião Salgado, acompanhado por um CD com canções de Chico Buarque.

Projeto TERRA

Salgado mostra, Saramago fala e Chico Buarque canta

Para divulgar mundialmente a luta do MST

No ano passado, o fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado aterrisou no Brasil para fotografar São Paulo e o Movimento Sem Terra. Como resultado deste encontro, surgiu e exposição de fotos "Terra". São imagens de camponeses, bóias-frias, sertanejos, a realidade opressiva de uma megacidade inchada por migrantes, como São Paulo, e as respostas que o Movimento Sem Terra desenvolveu para este problema. Pela primeira vez na história da fotografia, cerca de 2 mil lugares em todo o mundo estão expondo simultaneamente as imagens que foram retratadas por Salgado nos últimos 16 anos e que compõem um mosaico, cujo pano de fundo é o problema agrário brasileiro. Junto com esta exposição está sendo lançado o livro "Terra" no Brasil, Portugal, Itália, França, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Suíça. O livro é prefaciado pelo escritor português José Saramago e acompanhado por um CD que traz canções de Chico Buarque de Holanda. O projeto foi coordenado pela mulher de Salgado, Lélia Wanick Salgado, que concebeu a edição do livro e desenhou as exposições.

SUPLICY, CHICO BUARQUE, SEBASTIÃO SALGADO, JOSÉ SARAMAGO E JOÃO PEDOR STÉDILE NA COLETIVA DE LANÇAMENTO DO LIVRO "TERRA"

Fig.31. Reportagem mostra a intelectualidade próxima ao MST

Na edição 168, o Projeto é detalhado. A reportagem lembra que Chico Buarque já tinha sido procurado pelos acampados da Encruzilhada Natalino, no início dos anos de 1980. O texto ainda detalha as músicas Levantados do Chão e Assentamento, que integram o CD.

O Projeto teve muita projeção e gerou diversas exposições das fotografias. Era possível comprar reproduções delas e toda a renda, tanto do livro quanto das reproduções, era doada para o MST. Os direitos autorais de Sebastião Salgado, Chico Buarque e José Saramago foram doados ao MST, que os utilizou na construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

O **Jornal Sem Terra** dedica mais espaço para as questões internas do movimento, já que a revista – e, futuramente, o site – encarregaria-se do debate com a sociedade civil.

Na edição número 100 do **Jornal Sem Terra**, de janeiro/fevereiro de 1991, comemoram-se os dez anos da organização do movimento. Entre os textos publicados, Conhecer os vícios para superá-los aparece na seção Núcleos – uma editoria que debate as questões internas do movimento. Ademar Bogo, da Direção Nacional, afirma que

> Neste processo de organização dos núcleos, surgem problemas de todos os tipos [...] É importante compreender que dentro dos assentamentos cada companheiro tem uma história marcada pelas relações sociais de produção vividas. Ou seja, uns trabalharam como assalariados, outros foram posseiros, meeiros, arrendatários, donos de mercearia, favelados, etc e cada um reage de acordo com sua consciência (JORNAL SEM TERRA, ed. 100, fevereiro de 1990).

Depois de analisar quais são os níveis de consciência e propor que o melhor para a organização é o de consciência organizativa, o autor enumera os principais vícios que devem ser combatidos: individualismo, imobilismo, comodismo, entre outros.

Na edição 119, de setembro de 1992, a seção dedicada aos núcleos propõe uma discussão sobre como melhorar a comunicação. É um texto explicativo sobre o **Jornal Sem Terra**, que atribui as seguintes funções ao jornal: a) Informar – ao saber das lutas nos estados, os companheiros sentem-se estimulados; b) Formar; c) Organizar; d) Trocar experiências e e) dar unidade política ao movimento.

Na edição 126, de junho de 1993, novamente os meios de comunicação entram em pauta. Sob o título Democratizar os meios de comunicação: uma luta fundamental para os trabalhadores, o texto chama de “latifúndio improdutivo” a concentração dos principais veículos da indústria jornalística pertencerem a seis famílias e concentra as críticas contra a revista Veja, que já publicara uma matéria depreciativa sobre o movimento, fato que iria se repetir pelos próximos 20 anos. A luta pela democratização dos meios de comunicação entra definitivamente para as bandeiras do MST

O **Jornal Sem Terra** não passa por grandes modificações editoriais, pois, desse estágio em diante, o MST já está muito bem consolidado e organizado nacionalmente, tanto que, no IV Congresso, em agosto de 2000, estão presentes

mais de 11 mil militantes representando os 23 estados em que o MST atua. Há incrementos no aspecto gráfico e a manutenção das editorias Estudos, Estados, Cartas, Direitos Humanos, Internacional, Balaio, Movimentos, Especial (para a matéria de capa) e Lutadores, que passa a se chamar Lutadores do povo.

Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, liderança do Partido dos Trabalhadores, novamente o movimento nutriu esperança de mudança, mas, rapidamente, percebeu que era necessário ainda desenvolver, de fato, um projeto de governo popular.

3.5 A comunicação do MST no contexto da nova política agrícola brasileira

A eleição de Lula, em 2002, trouxe novos desafios para a esquerda. Pela primeira vez na história brasileira, um partido de esquerda, nascido da união do movimento sindical com outros setores dos movimentos populares e da intelectualidade, chegava ao poder pela via eleitoral. A história de Lula, que saíra ainda menino do Nordeste para trabalhar nas indústrias metalúrgicas de São Paulo, tornara-se dirigente sindical, liderara as greves do final dos anos 70 e fundara o PT, gerava muita identificação com a base dos movimentos sociais, inclusive com a do MST.

Porém, pelas características do sistema eleitoral e de funcionamento do Congresso, a chegada do PT ao poder foi feita por meio de uma ampla coalizão de partidos e da adequação do programa do partido a alguns princípios do capitalismo financeiro. Entre essas adequações, está o fortalecimento da agricultura brasileira no sistema do mercado internacional de produtos primários.

Como mostra Carlos Nelson Coutinho (2011), ao citar Caio Prado Junior, essa foi uma característica do desenvolvimento capitalista brasileiro: “uma exploração rural de tipo colonial (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações escravistas de trabalho” (COUTINHO, 2011, p.206).

Nos anos 2000, essa produção para o mercado externo tornou-se peça ainda mais importante na engrenagem do sistema capitalista brasileiro baseado, entre outros processos, no aumento do superávit da balança comercial e entrada de dólares pela venda de *commodities* (etanol, soja, suco de laranja concentrado, celulose) no mercado internacional. Houve, portanto um incentivo do governo para o

desenvolvimento do agronegócio, um novo processo de “modernização” da agricultura brasileira para a produção em larga escala desses bens a preços controlados pelo mercado global.

Como a produção é voltada para o mercado externo, o agronegócio adota os processos produtivos que proporcionem a maior lucratividade com o menor custo possível, pressionando o governo por flexibilizações trabalhistas no campo, ampla utilização da mecanização ─ o que diminui ainda mais o uso da mão-de-obra ─, emprego de agrotóxicos e outras tecnologias que aumentem a produção com o menor uso de trabalho humano possível, além de empregar sementes geneticamente modificadas, patenteadas pelas empresas transnacionais. Na V Conferência da Via Campesina, realizada em outubro de 2008, o documento final, chamado de Carta de Maputo, fazia um balanço do avanço do agronegócio

> En las últimas décadas hemos visto el avance del capital financiero y de las empresas transnacionales, sobre todos los aspectos de la agricultura y del sistema alimentario de los países y del mundo. Desde la privatización de las semillas y la venta de agrotóxicos, hasta la compra de la cosecha, el procesamiento de los alimentos, y su transporte, distribución y venta al consumidor, todo está ya en manos de un número reducido de empresas. Los alimentos han pasado de ser un derecho de todos y todas, a ser una mercancía más. Se están homogenizando nuestras dietas en todo el mundo, con alimentos que son malos para la salud, tienen precios fuera del alcance de la gente, y estamos perdiendo las tradiciones culinarias de nuestros pueblos.
> A la vez estamos viendo una ofensiva del capital sobre los recursos naturales, como no se había visto desde tiempos coloniales. La crisis de la tasa de ganancia del capital los lanza a una guerra privatizadora de despojo contra nosotros y nosotras, campesinos e indígenas, un robo privatizador de la tierra, el territorio, los bosques, la biodiversidad, al agua y la minería. Los pueblos rurales y el medio ambiente están siendo agredidos. La siembra de agrocombustibles en grandes monocultivos industriales es parte de este despojo, justificado falsamente con argumentos sobre las crisis energéticos y climáticos. La realidad detrás de estas últimas facetas de la crisis tiene mucho mas que ver con la matriz actual de transporte a larga distancia de bienes, e individualizado en automóviles, que con otra cosa. (VIA CAMPESINA. Carta de Maputo, outubro de 2008).

De acordo com o dirigente nacional do MST, Neuri Rosseto, com a política agrícola brasileira voltada para o agronegócio, houve uma mudança no conceito de reforma agrária, pois o antigo latifúndio improdutivo, muitas vezes originado de terras devolutas, também é alvo das empresas transnacionais, como Syngenta e Monsanto.

As transnacionais disputam, portanto, as mesmas terras que os camponeses querem que sejam desapropriadas para reforma agrária, mas com objetivos diferentes. As empresas precisam de propriedades para o cultivo de cana-de-açúcar, soja, eucalipto, laranja, entre outros gêneros agrícolas vendidos no mercado global, empregando maquinário, sementes transgênicas patenteadas, defensivos agrícolas e outras tecnologias para aumentar a produção e diminuir os preços. Nesse processo, aumenta a exclusão dos camponeses, alijados dessa lógica industrial.

Diante da sociedade civil e endossado pelas campanhas governamentais, o discurso do agronegócio é modernizante: o campo é produtor de riquezas que contribuem para o desenvolvimento do Brasil. O antigo latifundiário – violento e atrasado – é estigmatizado também pelo agronegócio. Portanto, ser contra o agronegócio seria ser contra o desenvolvimento do Brasil.

> Com o advento do neoliberalismo, a derrota político-eleitoral de 1989, e a consolidação do modelo de dominação do capital no campo como agronegócio, a reforma agrária clássica foi derrotada. Mas isso não quer dizer que se resolveram os problemas agrários, do ponto de vista da classe trabalhadora. Não quer dizer que não haja mais necessidade de reforma agrária. Precisamos, ao contrário, debater que teipo de reforma agrária a sociedade brasileira demanda, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas. (STEDILE, 2013, p. 11).

É um desafio dos movimentos camponeses mostrar que esse modelo de agricultura não resolve a questão da terra no Brasil. Ao contrário, aumenta o desemprego e não dá conta da produção de gêneros alimentícios para uma população que continua em crescimento. “Dados da Abra apontam que, de 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. Já as de produtos do agronegócio exportador, como cana e soja, aumentaram 122% e 107%.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. “Inflação dos alimentos está ligada à hegemonia do agronegócio, afirmam especialistas”. <www.mst.org.br> Acesso em 26 abr 13). O agronegócio também mantém a dependência do país ao deixar os valores dos produtos do mercado interno atrelados ao mercado global, além de depender do uso de sementes e defensivos agrícolas patenteados.

Porém, a União Democrática Ruralista (UDR) – estigmatizada no passado por defender latifundiários armados – foi “substituída”, nos noticiários, pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que é associada ao

desenvolvimento do país, como comprovam as notícias veiculadas pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), agência oficial do governo brasileiro

> Zonas de exportação precisarão ter projeto industrial. - 03/04/2013 - Brasília - Uma resolução aprovada hoje (3) pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), vai ajudar no desenvolvimento das áreas. Existem 24 zonas distribuídas em 20 estados brasileiros. As áreas oferecem vantagens para empresas exportadoras, mas a maioria tem dificuldade para atrair investimentos. [...] De acordo com Gustavo Fontenele, secretário executivo do CZPE, a nova norma dará fôlego ao regime das zonas de processamento de exportação. [...] Segundo ele, o diferencial foi o interesse político aliado ao do setor privado. Os estados exportam principalmente produtos primários, como madeira, soja e milho.
>
> Presidenta da CNA sugere mudanças em regras do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 - 18/04/2013 - Brasília – O aumento do prazo de vigência, de 12 para 18 meses, do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014, está entre as medidas sugeridas pela presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), para avanços do agronegócio no país. Segundo ela, a mudança vai permitir maior preparação dos produtores, além de permitir que possam programar suas atividades com antecedência. “A agropecuária precisa ter segurança para investir com base em projeções e planejamento, como já acontece nos principais países produtores mundiais”, comentou. Além disso, a presidenta também defendeu a alocação de R$ 850 milhões para o seguro rural na próxima temporada – 2013/2014. Valor significativamente maior que o disponibilizado nas safras anteriores de R$ 400 milhões e de R$ 260 milhões.[..] Segundo a presidenta da CNA, os representantes do governo federal se mostraram receptivos em relação às mudanças apresentadas pela a entidade. “Estamos bastante otimistas. Temos expectativa que as propostas sejam acatadas. São propostas que não criamos ontem, tudo é baseado em experiência. E esse é o momento de fazer grandes mudanças pelo grau que a agropecuária se encontra hoje”, argumentou.. (EBC. <agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em 26 abr 13).

Rosseto conta que as empresas também arrendam as propriedades dos camponeses. Em troca de uma renda mensal fixa – que não está sujeita às imprevisibilidades climáticas típicas da produção agrícola –, os camponeses arrendam até propriedades originadas de projetos de assentamento.

Portanto, o embate com o agronegócio é muito mais complexo de ser explicado, tanto para a sociedade quanto para os camponeses da base.

> Nesses últimos anos (2000 a 2012, **vários autores contribuíram para a configuração de um novo tipo de reducionismo, defendido na academia e nos jornais pelos defensores do agronegócio**. Eles interpretam a desnecessidade da reforma agrária no Brasil com

> argumentos similiares aos utilizados nas décadas de 1970 e 1980 quando a modernização tecnológica garantiu o aumento da produção sem alterar a distribuição da propriedade da terra. [...] Ao final de 50 anos da revolução verde, a fome se ampliou em todo mundo, assim como a pobreza e a migração. Mas, enfim, as empresas estadunidenses passaram a controlar todo o mercado de insumos e mercadorias agrícolas. [...] Nos últimos anos, ganhou força a concepção produtivista de que o moderno agronegócio exportador resolveu, sem mudanças na estrutura fundiária, os problemas que seriam da alçada da reforma agrária. Questionando a aceitação do capitalismo agrário inclusive por setores da esquerda, Plínio [de Arruda Sampaio, um dos autores da obra organizada por Stedile] demonstra a necessidade de uma intervenção do Estado através da alteração da estrutura fundiária para assegurar a soberania alimentar, a criação de empregos produtivos, a geração de renda, o desenvolvimento do mercado interno, a eliminação do êxodo rural e a proteção ambiental [...]. A chegada ao governo federal (2003) de um arco de alianças sociais e partidárias coordenado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não foi suficiente para enfrentar o agronegócio e propor mudanças estruturais no campo. [...] No contexto das lutras contra as novas agroestratégias em curso, **há a necessidade de não restringir a terra somente à sua dimensão econômica e produtiva, mas entendê-la como um território e espaço de produção da existência, identidade, interpelações e pluralidades**. [...] [A avaliação] evidencia de que modo as forças populares e as esquerdas precisam entender **os novos desafios da questão agrária**, que agora **ultrapassam os marcos do meio rural e do campesinato para fazerem parte da luta de classes no Brasil**. (STEDILE, 2013, p. 13-17, grifos do autor desta tese).

Para o dirigente do MST, Neuri Rosseto, os movimentos camponeses precisam trabalhar na conscientização, tanto dos camponeses quanto da sociedade, de que a luta é diferente da dos anos 80, quando o MST originou-se. As bandeiras de luta saltaram da conquista da terra para outras que, na visão do dirigente, são maiores e de um patamar político mais elevado, como soberania alimentar, mudança da política agrícola, transformação das sementes e alimentos em patrimônio da sociedade e não de uma empresa, entre outros, como aponta a Carta de Maputo, da Via Campesina.

Nesse documento, estão definidas as novas bandeiras dos movimentos camponeses:

a) Soberania alimentar:

> La soberanía alimentaria: echando al capital especulativo fuera de los alimentos, y re-nacionalizando la producción y las reservas de alimentos, se ofrecería la única salida de la crisis alimentaria. Solo la agricultura campesina alimenta a los pueblos, mientras que el agronegocio produce productos de exportación y agrocombustibles

> para alimentar a los automóviles en lugar de los seres humanos. La soberanía alimentaria basada en la agricultura campesina ofrece la solución a las crisis. (VIA CAMPESINA. Carta de Maputo, outubro de 2008).

b) Agricultura camponesa sustentável:

> [...] la diseminación de un sistema alimentario local, que no se basa ni en la agricultura industrial ni en el transporte a larga distancia, eliminaría hasta un 40% de las emisiones de gases de efecto invernadero. La agricultura industrial calienta al planeta, y la agricultura campesina enfría al planeta. Un cambio en el patrón de transporte humano hacía el transporte colectivo, y otros en los patrones de consumo, son los pasos adicionales necesarios para hacernos frente a las crisis energéticas y climáticas. La reforma agraria genuina e integral, y la defensa del territorio indígena: son esenciales para revertir el despojo en el campo, y para poner la tierra a producir alimentos en lugar de exportaciones y combustibles. La agricultura campesina sostenible: solo la producción campesina agroecológica puede desvincular el precio de los alimentos del precio de petróleo, recuperar los suelos degradadados por la agricultura industrial, y producir alimentos sanos y cercanos para nuestros pueblos. (VIA CAMPESINA. Carta de Maputo, outubro de 2008).

c) Contra a privatização das sementes e da água: “la semilla y el agua son las fuentes de la vida, y son patrimonios de los pueblos. No podemos permitir su privatización, ni la siembre de semillas transgénicas o de tecnología terminator”. (VIA CAMPESINA. Carta de Maputo, outubro de 2008).

d) Manutenção da juventude no campo: “urge abrir cada vez mas espacios en nuestro movimiento para la incorporación de la fuerza y creatividad de la juventud campesina, con su lucha por construir su futuro en el campo. (VIA CAMPESINA. Carta de Maputo, outubro de 2008).

Essas novas bandeiras, de acordo com Neuri Rosseto, são muito mais complexas para serem comunicadas, pois há um desafio em torná-las visíveis e, também, é mais complexo estimagtizar o agronegócio “modernizador” como conseguiram estigmatizar a figura do latifundiário.

Rosseto admite que o **Jornal Sem Terra** não consegue dar conta de fazer essa comunicação para a sociedade. Por isso, a aposta, a partir de 2003, é no jornal **Brasil de Fato**, como um veículo das esquerdas. Porém, como foi visto no capítulo I, o jornal não conseguiu, também, fortalecer-se como um veículo nacional.

Além disso, as bandeiras de agricultura sustentável podem ser confundidas pela sociedade com as bandeiras de movimentos ecológicos que não são, necessariamente, ligados a setores populares ou operários, nem de tradição marxista.

Do ponto de vista da comunicação com sua base, o **Jornal Sem Terra** teria, então, a tarefa de mostrar essas novas bandeiras. Por isso, nos anos 2000, aos poucos, ele perde as características de um veículo informativo para tornar-se um instrumento de formação, como se verá a seguir.

Desde o final da primeira década dos anos 2000, o MST também percebe que, para "ganhar a sociedade" nesse novo estágio da luta no campo, é preciso apostar em três frentes: a ampliação da aliança com os demais movimentos sociais, o fortalecimento da comunicação alternativa e o incremento da formação dos quadros internos. A formação, como será visto no capítulo III, foi onde o MST mais evoluiu para dar conta dessa nova necessidade de comunicação, em contraponto com as falhas dos meios de comunicação pensados para essa finalidade.

No V Congresso do MST, que aconteceu em junho de 2007, em Brasília, reunindo 18 mil delegados e mil crianças, o documento final assume 18 compromissos e, entre eles, estão essas bandeiras

> CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST. [...] 1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro. [...] 8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. [...] 14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade. [...] 15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora. 16. **Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.** 17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados.
> 18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, [...] Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma

> sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre. REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular! (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Linhas Políticas. <www.mst.org.br> Acesso em 26 abr 13. Grifos do autor desta tese)

Entre os pontos destacados acima, estão a formação, a solidariedade internacional e a luta pela democratização dos meios de comunicação. No editorial da edição 273, de junho de 2007, o **Jornal Sem Terra** afirma algumas tarefas a partir desse congresso:

> [...] 4 – Insistimos na aliança entre trabalhadores rurais e urbanos, para a realização da Reforma Agrária, fundamental para a construção de um Projeto Popular para o Brasil.
> 5 – Investir em educação e em comunicação como **instrumentos da luta contra-hegemônica**. Assumimos o compromisso de erradicar o analfabetismo.
> [...] Vamos continuar a nossa missão histórica, que é **conscientizar e organizar a classe trabalhadora do campo**, para que lutem por seus direitos e por mudanças na sociedade. (JORNAL SEM TERRA, ed. 273, p. 2, julho de 2010, grifos do autor desta tese).

Por esses documentos, é possível comprovar que o MST lança mão da educação e da comunicação como instrumentos da luta contra-hegemônica. Como foi visto no capítulo I, uma classe é dominante e hegemônica quando consegue impedir que exploda o contraste entre as forças heterogêneas que ela mantém articuladas, o que provocaria uma crise na ideologia dominante.

Se Gramsci dizia que era preciso elevar efetivamente a consciência popular a um nível crítico, o **Jornal Sem Terra**, ao ser um considerado pelo MST como um dos instrumentos de contra-hegemonia, tem como tarefa a crítica à concepção de mundo imposta à classe camponesa para que possa superá-la e construir uma concepção nova, que não fique presa ao senso comum imposto pela classe dominante.

Portanto, diante das novas necessidades de comunicação impostas pelas condições da política agrícola brasileira voltada para o agronegócio, o **Jornal Sem Terra** adotou, como pautas para serem comunicadas com sua base, temas como soberarina alimentar e agricultura camponesa sustentável, solidariedade entre operários e camponeses, valorização da cultura popular, solidariedade internacionalista e incentivo à educação no campo. Como se verá, nesse novo

estágio da política de comunicação do Movimento, o tratamento dessas pautas é muito mais formativo do que informativo.

3.5.1 Os temas da soberania alimentar e da agricultura sustentável

Diante do discurso modernizante e voltado para o desenvolvimento econômico do país, empreendido pelo agronegógio, o **Jornal Sem Terra** tentou assumir a tarefa de mostrar, à base, as consequências negativas dessa política agrícola. Uma das estratégias seria materializar a crítica nas indústrias multinacionais como Monsanto, Syngenta e Bayer. Essas multinacionais enxergam a produção agrícola apenas como negócio que precisa ser lucrativo e voltado para o mercado externo, para isso, desenvolvem pesquisas com produtos transgênicos, além de defenderem o uso de agrotóxicos como forma de aumentar a eficiência produtiva. O MST, em contraponto, propõe como oposição a soberania alimentar, baseada na agricultura familiar, voltada para a produção de alimentos para a população brasileira em regiões que sejam próximas às zonas de consumo, o que diminuira a necessidade de transporte terrestre.

Sobre as sementes transgênicas, um quadro, publicado na página 11 da edição 296, de setembro de 2009, mostra a posição do movimento

> As empresas transnacionais como Bayer, Monsanto e Syngenta estão empurrando para o mercado sementes transgênicas de milho, soja e algodão, simplesmente porque cobram royalties e obrigam os fazendeiros a usarem seus venenos combinados com a semente. Assim, ao contrário do que se divulga, o compromisso dessas empresas não é com a produção agrícola brasileira, tampouco com a alimentação da população: a ideia é vender mais e ter o controle das sementes. No Rio Grande do Sul já se pode observar o resultado dessa dinâmica. Antes da liberação da soja transgência, em 2003, mais de 40 variedades do grão eram plantadas no estado. Hoje, a soja transgênica tolerante ao *Roundup* – pesticida que tem como base o glifosato, substância com alta toxicidade – domina os campos. Tanto a semente quanto o pesticida são produzidos pela Monsanto. Logo, o resultado dessa equação é a dependência dos produtores, já que a produção da soja tem de estar combinada com o uso do Roundup, e a imposição do pagamento de royalties para a transnacional (JORNAL SEM TERRA, ed. 296, p.11, setembro de 2009).

Em julho de 2011, na edição 313, o jornal publica, na página 9, um infográfico com as, até aquele momento, últimas alterações aprovadas na Câmara dos Deputados sobre o Código Florestal. Para cada mudança, o infográfico ilustra a

situação atual, o que diz o novo texto e quais as consequências. Sobre a compensação da reserva legal, o novo texto diz que o proprietário pode compensar a reserva legal em qualquer estado do mesmo bioma (antes, era apenas na mesma microbacia). De acordo com o jornal, um latifundiário de São Paulo poderia comprar uma terra na Bahia e apontar que aquela é sua reserva legal. “Dessa forma, áreas improdutivas, que devem ser destinadas à Reforma Agrária, poderão tornar-se reservas em recomposição, colocando mais um obstáculo para a democratização da terra”.

Outra estratégia para tentar estigmatizar negativamente o agronegócio foi a campanha contra o uso dos agrotóxicos e a defesa do emprego de defensivos baseados em uma agricultura familiar. Exemplos:

A edição 304, de junho de 2010, traz na capa, como uma das manchetes, Agronegócio envenena os alimentos. O assunto é desenvolvido na editoria Especial, nas páginas centrais do jornal. Um infográfico relaciona as doenças causadas por agrotóxicos e outro, que tem como fonte dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mostra a quantidade de agrotóxicos utilizada em alimentos do cotidiano, como a cenoura, com mais de 30% acima do permitido. No box, uma entrevista com o professor da Universidade Federal do Mato Grosso, Wanderlei Pignatti, médico e pesquisador da Fiocruz, sobre os problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos.

O texto principal diz que o “MST pretende fazer uma campanha nacional para denunciar os efeitos nocivos dos agrotóxicos, ao lado de cientistas, pesquisadores, organizações ambientalistas, movimentos populares, centrais sindicais e entidades ligadas à educação” (JORNAL SEM TERRA, ed. 304, p. 8, junho de 2010).

Outro exemplo, na edição 296, na coluna Balaio, é publicada uma receita de calda bordalesa, utilizada para tratar plantas atacadas por fungos. A base da calda é a mistura de água, cal virgem e sulfato de cobre.

3.5.2 A pauta da união entre operários e camponeses

A união entre os trabalhadores do campo e da cidade aparece nos objetivos do MST desde o segundo congresso. Durante a segunda metade da década de 1980, como havia a hegemonia do movimento sindical dentro do PT, eram mais

frequentes as reportagens e artigos sobre as ações da nova central sindical, quando não eram os próprios dirigentes cutistas que assinavam os textos.

No final da primeira década dos anos 2000, com o descenso de organizações da esquerda, havia a necessidade de reforçar os laços com outros movimentos de trabalhadores. Exemplo é o texto publicado na editoria Estudos, na edição 298, de novembro de 2009: O MST e a luta pela redução da jornada, assinado por Vanderlei Martini, da Direção Nacional do MST.

O texto é aberto com um sintético panorama das lutas da classe operária pela redução da jornada, desde o século XVIII, na Inglaterra, passando pelo Brasil do final do século XIX, era Vargas, movimentos do ABC, até os dias atuais. O texto divulga dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que mostram que a redução da carga com manutenção do patamar salarial significaria um crescimento de 1,99% no custo da produção.

Em seguida, faz um pequeno resumo da obra marxista Trabalho Assalariado e Capital para levantar a questão de que há excesso de trabalho para uns e nada para outros, o que, de acordo com o texto, serviria de “amálgama para as lutas da classe trabalhadora”. O texto conclui chamando os trabalhadores e trabalhadoras do campo para se juntarem a essa luta e dizendo que o movimento esteve presente no ato do dia 11, cujo objetivo era a pressão para cumprir essa demanda.

O texto, portanto, poderia ter como abordagem a cobertura do ato pela redução da jornada no dia 11 de novembro. No entanto, a opção de colocá-lo dentro da editoria Estudos justifica-se pela necessidade do movimento de participar da mobilização e apresentar a conjuntura para sua base.

A edição 314, de agosto de 2011, traz, na editoria Especial, a reportagem As bandeiras unitárias das organizações da classe trabalhadora. O abre do texto faz um contexto sobre a unidade

> O processo de fragmentação das organizações da classe trabalhadora, que marcou a última década, ainda não foi superado. No entanto, as bandeiras de lutas desses diversos campos políticos apresentam bastante convergência. Os principais pontos dessa plataforma política são a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para educação e a mudança do modelo agrícola. O Jornal Sem Terra apresenta uma síntese dos principais pontos da plataforma política unitária da classe trabalhadora (JORNAL SEM TERRA, ed. 313, p. 8, agosto de 2011).

Além dessa pauta que incentiva a união entre operários e camponeses, o **Jornal Sem Terra** dedica uma coluna fixa para biografias de personagens da história das lutas das classes trabalhadoras, que serão uma categoria importante nos processos de formação.

3.5.3 A coluna Lutadores do povo

Dentro do processo de formação, o MST adota o recurso dos estudos das biografias. Nesse estágio do **Jornal Sem Terra**, a coluna Lutadores torna-se fixa e é batizada de Lutadores do povo. Não raro, os lutadores retratados nessa seção do **JST** batizam as brigadas, os grupos de estudo, os espaços nas escolas, os acampamentos, assentamentos e são lembrados nas místicas.

Entre os lutadores retratados nessas edições do jornal, há Friedrich Engels, chamado de educador do proletariado, e Tupac Amaru. O texto sobre Tupac Amaru faz um levantamento da situação indígena na América Latina, cita Darcy Ribeiro, mostra como a organização da economia mineira de extração de ouro e prata massacrava os indígenas e explica a origem do nome Tupac Amaru.

Na edição de novembro de 2009, a biografia escolhida é a de Santo Dias da Silva, militante operário assassinado pela ditadura militar durante uma greve, em 30 de outubro de 1979. A biografia traz um Saiba mais com a indicação do documentário Braços cruzados, Máquinas paradas, de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo. No canto inferior esquerdo, uma nota faz referência à homenagem a Santo Dias que acontecera em outubro, com a participação do MST, na Assembleia Legislativa. Mais uma vez, o jornal opta por deixar o factual em segundo plano e dá preferência para um texto reflexivo sobre o personagem.

Em setembro de 2010, na edição 306, o personagem escolhido foi o cantor chileno Victor Jara, assassinado no dia seguinte ao golpe militar de Augusto Pinochet, no Chile, em setembro de 1973. Na linha fina do texto, lê-se: “Victor Jara defendeu a revolução com seu violão e suas músicas”.

Uma das referências da luta pela terra aparece como personagem dessa editoria, na edição 313, de julho de 2011: Francisco Julião, líder das ligas camponesas, que morreu em julho de 1999, e é considerado um dos primeiros líderes dos movimentos de luta pela terra no Brasil.

A edição 315, de setembro/outubro de 2011, retrata Carlos Lamarca, um dos líderes da guerrilha urbana brasileira durante a ditadura militar, assassinado em uma emboscada na Bahia, em setembro de 1971.

Esses exemplos mostram que, apesar de não serem textos factuais, o critério de escolha dos personagens tem relação com uma efeméride, geralmente a data da morte que coincide com o mês de circulação da edição.

Além dessa editoria, o **Jornal** publica, mensalmente, a coluna Pra não esquecer, que traz efemérides das lutas e dos personagens da classe trabalhadora.

3.5.4 A solidariedade internacional como critério de seleção e construção das notícias no Jornal Sem Terra

Outra importante tarefa exercida pelo **Jornal Sem Terra** é ser uma das poucas vozes no jornalismo brasileiro a adotar a América Latina como categoria de seleção e construção de notícias, o que não é prática comum nos veículos da indústria jornalística.

No percurso acadêmico que levou à redação da dissertação de mestrado **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira** (BARBOSA, 2005) [6] pôde-se concluir que a indústria jornalística seleciona e exclui fatos no processo de transformação de acontecimentos em notícia. Esse processo exclui a América Latina, como constataram diversos trabalhos sobre a comunicação na região, entre eles o do ex-correspondente internacional e representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Brasil, Guillermo Piernes.

> [...] chegaram os jornais, os rádios, os televisores, os satélites, os computadores. As cataratas de notícias, de imagens, tornando o mundo mais próximo. Mas na Pátria Grande com que sonhou Bolívar sabe-se muito pouco das outras nações vizinhas e irmãs. Quase cinco séculos depois da chegada dos europeus ao continente, os povos dos países latino-americanos pouco intercambiam em matéria de informação, de cultura [...]. A integração latino-americana, sonhada, desejada, clamada, só será consolidada quando os povos latino-americanos se conhecerem melhor. E isso só será possível

[6] A dissertação de mestrado A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira traz exemplos de como a indústria jornalística criminaliza ou menospreza os países da América Latina em seu noticiário. BARBOSA, ALEXANDRE. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

> com uma comunicação de massas que sustente esse ideal. Os latino-americanos, por interesses mesquinhos, incompetência, falta de recursos ou de imaginação, cumprimos com muito pouco de nosso papel na melhoria da comunicação social da região. (PIERNES, 1990, p. 9-10)

De acordo com Piernes, depois de refletir sobre a prática do jornalismo internacional no continente, a "América Latina está enxertada num sistema internacional que opera de maneira inevitável a favor dos países de mais alto desenvolvimento" (1990, p.13).

Para Barbosa (2005), as propostas de alteração desse cenário de solidão passariam pelo desenvolvimento dos meios de comunicação dos movimentos sociais latino-americanos que teriam, como diferencial ideológico, a inclusão da América Latina Popular como categoria de seleção e construção das notícias, como faz o **Jornal Sem Terra**.

O **Jornal Sem Terra**, desde as primeiras edições, publicava artigos e reportagens sobre as diferentes lutas na América Latina e divulgava campanhas de solidariedade a outros países. Quando a editoria de Internacional fixa-se como um elemento da publicação, é possível compreender que, dentro do trabalho de elevação da consciência crítica dos trabalhadores rurais, a luta pela terra desprende-se do seu caráter economicista e passa a compreender o valor da união das classes operárias e o valor da unidade latino-americana, como forma de criar outra sociedade.

Assim, a América Latina foi se tornando uma categoria de seleção e construção de notícias para o **Jornal Sem Terra**. O que é um continente esquecido pela indústria jornalística brasileira passou a ser uma importante categoria de fortalecimento da consciência crítica e da unidade entre os trabalhadores.

Na página 14 da edição 39, de outubro de 1984, o ano que marca a fundação da organização nacional do movimento, três edições apenas após o início oficial do **Jornal Sem Terra**, aparece, pela primeira vez, uma reportagem de solidariedade internacional à América Latina, o que será uma prática constante do movimento. Antes, nas edições 37 e 38, havia apenas uma referência para exibição de *slides* sobre o aniversário da chegada dos sandinistas ao poder na Nicarágua. Ou seja, o MST já nasceu compreendendo o caráter internacionalista da luta dos trabalhadores.

ENTREVISTA

Ofilio Reyes Hernandez, 34 anos, é o responsável pelo setor de cooperativismo da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (UNAG), da Nicarágua, entidade que reúne os pequenos e médios produtores. Filho de lavradores, ele esteve recentemente no Brasil participando de encontros sobre agricultura. Nesta entrevista ao SEM TERRA, Ofilio fala da exploração dos lavradores e da grilagem de terras em seu país, durante a ditadura somozista, situação bem parecida com o que acontece hoje no Brasil. E conta como o Governo Revolucionário que conquistou o poder está realizando a Reforma Agrária:

Governo distribuiu mais de um milhão de hectares aos camponeses

OFILIO REYES HERNANDEZ

"A luta pela terra na Nicarágua foi intensa. Como é hoje no Brasil"

ST — Como era o movimento camponês antes da Revolução?

OFILIO — A concentração de terras começou há 30 ou 40 anos, quando foram introduzidas as três culturas de exportação: café, algodão e cana-de-açúcar. Foi uma imposição do imperialismo norte-americano que praticamente terminou com a produção para o mercado interno. Em 1950, começou a expansão das grandes fazendas. Os financiamentos dados aos pequenos produtores não eram suficientes para pagar o custo do plantio. Assim, eles começaram a se endividar com os bancos, que tomavam as suas terras e repassavam aos latifundiários. Além disso, os lavradores não tinham estrutura de comercialização para competir com os grandes proprietários, e tinham que vender seus produtos por preços mais baixos. Nesta época, começa a luta pela terra.

ST — Até quando durou esta situação?

OFILIO — Logo depois do triunfo da Revolução cubana, em janeiro de 1959, os governantes dos países latino-americanos, junto com o governo dos Estados Unidos, fizeram uma reunião em Punta Del Este, no Uruguai, para impedir que o exemplo cubano se espalhasse por outros países. Então, a ditadura de Anastasio Somoza fez uma Reforma Agrária na Nicarágua, que também tinha o objetivo de manter a mão-de-obra para as grandes fazendas. O governo pegou algumas das melhores terras e distribuiu aos camponeses lotes de um, dois ou três hectares no máximo para cada família. Mas a terra era pouca e não dava condições para os lavradores saírem da miséria. Então eles trabalhavam meio ano na sua terrinha e meio ano para os latifundiários. Ou então, eram obrigados a procurar terras nas montanhas.

ST — Como era a situação fundiária, antes da Revolução?

OFILIO — A metade das terras estava nas mãos de 1.200 famílias de latifundiários. Somente a família de Somoza controlava 20 por cento das terras cultiváveis, além de indústrias, engenhos, etc. Enquanto isso, 50 por cento dos lavradores tinham apenas dois por cento das terras. Quer dizer: metade dos lavradores era praticamente sem terra. Aí, começaram as lutas dos camponeses de ocupação de terras, mais ou menos como acontece aqui no Brasil.

ST — Como o governo agia?

OFILIO — Geralmente vinha o exército de Somoza, cercava a área e expulsava os lavradores. Muitas vezes, reprimia diretamente, massacrando os ocupantes. Ou então, jogavam eles em caminhões e soltavam a centenas de quilômetros do local.

ST — Como era a organização dos trabalhadores rurais sem terra?

OFILIO — Em alguns casos, havia um trabalho semiclandestino. Alguns camponeses tinham contato com a Frente Sandinista de Libertação Nacional, que foi criada em 1960 e praticamente liderava os movimentos de ocupação de terras. Em outros casos, as ocupações foram espontâneas.

ST — Quem apoiava estas lutas, além da Frente?

OFILIO — Quando havia uma ocupação, uma comissão de lavradores ia até as cidades em busca de apoio. Os estudantes geralmente faziam assembléias nas universidades, onde falavam os sem terra, e saíam às ruas, em apoio aos camponeses. Em 1975 foi criada a Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC) que reunia camponeses e trabalhadores rurais assalariados. Era uma organização clandestina, ligada à Frente Sandinista.

ST — Qual foi a participação dos camponeses na Revolução Sandinista?

OFILIO — Em muitos lugares, os camponeses participaram ativamente da luta armada, contra a ditadura somozista, principalmente no sul do país.

ST — Um dos objetivos imediatos da Revolução era realizar a Reforma Agrária. Com isso foi feito?

OFILIO — Logo depois da Revolução, os camponeses imediatamente tomaram as terras de Somoza e seus aliados. Depois houve uma redistribuição das propriedades, com reassentamento dos lavradores. Atualmente 20 por cento das terras formam uma área de propriedade do povo (APP), que é administrada pelo governo. Todos os recursos com a venda dos produtos que saem daquela terra são investidos nas áreas da saúde, educação e os demais setores sociais. Nesta terra, trabalham os assalariados agrícolas que

Há 5 anos, o povo tomou o poder

A Nicarágua é o maior país da América Central, mas sua área de 130 mil quilômetros equivale à metade do Rio Grande do Sul. A população de dois milhões e 800 mil habitantes é igual à do estado do Paraíba e a economia do país é basicamente agrícola. Durante 40 anos, a Nicarágua foi governada pela família Somoza, aliada com o governo dos Estados Unidos e as empresas multinacionais que se aproveitavam para explorar suas principais riquezas.

O último ditador, o latifundiário Anastasio Somoza Debayle, acabou com os sindicatos, proibiu os partidos políticos e massacrou os movimentos camponeses. Até que, em julho de 1979, o povo tomou o poder, liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, e expulsou Somoza. Com a Revolução, começou uma nova fase no país, voltada principalmente para os interesses do povo.

Em três anos, o governo sandinista diminuiu o número de analfabetos que representavam 60 por cento da população para apenas 12 por cento. Os bancos passaram ao controle do governo, foram construídos hospitais e centros de saúde, os sindicatos voltaram a existir e iniciou uma ampla Reforma Agrária.

No entanto, a luta do povo nicaraguense não terminou. A todo o momento o país sofre ameaças de invasão por parte dos Estados Unidos, que está com saudades dos tempos de Somoza. Seguidamente aviões norte-americanos bombardeiam cidades nicaraguenses, na fronteira com Honduras, matando adultos e crianças, enquanto grupos contra-revolucionários atacam os camponeses.

O povo latino-americano está solidário com a Nicarágua. Em vários países são formados comitês de apoio, recolhendo remédios, material escolar e agora material de escritório para as eleições que se aproximam. Em novembro, na eleição direta para presidente da Nicarágua, o povo dará o seu apoio à Revolução, contra a agressão norte-americana.

A solidariedade no trabalho

Página 14 SEM TERRA

Fig. 32. Primeira referência à solidariedade latino-americana já na edição 39

Nessa edição, em página inteira, sob o chapéu Entrevista, o **Jornal Sem Terra** traz uma entrevista com o responsável pelo setor de cooperativismo da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas da Nicarágua, Ofilio Reyes Hernandez. A abordagem da entrevista mostra um paralelo entre o movimento camponês no Brasil e na Nicarágua. Entre as perguntas do jornal para o dirigente nicaraguense, estavam: "qual foi a participação dos camponeses na revolução sandinista" e "como era a organização dos trabalhadores sem terra". Abaixo da entrevista, uma retranca explica os cinco anos da vitória sandinista: "Há 5 anos, o povo tomou o poder".

Depois dessa primeira matéria, as próximas edições, frequentemente, apresentam textos sobre a América Latina, até a coluna Internacional ser fixa no jornal.

Os motivos que levaram a Nicarágua a ser o primeiro país a receber atenção do MST e ser pauta para uma reportagem extensa são ideológicos e contextuais.

A revolução sandinista, originalmente, era muito próxima ideologicamente ao que a esquerda latino-americana idealizava: a derrubada de uma ditadura por meio de um exército nacional formado por camponeses e operários. Também, na Nicarágua, houve importante atuação de missionários e religiosos ligados à Teologia da Libertação, que, como foi visto, está na base da formação do MST.

Em 1984, a Nicarágua sofria com as tentativas de desestabilização do seu governo por meio de milícias mercenárias ligadas aos EUA e apoiadas por Ronald Reagan. Por isso, apoiar a Nicarágua simbolizava a luta contra o imperialismo.

A Nicarágua deve sobreviver

Estermila é o nome de uma mulher camponesa da Nicarágua que lutou em seu país para derrubar a ditadura de Anastásio Somoza e colocar os trabalhadores no poder. Recentemente, esteve visitando o Brasil. Ela veio buscar a solidariedade do povo brasileiro para a Nicarágua, ameaçada de invasão pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. O seu apelo foi bem recebido. Os trabalhadores rurais brasileiros estão coletando medicamentos e material agrícola para o povo nicaragüense. Um povo que deve sobreviver.

Apelo à solidariedade

Em julho de 1979, o povo da Nicarágua derrubou a ditadura de Anastásio Somoza, último dos ditadores de uma família que governava o país há 40 anos. Trocou um governo que entregou o país ao imperialismo norte-americano por um governo que recebe o apoio e conta com a participação popular. A Nicarágua iniciou uma vida nova. Em menos de seis anos, o analfabetismo foi reduzido, o governo garantiu educação para todos, fez uma Reforma Agrária e colocou os operários no controle da maioria das fábricas. As condições de vida e saúde da população melhoraram. O povo nicaragüense começou a construir na prática, como se diz, uma nova sociedade.

Acostumados a explorar os países da América Latina, os Estados Unidos não gostaram do rumo que tomou a Nicarágua. Por quê? Porque acabaram a dominação e a exploração imperialista, os fantásticos lucros das multinacionais e a dívida externa. Porque para os Estados Unidos não interessa que o povo viva melhor. Por isso, eles passaram a financiar grupos contra-revolucionários — ex-guardas somozistas e mercenários — que estão invadindo a Nicarágua e matando milhares de pessoas (nos últimos quatro anos já morreram 12 mil nicaragüenses), principalmente camponeses que vivem nas regiões de fronteira do país.

Estermila

"Sobre os nicaragüenses que caem na luta, dizemos que são os mortos que não morrem", afirma a agricultora Estermila Prudente Lários, integrante das Comunidades Eclesiais de Base e da **Associação de Mulheres Nicaragüenses Luisa Amanda Spinoza**, nome dado em homenagem a uma combatente que morreu na luta antes da vitória popular de julho de 79.

Estermila veio ao Brasil participar da Assembléia da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no começo de agosto, em Goiânia, e posteriormente visitou o sul do Brasil. Esteve no sudoeste do Paraná visitando os acampamentos de sem terra e em Ronda Alta e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Nos encontros que realizou com os agricultores sem terra, Estermila falou sobre a importante participação dos trabalhadores rurais da Nicarágua na realização e no fortalecimento do processo revolucionário. Falou também da organização das mulheres camponesas e pediu apoio e solidariedade dos sem terra para que a Nicarágua possa continuar resistindo.

Ronda Alta

Em Ronda Alta Estermila reuniu-se com mais de 1200 pessoas. Durante dois dias ela falou com agricultores, líderes comunitários e sindicais, professores, estudantes e trabalhadores rurais. Participou de uma celebração de apoio ao povo nicaragüense, realizada na Igreja Matriz da cidade, onde fez um apelo à solidariedade dos brasileiros para com o povo nicaragüense, que está pagando com muitas vidas o desejo de viver sem miséria e exploração.

Semana pela Paz

O Brasil que Estermila via "vive uma situação muito parecida com a Nicarágua de antes de 1979". Ela elogiou a atuação da Igreja brasileira em seu apoio à luta dos oprimidos e a solidariedade dos bispos, especialmente Dom Pedro Casaldáliga, ao povo nicaragüense. Estermila não saiu do Brasil sem esperança. Em Ronda Alta e Passo Fundo, foram criados comitês de solidariedade, que estão coletando alimentos, medicamentos e máquinas agrícolas a serem enviados ao povo nicaragüense.

Durante a Semana Internacional pela Paz, de 15 a 30 de setembro, várias entidades realizaram vigílias de protesto contra a política do presidente norte-americano, Ronald Reagan, para a América Central. O Movimento dos Sem Terra também está realizando a **Campanha de Solidariedade** ao povo camponês da Nicarágua. Mas, tudo isso ainda é pouco. É preciso que cada sem terra, cada lavrador, participe de alguma maneira na solidariedade a um povo que deve sobreviver.

A Nicarágua é o maior país da América Central, com 130 mil quilômetros quadrados e uma população de 2 milhões 820 mil habitantes. No campo moram 47 por cento dos nicaragüenses. A produção agrícola - cana de açúcar, café, algodão e banana - é a principal fonte de renda. A religião católica é a que tem mais adeptos.

Em 1926, os *marines* (marinheiros americanos) invadem a Nicarágua. Surge então a figura do general Augusto César Sandino. Comandando um exército de três mil camponeses, Sandino enfrenta, durante seis anos, 12 mil soldados da marinha americana. Sandino compra sua promessa: só abandona as armas quando os americanos deixam o país.

Augusto Cesar Sandino é assassinado em 1933, por Anastásio Somoza Garcia, que tomou o poder. De lá até 1979, os Somoza controlaram totalmente o país. Eram donos de 40 por cento da economia. Acabaram com os sindicatos e partidos políticos; massacraram o movimento camponês.

Apesar da repressão, a resistência popular nunca foi abafada. Em 1960, é criada a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Em 79, a FSLN inicia a *Ofensiva Final*, uma insurreição popular armada. No dia 19 de julho daquele ano, triunfava a Revolução Sandinista.

Veja na página 2 como apoiar a Nicarágua

Fig. 33. Reportagem chama trabalhadores para se solidarizarem com a Nicarágua

Em setembro de 1985, na edição número 47, o **Jornal Sem Terra** dedica outra grande reportagem com o título Apelo à Solidariedade. Não era apenas um texto contando sobre a revolução sandinista. Era uma chamada para as bases e apoios do movimento para se solidarizarem com a luta nicaraguense.

No olho da reportagem, a informação de que os trabalhadores sem terra estão arrecadando medicamentos e material agrícola para o povo nicaraguense. O

“abre” do texto é uma contextualização da revolução Sandinista, que derrubou a ditadura de Somoza e, de acordo com o jornal, em menos de seis anos, diminuiu o analfabetismo, garantiu educação para todos, fez a Reforma Agrária e colocou os operários no controle da maioria das fábricas.

Em seguida, o texto explica como funcionaria o apoio estadunidense às milícias que estão invadindo o país e matando milhares de pessoas. O jornal publica um dado de que, nos últimos quatro anos, 12 mil nicaraguenses foram mortos.

O personagem central da matéria é Estermila Prudente Larios, ligada às Comunidades Eclesiais de Base da Nicarágua, que esteve no Brasil para participar da Assembleia da CPT e, depois, visitou assentamentos, entre eles o de Ronda Alta, onde nasceu o MST.

O texto procura aproximar o contexto da Nicarágua ao do Brasil quando afirma que a situação do país centro-americana, antes da revolução sandinista de 1979, era muito “parecido ao Brasil que Esternila viu” em suas viagens pelos estados.

Ao final, a chamada para a solidariedade: “O MST está realizando a Campanha da Solidariedade, tudo isso ainda é pouco. É preciso que cada sem terra, cada lavrador, participe de alguma maneira na solidariedade a um povo que deve sobreviver”. Um box, no canto da página, contextualiza com informações importantes, como dados geográficos e históricos do país, com destaque para a figura de Sandino.

Essas contextualizações e chamadas para a participação na campanha mostram a importância que a luta dos sandinistas representava para o projeto político do movimento, por meio do jornal.

Dessa edição em diante, a América Latina passa a ser referência constante e acompanha a geopolítica do continente. Durante a década de 80, as intervenções norte-americanas na América Central, com destaque para os conflitos na Nicarágua e em El Salvador, tornam-se pauta para o **JST.** Na edição 48, de novembro de 1985, a página 14 é dedicada a uma entrevista com o vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramirez Mercado, e tem como foco os conflitos nos países centro-americanos, além de reforçar a campanha de solidariedade ao governo sandinista. Em março de 86, uma nota na página 12 apela para a solidariedade ao povo

salvadorenho por meio da divulgação de materiais disponíveis no Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS).

Na edição 52, de maio de 86, duas pautas dividem as manchetes: a morte do Padre Josimo (já citada anteriormente), que foi a matéria de capa, e os cem anos das comemorações do primeiro de maio, reportagem das páginas centrais. Além da contextualização histórica da efeméride, os textos trazem as opiniões das centrais sindicais sobre reforma agrária e um balanço das ações pelo país. É preciso lembrar que, nessa fase, o MST considerava-se — como está no editorial do jornal — uma articulação dos lavradores dentro do movimento sindical. Na contracapa, ainda sob a retranca dos cem anos do primeiro de maio, uma reportagem de página inteira sobre o primeiro de maio em El Salvador. A reportagem, com fotos, explica como funcionam as organizações de trabalhadores e dá destaque para a leitura, durante a manifestação, da carta de solidariedade enviada pelo MST.

Pág. 18 SEM TERRA

Chile

A TRISTE HERANÇA

Quatorze anos depois da derrubada do governo de Salvador Allende, a ditadura chilena luta desesperadamente para se manter no poder. Até se aproveitou da visita do papa João Paulo II para falar em reconciliação nacional, enquanto a repressão corria e corre solta. Desde o golpe militar, em 1973, tudo foi feito para desmobilizar os trabalhadores do campo. A ditadura destruiu tudo o que o campesinato conquistou desde o governo do presidente Eduardo Frei até, e principalmente, o governo de Salvador Allende. Isto é, a reforma agrária e a Lei de Sindicalização Camponesa. O governo de Allende desapropriou 10 milhões de hectares e os entregou aos camponeses. A maior parte dessas terras foi devolvida aos antigos donos ou vendidas. De 1963 a 1973, o número de filiados a sindicatos legais passou de 1.500 a 225.507 trabalhadores rurais. Foi um aumento espetacular. Hoje, é difícil saber exatamente quantos são sindicalizados, mas segundo alguns levantamentos, não passariam de 30 mil.

É cada vez maior o número de trabalhadores rurais assalariados — atualmente, mais de 550 mil. Os patrões aproveitam ao máximo as leis vigentes, que lhes permitem cometer todo tipo de abuso. Além de salários baixos, não pagam horas extras e transporte e despedem em massa trabalhadores, com o fim de amedrontá-los.

Apesar de tudo, os trabalhadores rurais do Chile se deram conta da opressão e pouco a pouco vão se reorganizando. A Comissão Nacional Camponesa (CNC) reúne várias confederações e estas, por sua vez, congregam federações de sindicatos de várias regiões, abrangendo desde trabalhadores de plantações de frutas, da pecuária, da agroindústria e outros, até sindicatos de trabalhadores independentes, como pequenos proprietários, meeiros, arrendatários.

A CNC não tem dúvidas de que se enfrentarão muitas dificuldades na caminhada da reorganização do movimento sindical camponês, justamente por causa da crescente proletarização camponesa e da contra-reforma agrária, que retirou a terra de quase 50 mil trabalhadores rurais que a tinham conquistado até o governo de Salvador Allende. Mas a CNC conclama os camponeses a não cruzarem os braços: "Devemos nos unir mais e assumir uma maior decisão de luta, para vencermos definitivamente a repressão, os atropelos, as injustiças e a falta de liberdades políticas e sindicais para os trabalhadores e o povo chileno".

Manifestações de mulheres de presos políticos em frente ao Ministério da Justiça no Chile.

Che Guevara

A Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) promoveu no dia 8 de outubro um ato em homenagem ao dirigente revolucionário, Ernesto Che Guevara, assassinado por órgãos de repressão na selva da Bolívia em 1967. Estavam presentes cerca de 500 pessoas. O ato foi aberto pelo advogado Luis Eduardo Greenhalg, secretário de Relações Internacionais do PT e constou da leitura de textos escritos pelo próprio Che: a carta a Fidel ao deixar Cuba e partir para a luta na Bolívia, concretizando o princípio revolucionário do internacionalismo proletário, escritos contra o imperialismo e a necessidade de solidariedade entre os países da América Latina para o avanço da revolução continental, além de um vídeo sobre sua participação nos trabalhos voluntários em Cuba e na luta na Bolívia.

Colômbia

FOCO DE PERSEGUIÇÃO

Mais de 40 pessoas, principalmente líderes sindicais dos plantadores de banana, foram mortos nos 6 primeiros meses deste ano, na Colômbia. Segundo relatos feitos à Anistia Internacional, o foco de execuções é a região de Urabá. Departamento de Antióquia, onde atuam pistoleiros armados por proprietários de terra que contam com a cumplicidade das forças de segurança. Só em julho, quatro representantes de sindicatos foram mortos e cinco feridos em emboscadas. Os mortos são: Juan Esteban Hernandez, membro do Sindicato dos Trabalhadores da Banana (SINTRABANANO); Narciso Mosquera Sanches, Edilberto Cogollo e Harold Jimenez, todos pertencentes ao Sindicato de Trabalhadores Agrícolas (SINTAGRO). Entre os líderes sindicalistas assassinados este ano, a Anistia Internacional menciona ainda Ovidio Cano, Obdulio Palacios, José Hermán Usuga, Ranulfo Serrano, Alberto Gonzales, Óscar Estrermor, José Francisco, Luiz Emimio Alvarez, Nemesio Cordoba, Pascual Acosta, Gerardo Diaz, Esteban Aguasimpias Perea, Jesus Londoño, Julio Posada e Joaquim Emilio Restrepo. A região de Urabá responde por 13% da produção mundial de banana. Lá existem 260 plantações, sendo 160 filiados ao SINTAGRO e 60 filiados ao SINTRABANANO. Trabalham nessas plantações mais de 20 mil pessoas.

Paraguai

Prisão de camponeses

O estado de sítio acabou no Paraguai, em abril. Nem por isso terminaram as prisões arbitrárias. Enquanto em maio foi libertado Marcelino Corazon Medina, presidente do Comitê de Coordenação de Produtores Agrícolas de Paraguari, que esteve hospitalizado em Assunção, depois de 30 dias de greve de fome, camponeses e líderes sindicais voltaram a ser presos em junho e julho. Os camponeses são José del Pilar Rolón e Toribio Diaz, da União Nacional dos Camponeses, presos em Paraguari. Leocadio Vera e Pedro Ayala, líderes de uma organização de camponeses do Alto Paraná (ASAGRAPA) foram as outras vítimas de prisões.

El Salvador

Reino da impunidade

Não é de hoje que os sindicalistas de El Salvador enfrentam violações dos direitos humanos. Em janeiro de 86, a Anistia Internacional requereu a investigação de 50 casos de prisão, tortura, desaparecimento e execução de sindicalistas. E agora se noticia a morte do secretário geral da Associação Nacional de Trabalhadores Agropecuários (ANTA), do Departamento de San Miguel. Ele foi preso em abril deste ano por soldados da 3ª Brigada de Infantaria, em San Juan de los Velasquez. Seu corpo, com marcas de tortura, foi encontrado no rio Chicuelo. Uma investigação conduzida pelo departamento jurídico da Arquidiocese apontou o exército como responsável pelo assassinato.

Mas os jornais noticiaram que o porta-voz militar Coronel Mauricio Hernandez declarou "nada confirmar ou negar sobre o envolvimento do exército e, além disso, nem estava investigando o caso".

Fig. 34. América Latina como critério de noticiabilidade

A luta dos trabalhadores chilenos para derrubar a ditadura de Pinochet é pauta da edição 55, de agosto de 86, com uma nota sobre o “primeiro encontro nacional da mulher rural”, que aconteceu em julho, no Chile. Novamente, o texto faz

referência à solidariedade das camponesas do MST pelas lutas dos trabalhadores chilenos e também do povo mapuche.

Em 1987, celebraram-se os 20 anos da morte de Che Guevara, na Bolívia, e a edição 67, de outubro, traz notas sobre esse fato e também sobre Chile, Paraguai, Colômbia e El Salvador. Do ponto de vista dos critérios de noticiabilidade, a nota sobre Che Guevara é uma efeméride, mas as notas sobre os demais países procuram fazer uma contextualização das lutas dos trabalhadores nesses países.

Na edição 77, de outubro de 1988, a publicação encontrou uma efeméride – os 8 anos da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador – para incluir uma entrevista com um representante do grupo no Brasil. Na mesma página, para continuar a sequência de denúncias sobre a Colômbia, o gancho foi a realização do “terceiro encontro nacional pela paz”, em Bogotá.

Mesmo quando a manchete principal refere-se ao quinto encontro nacional do movimento, como na edição 81, de março de 1989, o gancho escolhido para falar de América Latina foi a presença de delegados de organizações internacionais camponesas presentes no congresso. Nessa edição, há entrevistas com os delegados de Honduras, Nicarágua e Equador. Os dez anos da revolução sandinista são lembrados na edição 85, que entrevista Lepoldo Tablada, da secretaria de assuntos internacionais da Associação de Trabalhadores do Campo, da Nicarágua.

A América Latina ganha a capa da edição 88, de outubro de 1989, com a reportagem sobre a “campanha de autodescobrimento da América”. O jornal cobriu o Encontro Latino-americano Camponês e Indígena que aconteceu em setembro, em Bogotá, como início da campanha que faria uma série de manifestações referentes aos 500 anos da colonização europeia na América Latina, que ocorreria em 1992. O jornal reproduz os documentos aprovados no encontro e traz também outros textos que discutem a questão da mulher trabalhadora e a repressão na Colômbia, além de duas notas sobre a Guatemala e El Salvador.

América Latina

Lançada a campanha de autodescobrimento da América

Bogotá-Colômbia (ST) Trinta e Nove organizações camponesas e indígenas, realizaram o Encontro latinoamericano que lançou, no dia 12 de outubro a campanha de "autodescobrimento da América, 500 anos de resistência indígena e camponesa". Participaram 72 delegados e mais 250 convidados e organizadores. O Brasil estava representado pelo Movimento Sem Terra; Central Única dos Trabalhadores e União das Nações Indígenas.

Vanderlita Magnabosco, da Coordenação Nacional do MST e delegada ao Encontro destaca: "esta foi a primeira vez que se efetiva uma aliança camponesa e indígena numa grande mobilização na América Latina". Foram discutidos temas como a terra; mulher; educação e cultura e dívida externa. Definiu-se o caráter e o significado da campanha. Vanderlita acrescenta o objetivo de a campanha fazer frente à comemoração dos "500 anos de evangelização" que se fará em 1992 com promoção da burguesia espanhola e o Vaticano com apoio do Mercado Comum Europeu.

500 anos de invasão

Os camponeses e indígenas definiram em documento, o significado da dominação colonial e imperialismo na América Latina:

1-São 500 anos de invasão militar, política, social e cultural. Genocídio e evangelização.
2-Eliminação física de milhões de seres humanos. Massacre contra as nações indígenas, camponesas e populações pobres.
3-A dominação e exploração de nosso continente por parte da Espanha, Inglaterra, Portugal, França e atualmente por Estados Unidos, significa para o povo latinoamericano, colonização e imperialismo.
4- A conjunção destes dois sistemas resultou no saque de nossos recursos naturais; destruição de nosso povo e cultura; desequilíbrio ecológico que atenta contra a vida.
5- Submissão de nossos governos às políticas imperialistas.
6- Intervenção de forma incoberta, através da Lei de Segurança Nacional e formas diretas com forças militares.
7- O endividamento de mais de 400 bilhões de dólares da América Latina que gera miséria, fome, desemprego, entre tantos problemas.

Resoluções

O Encontro deliberou sobre o caráter e objetivos da campanha:

1- Difundir os documentos centrais aprovados sobre os 500 anos.
2- Repudiar a celebração do V Centenário, " o encontro entre os mundos" promovido pela Espanha.
3- Declarar o **12 de outubro** o dia da dignidade continental, soberania e autodeterminação de nossos povos.
4- Que a campanha de autodescobrimento da América signifique a recuperação e desenvolvimento da participação popular. Potencializar e consolidar as organizações e sua unidade. Levar a cabo um projeto de justiça, igualdade e respeito entre as raças e culturas de nossa América. Promover um reencontro com a histórica luta de libertação de nossos antepassados.
5- Criar um comitê de unificação continental para coordenar as tarefas da nossa campanha em cada país e regiões continentais.

foto: arquivo.

Sessão plenária do Encontro latinoamericano campesino - indígena que lançou a campanha de autodescobrimento da América.

Comitês Regionais

A sede da campanha de autodescobrimento da América fica provisoriamente em Bogotá a cargo da ONIC - Organização Nacional Indígena da Colômbia. A coordenação eleita no Encontro fará sua próxima reunião em abril de 1990 no Brasil.

O continente foi dividido em cinco regiões com um país sede do comitê regional e um país coordenador. A região norte terá a coordenação do México. Cuba coordenará a região Caribe. A região centroamericana terá como coordenador a Nicarágua. A região andina tem o Equador como coordenador. O Brasil ficará com a coordenação do Cone Sul que terá como sede a Argentina.

Fig. 35. Reprodução do documento final do encontro latino-americano

Nessa mesma edição, e também na de número 93, de maio de 1990, a seleção dos textos publicados mostra como a América Latina, além de uma categoria de seleção de notícia, também é mostra do posicionamento ideológico do **Jornal Sem Terra**. O período que vai de 1989 a 1991 é recheado de acontecimentos, desde os conflitos na Praça da Paz Celestial, na China, passando pela derrota eleitoral dos sandinistas em 1990, à queda do Muro de Berlim e ao esfacelamento da URSS e dos países do Leste Europeu, que afetam o horizonte histórico da esquerda da época.

Isso também explica, em parte, a preferência do **JST** em mostrar outras experiências da esquerda em outras partes do mundo e de preocupar-se em contextualizar os avanços e retrocessos da esquerda na América Latina, para os camponeses. No continente, o contexto geopolítico ia da derrota armada das últimas organizações guerrilheiras na América Central até a transição para eleições nos países da América do Sul. É interessante notar como o **JST** faz não só o acompanhamento desses processos, como faria um jornal da indústria jornalística, mas também como se preocupa em "posicionar" o camponês diante desses acontecimentos.

Na edição 88, há um artigo do teólogo Frei Betto, intitulado Em defesa do socialismo, que abre com o panorama citado acima, faz considerações sobre as políticas dos países do Leste Europeu e conclui: “na busca de justiça e liberdade, a humanidade não tem outra alternativa fora do socialismo. (...) Só numa sociedade que consiga combinar socialização dos meios de produção, ativa participação política dos cidadãos e diversidade ideológica sem ameaça aos interesses coletivos,dará resposta de um futuro melhor para a humanidade.” (JORNAL SEM TERRA. Ed. 88, p. 22, outubro de 1989). A imagem que ilustra o artigo é de uma estátua de Che Guevara em Cuba, cercada de crianças, com a legenda: “em Cuba, 30 anos de socialismo construíram uma sociedade que valoriza o homem”.

Na mesma linha, a cobertura da campanha de autoconhecimento da América – que se tornou a campanha pelos 500 anos de resistência indígena e popular – seguiu na edição 93, de maio de 1990, acompanhada de duas páginas com textos de análise da conjuntura internacional.

Como retranca da reportagem da reunião que seguia os preparativos da campanha de resistência, há um artigo intitulado Fortalecer a unidade entre os povos latino-americanos.

Na página seguinte, em destaque, a reprodução do discurso do então deputado Luiz Inácio Lula da Silva, proferido durante a plenária do congresso do MST. O texto é ilustrado com uma foto de Fidel Castro e faz diversas referências a um posicionamento ainda revolucionário e internacionalista da esquerda brasileira. Ao lado do texto, três notas: uma, reproduz o comunicado da Frente Farabundo Marti, de El Salvador, sobre a derrota sandinista; a segunda, pede reflexão sobre a ordem econômica internacional; e a terceira, sobre a posição do Partido Comunista Chileno, a partir da primeira eleição no Chile, depois do fim da ditadura de Pinochet.

Por essa análise, mais uma vez, comprova-se a hipótese da professora Maria Nazareth Ferreira que considera a imprensa das classes trabalhadoras uma das principais fontes de documentação histórica para a análise dessas classes

> Tomando como partida uma História que privilegia o homem, nada mais natural que buscar no seu principal instrumento de comunicação a fonte de informação necessária ao entendimento de sua atividade. (...) ‘Ao seguir as pegadas deixadas pelos militantes operários, ao reler seus chamamentos e manifestos, aparecem as razões dos progressos que marcaram as etapas do movimento operário. Existe, com efeito, uma literatura dispersa que é obra dos militantes anônimos. (...) Utilizar o testemunho dos militantes, reavivar seus rostos esfumados, fazer ouvir de novo suas vozes, não será o meio mais seguro para dar

> à história do movimento operário a sua verdadeira significação?' (cf. DOLLEANS, Edouard. Historia del movimento obrero: 1781-1920. Madrid, Zero, 1973, p. 10-11). (FERREIRA, 1978, p.14-15)

A América Latina aparece também como referência de luta, principalmente por meio de seus personagens históricos mais emblemáticos como Che Guevara, além das referências à experiência Cubana.

Em outubro de 1992, a América Latina Oficial comemorava os 500 anos da descoberta e coube à imprensa das classes populares mostrar o outro lado. Foi o auge da campanha de resistência indígena, negra e popular, que se iniciara em 1989. Nas páginas centrais da edição, o **JST** publica declarações de personalidades políticas brasileiras, como a prefeita Luíza Erundina, além de mensagens da CUT e do cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Faz também um breve balanço das manifestações que ocorreram nos diferentes países do continente. Na contracapa, há um artigo assinado pelo coordenador de comunicação da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) sobre o mesmo assunto, com ênfase para o genocídio indígena.

Também sob o chapéu América Latina, é publicada uma reportagem sobre a premiação da guatemalteca Rigoberta Menchú com o prêmio Nobel da Paz. Abaixo, artigo do Frei Sérgio Gorgen, intitulado Ressurreição da utopia, sobre a atualidade do pensamento humanista de Che Guevara. Na outra página, um texto biográfico sobre o revolucionário argentino em razão dos 25 anos de sua morte, também citado no editorial.

Guevara é pauta constante do **Jornal Sem Terra**. Em 1997, os 30 anos da morte do guerrilheiro coincidiram com a transferência para Santa Clara, em Cuba, dos restos mortais de Che e de outros guerrilheiros que foram descobertos numa vala clandestina, em Vallegrande, Bolívia. O texto mais factual descreve essa cerimônia em Cuba e também os eventos que ocorreram em Rosário, cidade natal de Guevara. Abaixo, artigo sobre o seminário promovido pela Revista América Libre, também em Rosário, que debateu – mais uma vez – a contribuição de Guevara para o fortalecimento das ideias marxistas no continente.

Em 2007, no aniversário de 40 anos, novamente Che Guevara é lembrado na edição 277, de outubro. Na página 3, o jornal traduz artigo da secretária de redação da revista América Libre, Cláudia Korol. Como das vezes anteriores, o artigo mostra a atualidade do exemplo e do pensamento de Guevara para as lutas na América

Latina, com ênfase na criação do homem novo, personificado nos próprios exemplos de Che. As homenagens que ocorreram em La Higuera, Bolívia, local em que Guevara foi assassinado, são citadas na editoria Balaio

> Quarenta anos após a morte de Che, seu legado permanece vivo e seus ensinamentos são referência para militantes da América Latina e do mundo. (...) À meia noite começou uma vigília que terminou no dia 9, com uma mística comandada pela Via Campesina Internacional. A resistência dos povos latino-americanos nesses últimos 40 anos deixa claro que a burguesia e o imperialismo conseguiram matar o corpo, mas jamais assassinarão a História. Che, o homem que se transformou num dos maiores símbolos da luta pela liberdade dos povos latino-americanos, caribenhos e africanos permanece VIVO! (JORNAL SEM TERRA. Ed. 277, p. 15, outubro de 2007).

Desde o início dos anos 2000, no quarto estágio da política de comunicação do movimento, quando o **Jornal Sem Terra** consolida-se como um veículo de conscientização política, a figura de Guevara ainda aparece como referência histórica e sua biografia é relembrada, como na reportagem sobre os 80 anos de seu nascimento, na edição 288, de dezembro de 2008

> No dia 14 de junho deste ano, o argentino Ernesto Che Guevara completaria 80 anos. Ele poderia estar entre nós, caso não tivesse sido assassinado em 1967, aos 39 anos. Foi morto nas montanhas da Bolívia, a mando do imperialismo estadunidense. Para manter viva a chama revolucionária de Che, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) realizou entre os dias 20 e 24 de outubro, o seminário "América Latina: os 80 anos do nascimento e legado de Che". (JORNAL SEM TERRA. Ed. 288, p. 7, dezembro de 2008).

ESTADOS Manifestações cobram assentamentos e apoio à agricultura familiar

Jornada cobrou mudanças no modelo econômico

POR MARIA MELLO

Mais de 13 mil Sem Terra se mobilizaram em setembro para denunciar que a Reforma Agrária conti-
nua parada em todo o país e cobrar do governo a adoção de um novo modelo econômico que viabilize a sua realização.

A Jornada Nacional de Lutas do MST aconteceu em 15 estados, onde foram realizados protestos em órgãos ligados ao Ministério da Fazenda - principal responsável pelo incentivo à expansão do agronegócio, baseado na concentração de terras para a produção de monocultura para exportação -, ocupações de superintendências do Incra e de terras.

A jornada exigiu o assentamento das

No Paraná, manifestantes em frente a secretaria do Ministério da Fazenda

Fig. 36. Bandeira com Che Guevara presente em meio às bandeiras do MST

Essas constantes citações nos veículos de comunicação, associadas às místicas e às formações, tornam Che Guevara uma referência dentro do movimento em suas diversas ações, como mostra a foto abaixo, na edição 277, relativa a uma manifestação do MST no Paraná.

As reportagens também procuram demonstrar a aproximação do MST com os demais movimentos camponeses internacionais. Em 1994, o jornal publica o resultado do I Congresso Latino-americano de Organizações do Campo (CLOC) em duas páginas, com direito à reprodução, na íntegra, da Declaração final do Congresso de Lima, que se encerra: “Levante América, mãe de tantas raízes, continente de esperança, terra do futuro, terra de Marti, terra de Zapata, terra de Mariategui, terra de Sandino, terra de Bolívar e de tantos heróis e heroínas a quem rendemos desde aqui nossa homenagem. Lima, 25 de fevereiro de 1994.” (JORNAL SEM TERRA, ed. 134, p. 15, março de 1994).

A CLOC é uma entidade continental que já realizou, até 2012, cinco congressos e que congrega 84 organizações de 18 países. É integrante, também, da Via Campesina, movimento internacional, criado em 1993, que agrupa milhões de camponeses, pequenos produtores, agricultores sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas por todo o mundo. Entre as bandeiras, estão agricultura sustentável de pequena escala e oposição ao agronegócio e às multinacionais. A Via Campesina agrega 150 organizações de 70 países.

No IV Congresso do MST, realizado em agosto de 2000, houve uma noite latina, com a presença da filha de Che Guevara, Aleida. O texto reforça a importância que a América Latina tem para a luta dos trabalhadores rurais

> A Noite Latina (8 de agosto) começou com uma mística sobre a invasão espanhola no continente americano. Os representantes dos 21 países das delegações estrangeiras foram convidados a participar junto com Aleida Guevara, filha de Che, que recebeu várias homenagens. Aleidita, como é carinhosamente chamada, lembrou que neste momento vivido pelo povo da América Latina a solidariedade é muito importante e que somente com o povo unido é possível vencer o capitalismo. Sobre o MST, Aleida disse: “O MST leva vida ao continente. É importante que vocês se mantenham unidos, que vocês possam aumentar o nível de consciência do povo, vocês têm uma grande responsabilidade com o continente. Vocês são um avanço, demonstram que apesar de terem nascido numa sociedade capitalista, são homens de sensibilidade e têm o desejo de criar (...) lhe peço em nome do meu povo que vocês continuem firmes e unidos, vocês são a esperança deste continente, não falhem jamais”. Para o MST é importante uma noite latina para fortalecer a identidade dos povos que tem os mesmos problemas e a mesma realidade. É desta forma que

> se fortalece a solidariedade entre os povos do continente, esquecidos pelas elites mundiais, que sempre olharam para a Europa e Estados Unidos. A valorização da arte latina é uma forma de resistir à imposição da indústria cultural, que não tem nada a ver com nossas raízes. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 203, p. 10, agosto de 2000).

Após 2002, com a chegada ao poder de novos governantes oriundos de movimentos nacionalistas, progressistas ou de esquerda na América Latina, o **Jornal Sem Terra** passa a dar frequente cobertura para esses países. A partir de 2007, com a caracterização do jornal como um instrumento de formação, os textos são explícitos sobre o apoio às iniciativas populares nos demais países da América Latina.

Por exemplo, dentro da editoria Estados, que, geralmente, é dedicada às notícias da organização do movimento em cada um dos estados brasileiros, aparece uma nota, na edição 277, de outubro de 2007, sobre a I Conferência Internacional Vozes de Nuestra América, que aconteceu em Fortaleza e no Rio de Janeiro. De acordo com o **Jornal**, a conferência é uma consequência dos estudos desenvolvidos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) sobre América Latina

> O evento tem como pano de fundo as ideias de latino-americanos como o cubano José Martí, o venezuelano Simón Bolívar, o nicaraguense Augusto Sandino, o peruano Jose Carlos Mariátegui, o argentino Ernesto Che Guevara e os brasileiros Rui Mauro Marini e Florestan Fernandes. [...] “Vamos compartilhar aqui o conhecimento e virar grandes multiplicadores dessa América livre, unida e socialista”, propôs o coordenador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Adelar Pizeta. [...] A conferência nasceu como desdobramento dos programas de estudo da ENFF e dialoga com o atual momento da América Latina, marcado pelos ventos transformadores que sopram no continente. Entre os assuntos debatidos estarão as experiências dos venezuelanos na Revolução Bolivariana, das revoltas populares na Bolívia, dos piqueteiros argentinos e do sandinismo na Nicarágua. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 277, p. 6, outubro de 2007).

O nascimento da primeira universidade latino-americana de agroecologia da Via Campesina é comemorado com uma matéria na edição 291, de abril de 2009. Batizada de Paulo Freire, a universidade está sediada na Venezuela e reúne estudantes de sete países no curso de graduação em Engenharia Agroecológica.

> A diferença desta universidade é que ela tem sua origem no berço das várias lutas, mobilizações e organizações camponesas e indígenas que se organizam em torno da Via Campesina. Resultado de uma soma de esforços com objetivo de qualificarmos e avançarmos na formação/educação política e técnica da juventude que mora nas

> comunidades, a escola contribui para recuperar as sementes crioulas, alterar o modo de produção, concretizando a soberania alimentar e a organização social e econômica local. Investir em educação e formação estão entre as principais linhas dos destes movimentos sociais envolvidos. O Iala Paulo Freire constitui-se como uma ferramenta de formação político-ideológica e técnica dos camponeses e indígenas. Serve como instrumento de luta da classe trabalhadora internacional e de solidariedade entre os povos em luta. Um novo aprendizado para todas as organizações e movimentos do campo, de como unir a ideologia com a técnica a serviço da luta dos trabalhadores. O Iala é uma construção coletiva, um território de integração e solidariedade entre todos os lutadores e lutadoras das organizações de todos os países. [...] As experiências dos Ialas surgem nos marcos da Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), que acontece na prática política com muito espírito de sacrifício de vários militantes que fazem acontecer a experiência no dia-a-dia, muitas vezes privados de acesso aos recursos do Estado e governos, mas que encontram forças para criar alternativas nas lutas, na história de resistências, no modo de vida simples de nossas comunidades campesinas. Encontram a força necessária para edificar a Universidade Campesina feita de pedras, barro, bambu, coleta de sementes nas comunidades campesinas vizinhas, numa relação permanente de campesino a campesino, recuperando a natureza, biodiversidade, produção de alimentos agroecológicos e a convivência baseada nos valores humanistas, socialistas e internacionalistas.. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 291, p. 13, abril de 2009).

A formação da aliança entre os países latino-americanos de governos progressistas ou de esquerda, batizada de Alba (Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América), que nasceu como alternativa à ALCA, rendeu reportagens como a entrevista com Joel Suarez, do Centro Memorial Martin Luther King, de Cuba, em outubro de 2009, intitulada América Latina no olho do furacão; a entrevista pretendia explicar a relação das lutas do MST com os acontecimentos da geopolítica latino-americana.

Ainda sobre as iniciativas de integração dos movimentos sociais latino-americanas, as edições 306, de setembro de 2010, e 308, de novembro/dezembro de 2010, trazem coberturas sobre o 4º Fórum Social das Américas e o 5º Congresso da Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC).

A cobertura do 4º Fórum foi assinada por Cristiane Passos, do setor de comunicação da CPT. Além de resumir os principais pontos do evento, a reportagem traz um panorama sobre a monocultura de soja no Cone Sul, concluindo com o reforço das ideias da Via Campesina sobre soberania alimentar e preservação dos

povos. Nessa edição, há a chamada para o 5º Congresso da CLOC, que será o tema de reportagem na edição 308.

A reportagem sobre o congresso da CLOC, que aconteceu em Quito, traz o contexto de uma tentativa de golpe de Estado contra o presidente Rafael Correa.

> O clima de tensão causado pela tentativa de golpe de Estado contra o governo da Revolução Cidadã dirigida por Rafael Correa ainda pesava nas ruas de Quito, capital do Equador. O estado de exceção tomava conta da vida dos moradores da cidade, que está no meio do mundo e cerca de 2.800 metros acima do nível do mar. A população demonstrou que apoiava seu governo e foi para as ruas impedir que mais uma vez na América Latina a história se repetisse:um governo eleito democraticamente derrubado por golpe militar por enfrentar o império estadunidense. Foi nesse clima que, depois de 518 anos de resistência à invasão, exploração e matança dos povos originários e negros, que chegamos à terra de lutadores e lutadoras como Eloy Alfaro, Tránsito Amaguaña e Manuelita Sáenz. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 308, p. 12, novembro/dezembro de 2010).

O texto conclui com o balanço do congresso

> No dia da abertura– 12 de outubro – comemora-se a resistência dos povos contra a dominação. Para celebrar, foi realizada uma grande marcha pela cidade, em conjunto com as 1.500 pessoas que participavam do Fórum Social Mundial das Migrações. O ato político de abertura do V Congresso contou com a presença dos presidentes Rafael Correa e do presidente da Bolívia, Evo Morales, fundador da CLOC. Os dois ressaltaram a importância de se realizar o congresso na atual conjuntura, em que o enfrentamento ao império estadunidense está cada vez mais forte. Apontaram também a necessidade de construir espaços de articulação conjunta dos movimentos sociais e governos progressistas do continente. Entre os dias 13 e 16, as discussões perpassaram os temas das assembleias prévias, como o desafio da construção da Alternativa Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA). [...]. O Congresso representou e apontou mais uma vez a importância da articulação e da construção de espaços unitários entre os movimentos camponeses, indígenas e afro-descendentes para construir um olhar coletivo do contexto de nossas lutas. O Congresso também nos mostra a necessidade de articulação com os movimentos sociais e populares que lutam na cidade. Reforça ainda a necessidade de fortalecer as organizações internamente nos territórios, onde se dão os enfrentamentos diretos às ações do capital e das empresas transnacionais. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 308, p. 12, novembro/dezembro de 2010).

Nessa mesma página, uma matéria traz o interessante título Amores em Tempos de Cólera, referência à obra de Gabriel García Márquez, Amor nos tempos do cólera. A matéria refere-se à solidariedade com jovens haitianos, que passariam

um ano no Brasil, como uma das marcas do MST, que, segundo o texto, é um movimento que se desenvolveu a partir da solidariedade com outros povos em luta:

> Dentro dos valores fundantes do MST está a solidariedade. O nosso Movimento é fruto de um processo de intercâmbio e solidariedade com os povos em lutas e isso contribuiu para sermos o que somos. É nesse espírito que desde janeiro de 2009 a Via Campesina Brasil iniciou um processo de intercâmbio e solidariedade com o povo e organizações do Haiti, onde se constituiu e está em plena atuação a Brigada Dessalines (em homenagem ao líder Jean-Jacques Dessalines, que ajudou no processo de libertação e fundou a República do Haiti) composta por 32 militantes de vários estados do Brasil. Os objetivos desse intercâmbio são fortalecer a solidariedade de classe entre as organizações camponesas dos países; conhecer e aprender a partir das experiências de lutas, organização, produção agroecológica, formação, alfabetização, educação, políticas de alianças, cultura e mística. Os militantes que estão vivendo em solo haitiano já dominam o idioma local chamado Kreole, o que é fundamental para se comunicar com o povo e desenvolver os projetos. Foi com muita alegria e emoção que recebemos em solo brasileiro 76 jovens militantes das várias organizações do Haiti que irão viver por um ano no Brasil, nos espaços e estruturas das organizações e movimentos da Via Campesina. Após um mês na Escola Nacional Florestan Fernandes, onde tiveram aulas de português,geografia e história do Brasil, eles irão para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A proposta de distribuição e atuação nos estados foi feita de acordo com os critérios e perfis dos jovens e as necessidades de conhecimentos e aprendizados que as organizações do Haiti nos apresentaram. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 308, p. 12, novembro/dezembro de 2010).

Na editoria Lutadores do povo, além de personagens da história do Brasil e do próprio movimento, o **Jornal Sem Terra** traz também referências do restante da América Latina. Como exemplos, as edições 291, de abril de 2009, e 306, setembro de 2010, que trazem, respectivamente, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e Victor Jara.

O texto sobre os zapatistas tem como gancho os 15 anos do levante zapatista em Chiapas e é assinado por uma integrante do setor de formação do MST, Tatiana de Oliveira, que contextualiza o histórico do movimento e aborda a questão social no México e na América Latina, e finaliza com um depoimento pessoal

> Baseados na rebeldia, na origem indígena e na luta armada, milhares de camponeses no sul do México, no estado de Chiapas (um dos mais pobres do país), há pouco mais de 25 anos, organizaram o maior movimento camponês deste país, que recebeu o nome de Exército Zapatista de Libertação Nacional [...].O nome zapatistas homenageia Emiliano Zapata Salazar, um dos líderes da Revolução Mexicana que, entre 1910 e 1917, ajudou a conduzir, juntamente com Francisco

> “Pancho” Villa, um grande movimento político que foi capaz de mobilizar milhares de trabalhadores e trabalhadoras das classes populares na luta pelos direitos fundamentais do povo mexicano e pela implementação da Reforma Agrária. Foi a primeira Reforma Agrária massiva vista na história do México. [...] Trabalho, alimentação, saúde, terra,teto, educação, independência, liberdade,democracia, justiça e paz, formam os justos 11 pontos das reivindicações elementares dos zapatistas, que somente podem ser atingidos mediante uma profunda transformação social no México, que não se restringe ao processo eleitoral. Cansados de tantas promessas e da repressão dos governos, os zapatistas decidiram construir na prática sua concepção de democracia, liberdade e justiça, e decidiram, há alguns anos, pela criação dos territórios autônomos, com a criação das Juntas do Bom Governo e dos Caracóis, através dos assentamentos zapatistas, governados por meio do chamado poder que vem do povo (auto-governo). Foi em um destes territórios, o Caracol de La Garucha, que eu estive representando a Via Campesina Brasil, em dezembro de 2007, no I Encontro das mulheres zapatistas com os povos do mundo, no qual pude presentear o testemunho das mulheres sobre os anos de existência do EZLN. Elas, a todo dia, reafirmaram a importância de terem aderido ao Levante de 1994 e, mais ainda, a importância de continuar lutando, porque preferem morrer lutando a voltar a morrer de enfermidades ou de fome, como antes de 1994. Para tanto, definiam a unidade, a disciplina e o companheirismo como os três elementos necessários para seguir firmes na luta (JORNAL SEM TERRA. Ed. 291, p. 13, abril de 2009).

O compositor, cantor e dramaturgo chileno Victor Jara foi escolhido para ilustrar a editoria em setembro, mês em que se lembra tanto de seu nascimento como de sua morte. O texto, assinado por Felipe Canova, integrante da brigada de audiovisual da Via Campesina e do coletivo de cultura do MST, além da biografia de Jara, resume os fatos em torno do golpe militar que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e também assassinou o cantor chileno, procurando estabelecer semelhanças com a vida e luta dos trabalhadores rurais

> Arte como ferramenta de resistência do povo trabalhador. O cantor chileno Victor Jara, em sua obra, apresenta o sentido e a razão do seu cantar: a luta de seu povo pela libertação. Nascido em 28 de setembro de 1932, no povoado de Lonquen, filho dos camponeses Manuel e Amanda, desde pequeno ajudava o pai nas lidas do campo. [...] Victor vai cantar as lembranças desse tempo em canções como *El Arado*, *Plegaria a un Labrador*, *La Pala*, *El Lazo*, entre outras. Eleacreditava que “a melhor escola para o canto é a vida”. Coerente com essa afirmação, cantou seu tempo e também se envolveu nas lutas de seu povo. [...] Militante comunista, Victor Jara defendeu a Unidade Popular com seu violão e suas músicas que expressavam o ponto de vista da classe trabalhadora do campo e da cidade (JORNAL SEM TERRA. Ed. 306, p. 11, setembro de 2010).

Como último exemplo, a reprodução da coluna Balaio da edição 291, de abril de 2009, mostra como a América Latina pode ser considerada uma pauta para efemérides (início da ditadura militar no Brasil, revolução de 52 na Bolívia e assassinato de Emiliano Zapata), dicas de cultura (filme Che, de Soderbergh) e de leitura (indicação do livro Campesinato e agronegócio na América Latina, de Bernardo Mançano Fernandes).

BALAIO

Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual

Este livro apresenta uma atualização do debate sobre a questão agrária na América Latina. Pesquisadores dos centros de pós-graduação filiados ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) estudaram um dos principais conflitos do campo: a disputa territorial entre campesinato e agronegócio. Estes estudos contemplam as realidades do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Equador, Guatemala e México. A questão agrária atual contém novos temas que incluem o desenvolvimento territorial, água, biocombustíveis entre outros e mantém tema estruturais como a reforma agrária, a monocultura para exportação, economia camponesa e economia capitalista etc.

Organizador:
Bernardo Mançano Fernandes

Che, o argentino

Cuba, 1952. O general Batista toma o poder e anula as eleições. Fidel Castro, jovem advogado, decide confrontar o poder e depois de uma tentativa de levantamento popular, em 53, que o leva dois anos à prisão, exila-se no México. Durante estes anos, um jovem médico argentino, Ernesto Guevara, luta também pelos seus ideais e acaba tendo que se refugiar no México, onde vai conhecer o grupo revolucionário cubano. De um encontro em 55 entre Fidel e Che, nasce o momento chave na história de Cuba. Em 56, Fidel chega à ilha com 80 homens e o objetivo de derrotar a ditadura de Batista. Apenas 12 guerrilheiros sobrevivem, entre os quais Che, que vai provar ao longo dos anos as suas qualidades de combatente que o levam a tornar-se o rosto mítico da revolução. Direção de Steven Soderbergh.

Para mais informações sobre o filme escreva para a Brigada de Audiovisual da Via Campesina: vídeos@mst.org.br

BRASIL DE FATO
Uma visão popular do Brasil e do Mundo
www.brasildefato.com.br

Radioagência NP
www.radioagencianp.com.br

Dedução

Não acabarão com o amor,
nem as rusgas,
nem a distância.
Está provado,
pensado,
verificado.
Aqui levanto solene
minha estrofe de mil dedos
e faço o juramento:
Amo
firme,
fiel
e verdadeiramente.

Vladimir Maiakovsky

Para não esquecer

Abril

1º Início da ditadura militar no Brasil. No mesmo dia, começa a resistência. 1964

4 Martin Luther King é assassinado nos EUA. Protestos começam nas ruas. Resultado: 21 mil presos e 10 mortos. Washington é ocupada pelo Exército. 1968

9 Começa a Revolução de 52 na Bolívia. Mineiros e camponeses em armas obtêm a Reforma Agrária e estatizam o estanho.

10 Emiliano Zapata é assassinado em emboscada na cidade de Chinameca, México. 1919

Fig. 37. América Latina: presença constante na pauta

Por esses exemplos, a América Latina, portanto, pode ser considerada uma categoria de seleção e construção de notícias para contribuir com a conscientização política e o espírito de luta internacional dos trabalhadores.

3.5.5 O papel da arte na luta de classes dentro da política de comunicação do MST

Além dos debates sobre soberania alimentar, agricultura sustentável e solidariedade internacional entre trabalhadores, outro conteúdo que ultrapassou a categoria de pautas informativas para textos que podem ser usados nas formações foi cultura. Com o objetivo de dar unidade para o conceito de cultura nas manifestações e encontros do MST, o **Jornal Sem Terra,** aos poucos, foi tratando desse tema como um debate interno.

As primeiras menções à cultura, no **Jornal Sem Terra,** foram de caráter informativo, relatando manifestações culturais nos acampamentos ou dando referências sobre o tema.

Na página 13 da edição 39, há um texto intitulado Para entender a luta pela terra hoje, com a indicação de livros e de um filme. As indicações podem servir tanto para a base como para outros movimentos populares, pois, na referência a um dos livros, é utilizada a expressão “pequenos livros, de leitura acessível, que abordam as diversas atividades do nosso dia-a-dia”. Os livros em questão são da coleção Fazer, da editora Vozes, e do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicos). O outro livro destacado na coluna é A militarização da questão agrária no Brasil, de José de Sousa Martins, também da editora Vozes. O professor Sousa Martins, assessor da CPT à época, aborda, nesse livro, como o governo atua com violência para reprimir os movimentos dos trabalhadores rurais.

Essa coluna de indicações passará pelos nomes Cultura, Leia; às vezes, entrará como uma seção na coluna Balaio; em outras, será de página inteira; mas será fixa em, praticamente, todas as edições.

Na edição 47, de setembro de 1985, uma reportagem conta quem são os autores da música Grande esperança, também conhecida como Classe roceira, e que o **Jornal dos Sem Terra** diz que poderia chamar-se Reforma Agrária. A música, de 63, foi gravada pela dupla sertaneja Zilo e Zalo, e, depois do Golpe Militar de 1964, foi proibida de ser tocada nos meios de comunicação. Em julho de 84, o cantor Ivan Prado regravou-a e o jornal noticiou a apresentação dessa versão para o então ministro Nelson Ribeiro.

Em abril de 1986, a coluna Cultura ganha página inteira com a entrevista com o cantor Antônio Gringo, filho de pequeno agricultor, que fazia sucesso no Rio Grande do Sul.

Nas edições 84 e 85, o **Jornal Sem Terra** publica o resultado do trabalho de pós-graduação da professora Roseli Caldart, que recolheu poesias e canções do MST recitadas e cantadas pelos acampamentos e assentamentos. Como se verá no capítulo III, o uso da música e da poesia é essencial no processo de formação das bases.

> O significado simbólico que a poesia tem entre os Sem Terra aparece basicamente na função de animação que cumpre dentro dos vários momentos de sua organização. Esta função é responsável pela mediação emocional entre cada agricultor e a ação política coletiva. A partir dela, podem aflorar, nesta dimensão simbólica do Movimento, funções pedagógicas e políticas importantes: ao representar e construir afetivamente a memória da luta, a poética torna-se instrumento de preparação, força e amadurecimento, tanto das estratégias de luta específica pela conquista da terra, como do próprio projeto social maior que dá sentido histórico a esta luta (CALDART, 1987, p.142).

A música torna-se uma categoria integrante do processo de formação e o movimento realiza oficinas de criação que resultarão em CDs e em outros produtos. Com o crescimento nacional do movimento e a incorporação de trabalhadores desempregados das zonas urbanas, há a preocupação da forma como a música manifesta-se nessas formações.

Dois textos publicados em duas edições mais recentes do **Jornal Sem Terra** mostram como o MST considera a cultura, especificamente as manifestações musicais, na luta contra-hegemônica.

Publicado na editoria Realidade brasileira, da edição 285, de agosto de 2008, o texto A práxis musical do MST revela um debate interno do movimento sobre a função que a música pode ter dentro dele. De autoria de Tiago Sotili, à época militante Sem Terra do Rio Grande do Sul, aluno da primeira turma de formação de jovens em Comunicação e, hoje, coordenador da formação no Instituto Josué de Castro, em Veranópolis, o texto pretende discutir a polêmica sobre a utilização de músicas nas místicas, nas celebrações e nas rádios.

De um lado, estariam as músicas produzidas pelo movimento e as que são adotadas como “condizentes” com a causa, como as de Chico Buarque, de Geraldo

Vandré e até rap, e, de outro, as da indústria cultural. “Uma parte da militância entendeu que tal estilo musical tem esse caráter deformador, um caráter ideológico, que evidentemente diz respeito à ideologia dominante, ou seja, da classe hegemônica”.

Tiago defende a adoção de músicas que possam colaborar na construção do senso crítico e cita, como exemplo, Construção, de Chico Buarque. Na visão do autor, além de a letra conter a questão da luta contra a classe dominante, a própria estética da canção, que mistura ritmos e apresenta-se na não linearidade, quebra a estética imposta pela indústria cultural.

De outro lado, Tiago toca na questão da utilização de músicas da indústria cultural nas místicas. “Não pode! Porque estamos celebrando a nossa luta, a nossa esperança de um futuro melhor”, argumenta o autor, que também critica o senso comum de que as músicas da indústria cultural não podem ser tocadas nas místicas, porque são para refletir, mas podem ser tocadas nas noites culturais, pois são para dançar. Esse pensamento, senso comum, na visão do autor, abre precedente para o lixo cultural.

O autor propõe que, nas místicas, as músicas sejam encenadas, na forma de teatro, para que os participantes possam refletir sobre o seu significado. Isso levaria as pessoas a “se questionarem sobre o que se ouve, sobre o que se dança”. “Penso que para avançarmos em nossa práxis musical é necessário produzir. É produzindo que descobriremos qual é a música que realmente ajudará na construção do novo” (JORNAL SEM TERRA. Ed. 285, p. 11, agosto de 2008).

Como pôde ser percebido, o autor, um integrante do movimento que passou por uma formação interna, utiliza termos como hegemonia, indústria cultural, senso comum e luta de classes, o que mostra que os textos do jornal, nesse estágio, dão menos importância à divulgação dos fatos e intercâmbio dos acontecimentos e mais ênfase a conteúdos que possam ser usados nas reuniões, debates e formações.

Já o texto Desafios da cultura no MST, publicado na edição 304, de junho de 2010, é assinado pelo Coletivo de Cultura do MST, dentro da editoria Estudo. Esse texto propõe-se a debater os desafios para a produção do que eles chamam de uma cultura transformadora.

O artigo é aberto com os conceitos de cultura e alerta que “nem toda cultura está vinculada a um projeto transformador e emancipador”, e segue

> Temos que repensar, reconstruir o conceito de cultura, disse um jovem militante do MST do Ceará. **Esse é o nosso primeiro desafio: construir coletivamente um conceito de cultura que esteja ajustado à nossa posição na luta de classes.**
> Hoje em dia não dominamos mais os meios de produção de nossa existência. De produtores vamos nos tornando consumidores de quase tudo que é necessário para sobreviver (e também do que não é). A maioria da população tem que comprar sua comida, as roupas, seu divertimento, a saúde, a educação. Quando deixamos de produzir, nos tornamos dependentes de quem fabrica o que precisamos e vende pelo preço de mercado. **Isso nos coloca diante de um segundo desafio: temos que lutar pelo domínio dos meios de produção em todas as esferas da vida.**
> Estamos lutando para manter nossa condição de produtos de alimentos, precisamos fazer o mesmo no campo da cultura e não nos conformarmos apenas com a reivindicação do acesso aos bens culturais como consumidores.
> Ao compreender esse problema, o Coletivo de Cultura do MST fortaleceu o trabalho de formação nas diversas linguagens artísticas, para que possamos produzir música, teatro, painéis, poemas, histórias, desenhos, cinema, com o ponto de vista do nosso projeto popular, do mesmo jeito que produzimos alimentos mais saudáveis a partir da matriz agroecológica. Consideramos também que, do mesmo modo como podem cultivar a terra e produzir alimentos, todas as crianças, jovens e adultos podem produzir arte, desde que queiram e se empenhem para isso. A ideia do talento natural ou do dom é uma barreira ideológica criada pela classe dominante para impedir que todos possam produzir as linguagens artísticas. Pois se a população toma consciência de todos os seus direitos e passa a lutar por eles, quebraremos todos os monopólios, da terra, da educação, da comunicação, da cultura, e, ao fazer isso, alteramos as relações de poder no Brasil.
> A classe dominante sabe muito bem desse risco e faz de tudo para impedir, atuando, por exemplo, por meio da indústria cultura em todas as esferas de nossas vidas, em nossas casas com os programas de televisão e rádio, na escola, nos espaços coletivos, manipulando nossos desejos, nossos sonhos, dificultando nossa organização coletiva (JORNAL SEM TERRA. Ed. 304, p. 3, junho de 2010, grifos do autor desta tese).

O terceiro desafio proposto pelo texto é reconhecer como a hegemonia da classe dominante exerce-se nas classes trabalhadoras por meio do consenso e como é possível criar um projeto que o ultrapasse, como propunha Gramsci, por meio da utilização da cultura com um papel de formação e organização. Esse papel, de acordo com o texto, só terá resultado se for quebrada a lógica de que o povo é apenas consumidor de cultura, quando, na verdade, deve ser o protagonista:

> Nesse sentido**, o terceiro desafio é reconhecer em nossa vida, em nosso trabalho, em nossa escola, em nossa casa, as maneiras como as ideias da classe dominante são aceitas por nós como se fossem também as nossas ideias, os nossos desejos, os nossos**

> **valores.** O individualismo, o consumismo, o culto à propriedade privada, são exemplos da maneira como incorporamos a ideologia dominante sem percebermos. Para nós, que discutimos e lutamos por um outro projeto de país, é importante temos em mente que a estratégia de dominação que a classe dominante impõe à classe trabalhadora brasileira tem na dimensão cultural sua força principal. É importante para nós saber como a cultura passou a ser vista apenas como mercadoria e a arte como produto no mercado de trocas. O projeto dominante apagou a memória das relações entre cultura, política e economia. E a escola tradicional cumpre um papel fundamental nesse sistema de dominação.
> **Um quarto desafio é fazer com que, em nossas escolas a cultura e arte cumpram um papel formativo, organizativo.** As linguagens artísticas não devem ter um papel menor e ilustrativo no conjunto de componentes da escola, a dimensão formativa dessas linguagens deve ser potencializada ao máximo. Além disso, apostamos que o trabalho com a cultura e a arte na escola podem ser grandes elos de articulação da escola com a comunidade, pois as brigadas culturais de nossos territórios podem contar com as escolas como sede, e os laboratórios, cursos, oficinas e seminários podem envolver os professores, estudantes e toda a comunidade assentada e ou acampada.
> Por fim, **um quinto desafio é a tarefa de romper com a lógica do espetáculo que separa público e artistas, em nossas produções artísticas e culturais. O povo deve ser o protagonista das expressões culturais e não apenas espectador. Devemos consolidar formas coletivas de produção em que cada um coloque o máximo que possa oferecer.** Não podemos reproduzir em nossos espaços de diversão a mesma lógica do entretenimento do sistema dominante, pois a luta contra a hegemonia da classe burguesa deve ser compreendida em todas as esferas: não adianta lutar contra o latifúndio e o agronegócio se baixarmos a guarda de nossos valores e sentimentos em todo e qualquer espaço livre que tivermos para compartilhar e festejar. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 304, p. 3, junho de 2010, grifos do autor desta tese).

O texto conclui fazendo um balanço das ações organizadas pelo coletivo de cultura

> A Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré, as brigadas estaduais de painelistas, o trabalho coletivo de nossos músicos nos encontros, que tentam aproximar as esferas da animação e da formação política, e a experiência da Brigada de Audiovisual da Via Campesina são feitos importantes de nossa organização, que devem ser compreendidos como avanços orgânicos de nossa capacidade de produção coletiva. Cada vez mais em nossos cursos formais e não formais o processo de trabalho dessas coletividades e os resultados a que chegaram nas produções são exibidos, debatidos, estudados, e assim esperamos compartilhar com toda a nossa organização os avanços que tivemos, e os grande desafios que temos pela frente nessa trincheira de luta tão importante para o avanço de nossas posições na luta de classes. (JORNAL SEM TERRA. Ed. 304, p. 3, junho de 2010).

Novamente, a opção do **Jornal Sem Terra** poderia ser pelo factual. Abrir o texto com as ações das brigadas e colocar, na fala de um entrevistado, as citações sobre a importância da formação. Mas a característica do jornal em ser mais um instrumento para a formação da consciência crítica da classe camponesa levou à opção de um texto reflexivo, fundamentado em conceitos como luta de classes e luta hegemônica.

3.6 Os desafios para a comunicação do MST

Como foi visto na Introdução desta tese, o MST seguiu a filosofia de ocupar todos os campos da comunicação necessários para alcançar seus objetivos políticos. Neste capítulo, procurou-se demonstrar como a política de comunicação foi se adaptando ao contexto político. No terceiro estágio dessa política, com a criminalização imposta pela indústria jornalística, o MST investiu na criação de veículos que pudessem comunicar-se diretamente com a socidade. Já na segunda metade dos anos 90, enquanto o **Jornal Sem Terra** caminhava para ser um instrumento de formação, a primeira busca por um canal com a sociedade civil foi a internet. Na edição 168, de maio de 1997, pela primeira vez, o endereço do *site* do MST na internet é publicado.

Ciente do poder de penetração das rádios comerciais entre os trabalhadores rurais, o MST incentivou a criação, e até hoje apoia a produção, da Radioagência NP. Criada em abril de 2004, a Radioagência NP (Notícias do Planalto) foi formada por um grupo de jornalistas profissionais que adotam como critérios de seleção e construção de notícias os que tenham “compromisso social”, ou seja, notícias das editorias de trabalho, direitos humanos, meio ambiente, educação, reforma agrária, do ponto de vista dos movimentos sociais e trabalhadores.

A agência produz desde boletins e reportagens até pequenos programas que são enviados para diversas rádios, principalmente do interior. De acordo com Igor Felipe, atual editor do **Jornal Sem Terra**, como as pequenas rádios do interior – as que os trabalhadores rurais podem ouvir –, muitas vezes, não têm condições de realizar trabalho jornalístico, o material da agência é muito utilizado.

Além dos jornalistas que ficam na redação em São Paulo, a agência conta com colaboradores, outros veículos da imprensa alternativa e uma equipe de

comentaristas, formada por professores universitários, sociólogos, filósofos e economistas.

Os textos e áudios da Radioagência podem ser reproduzidos gratuitamente por rádios, jornais impressos e pela internet, desde que a fonte seja citada e o conteúdo mantido integralmente. Há também a opção de receber as reportagens por telefone para transmissão ao vivo ou gravação. Em 2013, em mais uma tentativa de fortalecer o jornal **Brasil de Fato**, a agência foi rebatizada como Radioagência NP – Brasil de Fato.

Nos assentamentos e acampamentos, a criação de rádios comunitárias também é incentivada, tanto por meio de pequenas emissoras instaladas no próprio acampamento, quanto por meio de programas inseridos em rádios comerciais das diversas regiões em que há assentamentos do MST. No Capítulo III, será detalhado o que pensam os educandos do curso de formação em ensino médio de jovens e adultos com qualificação em rádios comunitárias.

As rádios nos acampamentos e assentamentos e os programas veiculados conseguem atingir outros públicos, além da base do movimento, porém, não são veículos com o poder de alcance na sociedade civil que o MST precisa para conseguir o apoio necessário para seu projeto de mudança da política de agricultura.

Também na segunda metade dos anos 90, depois de debater sobre a necessidade de separação entre os veículos de comunicação para a base e para o público “externo” ao movimento, houve tentativas de criar um novo veículo para se comunicar com aqueles que não são do quadro do movimento.

A primeira tentativa foi a publicação da **Revista Sem Terra,** em julho de 1997. Inicialmente trimestral e depois bimestral, a revista circulou até outubro de 2010, com 56 números publicados. Por dificuldades financeiras, a revista deixou de circular e, como o jornal, ainda não ocupou o espaço de ser o veículo para se comunicar com a sociedade. Hoje, o Movimento comunica-se com os quadros, com a base e com os apoiadores por meio da internet, com os *sites* Sem Terra e o Sem Terrinha, além das redes sociais (YouTube, Twitter e Facebook).

A outra tentativa de estabelecer uma “ponte” com a sociedade foi o apoio ao projeto do jornal **Brasil de Fato**, já debatido no capítulo I. Também por dificuldades de se viabilizar como o “jornal impresso nacional das esquerdas”, o **Brasil de Fato**

enfrenta constantes dificuldades financeiras e, hoje, não dá conta de levar o debate sobre o novo projeto agrícola brasileiro para a sociedade.

Diante da fraqueza dos atuais canais para se comunicar, seja com apoiadores (estudantes, partidos de esquerda, movimentos populares etc), seja com outros setores da sociedade que possam apoiar os projetos políticos do MST e dar impulso para o ascenso dos movimentos sociais, o Movimento debate outras formas de comunicação.

Uma das saídas pensadas pela direção nacional seria “investir” na formação de quadros e dirigentes que possam multiplicar as informações sobre o novo cenário da reforma agrária na América Latina, que passaria pela discussão de nova política agrícola e da questão da soberania alimentar.

Quadros melhor preparados do ponto de vista político e também com maior domínio de comunicação seriam, na visão da atual direção do MST, multiplicadores desse discurso na sociedade.

Porém, o que esses quadros teriam de conhecer e produzir não são apenas as técnicas de comunicação com ênfase nos conteúdos, mas uma comunicação que se proponha a formar e a transformar, ou seja, uma comunicação educadora.

Alguns passos foram dados nessa linha, como será visto no próximo capítulo, que irá tratar especificamente da formação para comunicação pensada pelo MST e que, por hora, formou apenas duas turmas de nível técnico no curso de formação de jovens e adultos com qualificação em agentes de desenvolvimento cultural e rádio comunitária.

Essa formação teria duas frentes: uma, a compreensão, por parte dos próprios militantes, dos novos desafios que exigem o embate com o agronegócio; outra, o conhecimento do que é comunicação, para que os militantes possam construir seus próprios veículos de comunicação sem mimetizar a produção da indústria jornalística, como ocorre quando comunidades são incentivadas a criar seus próprios canais. Essa formação será detalhada no capítulo III.

Outro passo dado pelo movimento para consolidação da comunicação educadora foi a adaptação do jornal às necessidades de formação com a criação do **Jornal das Crianças Sem Terrinha**.

JORNAL DAS CRIANÇAS

ANO 1 – Nº 3 – JUNHO DE 2008

SEM TERRINHA

VAMOS BRINCAR?

EDITORIAL

Muitas comemorações

Olá, amiguinhos e amiguinhas! Estamos com muitas coisas legais para esta edição do nosso Jornal Sem Terrinha. Tem desenhos e poesias que foram enviadas por vocês num espaço que reservamos especialmente para os materiais feitos por todas as crianças Sem Terrinha. E todos podem continuar enviando!

O MST de Santa Catarina está fazendo aniversário! São 23 anos de lutas e conquistas. Os companheiros da Escola 30 de Outubro, do Assentamento Rio dos Patos de Lebon Régis, fizeram um lindo trabalho para comemorar. Você não acha essa idéia boa??

E que tal comemorar um outro aniversario? Desta vez é de uma pessoa que já não esta entre nós, mas que muitos conhecemos. O nome dele é Che Guevara e se ele estivesse vivo completaria neste mês de junho 80 anos de idade. Então aí vai uma idéia: Que tal saber mais sobre ele? Na escola, no assentamento, no acampamento... Podemos fazer místicas, pinturas, construir poemas, reunir os amiguinhos e fazer uma peça de teatro para toda comunidade ver. E tudo isso pode ser feito com a ajuda de alguém que tope nos ajudar, inclusive nossa professora ou professor. Que tal??

E o que mais que tem de legal em junho? Se você está fazendo aniversário, feliz aniversário! E neste mês temos também as festas juninas!! As festas juninas são uma boa oportunidade, em muitas regiões de nosso país, para festejar as colheitas, as brincadeiras populares, a dança... Vamos reunir a comunidade para festejar! E viva nossa vida na roça! Viva!!

Vamos celebrar as comidas que nós mesmos plantamos. E se ainda estamos no acampamento vamos festejar a nossa luta para um dia termos uma terra que é nossa, para continuar plantando e colhendo muitos frutos!

Então, vamos curtir juntos tudo o que temos em nosso jornal! Boa diversão!

DIREÇÃO NACIONAL DO MST

Fig.38. Jornal dos Sem Terrinha: usado nas cirandas para formação.

O **Jornal das Crianças Sem Terrinha** começou a circular em outubro de 2007 e é uma produção que envolve os setores de comunicação, educação e cultura do MST. Com quatro páginas, é encartado dentro do **Jornal dos Sem Terra**. A cada

edição, traz um assunto para reflexão das crianças que estão nos acampamentos, na Escola Itinerante Paulo Freire (uma escola que acompanha as mobilizações e eventos do MST) ou nas cirandas. As cirandas são espaços de formação para desenvolver habilidades de canto, desenho, escrita ou teatro, de acordo com a faixa etária. Como o MST é um movimento em que as famílias estão em constante deslocamento, ou para as brigadas, ou para as formações, a ciranda foi um espaço idealizado pelo movimento para que as crianças possam acompanhar as famílias nessas atividades.

Na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), por exemplo, há a Ciranda Saci Pererê, que recebe as crianças dos militantes que estão nas formações. Como a Escola promove muitas formações para movimentos sociais latino-americanos, não é raro encontrar crianças de outros países da América Latina, como a pequena equatoriana da foto abaixo (de rosa, ao lado da professora com roupa azul e chapéu de couro), que estava lá durante uma formação em 2007.

Fig.39. Imagens da Ciranda Saci Pererê, na Escola Nacional Florestan Fernandes. Fotos de Alexandre Barbosa

O **Jornal das Crianças Sem Terrinha** traz, também, na página quatro, algumas atividades que podem ser desenvolvidas pelo educador nas cirandas ou escolas e atividades lúdicas para as crianças (liga pontos, desenhos para colorir etc). A edição 24, de junho de 2010, tem como tema a solidariedade. No texto de abertura, o termo é explicado e, ao final, há a chamada

> É por tudo isso que estamos desenvolvendo uma campanha permanente de solidariedade no nosso Movimento. Porque acreditamos que a nossa luta é internacional e como Sem Terra somos solidários com o povo de Honduras, da Venezuela, da

> Palestina, enfim com as lutas dos povos do mundo. Quantos países, né? Sabe onde eles ficam? No nosso jornal tem um texto muito legal sobre o Haiti. Você já ouviu falar nesse país? E se a gente pensasse e discutisse que tipo de atividades fazer com o tema da solidariedade? (JORNAL DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA. Ed. 24, p.1, junho de 2010).

Na página 4, há um desenho para pintar com o título Vamos aprender um pouquinho de Kreyòl?. O texto explica que essa é a língua dos haitianos, surgida durante a luta por libertação, e com influência das línguas espanhola, francesa e inglesa. O desenho mostra uma ilha, uma manga, uma árvore e um “sem terrinha” com as respectivas versões para Kreyòl.

A atividade proposta para o educador é a correspondência internacional. Em um mapa da América Latina e outro da África, alguns países estavam pintados com a bandeira do MST – Cuba, Guatemala, Haiti, Venezuela, Bolívia, Paraguai e Moçambique. São os que receberam as brigadas de solidariedade do MST. A ideia da atividade é que as crianças escrevam ou mandem desenhos para as crianças desses países. O coletivo do **Jornal das Crianças Sem Terrinha** se encarregaria de encaminhá-las para esses países. O **Jornal Sem Terrinha** – que ganhou, em 2012, uma versão para internet – é um dos exemplos de como o setor de Educação é um dos mais importantes, ao lado do setor de Produção, para o MST.

Este capítulo mostrou como, ao longo da trajetória do MST, os meios de comunicação foram representativos dos estágios de organização do movimento até chegar ao momento em que o trabalho de elevação da consciência crítica, tanto dos jornais, quanto das formações por meio das leituras e dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelo próprio movimento, retirou a luta pela terra do seu caráter economicista e atribuiu grande valor para a solidariedade latino-americana.

Desde o final dos anos 90, com as crises dos demais movimentos populares, e, mais tarde, com o duro embate ideológico contra o agronegócio, o MST sentiu a necessidade de preocupar-se, cada vez mais, com a formação dos seus quadros, não só no ensino básico, mas também no ensino técnico e superior.

No próximo capítulo, será detalhado como acontece uma dessas formações, que esta tese entende como possível solução para o desafio do MST de fazer suas novas bandeiras de luta serem melhor compreendidas pelos próprios militantes, o que seria o primeiro passo para fazer essas bandeiras também serem compreendidas pela sociedade civil. De nada adiantaria o fortalecimento de um

veículo de comunicação das esquerdas, se a própria base não compreender o novo patamar de luta que o MST enfrenta nessa primeira década do século XXI. Da mesma forma, para se construir um canal de comunicação, os militantes precisariam compreender o que é uma comunicação educadora, como propunha Mário Kaplún, para tornar esse veículo capaz de fazer uma comunicação contra-hegemônica.

Capítulo III

A formação contra-hegemônica no MST

La Comunicación no es sólo uma "especialidad",

un coto exclusivo de los profesionales formados en ella.

Toda acción educativa, aun aquella que se realiza em el aula y

sin uso de médios, implica um proceso comunicativo.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogía de la Comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002, p.10.

4.1 Kaplún e os modelos de Educação e Comunicação

Esta tese trabalha com a hipótese que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aposta na formação em comunicação para fazer seus militantes compreenderem o novo estágio da luta por Reforma Agrária e, por consequência, transmitir essa nova plataforma de luta para a sociedade. Esta tese também entende que essa formação deve se pautar em uma nova prática comunicativa, que considere a comunicação como um elemento de transformação da sociedade e que não reproduza os modelos de comunicação da indústria jornalística. Portanto, para compreender como hoje o MST constrói sua política de comunicação, é preciso também compreender como acontece a educação dentro do movimento. Não só porque, como afirma KAPLÚN (2002), educar é comunicar, mas também porque a educação, como afirma Paulo Freire (1984), dialoga com os meios de comunicação.

Para o educador Paulo Freire

> [...] os meios de comunicação não são bons nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço do que e a serviço de quem os meios de comunicação se acham. E esta é uma questão política, portanto. [...] Acho que aos educadores, enquanto políticos – desde que tenham uma opção de transformação da sua sociedade e não de preservação da sua sociedade tal qual ela está –, aos educadores cabe ver o que é possível fazer como antídoto à alta força manipulativa ou ideologizadora de alguns desses meios de comunicação. (FREIRE e GUIMARÃES, 1984, p.14).

Ou seja, a partir do momento em que se quer transformar a sociedade e, portanto, quando se quer transformar o homem a partir da Educação, é necessário incluir os meios de comunicação dentro da prática pedagógica.

A imbricação entre educação e comunicação fortaleceu-se a partir do terço final do século XX e, hoje, é uma prática necessária para os movimentos sociais que se propõem a uma nova pedagogia e também a uma nova prática comunicativa, como será visto neste capítulo.

No entanto, esse uso dos meios de comunicação na educação não se limitaria a, simplesmente, levar o aparelho de DVD para dentro da sala de aula ou incluir aulas no laboratório de informática. E, mesmo quando a escola, julgando-se em uma prática pedagógica mais avançada, propõe-se a que seus educandos produzam veículos de comunicação, como jornais murais ou até vídeo-jornais, essa

produção não pode ser mera reprodução dos meios de comunicação da indústria jornalística, como alerta Kaplún

> No se trata entonces de imitar o reproducir acriticamente el modelo de los médios massivos hegemónicos. Estamos en busca de “otra” comunicación: participativa, problematizadora, personalizante, interpelante, para lo cual también necesita lograr eficácia. Pero a partir de otros princípios y hasta con otras técnicas (KAPLÚN, 2002, p.11).

De acordo com Kaplún, quando uma comunicação educativa, ou seja, uma comunicação que se propõe a formar, ao reproduzir o modo de produção da indústria jornalística – com seus processos de seleção e construção que não levam em consideração as lutas das classes populares do ponto de vista delas –, dificilmente levaria os destinatários a tomar consciência da sua realidade.

> Concebimos, pus, los médios de comunicación que realizamos como instrumentos para una educación popular, como alimentadores de un processo educativo transformador. [...] A cada tipo de educación corresponde uma determinada concepción y uma determinada práctica de la comunicación. (KAPLÚN, 2002, p.15).

Ao citar Juan Díaz Bordenave, Kaplún (2012, p.16) distingue três modelos básicos de educação: a que põe ênfase nos conteúdos e a que põe ênfase nos efeitos, como modelos exógenos, ou seja, pensados desde fora do destinatário. Esses modelos veriam a educação como um objeto. O terceiro modelo, endógeno, pois parte do destinatário, entende que o educando é o sujeito da educação e a ênfase está mais no processo do que no resultado ou nos conteúdos.

> Educación que pone el énfasis en el proceso. Destaca la importância del processo de transformación de la persona y las comunidades.No se preocupa tanto de los contenidos que van a ser comunicados, ni de los efectos em término de comportamento, sino de la interacción dialética entre las personas y su realidade; del desarollo de sus capacidades intelectuales y de su consciência social (KAPLÚN, 2002, p.17).

Cada prática pedagógica gera e demanda um modelo de comunicação: a ênfase nos conteúdos pode servir para a manutenção da ordem capitalista e manter o status do modelo emissor-receptor; a ênfase nos resultados, ao basear-se em uma leitura funcionalista dos meios de comunicação, serviria para a formação de mão de obra para a modernização capitalista, enquanto a educação com ênfase no processo parte da ação, da prática cotidiana, para, por meio da reflexão, chegar a uma nova

ação transformadora, com veículos de comunicação que proponham a transformação da realidade, como se verá abaixo.

4.1.1 Educação com ênfase nos conteúdos

A educação com ênfase nos conteúdos é o tipo de educação tradicional, baseada na transmissão de conhecimentos do professor que depositaria os conhecimentos na mente do educando de forma vertical.

De acordo com Kaplún (2002, p.21), os eixos desse modelo são o professor e o texto a ser seguido. Os programas de estudos são baseados nos conceitos que o professor (a fonte emissora) considera importantes, já que a experiência de vida dos educandos é desvalorizada. Há pouca importância para o diálogo e dá-se mais valor para os dados a serem decorados e pouco valor para os conceitos, pois se reprimem as reproduções que não sejam fiéis. É o caso, por exemplo, do ensino de História compartimentada em períodos em que se valoriza mais as datas e os nomes e que não traz relação com a realidade do aluno.

Como resultado desse tipo de educação, Kaplún (idem) diz que o aluno (ou o ouvinte, o leitor, o público) acostuma-se com a passividade e não desenvolve sua capacidade crítica. Ao estabelecer uma diferença de status entre o professor e o aluno (ou entre o comunicador e seu público), incentiva-se o que ele chama de “acato ao autoritarismo”.

> El alumno interioriza la superiodad y autoridade del maestro, actitud que luego transferirá al plano político y social. Se favorece el mantenimiento del status quo, en el que una minoría pensante domina a una masa apática. En virtude del regimen de notas (premios y castigos) se fomenta el individualismo y la competência em perjuicio de la solidariedade y los valores comunitários. [...] En el estudiante de la clase popular se acentua el sentimento de inferiodad: el educando se hace inseguro, pierde su autoestima, siente que no sabe, que no vale. (KAPLÚN, 2002, p.21).

Esse modelo, portanto, seria o ideal para a manutenção da ordem capitalista.

Da mesma forma que há esse tipo tradicional de educação, há o modelo tradicional de comunicação, baseada no modelo do emissor (o protagonista, o dono da comunicação), que emite uma mensagem para um receptor, que apenas recebe essa comunicação como uma informação, como se nada soubesse, de forma vertical.

Kaplún propõe uma crítica aos meios de comunicação populares frente a esse modelo para verificar se ele não está influenciando em sua produção. O autor questiona se os jornais sindicais ou das organizações sociais são feitos com consulta aos destinatários ou são cheios das ideias das próprias organizações, pois não basta ser progressista no conteúdo e manter a estrutura vertical

> En la medida en que sigamos asumiendo el clásico papel de emisores, de poseedores de la verdade que dictamos esa verdade quienes "no saben"; en la medida en que sigamos depositando informaciones e ideas ya "digeridas" en la mente de nuestros destinatarios, por liberadores y progressistas que sean los contenidos de nuestros mensages, continuaremos siendo tributários de una comunicación autoritária, vertical, unidireccional. (KAPLÚN, 2002, p.24).

No MST, percebe-se que há iniciativas para que os meios de comunicação não sejam verticais dessa forma. Desde o início dos anos 2000, apesar de ainda existirem jornalistas profissionais contratados para atuar no setor de comunicação do Movimento, a participação dos militantes não acontece apenas com entrevistas, perfis ou reportagens sobre eles. Ela ocorre tanto na condução das atividades de formação, como se verá adiante com as entrevistas dos jovens do curso realizado em Veranópolis, no Instituto Josué de Castro, como também na redação de artigos e textos produzidos pelos próprios integrantes do movimento.

Entre os exemplos, o texto publicado na edição 302, de abril de 2010, e assinado por Maria Gorete Sousa, da Escola Nacional Florestan Fernandes. Nessa edição, o personagem homenageado é um trabalhador rural sem terra, morto no massacre de Eldorado dos Carajás em abril de 1996. Pela redação do texto, percebe-se que foi escrito por uma de suas companheiras.

> Quatorze anos do Massacre de Eldorado Carajás. Para muitos brasileiros, já não resta senão a memória esgarçada de mais uma violência do Estado num longínquo passado distante. Para os militantes do MST, o massacre grudou na nossa alma, entranhou na nossa carne e passou a fazer parte da nossa vida cotidiana. Renasce a cada dia, na continuidade da nossa luta por justiça social e por Reforma Agrária Popular. Presente, sempre presente, nunca passado - é assim que ele se apresenta na nossa mística revolucionária. "Viva o MST!": a saudação, tantas vezes pronunciada em tão diferentes contextos, nas nossas mobilizações, místicas, nos nossos encontros, nos cursos, nas assembléias dos acampamentos nas escolas dos assentamentos, nos faz lembrar Oziel. Foram estas as suas últimas palavras antes de ser brutalmente assassinado pela Polícia Militar do Estado do Pará. Aqueles que tivemos o privilégio de conviver com este jovem de 18 anos, com seu belo sorriso e tantos planos para o futuro, não podemos esquecê-lo. Com o vigor da sua juventude e o ânimo

> dos seus ideais, era ele quem gritava, alto e bom som: “lutamos porque somos militantes desta vida!”. Mais uma vida ceifada pela violência do Estado burguês. Mais um futuro interrompido pela brutalidade de uma sociedade que ele gostaria de ver modificada, como ele mesmo diz em uma das suas cartas: “eu descobri que o fundamental na vida é lutar por um mundo melhor; eu descobri que o fundamental é conscientizar o povo (...)”. [...] Que legado nos deixa sua história de vida? Certamente, e em primeiro lugar, o seu amor pela vida; o seu respeito pela família; o seu carinho pelas crianças; a sua ternura de menino corajoso e irreverente; a sua solidariedade; a sua intransigência na luta contra as injustiças, quaisquer que fossem. E acima de tudo, o seu desejo de uma vida feliz e justa para todos nós. Oziel: presente! Viva o MST! (JORNAL SEM TERRA. Ed. 302, p. 13, abril de 2010).

O número de textos produzidos pelos próprios militantes dentro do **Jornal Sem Terra** aumentou a partir do terceiro estágio da política de comunicação do movimento.

4.1.2 Educação com ênfase nos resultados

O segundo modelo de educação analisado por Kaplún merece atenção especial, como afirma o autor, porque é o que mais influenciou na concepção de Comunicação, principalmente na América Latina, quando chegou, na década de 60, como uma tentativa de resposta ao subdesenvolvimento da região (2012, p.28-29). Se o modelo com ênfase no conteúdo tem origem europeia, o segundo modelo nasceu nos Estados Unidos com objetivo de avaliar o resultado das ações originadas a partir dessa educação. Por esse modelo, o que o educando deve fazer e atuar vem já programado por meio de técnicas de aprendizagem, como se fosse um manual.

Kaplún afirma que a palavra chave nesse modelo é a persuasão. A ideologia que contextualizou a adoção desse tipo de educação compreendia que a pobreza e o atraso da América Latina poderiam ser superados com a modernização capitalista, que seria implantada por meio da aprendizagem dos métodos de produção dos países capitalistas, considerados desenvolvidos.

> Era necesario multiplicar la producción y lograr un rápido y flerte aumento de los índices de productividad. [...] La educación y la comunicación debián servir para alcanzar estas metas. Por ejemplo, debían ser empleadas para persuadir a los campesinos “atrasados” a abandonar sus métodos agrícolas primitivos y adoptar rápidamente las

> nuevas técnicas. [...] Era menester buscar los médios y las técnicas más impactantes de penetración y de persuasión, para cambiar la mentalidade y el comportamento de millares de seres humanos que viven en el campo. (KAPLÚN, 2002, p.29).

Kaplún afirma que esse modelo está presente hoje nas técnicas de modernização agrícola, nos treinamentos técnicos e profissionais, no ensino de profissões e também em grande parte dos métodos de educação a distância em que o estudante não pesquisa por sua conta, mas seguindo os passos sugeridos pelo programador do curso, materializados em vídeos, sites, CDs etc.

As mudanças de atitude previstas nesse modelo são entendidas como as de substituição dos hábitos tradicionais por outros mais favoráveis às práticas da modernidade capitalista, como condutas automáticas e condicionadas. Ou seja

> Los educadores y comunicadores formados en este modelo, al plantearse las técnicas para imponer la modernización y el «cambio de actitudes», prevén lo que ellos llaman «resistencia al cambio»: creencias, mitos, juicios, tradiciones, valores culturales ancestrales que conforman y condicionan el comportamiento social de las personas y que pueden entrar en conflicto con los nuevos hábitos propuestos, generando resistencia y rechazo. (KAPLÚN, 2002, p.32).

Kaplún alerta que o modelo pode ser “tentador” para os movimentos sociais, pois pode parecer mais “eficaz” e rápido para conseguir o resultado desejado nas formações, por exemplo. Ainda de acordo com Kaplún, esse modelo de educação é análogo aos mecanismos dos meios de comunicação massiva da indústria jornalística, das técnicas publicitárias e da propaganda política, justamente os meios a que os movimentos sociais opõem-se.

As consequências desse modelo de educação são, para Kaplún (p.36), o desenvolvimento da competividade no lugar das atividades cooperativas e solidárias; o reforço de valores mercantis e utilitários (consumismo, êxito material) e tem um efeito domesticador de adaptação ao *status quo* que valoriza apenas o sucesso com parâmetros preestabelecidos que não incentivam a criatividade nem a consciência crítica. “Nada hay aqui, pues, de real participación ni de incidencia, del receptor en la comunicación. Sólo hay acatamiento, adaptación, medición y control de efectos” (KAPLÚN, 2010, p.39).

Por esse raciocínio, se os meios de comunicação dos movimentos populares deveriam tentar afastar-se da imitação dos modelos da indústria jornalística, também devem afastar-se da tentação de usar esse modelo de educação.

Um dos dirigentes do MST, Ademar Bogo, responsável pelo setor de cultura da organização, confirma esse rechaço ao modelo com ênfase no resultado dentro da luta por uma educação que leve à crítica.

> A luta precisa de habilidades físicas, mas também de habilidades intelectuais. Se elas estão concentradas em poucas pessoas, a tendência é, naturalmente, que as decisões sejam centralizadas e se imprimam métodos de comando do estilo militar. Uma revolução precisa também da libertação de consciências. (BOGO, 2011, p.193).

Além disso, como uma das bandeiras de luta do MST é, justamente, o combate ao agronegócio e à mecanização inconsequente no campo, com vistas apenas ao lucro obtido em lavouras monoprodutoras, que não produzem alimentos para as famílias, esse tipo de educação foi rebatida pelo movimento. Por isso, mesmo nos cursos técnicos como os de cooperativismo e de produção agrícola (e até o de desenvolvimento de rádios comunitárias que será detalhado mais adiante), a educação não é centrada no ensino de técnicas, mas, a partir da análise da ação cotidiana dos próprios militantes, são propostas mudanças na realidade.

4.1.3 Educação com ênfase nos processos

Pode-se afirmar que Kaplún, assim como Gramsci, entende que a educação pode ser um processo transformador. Como se verá adiante, o MST também faz essa leitura. Ademar Bogo, integrante do MST e, atualmente, um dos responsáveis pelo setor de Cultura do movimento, na obra **Organização Política e Política de Quadros** (2011), destinada para a formação de quadros, especialmente dentro do MST, destaca a importância da educação para as organizações sociais

> Dessa forma, a escola deve assumir a função de elevar o nível cultural e a capacidade organizativa da juventude contribuindo para desenvolver: a capacidade de raciocínio; a capacidade de abstração e de interpretação; a opinião própria, o trabalho em equipe; a prática da direção coletiva, a mística; a capacidade de enfrentar desafios políticos, o gosto pela pesquisa; a compreensão da relação entre teoria e prática. (BOGO, 2011, p.188-189).

O dirigente do MST diferencia a escola dos trabalhadores da escola tradicional dentro do modo de produção capitalista, adepta do segundo modelo de educação criticado por Kaplún. Desenvolver uma nova forma de educação é, para Bogo, uma forma de lutar pelo socialismo

> A classe dominante estrutura a escola para formar indivíduos competidores no mercado de trabalho. A escola dos trabalhadores deve formar coletividades [...] Os trabalhadores rurais sempre foram excluídos dos espaços educativos em nosso país; tiveram, no máximo, o direito à escola primária. Quando quiseram ir mais longe tiveram que se afastar da atividade agrícola porque a escola funciona na cidade. Aos poucos, começamos a perceber que através da luta conquistamos vários direitos, e um deles é o da educação. (BOGO, 2011, p.193).

Essa nova forma de educação, pode-se afirmar, está baseada no que Kaplún chamou de Educação com ênfase nos processos. Um modelo que o pensador uruguaio afirma que foi gestado na América Latina a partir das ideias de educadores como Paulo Freire, que deram as orientações sociais, políticas e culturais do que seria um instrumento de transformação da sociedade. Para Kaplún, colocar ênfase no processo

> Es ver a la educación como un processo permanente, en que el sujeto va descubriendo, elaborando, reinventando, haciendo suyo el conocimiento. Un proceso de acción-reflexión-acción que él hace desde su realidade, desde su experiencia, desde su prática social, junto con los demás. (KAPLÚN, 2002, p.45).

Ao contrário do modelo anterior, em que as mudanças de atitudes estavam associadas à adoção das novas tecnologias e ao condicionamento das condutas, por este, as mudanças consistem em transformar o homem passivo, conformista, individualista e acrítico em um crítico, solidário e comunitário. Por isso, são frequentes os conteúdos referentes à solidariedade entre trabalhadores e países. Daí a referência às lutas populares na América Latina, por exemplo, como um tema a ser trabalhado nas formações.

Diferente do modelo que se preocupa com que o aluno decore dados, o importante aqui é que o sujeito seja capaz de raciocinar por conta própria e desenvolva sua capacidade de deduzir, de relacionar e de elaborar sínteses, que são as características da consciência crítica. E, como resposta à suposta eficácia do modelo com ênfase no resultado, é a participação, a pesquisa e o envolvimento que levam ao conhecimento. “Se aprende de verdade lo que se vive, lo que se recrea, lo

que se reinventa y no lo que simplemente se lee y se escucha" (KAPLÚN, 2002, p.47).

Como é uma educação comunitária, acontece a partir do compartilhamento das experiências, incentivam-se os valores comunitários, da solidariedade e da cooperação. E, como é um processo permanente, não se limita a momentos específicos ou, como na educação tradicional, a certa quantidade de horas dentro de uma instância educacional. Para Kaplún (p.48), "la educación se hace en la vida, en la práxis reflexionada".

O modelo de pedagogia da alternância adotado no MST, principalmente nas formações do Instituto Josué de Castro, como se verá adiante, baseia-se nesse modelo. Por exemplo, os participantes do curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio, com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, fazem parte das aulas no Instituto Josué de Castro e parte, nos assentamentos e acampamentos de origem. Foram escolhidos entre os militantes que já atuavam com comunicação, teatro ou rádios comunitárias nas suas respectivas regiões e, no curso, podem, a partir da reflexão de suas práticas, interagir e dialogar com as práticas de outros companheiros. O professor, nesse caso, estimula as situações-problema para que o grupo avance nesse processo de reflexão.

Kaplún alerta que essa participação coletiva não prescinde dos dados, da informação. Pelo contrário, os dados e os aspectos da realidade, apontados pelo educador que os colocará nas situações problematizadoras, são essenciais para o desenvolvimento do grupo, pois são as informações que despertarão a inquietude nos educandos.

Os objetivos desse modelo, para Kaplún, são

> [...] favorecer en el educando la toma de conciencia de su propia dignidade, de su propio valor como persona; ayudar al sujeto de la clase popular a que supere su "sentimento aprendido" de inferioridade, recomponga su autoestima y recupere la confianza en sus propias capacidades creativas. Y es, claramente, una educación comprometida com los excluídos y que se propone contribuir a su liberación. (KAPLÚN, 2002, p.48).

O conceito de comunicação que se desenvolve a partir desse tipo de educação, de acordo com Kaplún (p.80), é a comunicação educadora, aquela que

mobiliza internamente quem a recebe, que o questiona, que gera diálogo e participação, e que alimenta um processo crescente de tomada de consciência.

> No se trata – claro está – de reproducir mecánica y acriticamente los recursos de los que se vale la comunicación dominante. Desde que se propone outra comunicación que genere un diálogo democrático y dinamice el compromiso social, nuestra comunicación educativa necesita transformar esos instrumentos, reformularlos criticamente, descobrir otros nuevos: crear **otro** conocimiento al servicio de otra eficacia. (KAPLÚN, 2002, p.80).

Ou seja, a comunicação do MST, ao contrário da prática de outros setores da imprensa alternativa, tem um grande diferencial ao propor uma nova forma de educação para também ter uma nova forma de comunicação. Assim como ocupa os latifúndios improdutivos, o movimento "ocupa" a Educação e a Comunicação para formar uma nova consciência no trabalhador rural. O MST pratica outro tipo de comunicação, uma vez que pratica outro tipo de educação para formar um homem novo, pois, como afirma Kaplún

> Nuestros mensajes libertadores, concientizadores, problematizadores van "contra la corriente" del sistema, de la ideologia dominante. Los mecanismos que este emplea para reforzar sus valores son inoperantes cuando se trata justamente de cuestionar y cambiar esos valores. No se "vende" criticidade, solidariedade, liberación, con los mismos recursos con que se vende Coca-Cola (KAPLÚN, 2002, p.42).

4.2 A escola como instrumento contra-hegemônico no MST

No capítulo anterior, esta tese procurou demonstrar como o **Jornal Sem Terra** foi modificando suas características de acordo com o contexto político em que se encontrava o Movimento até se tornar, no início dos anos 2000, mais um instrumento para ser utilizado nas formações ao adotar categorias de seleção e construção de textos com objetivo de formar a consciência crítica nos militantes do movimento, de modo a ultrapassarem visões de mundo concebidas pelas classes dominantes.

> As classes sociais, dominadas ou subalternas, participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses das classes subalternas. Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria

> capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. Um desses canais é a escola (GRUPPI, 1978, p.67-68).

Portanto, a construção de um projeto contra-hegemônico na educação pode ser trabalhada de duas formas: uma, que compreende a educação como instrumento de formação da consciência crítica; e outra, que supera a visão imposta pela classe dominante de que a educação deva ser diferenciada para ricos e pobres.

Gramsci (2010) criticava o formato da escola italiana, dividida entre a profissional, para os que irão trabalhar em posições subalternas, e a acadêmica, para os que se tornarão os quadros dirigentes da sociedade. Por isso, propunha uma escola unitária, de formação humanista, no sentido de "inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa" (GRAMSCI, 2010, p.36).

Para o autor italiano, todo homem desenvolve uma atividade intelectual, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral e contribui para manter ou para modificar essa concepção de mundo, ou seja, essa atividade intelectual pode suscitar novas formas de pensar. A tarefa da educação, para Gramsci, seria elaborar criticamente essa atividade intelectual, que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, para criar uma nova concepção de mundo, uma concepção além do senso comum, uma concepção crítica do mundo

> No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual. [...] O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanentemente", já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece "especialista" e não se torna "dirigente" (especialista+político). (GRAMSCI, 2010, p. 53)

Ou seja, o novo intelectual, formado por essa nova visão de educação, parte do conhecimento do concreto, do mundo real, do mundo do trabalho, mas não se restringe a ele, alcança, também, a formação humanística do sentido mais amplo,

capaz de torná-lo um especialista que tenha uma visão crítica do mundo a ponto de tornar-se um dirigente do seu grupo.

Ao analisar o documento de 1989, elaborado pelo Setor de Educação do MST, e que fundamenta as formações do movimento, pode-se perceber semelhanças com os ideais gramscinianos descritos acima

> - numa sociedade de classes, a escola serve para disseminar a ideologia da classe dominante;
> - os conteúdos e métodos da escola oficial estão direcionados para a manutenção da ordem vigente;
> - o trabalho de educação é uma atividade política importante para o processo de transformação da sociedade;
> - a educação nos assentamentos é um processo de produção e produção de conhecimentos a partir de sua própria realidade;
> - a escola é parte integrante da vida e do conjunto da organização dos assentados, sendo essencial a participação das famílias em seu planejamento e administração.
>
> Esses princípios básicos deram origem à nova proposta de educação nos assentamentos e acampamentos do MST, com dois objetivos centrais:
> - desenvolver a consciência crítica dos alunos, com: . conteúdo que leve à reflexão e à aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada do discurso oficial; . transmissão da história e do significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária, de que resultou o assentamento;
> - desenvolver atividades que visem à capacitação técnica dos alunos para experiências de trabalho produtivo com: .uso de técnicas alternativas que contribuam para o avanço coletivo; . exercícios práticos nas áreas de conhecimento necessários ao desenvolvimento do assentamento: agricultura, administração, contabilidade etc. (MORISSAWA, 2001, p. 241).

O Setor de Educação do MST, ao entender que a escola oficial serviria para disseminar a ideologia dominante e manter a ordem vigente, que a educação tem o papel de transformar a sociedade a partir de uma metodologia baseada na realidade dos educandos, que leve à formação da consciência crítica, está adotando uma prática educacional que, pode-se afirmar, tem seus princípios filosóficos baseados em Gramsci[7] e também no conceito de educação baseada nos processos de Kaplún.

Essa prática desenvolve-se no MST com a fundação das escolas itinerantes nos acampamentos, com os cursos formais em parceria com Universidades Federais e governos municipais ou estaduais, com os cursos de Educação de Jovens e

[7] Os conceitos de Gramsci estariam nos princípios filosóficos da educação no Movimento. Quanto à inspiração prática, na obra *História da Luta pela Terra e o MST*, de Mitsue Morissawa, ao fazer a radiografia da educação no MST, a autora afirma que, entre as bandeiras permanentes, “os principais mestres, para os quais a educação é o caminho da verdadeira libertação da pessoa humana, são, em especial, Paulo Freire, José Martí e Anton Makarenko.”

Adultos (EJA), com as cirandas paras as crianças, com a criação do Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma), do Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis (RS), e com a implantação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP).

Além das diversas formações organizadas pelo MST, e reconhecidas pelo Ministério da Educação, há o incentivo para os militantes com ensino médio participarem da educação formal nas universidades públicas e particulares brasileiras.

> Em toda a nossa história, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 mil até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 para o Ensino Médio). Há 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes sem terra, dos quais 120 mil em escolas públicas. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados no movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos. Mais de 100 mil sem terras foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino. Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História). Temos 32 escolas itinerantes, 277 educadores e 2.984 educandos envolvidos num processo educativo permanente. Entre outras iniciativas, destacamos o Curso de Economia para a Agricultura, que capacitou 97 pessoas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional sobre Meio Ambiente, que qualificou 330 camponeses e camponesas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional de Agroecologia, que qualificou 74 pessoas (42 homens e 32 mulheres); o Curso de Tecnólogo em Agroecologia (2008), em quatro etapas, que capacitou 51 educandos. Conseguimos também vagas para nossos integrantes em cursos de ensino superior no exterior. Uma parceria com o governo de Cuba possibilitou que 46 sem terra se tornassem médicos e mais 80 estejam estudando. Na Venezuela, temos 30 estudantes em um curso de capacitação para Agroecologia. (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010, p.23-25).

Dentro do aspecto educacional e de democratização do conhecimento, a Secretaria Nacional do MST, em documento de 2010, inclui como ferramentas para

formação o **Jornal Sem Terra** e o Teatro, o que também mostra como a comunicação interna está atrelada ao setor de Educação

> Desde 1981, o MST publica o Jornal Sem Terra, que possui atualmente uma tiragem de 20 mil exemplares, disponibilizados para todas as regiões onde há acampamentos e assentamentos. O jornal é uma importante fonte de informação e leitura dos sem terra. O movimento tem também 38 grupos teatrais em todo o Brasil, que fazem parte da Brigada Nacional Patativa do Assaré. O trabalho começou em 2001 na parceria com o Centro de Teatro do Oprimido e com o diretor de teatro Augusto Boal, dando origem à brigada nacional. (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010, p.25)

Como o setor de Educação é muito amplo e como já existem pesquisas publicadas (Bauer, 2009, e Caldart, 2004, por exemplo) que analisam a prática educativa do MST, esta tese vai se deter em duas atividades do setor que contribuem para o desenvolvimento e amadurecimento da comunicação do MST como um instrumento contra-hegemônico: o Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio, com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, ministrado pelo Instituto de Educação Josué de Castro, no Iterra, em Veranópolis, e os livros publicados pela editora Expressão Popular – que também são utilizados como bibliografia nessas formações. Antes, é necessário um breve histórico das duas instituições que promovem as formações no movimento.

4.2.1 O Instituto de Educação Josué de Castro

Em janeiro de 1995, foi criado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), em Veranópolis, cidade da serra gaúcha, no Rio Grande do Sul. O Iterra funciona no prédio de um antigo seminário, cedido pelos freis capuchinhos, por isso, conta com uma estrutura de quartos, salas e salões, além de lavanderia, cozinha etc.

Inicialmente, o Iterra oferecia cursos técnicos ligados à produção e à administração rural. Com a evolução das discussões sobre o papel da educação dentro do MST, o Iterra tornou-se a entidade mantenedora do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), inaugurado em 1997, nas mesmas dependências do Iterra.

O Instituto de Educação Josué de Castro é uma escola de educação básica, de nível médio e de educação profissional, que congrega a formação em educação geral, escolarização e formação de militantes para atuação nos acampamentos e

assentamentos ligados ao MST. Por ser uma escola ligada ao movimento, o processo pedagógico e a organização, tanto do currículo quanto da parte administrativa, assumem características próximas da organização do MST: discussão de conteúdos em assembleias, organização em setores e formação de núcleos que se responsabilizam por áreas específicas, por exemplo.

> A concepção de gestão do IEJC pode ser sintetizada no seguinte princípio: "todos participando de todo o processo de forma organizada". E "todo o processo" deve incluir os momentos de análise, de planejamento (tomada de decisões), de organização do trabalho, de execução, controle/acompanhamento que está sendo executado e de avaliação (do processo e dos resultados). Este é o nosso entendimento de "gestão democrática". A escola tem uma estrutura orgânica expressa em um organograma com vários espaços que vão dos núcleos de base (nb) até as unidades com seus postos de trabalho (CALDART, Roseli. **Instituto de Educação Josué de Castro: características gerais da organização escolar e do método pedagógico**. In CADERNOS DO ITERRA, nº. 13, setembro de 2007).

Como foi visto na concepção que Gramsci considera sobre o ensino, essa modalidade de educação, que combina tanto a formação geral quanto a técnica, pode ser definida como um exemplo do que seria a escola unitária.

O nome do instituto é uma homenagem ao geógrafo e sociólogo Josué de Castro (1908-1973), um histórico defensor da Reforma Agrária, perseguido pelo governo militar, morto no exílio, e autor da obra **Geografia da Fome** (1939). Na biblioteca, há uma coleção praticamente completa da sua obra, doada pela família do geógrafo. O IEJC é legalmente reconhecido pelo sistema educacional brasileiro. Por meio de autorização do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, o instituto é autorizado a ministrar e conceder diplomas de ensino médio e educação profissional, que inclui a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA).

É nessa modalidade que se insere o curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, objeto da pesquisa de campo deste trabalho.

4.2.2 A Escola Nacional Florestan Fernandes

Em 1996, a ideia de uma escola nacional surgiu da necessidade de um espaço de formação, estudo, que servisse também de intercâmbio entre os diversos movimentos sociais, do campo e da cidade.

A construção da escola foi possível graças ao Projeto Terra: a doação dos direitos autorais da obra assinada por Sebastião Salgado, José Saramago e Chico Buarque. O dinheiro arrecadado com a venda das fotos da coleção Terra, de Sebastião Salgado, foi revertido para a compra do terreno em Guararema, interior de São Paulo, e para o início das obras. Cerca de mil militantes do MST e de outras organizações sociais do mundo todo estiveram envolvidos na construção, divididos em vinte e cinco brigadas de 112 assentamentos e 230 acampamentos. Durante a construção, os trabalhadores revezam entre os turnos de trabalho e de estudo e alfabetização. O restante necessário para a implantação da escola foi obtido pela doação de entidades internacionais ligadas aos movimentos dos trabalhadores.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi inaugurada em janeiro de 2005, em instalações construídas com uma tecnologia ecológica, que causa baixo impacto ambiental, uma mistura que substitui o cimento e os tijolos tradicionais. Ocupando um terreno de 120 mil m², divide-se entre três salas de aula, que comportam 200 pessoas, um auditório, dois anfiteatros e biblioteca com mais de 40 mil títulos, obtidos por meio de doação. Há, também, quatro blocos de alojamento para os funcionários e educandos, refeitórios, lavandeira, horta, além de outros equipamentos para garantir seu funcionamento. A Ciranda Infantil Saci Pererê, como foi citado anteriormente, oferece a oportunidade de estudo e recreação para os filhos dos alunos e trabalhadores da escola.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR

ANO XXIII - NÚMERO 240 - FEVEREIRO DE 2005 - R$ 1,50

MST inaugura

Escola Nacional Florestan Fernandes

O ato político de inauguração da ENFF homenageou homens e mulheres que com trabalho voluntário e solidariedade construíram a Escola

Direitos Humanos

Missionária estadunidense é assassinada no Pará

página 12

Especial

V Fórum Social Mundial avança na articulação dos movimentos sociais

página 10

Hugo Chávez assina convênio de parceria com o MST (foto)

página 11

Fig.40. Capa do Jornal Sem Terra comemora a inauguração da ENFF

Desde a inauguração, mais de 500 professores voluntários passaram pelas formações que capacitaram, aproximadamente, 16 mil militantes de movimentos sociais de toda a América Latina. Entre os cursos oferecidos na ENFF, estão: Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Em convênio com universidades públicas, a escola oferece cursos superiores e de especialização e, até, mestrado sobre Questão Agrária, por meio de convênio com a UNESP e a UNESCO.

Em depoimento ao documentário ENFF - uma escola em construção, realizado pelo Ponto de Cultura do MST/ENFF, o professor da USP, Paulo Arantes, voluntário da escola, afirma que “Não entra na cabeça da mídia que o povo trabalhador pobre, no caso o camponês sem terra, de maneira autogerida, com apoio nacional e internacional, com solidariedade de classe, possa construir uma escola em que as pessoas do movimento sem terra e de outros movimentos sociais do continente possam comparecer para estudar”.

O sistema de funcionamento da escola segue os mesmos princípios do IEJC, com a divisão em núcleos e brigadas responsáveis por diversas tarefas, desde a manutenção da horta, passando pela organização do coletivo, até a direção pedagógico-administrativa da escola. A brigada responsável por essa direção chama-se Apolônio de Carvalho. Os diferentes espaços também recebem nomes de

lutadores latino-americanos: o refeitório chama-se Josué de Castro e um dos auditórios, com recursos para exibição de filmes e apresentações teatrais, chama-se Patativa do Assaré.

Anualmente, há diversas formações que reúnem organizações latino-americanas e africanas, o que, para a ideologia da escola, reforça o “caráter internacionalista da luta”. Em 2007, a argentina Ana Musolino veio de Mendoza para participar do curso de estudos latino-americanos e encantou-se com a estrutura da escola e com a troca de experiências, pois, aos sábados, os jovens são encarregados de fazer uma noite dedicada à cultura de cada país. “Além dos estudos, é uma grande oportunidade de conhecer culturas, comidas e modos de falar”, relatou a estudante.

O clima de unidade latino-americana está presente em todas as paredes e espaços e nas publicações dos trabalhos. Há, por exemplo, um mural para análise da cobertura da imprensa com recortes de jornais. Abaixo do refeitório, um espaço de convívio traz reproduções das obras de Diego Rivera. Nas salas, imagens e ideias de vários lutadores latino-americanos. A filha de Che Guevara, a médica cubana Aleida Guevara, esteve na escola também para uma palestra.

Fig. 41a. Prédio principal da ENFF. Foto de Alexandre Barbosa

Fig.41b. Biblioteca inaugurada em 2006. Fotos: Alexandre Barbosa

Fig.41c. Espaços de formação: Auditório Patativa do Assaré e sala de aula. Fotos: Alexandre Barbosa

A filha do sociólogo Florestan Fernandes – que dá nome à escola –, a professora Heloísa Fernandes, afirmou, em depoimento registrado pelo documentário **ENFF- uma escola em construção**, que, com a inauguração, seu pai voltava às suas três casas: “retornava à primeira casa, a casa do saber, retornava à escola, ao ensino, à Universidade, retornava realizado à casa pela qual tanto lutou; retornava também à sua segunda casa, à casa dos seus ancestrais, a casa dos camponeses; retornava, enfim, à sua terceira casa, aquela onde fixou morada em seus mais fervorosos projetos, retornava à casa do socialismo, ao socialismo da solidariedade internacional.”

4.3 As obras publicadas pela Editora Expressão Popular

Tamanha quantidade de formações e de pessoas envolvidas nas atividades de educação demanda, da mesma forma, significativa produção de material de apoio pedagógico.

O MST produz seu próprio material pedagógico e utiliza, também, diversos autores clássicos e outros que são convergentes às causas do movimento. Com o objetivo de possibilitar o fácil acesso aos livros clássicos da formação política e aos autores que tratavam dos temas de interesse das formações, em 1999, foi incentivada a criação de uma editora que possibilitasse essas condições de acesso ao conhecimento acumulado.

A Editora Expressão Popular surgiu a partir da necessidade de publicar o material de formação não só do MST, mas também de diversos movimentos sociais. Seu princípio é

> Ótimos livros, de boa qualidade e a preços acessíveis. Esse foi o móvel que reuniu, em torno de nossa editora, um conjunto de homens e mulheres das mais diversas faixas etárias, de diferentes profissões, mas cujas trajetórias tinham (e têm) um traço comum: o compromisso com a construção de um mundo novo, a convicção de que um novo mundo é possível e, por fim, a certeza de que essa possibilidade será tanto maior quanto maior for o acesso dos homens e mulheres, sujeitos e protagonistas dessa construção, aos saberes desenvolvidos nesse rumo (EXPRESSÃO POPULAR. 2011, p.1).

Para oferecer material de qualidade a preços baixos, diante dos custos elevados da produção de livro no Brasil, de acordo com a Editora, não basta seguir os caminhos técnicos da racionalização da produção, como o enxugamento de gastos, investimento em tecnologia, negociação com fornecedores etc. O preço baixo do livro só seria possível com uma atitude política, ou seja, assumir que os dividendos obtidos pela editora devem ser suficientes para investir na própria editora, combinada ao trabalho voluntário militante.

Portanto, com exceção da parte administrativa, que é assalariada; da diagramação, que exige um profissional especializado; da impressão em gráfica; e de outras ajudas de custo para trabalhos específicos, a Expressão Popular trabalha apenas com voluntários militantes.

Além de obras de domínio público, quando publicam originais ou obras com publicação anterior, o fazem de editoras que não se interessam mais pelo título ou

que encerraram suas atividades, cujos autores ou tradutores cedem os direitos. A editora contabiliza mais de uma centena de autores e tradutores que cedem seus trabalhos já publicados para edição pela Expressão Popular.

> Paralelamente, como não visamos à disputa do mercado editorial existente, cumprimos o papel de ampliar o hábito de leitura entre os brasileiros, objetivo comum a todos aqueles que se preocupam com a formação cultural do nosso povo e que se dedicam aos negócios editoriais. (EXPRESSÃO POPULAR. 2011, p.1).

A editora contava, em 2011, com cerca de 300 títulos. Para mostrar como os livros inserem-se na visão da educação que parte da realidade do trabalho para elevar o nível de conscientização, segue uma lista desses títulos, que podem ser utilizados na formação das bases, pois sua publicação foi sugerida pelos próprios movimentos sociais, no momento de definição de suas formações.

A divisão das obras entre as seções foi definida pela editora, assim, um título sobre a vida e obra de Che Guevara poderia estar em América Latina e Memória, mas a editora optou, por motivos de organização da exposição do catálogo, em uma seção e essa divisão foi mantida. A organização entre obras para a formação técnica, formação humanística e formação da visão crítica é desta tese.

4.3.1 O mundo do trabalho e a realidade do trabalho do camponês

São títulos dedicados ao uso de técnicas que contribuam para o avanço coletivo do MST, portanto, destinam-se às capacitações que tenham caráter mais técnico. Importante destacar que, apesar de se destinarem a esse tipo de formação, elas não se restringem a um “manual do que fazer”, mas inserem as técnicas dentro da perspectiva de crítica, como é o caso da agroecologia.

4.3.1.1 Agroecologia

Título	**Autor**	**Sobre a obra**
Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável	Miguel Altieri	Conceitos e métodos para o manejo dos agrossistemas.
Árvores geneticamente modificadas	Chris Lang	As ameaças que as árvores geneticamente modificadas trazem ao meio ambiente.
Pastoreio Racional Voisin	Luiz Carlos Pinheiro Machado	Contesta a conduta da agropecuária convencional, oferecendo nova metodologia para a produção à base de

		pasto.
Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos	Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (orgs.)	Comprovação científica dos malefícios dos agrotóxicos e fertilizantes químicos solúveis.
Sobre a evolução do conceito de campesinato	Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (orgs.)	A contribuição do campesinato para combater a ofensiva neoliberal.
Um testamento agrícola	Sir Albert Howard	Os caminhos da agroecologia, previstos há 100 anos.

4.3.1.2 Estudos agrários

Título	Autor	Sobre a obra
A história da luta pela terra e o MST	Mitsue Morissawa	Obra de precisa elaboração, contextualizando a luta pela terra e toda a história e trajetória do MST dentro da história da humanidade, com ilustrações e referências bibliográficas que tornam essa leitura essencial para entender a questão agrária.
A questão agrária no Brasil - Vol.1	João Pedro Stedile (org.)	Os principais pensadores sobre a questão agrária no Brasil.
A questão agrária no Brasil - Vol.2	João Pedro Stedile (org.)	O debate na esquerda, reunindo textos de Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Caio Prado, Paulo Wright, Octavio Ianni e Jacob Gorender.
A questão agrária no Brasil - Vol.3	João Pedro Stedile (org.)	Os programas de reforma agrária entre 1946 e 2003.
A questão agrária no Brasil - Vol.4	João Pedro Stedile (org.)	A história das Ligas Camponesas.
A questão agrária no Brasil - Vol.5	João Pedro Stedile (org.)	Estudo sobre as classes dominantes no meio rural.
A semente foi plantada	Clifford Andrew Welch	A partir de documentação original, o autor faz panorama das transformações sociais na vida dos trabalhadores de canaviais e cafezais paulistas no século XX.
Mato, palhoça e pilão – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)	Adelmir Fiabani	Reconstrução da resistência quilombola desde a época da escravidão.

4.3.2 Formação humanística

São títulos dedicados às áreas de Literatura, Direito, Economia, Geografia e História.

4.3.2.1 Literatura

Na área de Literatura, vale destacar que as edições trazem comentários ou notas para auxiliar em possíveis formações que utilizem aquela obra, ou mesmo para o leitor individual ter um guia de como compreender o livro, como acontece na obra A mãe, de Máximo Gorki.

O título, lançado em 2011, **Vozes da ficção: uma narrativa do mundo do trabalho** – organizado por Claudia de A. Campos, Enid Y. Frederico, Walnice N. Galvão e Zenir C. Reis –, apresenta diversas narrativas sobre o mundo do trabalho, de autores como Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Euclides da Cunha, Coelho Neto e Aluísio Azevedo, e é o primeiro da coleção Literatura e Trabalho.

Ao final de cada narrativa, o livro apresenta a biografia do autor e a contextualização de sua obra na história do mundo do trabalho. Esse tipo de obra dedicada à formação do leitor, para Gramsci, auxilia no atendimento à demanda de criação de um público com exigências culturais. “Resenhas-críticas para os livros que se considera necessário indicar à leitura. [...] Esta é a forma mais importante e cientificamente digna, e deve ser concebida como uma colaboração do resenhista ao tema tratado pelo livro resenhado” (GRAMSCI, 2010. p.243).

Título	**Autor**
A mãe	Máximo Gorki
As ideias estéticas de Marx	Adolfo Sánchez Vázquez
Assim foi temperado o aço	Nikolai Ostrovski
Até amanhã, camaradas	Manuel Tiago
Contos	Jack London
Contos Brasileiros	Alipio Freire, Carlos Rodrigues Brandão, José Arrabal, Marcia Camargos, Maria José Silveira, Mouzar Benedito, Roniwalter Jatobá
Cultura, arte e literatura – textos escolhidos	K. Marx e F. Engels
Marxismo e teoria da literatura	György Lukács
Meta Amor Fases	Mauro Iasi
O cortiço	Aluísio Azevedo

Os mortos permanecem jovens	Anna Seghers
Suzana e o mundo do dinheiro	Wim Dierckxsens
Um fantasma ronda o acampamento	Maria José Silveira
Vozes da ficção: uma narrativa do mundo do trabalho	Claudia de A. Campos, Enid Y. Frederico, Walnice N. Galvão, Zenir C. Reis
Week-end na Guatemala	Miguel Ángel Astúrias (Prêmio Nobel de Literatura)

4.3.2.2 Economia

Título	**Autor**
A globalização e o capitalismo contemporâneo	Edmilson Costa
Capital: essência e aparência	Reinaldo A. Carcanholo (org.)
Contribuição à crítica da economia política	Karl Marx
Marx e o socialismo	César Benjamin (org.)
O capital e a devastação da Amazônia	Fiorelo Picoli
Ruy Mauro Marini – Vida e obra	Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.)
Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro	César Benjamin (org.)

4.3.2.3 Geografia

Título	**Autor**
A raia divisória – São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul	Messias Modesto dos Passos
Abordagens e concepções de território	Marcos Aurelio Saquet
Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional – Passo Fundo e Mossoró	Maria Encarnação B. Sposito, Denise Elias e Beatriz R. Soares (orgs.)
Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional – Tandil e Uberlândia	Denise Elias, Maria Encarnação B. Sposito, Denise Elias e Beatriz R. Soares (orgs.)
As cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil	Sílvia R. Pereira, Benhur P. da Costa e Edson B. C. de Souza (orgs.)
Cidade e Campo – relações e contradições entre urbano e rural	Maria Encarnação Beltrão Sposito e Arthur Magon Whitacker (orgs.)
Geografia Agrária - teoria e poder	Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez M. Marques, Júlio César Suzuki (Orgs.)
Geografia agrária, território e desenvolvimento	Marcos Aurélio Saquet e Roseli Alves dos Santos
Geografia e migração – movimentos, territórios e territorialidades	Eliseu S. Sposito, Denise C. Bomtempo e Adriano A. de Souza (orgs.)
Geografia, tradições e perspectivas. Vol 1 e 2	Amalia Inês Geraiges de Lemos e Emerson Galvani (orgs.)
Geomorfologia– aplicação e	João Osvaldo Rodrigues Nunes e

metodologias	Paulo César Rocha (Orgs.)
Indústria, ordenamento do território e transportes	Olga Lúcia Castreghini Firkowski e Eliseu Savério Sposito (orgs.)
Os camponeses e a práxis da produção coletiva	Valeria de Marcos e João Edmilson Fabrini
Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais	Sílvia R. Pereira, Benhur P. da Costa e Edson B. C. de Souza (orgs.)
Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas	Gláucio Marafon, Marcos Aurelio Saquet e Julio César Suzuki (orgs.)
Território e territorialidades – Teorias, processos e conflitos.	Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Spósito (orgs)
Uma Geografia em movimento	Amalia Inês Geraiges de Lemos e Emerson Galvani (orgs.)

4.3.2.4 História

Título	**Autor**
140 anos da Comuna de Paris	Milton Pinheiro
A origem da família, da propriedade privada e do Estado	Friedrich Engels
A rebelião dos marinheiros	Avelino Bioen Capitani
A república guarani	Clovis Lugon
A revolução antes da revolução I – As guerras camponesas na Alemanha; Revolução e contrarrevolução na Alemanha	Friedrich Engels
A revolução antes da revolução II – As lutas de classes na França – de 1848 a 1850; O 18 brumário de Luís Bonarparte; A guerra civil na França	Karl Marx
A revolução permanente	Leon Trotsky
Belo Monte – uma história da guerra de Canudos	José Rivair Macedo e Mário Maestri
História das ideias socialistas no Brasil	Leandro Konder
História do socialismo e das lutas sociais	Max Beer
História militar do Brasil	Nelson Werneck Sodré
O preço do passado (sobre o processo de anistia no Brasil)	Danyelle Nilin Gonçalves
Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram	Marcelo Oikawa
Praças em pé de guerra (sobre o golpe militar)	Paulo Eduardo Castello Parucker
Revolucionários de 35 – sonho e realidade	Marly de Almeida Gomes Vianna
Uma epopeia brasileira – a Coluna Prestes	Anita Leocádia Prestes

4.3.3 Memória

Essa coleção reúne biografias de personagens importantes na história dos movimentos sociais em diversos campos, da literatura até a guerrilha urbana. Como foi visto no capítulo II, Gramsci considerava as biografias muito importantes no processo de formação. Pelos títulos relacionados abaixo, é possível perceber que, um dos critérios de escolha para configurar nessa “coleção”, é o biografado ter contribuído, de alguma forma, para a transformação do “senso comum” na área em que ele atuou, dentro da perspectiva das classes trabalhadoras.

Títulos

Abreu e Lima, general das massas
Anton Makarenko – Vida e obra. A pedagogia na revolução
Antonio Callado e os longes da pátria
Barão de Itararé, herói de três séculos
Carlos, a face oculta de Marighella
Ernesto Guevara, também conhecido como Che
Euclides da Cunha, militante da República
Florestan Fernandes - Vida e obra
Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia
Henfil, o humor subversivo
João Amazonas, um comunista brasileiro
João Cândido, o herói da ralé
João Guimarães Rosa
Jôfre Corrêa Netto, capitão camponês (1921 a 2002)
José Huberto Bronca, da luta sindical ao Araguaia
Lenin – coração e mente
Lenin e a Revolução Russa
Lima Barreto, o rebelde imprescindível
Luiz Carlos Prestes, patriota, revolucionário, comunista
Luiz Gama, o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin
Manoel Bomfim – combate ao racismo, educação popular e democracia racial
Marçal Guarani, a voz que não pode ser esquecida
Mariátegui - Vida e obra
Maurício Grabois, uma vida pelo Brasil

Nelson Werneck Sodré – o general da história e da cultura

Noel Rosa: poeta da vila, cronista do Brasil

Noel Rosa: poeta da vila, cronista do Brasil

O pensamento de Che Guevara

Patativa do Assaré, um poeta cidadão

Paulo Freire – Vida e obra

Pedro Pomar, um comunista militante

Roberto Morena, o militante

Rosa Luxemburgo – Vida e obra

Sandino – Vida e obra

Zequinha Barreto, um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura.

4.3.4 Desenvolvimento crítico

Gramsci compreendia que a revolução passaria por uma transformação cultural, moral e de concepção do mundo e, para construir essa nova visão de mundo, ele insistia na tarefa da formação, da união entre teoria e prática, “já que o discente não é um disco de vitrola, não é um recipiente passivamente mecânico” (GRAMSCI, 2010, p.51).

> A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpertuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatório (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2010, p.49).

Para auxiliar na tarefa de transformar os educandos em pessoas capazes de pensar, estudar e dirigir, os movimentos sociais, entre eles o MST, demandaram, da Editora Expressão Popular, títulos que vão dos clássicos da Sociologia até obras que discutam os temas atuais das Ciências Políticas.

4.3.4.1 Política

Título	Autor
A derrota da dialética	Leandro Konder
A esquerda e o golpe de 64	Dênis de Moraes
A hora obscura - testemunhos da repressão política	Julius Fucik, Henri Alleg e Victor Serge
A teoria marxista hoje	Atilio A. Boron, Javier Amadeo, Sabrina Gonzáles (orgs.)
As tarefas revolucionárias da juventude	Lenin, Fidel e Frei Betto
As três fontes	Vladimir Lenin
Che Guevara – Política	Eder Sader (org.)
Clássicos sobre a revolução brasileira	Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes
Democracia e Revolução	Georges Labica
Gramsci – poder, política e partido	Emir Sader (org.)
Identidade e luta de classes	Ademar Bogo
Introdução ao fascismo	Leandro Konder
Nós e o marxismo	Florestan Fernandes
O marxismo na batalha das ideias	Leandro Konder
O socialismo no século 21 – há vida após o neoliberalismo?	Atílio A. Boron
Organização política e política de quadros	Ademar Bogo
Os desafios das emancipações em um contexto militarizado	Ana Esther Ceceña (org.)|
Partido e Revolução	Marcelo Braz
Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento	Vladimir Lenin
Rosa Luxemburg ou o preço da liberdade	Jörn Schütrumpf (org.)
Teoria da organização política I – escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao	Ademar Bogo (org.)
Teoria da organização política II – escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes	Ademar Bogo (org.)
Teoria da Organização Política III – escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz,Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes	Ademar Bogo (org.)

4.3.4.2 Filosofia

Título	Autor
A ideologia alemã	Karl Marx e Friedrich Engels
Contribuição à crítica da filosofia do	Karl Marx

direito de Hegel. Introdução	
Filosofia da práxis	Adolfo Sánchez Vásquez
Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano.	Karl Marx
Introdução à filosofia de Marx	Sérgio Lessa e Ivo Tonet
Marxismo e alienação	Leandro Konder
O Estruturalismo e a miséria da razão	Carlos Nelson Coutinho
O jovem Marx	Celso Frederico
O papel do indivíduo na história	G. V. Plekhanov
O valor do socialismo	Adolfo Sánchez Vásquez
Para a questão judaica	Karl Marx
Sobre a prática & sobre a contradição	Mao Tse-tung

4.3.4.3 Ciências Sociais

Título	**Autor**
A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels	Ricardo Antunes (org.)
A nova mulher e a moral sexual	Alexandra Kolontai
A organização do trabalho no século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo	Geraldo Augusto Pinto
A usinagem do capital e o desmonte de trabalho – Reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP	Adriano Pereira Santos
Conselhos e democracia – em busca da socialização e da participação	Luciano Cavini Martorano
Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas	Carlos Nelson Coutinho
Florestan Fernandes – sociologia crítica e militante	Adriano Pereira Santos
Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro	Patrícia Vieira Trópia
Imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)	Celso Frederico
Manifesto do Partido Comunista	Karl Marx, F. Engels
O avesso do trabalho I	Ricardo Antunes e Maria Aparecida Moraes Silva (orgs.)
O avesso do trabalho II – Trabalho, precarização e saúde do trabalhador	Edvania Lourenco, Vera Navarro, Iris Bertani, Jose F. S. da Silva e Raquel Sant’ana (orgs.)
O Estado e a revolução	V. I. Lenin
O fetiche da tecnologia – A experiência das fábricas recuperadas	Henrique Tahan Novaes
O trabalho duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do *telemarketing*	Claudia Mazzei Nogueira

Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista	Waldemar Rossi e William J. Gerab
Reforma ou revolução?	Rosa Luxemburgo
Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil	Sávio Cavalcante

4.3.5 Educação

Título	**Autor**
A Escola-Comuna	Moisey M. Pistrak (org.)
Caminhos para a transformação da escola – Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo	Roseli S. Caldart (Org.)
Ensaios sobre consciência e emancipação	Mauro Luís Iasi
Escola e Movimento Social: uma experiência em curso no campo brasileiro	Célia Regina Vendaramini e Ilma Ferreira Machado (org.)
Escola Itinerante – na fronteira de uma nova escola	Isabela Camini
Escola, Estado e contradições sociais	Paulino J. Orso, Sebastião R. Gonçalves e Valci M. Mattos (org.)
Fundamentos da escola do trabalho	M. M. Pistrak
Movimento camponês - Liberdade, autonomia, emancipação: Princípios/fins da formação humana.	Marlene Ribeiro
Pedagogia do Movimento Sem Terra	Roseli Salete Caldart
Universidade e suas fronteiras	Dirceu Benincá (org)

4.3.6 América Latina

A inclusão da América Latina como uma categoria de publicações da Editora Expressão Popular reflete uma característica do MST: a inserção da luta do camponês brasileiro na luta pela terra na história da humanidade e, em especial, na da América Latina. Como será visto adiante, a referência à história, pensadores e lutadores da América Latina, é muito presente nas formações e nas místicas, podendo ser comprovada pelas referências que o **Jornal Sem Terra** faz a esses assuntos desde os primeiros números da publicação, ainda no estágio da organização nacional do movimento.

Apesar de essa seção específica contar com poucos títulos, nas demais, há também referências à América Latina, como as obras sobre Che Guevara em História e Política.

Título	Autor	Sobre a obra
A história me absolverá	Fidel Castro	A defesa de Fidel Castro no julgamento após o ataque ao quartel Moncada.
A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde	Omar Cabezas	Um dos principais relatos sobre a experiência da guerrilha nicaraguense
O direito do Paraguai à soberania. A questão da energia hidrelétrica	Custavo Codas (org.)	Com base em documentação histórica, o livro fundamenta o direito do Paraguai de rever os contratos de Itaipu.
Revolução Mexicana	Rodolfo B. Bastos, Rafael Medina e Marco Antonio Loza	Painel que vai desde o pré-colombiano, passando pela formação do império Asteca e pelo período revolucionário do início do século XX, até a formação social mexicana contemporânea.
Sete ensaios de interpretação da realidade peruana	José Carlos Mariátegui	Uma das principais obras do pensamento marxista latino-americano.

4.4 O Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias

A escola idealizada por Gramsci, vista no segundo tópico deste capítulo, que une os conhecimentos técnicos, formativos e críticos, pode ser encontrada na capacitação que o MST idealizou para os jovens e adultos e é a atual aposta da direção do movimento para multiplicar as novas bandeiras de luta por Reforma Agrária pela sociedade, diante do enfraquecimento dos outros veículos de comunicação.

Gramsci critica a multiplicação de escolas profissionais, que tendem a eternizar as diferenças atuais, ou seja, restringem a camada governante, tecnicamente e politicamente preparada, da massa, que apenas vai se qualificar em sua profissão.

> A tendência democrática não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o ponha, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo (GRAMSCI, 2010,p.50).

Os cursos que fazem parte da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no MST, não se restringem a essa qualificação profissional nem são exclusivamente para suprir a formação em ensino médio. O senso comum, nessa situação, seria pensar que, como se trata de um movimento de trabalhadores rurais, haveria uma necessidade maior de formação técnica que os auxiliem na melhoria da produção, administração das cooperativas, manejo sustentável etc.

Porém, como visto no capítulo anterior, o MST é um movimento social que trabalha a política em todas as situações. Desde sua fase embrionária, nos primeiros acampamentos na Encruzilhada Natalino, quando a organização optou pela publicação de um boletim, passando pelas primeiras organizações no assentamento em Ronda Alta ─ com uma assembleia do povo formada como órgão máximo de decisão ─, até as organizações dos congressos, os encontros de formação, as reuniões cotidianas, todas as situações em que há uma atividade política, lá estão presentes a mística e a dinâmica de núcleos e assembleias. A formação também é vista como uma atividade política

> A concepção acerca do ser humano e sua formação, construída pelo MST e expressa no Projeto Pedagócio (Proped) do Curso, não permite separar ou desvincular a formação dos valores e de uma formação mais ampla do educando, isto é, o perfil profissional não se restringe ao construir um bom professor [o texto se refere ao curso de “normal”, destinado a formar professores de educação básica], o que é imprescindível. Mas do que se trata aqui é, conforme Marx, garantir uma educação de perspectiva omnilateral. Por educação omnilateral compreendemos aquela que considera a totalidade, a integralidade humana, promovendo a formação em suas múltiplas dimensões.
> De modo que o que se compreende como inerente à formação profissional sofrerá um alargamento, incluindo, mas não restringindo, ao domínio específico. Melhor dizendo, este posicionamento, mais do que um alargamento, constitui-se na explicitação dos indissolúveis nexos da educação com a ética e com a política, vinculação esta que a perspectiva burguesa busca esconder. Trata-se, portanto, para o projeto educativo do MST e da classe trabalhadora, tanto de explicitar tais nexos como de pensa-los numa perspectiva coerente com seu projeto educacional e social (CADERNOS DO ITERRA, 2007, p. 47-48).

Entre as diversas formações realizadas pelo MST, esta tese foca naquela que contribui, também, para a política de comunicação do movimento. Pretende-se mostrar que, nessa formação, além da base de orientações marxistas que fundamentam a filosofia e a prática, há a preocupação de tornar os militantes melhor preparados politicamente para compreender o novo patamar de luta em que a

Reforma Agrária encontra-se no Brasil, de forma que eles possam transmitir esses conceitos para a base e para a sociedade.

A partir dessas necessidades, foi concebido um Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio, com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, que formou apenas duas turmas até esta data, infelizmente sem previsão de novas turmas. A última formou-se em 2011, no IEJC. O último encontro presencial dessa turma, já que a formação é realizada em regime de alternância entre a escola e os assentamentos e acampamentos, foi acompanhado *in loco* no instituto de Veranópolis.

Foram entrevistados para esta pesquisa o coordenador do setor de comunicação do MST à época, Miguel Stedile; o coordenador do curso, Tiago Sotili (que também foi aluno da primeira turma); e cinco jovens selecionados pela coordenação, que representam os estados e assentamentos presentes na formação.

O curso tem duração de dois anos e meio, em regime de alternância: parte no Instituto de Educação e parte nos assentamentos da reforma agrária. No total, são 3.200 horas de curso, sendo 2.400h em ensino médio e 800h de formação técnica.

Graças à demanda do MST de ter quadros melhor preparados politicamente e que saibam atuar com comunicação, além da formação dos jovens em ensino médio, dentro da filosofia de não dissociar a formação humanística da formação prática, que dê vínculo para a consciência crítica a partir da experiência no mundo do trabalho, foi criada uma formação profissional dentro das atuações em Comunicação nos assentamentos.

Portanto, o público alvo dessa formação, selecionado entre os diversos assentamentos brasileiros vinculados ao MST, são os jovens que atuavam ou no desenvolvimento cultural ou nas rádios comunitárias, fixas ou sazonais. O objetivo é que esses jovens tornem-se lideranças e comunicadores em suas regiões.

No eixo batizado de Desenvolvimento Cultural, são trabalhadas as atividades que envolvem tanto a organização das místicas – momentos de celebração da luta que, geralmente, acontecem no início de cada encontro político ou formação – quanto as celebrações, noites culturais e apresentações de teatro, uma das formas pensadas pelo coletivo de comunicação para debater determinados temas. Entre os conteúdos que compõem as disciplinas, estão teatro, audiovisual, muralismo e comunicação corporal.

O teatro tem grande importância para o movimento transformar a cultura popular em luta política, como sinaliza o dirigente do MST, Ademar Bogo, em entrevista a Antonio de Menezes Neto.

> O teatro permitiu com maior facilidade e rapidez materializar as ideias, por isso é muito usado ainda hoje nos encontros e nas atividades políticas. O teatro era a possibilidade de movimentar os símbolos, dar-lhes conteúdo, estruturar cenas, demonstrar reações e reinventar o ser humano. [...] Assim, as celebrações eram supridas com as encenações e manifestações culturais. (BOGO *apud* MENEZES NETO, 2012, p. 88).

No eixo Rádios Comunitárias, são ministrados conteúdos referentes à produção de comunicação na rádio (trilhas sonoras, grade de programação, locução, redação) e também conteúdos técnicos para a construção de transmissores, mesas de som, edição em áudio etc. Esse eixo é voltado, principalmente, para criação e desenvolvimento de rádios comunitárias nos acampamentos e assentamentos. De acordo com o coordenador do curso, Tiago Sotili, houve uma oficina sobre a montagem (física) do transmissor da rádio e até noções de como conseguir uma frequência.

O componente técnico do curso EJA tem uma base em Comunicação com bibliografia centrada em autores com concepção marxista de comunicação e cultura, além de material produzido pelo MST. Nessa base, são estudados conceitos de comunicação, música, cultura, audiovisual e memória.

Outro conteúdo importante e ministrado para os dois eixos são as oficinas de muralismo. Nas paredes do IEJC, é possível ver alguns dos murais, como exemplo de utilização desse tipo de instrumento para a comunicação. Na foto abaixo, é reproduzido o poema Elogio ao Aprendizado[8], de Bertold Brecht, frequentemente citado nas místicas como contribuição para a formação da consciência crítica.

---

[8] Elogio do Aprendizado, de Bertold Brecht: Aprenda o mais simples! / Para aqueles cuja hora chegou / Nunca é tarde demais!/ Aprenda o ABC; não basta, mas aprenda! Não desanime! Comece! É preciso saber tudo! / Você tem que assumir o comando! /Aprenda, homem no asilo! / Aprenda, homem na prisão!/ Aprenda, mulher na cozinha! / Aprenda, ancião! / Você tem que assumir o comando! / Freqüente a escola, você que não tem casa! / Adquira conhecimento, você que sente frio!/ Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma./ Você tem que assumir o comando./ Não se envergonhe de perguntar, camarada! / Não se deixe convencer! Veja com seus próprios olhos! /O que não sabe por conta própria, não sabe./ Verifique a conta É você que vai pagar. / Ponha o dedo sobre cada item / Pergunte: o que é isso? / Você tem que assumir o comando.” Bertold Brecht, "Elogio do Aprendizado", in: Poemas 1913-1956, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.121.

Fig. 42. Mural no IEJC. Referência a Brecht. Foto: Alexandre Barbosa

Os educadores são militantes do próprio MST e simpatizantes, entre eles, coletivos que entendem a visão emancipadora da comunicação. Além de levarem os conhecimentos para os respectivos assentamentos e acampamentos, há uma prática de campo. No caso da turma visitada, a prática seria uma visita à Rádio Terra Livre, uma rádio comunitária ligada a assentamentos do MST no sul do país.

Nessa turma, a formatura do curso, no eixo Rádio, consistiria na apresentação sobre os trabalhos dos alunos nas respectivas rádios comunitárias e, no eixo Desenvolvimento Cultural, seria a encenação de uma peça de Augusto Boal.

Entre 22 e 23 de julho de 2011, o autor desta pesquisa esteve no IEJC para acompanhar o último encontro presencial da turma de EJA com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias. Foram entrevistados, com questionários abertos, cinco jovens que faziam o curso dentro do eixo Rádios Comunitárias: Alan Sander de Oliveira Martins, de Minas Gerais; Greisson Isidoro da Silva, de Pernambuco; Maria Aparecida da Souza Machado, de Rondônia; Marciane Fischer, do Rio Grande do Sul; e Iriel Fagundes, de São Paulo. A partir de

questionamentos montados pelo autor desta tese, os jovens militantes do MST expuseram suas opiniões.

Ao fazer o balanço dessas opiniões, verifica-se que o trabalho formativo surtiu efeito na capacidade de análise dos jovens sobre os meios de comunicação da indústria jornalística. Os alunos dessa turma, por exemplo, compreendem que não há imparcialidade na comunicação e que é preciso assumir “o lado dos trabalhadores” na produção da comunicação. Também compreendem que é preciso respeitar a cultura popular dos camponeses quando se idealiza um veículo.

Porém, ainda não é possível detectar se essa formação será suficiente para resolver a ausência de um canal de comunicação com a sociedade, que ainda não apoia o movimento. Por hora, como se verá, a formação atingiu o objetivo de qualificar os quadros para atuar com a própria base, o que seria o primeiro passo nessa direção.

Como foi visto no início deste capítulo, Mario Kaplún (2002, p. 80) apontava que a comunicação educadora precisaria escapar da reprodução do modo de produção da indústria jornalística. Ou seja, a comunicação educadora, baseada no diálogo e não na imposição de conteúdos, por meio de uma reformulação crítica, criaria uma nova forma de fazer comunicação. Pode-se perceber que essa análise crítica foi compreendida pelos jovens educandos, que entendem existir uma “luta de classes” entre a indústria jornalística e a comunicação das classes proletárias.

Para o trabalhador rural Iriel Fagundes, de Itapeva, São Paulo, “A comunicação deve ser livre ao povo e todos podem ter o direito de se comunicar e se expressar, mas mesmo as rádios comunitárias não são livres, pois há restrições do Estado para seu funcionamento. As rádios e tevês comerciais também não são livres, pois nem todos podem expor suas ideias. A comunicação historicamente tem um papel importante de organizar e massificar, ou seja, de organizar para um lado ou para o outro, de forma burguesa, a classe trabalhadora”.

Diante dessa consciência, a interação desses jovens trabalhadores rurais com os veículos da indústria jornalística não é apenas de consumo. O que se percebe é que os que passaram pelo curso desenvolvem outro olhar, muito mais crítico, sobre o que é comunicação. Dessa forma, são capazes de se posicionar diante das informações que recebem dos veículos da indústria jornalística.

Como são trabalhadores rurais, o rádio ainda é o veículo mais utilizado para a informação. Como contraponto, eles acessam os veículos do MST, o **Jornal Sem Terra** e o *site* na internet, principalmente quando precisam produzir conteúdos para os veículos de comunicação em seus assentamentos. Outro veículo utilizado é o jornal **Brasil de Fato**. "Na minha região", afirmou a educanda Maria Aparecida da Souza Machado, de Rondônia, "é muito difícil chegar a mídia televisiva ou outros jornais, então, o que mais lemos é o jornal do Movimento e o **Brasil de Fato**, que também é distribuído lá".

Ao se fazer presente em uma região que a indústria jornalística não atinge com tanta eficácia como nos grandes centros, as publicações do MST ou as afinadas ideologicamente, como o **Brasil de Fato**, podem apresentar as versões dos fatos do ponto de vista ideológico das classes trabalhadoras. Porém, com as dificuldades financeiras para manter veículos impressos, essas mídias acabam sendo utilizadas mais para os momentos de formação. As necessidades mais cotidianas de informação tentariam ser supridas por meio do rádio. Por isso, a educanda estava na formação técnica em rádio comunitária.

Porém, sem o acesso ao *site* do MST para dar subsídios na produção das notícias, fica a cargo desses militantes a seleção e construção do conteúdo veiculado. Daí a importância tanto da formação como da pressão sobre o governo para ampliar o acesso das zonas rurais à internet. O maior acesso à rede não significaria, necessariamente, o maior consumo de notícias dos sites da indústria jornalística, mas contribuiria para a produção de conteúdo das rádios comunitárias, que são mídias que podem acompanhar os trabalhadores no campo, como relata o educando Greisson Isidoro da Silva, de Pernambuco, "O camponês nunca se desaparta de um rádio de pilha. Eu desconheço um trabalhador rural que não escuta a Voz do Brasil, pois os rádios acompanham o trabalhador no campo". Novamente, aqui se pode perceber a importância da figura do comunicador no acampamento e no assentamento que auxilie na multiplicação do olhar crítico sobre os meios de comunicação.

O educando Greisson Isidoro da Silva conta que, na primeira etapa do curso, eles analisaram o espelho do Jornal Nacional, da TV Globo, "Tem violência, depois um apaziguamento da informação, depois uma mistura de informação e, ao final,

quando acaba o telejornal, a gente não lembra mais o que foi passado e isso é enganação do povo".

"Nós não chegamos aqui", relata o educando Alan Sander de Oliveira Martins, de Minas Gerais, "com esse olhar crítico sobre os meios de comunicação, e fomos muito cobrados para termos a análise crítica nos mínimos detalhes. E agora, temos condições de entender quais veículos fazem uma comunicação burguesa".

Um dos paradigmas do jornalismo praticado pela indústria jornalística é o mito da objetividade. Clóvis Rossi, em O que é Jornalismo?, livro adotado no ensino superior brasileiro como bibliografia básica das disciplinas iniciais de técnica jornalística, afirma que a imparcialidade é um mito, mas deve ser perseguida. Para os educandos do IEJC, o que os veículos das classes proletárias deveriam adotar seria, ao contrário, a parcialidade, como relata Alan Sander de Oliveira Martins: "Os veículos têm de tomar um lado. Porque imparcialidade é enganar o povo. Há veículos que a intenção deles está de acordo com o poder vigente na sociedade. Dependendo do momento histórico, um determinado veículo pode ser parcial ou imparcial e isso acaba confundindo a sociedade sobre qual é a informação verdadeira. A gente acaba não entendendo a informação pela suposta imparcialidade."

Alan exemplifica: "O Brasil de Fato tem lá, é da classe trabalhadora; o Jornal dos Sem Terra tem lá, é da classe trabalhadora. A rádio NP é da classe trabalhadora".

Seu colega, Iriel Fagundes, concorda: "Não existe imparcialidade, ou se está de um lado ou se está de outro. Dizem que o Jornal Nacional é imparcial? Quando? Nunca! Não existe imparcialidade".

O educando Greisson Isidoro da Silva completa: "Até porque, quem está fazendo o jornal está de acordo com os interesses de sua classe. O Jornal Sem Terra e Brasil de Fato fazem a discussão para a classe trabalhadora, não para a burguesia. Nas eleições agora, a Folha de S.Paulo admitiu abertamente que está ao lado do Serra e criticou a Dilma. Os jornais devem ser assim, admitir abertamente sua postura". "Quem dera", considerou Alan, "que o camponês lá no campo conseguisse fazer essa análise, mesmo depois de assistir uma novela e [também] para todos os meios de comunicação. Isso é um desafio".

Maria Aparecida da Souza Machado afirma que eles, nos setores responsáveis pela comunicação nos assentamentos e acampamentos, são cobrados pela base quando a crítica ao conteúdo da indústria jornalística, eventualmente, não é feita. “Quando pegamos uma matéria do jornal que critica o movimento, mas que não é verdade, como podemos passar uma matéria dessas? Seríamos cobrados se passássemos uma coisa na rádio enquanto que a realidade é outra. Numa rádio comercial, jamais a matéria seria favorável ao MST se a coordenação da rádio é contra”.

Maria Aparecida faz um programa – que, para o curso, funciona como um “estágio”─ dentro de uma rádio comunitária e afirma que a coordenação lhe deu liberdade para fazer o programa “do meu jeito. E aí fizemos sobre Eldorado dos Carajás, já que ele foi ao ar no dia 16 de abril” (17 de abril é a data em que se celebra a memória desse massacre).

A educanda Marciane Fischer conta sobre a criação do programa Aldeia Global, veiculado na rádio em que ela atua, a Terra Livre, em um grande assentamento no estado do Rio Grande do Sul. A forma como o programa é concebido reforça que os produtores de comunicação no MST têm consciência que a comunicação das classes trabalhadoras não pode, simplesmente, reproduzir os conteúdos da indústria jornalística.

“Na Rádio Terra Livre, dentro do assentamento, criamos as crônicas, que eram opiniões sobre os fatos que aconteciam, fazendo uma comparação entre as abordagens dos veículos [da indústria jornalística e os veículos alternativos]. Nós líamos a mesma notícia publicada no jornal do movimento e no jornal Zero Hora e mostrávamos as duas formas de fazer a notícia. A diferença entre a maneira como a RBS escrevia a notícia e como a gente fazia. E o público ligava pedindo para comentar uma manchete. Usamos essa jogada para o pessoal começar a perceber que eles [indústria jornalística] escondiam muita coisa e colocavam outras que não tinham nada a ver.”

Marciane também relata outro programa feito dentro da rádio, que fazia o contraponto com a indústria jornalística. “Depois, criamos o programa chamado Aldeia Global. Fazíamos ao meio dia, quando chegávamos da lavoura, e dizíamos, ‘aqui você não vai ouvir as notícias como vocês veem na TV’. E conseguíamos tirar muita gente que via o jornal do almoço para ouvir o nosso jornal”.

O MST compreende que o camponês tem com a terra, com a família e com o ambiente, uma relação paralela à sua relação com o que é considerado sagrado. Desde o gesto mais simples, como “agradecer” pela refeição, como o conhecimento popular de respeitar as necessidades do ambiente. O camponês sabe, por exemplo, quanto determinada área de terra suporta uma plantação e, muitas vezes, esse conhecimento foi transmitido de geração em geração com explicações, às vezes, baseadas no sagrado.

A presença desse componente foi importante quando da aproximação com a corrente da Teologia da Libertação por meio da Comissão Pastoral da Terra. A escolha da cruz com estacas e panos brancos para simbolizar a luta nos acampamentos da Encruzilhada Natalino é uma das mostras dessa incorporação da cultura popular do camponês dentro da organização do movimento.

Por isso, os momentos de concentração e de preparo para a conscientização política pedem uma celebração, chamada de mística. As místicas ocorrem no início e no fim de cada momento em que os trabalhadores rurais se encontram. E não é diferente na concepção dos meios de comunicação: também ocorre uma incorporação dos momentos de celebração na elaboração do conteúdo a ser comunicado.

Por exemplo, no período em que estão fazendo o curso dentro do Instituto Josué de Castro, antes mesmo da mística que ocorre logo após o café da manhã, todos os dias, os educandos são “despertados” com um programa radiofônico transmitido por meio de um circuito interno a partir de uma rádio instalada no andar térreo do Instituto.

Fig. 43 Jovens educandos na produção do programa matinal transmitido pela rádio interna do IEJC

O núcleo responsável pelo preparo do café acorda antes das demais equipes e, enquanto a refeição é feita, alguns educandos fazem a locução do programa, uma pequena mística: o locutor dá bom-dia a todos no instituto e toca uma música, geralmente uma composição do próprio movimento ou de algum compositor cuja produção tenha proximidade ideológica.

Após a música, é lido um pequeno texto, que pode ser uma poesia, um pensamento. No dia em que a formação foi acompanhada, o texto escolhido foi o poema Elogio ao Aprendizado, de Bertold Brecht, lido e comentado pelo locutor do programa.

Portanto, quando estão nos assentamentos e acampamentos, os responsáveis pela comunicação também incorporam esses valores na produção da comunicação, como relata Marciane. “A rádio comunitária precisa resgatar os valores humanísticos que estão se perdendo. Ao falar com sua voz, falar com carinho, com os cuidados que é preciso ter com a saúde, com a família, com o cuidado com o próximo, ela é uma mística”.

A consequência dessa incorporação da cultura popular é que o “índice de audiência” da comunicação do MST é medido pelo grau de proximidade que o veículo tenha na vida do camponês e não, necessariamente, pelo número de ouvintes da rádio.

“Para chegar ao ouvinte”, analisa Marciane, “é preciso ter a mística, é preciso valorizar o camponês. É preciso dizer que o camponês é capaz, que ele é importante, que ele precisa produzir e cuidar da terra”.

Seu colega Greisson Isidoro da Silva alerta para o ritmo utilizado na produção de conteúdos. “Numa rádio comercial, há uma quantidade de notícias muito grande, ditas de forma muito rápida. A mística na comunicação deve trazer uma reflexão. Na rádio comunitária, a programação é pensada para o camponês, feita no ritmo dele, para que ele possa acordar bem e trabalhar bem. O camponês tem muito essa coisa de meditar e é preciso respeitar”.

É possível perceber, portanto, um debate contrário ao da indústria jornalística no século XXI. Parte da indústria investe no desenvolvimento de tecnologias e formas de redação que multipliquem a quantidade de informações a serem transmitidas. Incorporam as redes sociais e a dinâmica da velocidade da informação. Nos telejornais, por exemplo, além do formato tradicional do locutor lendo uma quantidade grande de notícias em curto intervalo de tempo, há, ainda, os letreiros com outras manchetes que correm no canto inferior da tela. Em algumas emissoras, como BandNews, há dois letreiros, em cores diferentes, além da informação da temperatura no canto superior. O telespectador, tal qual um hipertexto de uma página *web*, está recebendo até quatro informações ao mesmo tempo. Outra parte da indústria jornalística não se posiciona contra esse modelo, apenas procura incorporar essa quantidade gigantesca de informação em veículos que tentam apurar mais a informação e só o conseguem porque adotam outra periodicidade.

No MST, a informação deve ser trabalhada com a contextualização necessária, como foi visto no capítulo II, e também respeitando o ritmo e relação com a vida do camponês, como os jovens educandos mostraram em seus relatos.

Portanto, como pôde ser comprovado nesta tese, a concepção de comunicação do MST, tanto no atual estágio do **Jornal Sem Terra**, quanto na prática cotidiana dos jovens que atuam com comunicação em seus assentamentos,

está em oposição aos fundamentos do jornalismo liberal burguês, como imparcialidade, periodicidade e preocupação com o factual.

A atual política de comunicação do MST tenta contribuir com o setor de Educação para a elevação da consciência crítica. Nesse processo, o olhar crítico para os meios de comunicação; a compreensão de que a comunicação das classes populares deve assumir uma bandeira e não adotar os mesmos critérios de seleção e construção das notícias da indústria jornalística; a noção de que a luta por terra insere-se nas lutas das classes trabalhadoras; o sentimento de solidariedade com os trabalhadores de outros países, em especial os da América Latina, fazem parte dessa tentativa do MST de fazer a base compreender o novo patamar da luta pela reforma agrária, proporcionado pelo embate com o novo modelo de agronegócio no Brasil.

O desafio do MST, nos próximos anos, é fazer esse discurso chegar à sociedade, em especial àquela que ainda não apoia o MST, da mesma forma que conseguiu mostrar que o latifúndio improdutivo e originado de terras devolutas deveria ser desapropriado para reforma agrária.

Como as tentativas de criar uma revista e de apoiar o projeto do jornal **Brasil de Fato** não deram os frutos esperados, a formação de militantes que, por meio de rádio comunitárias, acesso às redes sociais e criação de outros veículos de comunicação – que vão das peças de teatro nas comunidades às rádios transmitidas pela web – possam multiplicar essas bandeiras entre a sociedade civil é a nova aposta do movimento. O primeiro passo, melhorar a qualificação política e os conhecimentos de comunicação, foi dado com as formações, como a descrita neste capítulo. O Movimento teria de seguir com esses cursos, tanto no nível técnico, como também no ensino básico – nas cirandas e por meio do jornal e site Sem Terrinha ─ e no ensino superior.

Mais do que apoiar a formação de militantes nos cursos regulares de Comunicação, a Escola Nacional Florestan Fernandes poderia pleitear uma formação em ensino superior nos mesmos moldes da formação técnica, em regime de alternância e que mescle a formação política com formação em comunicação. Esses formandos, orgânicos do movimento, seriam multiplicadores nas formações técnicas e também para as crianças do ensino básico.

Este capítulo contextualizou a formação do MST dentro da interface comunicação e educação, partindo da ideia de que a educação pode ser um elemento da formação da consciência crítica que supera a visão imposta pela classe dominante. Essa formação inclui os meios de comunicação na prática pedagógica, o que transformou os meios de comunicação do MST em conteúdos formativos tanto na educação infantil, como na educação básica. O diferencial do movimento foi incluir, nessas práticas, a formação de militantes em comunicação. O salto maior poderia ser a criação de um curso superior nesse campo do conhecimento.

Considerações finais

No cancioneiro da cantora e compositora chilena Violeta Parra, há uma música chamada *Y arriba quemando el sol*, de 1961, que traz o seguinte verso: "*Me volví para Santiago sin comprender el color con que pintan la noticia cuando el pobre dice 'no*'". Esta tese demonstrou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo da sua trajetória, não optou por esperar que a indústria jornalística brasileira tomasse uma posição diferente daquela que criminaliza ou desqualifica os movimentos sociais.

Ao contrário, já nos primeiros momentos do que é considerada sua fase embrionária, no acampamento da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, em 1981, os trabalhadores rurais organizaram, com o auxílio de entidades ligadas à Teologia da Libertação, o primeiro Boletim Informativo para contar à sociedade o que acontecia naquele acampamento, para pedir solidariedade e também para auxiliar na organização dos trabalhadores acampados.

Nesta segunda década do século XXI, em que os movimentos sociais enfrentam desafios colocados tanto pelas políticas neoliberais quanto pelas transformações das tecnologias de comunicação, a importância desta pesquisa está em demonstrar como a comunicação pode ser catalisadora de ações que se proponham a formar politicamente os quadros desses movimentos.

Para o MST, a comunicação é uma ação política que manifesta as respostas do movimento às forças hegemônicas em cada contexto histórico brasileiro, desde os anos 1980. O problema levantado por esta pesquisa foi diagnosticar como as políticas de comunicação desenvolvidas em cada um desses contextos, concretizaram-se em ações que possam ser consideradas contra-hegemônicas.

A hipótese que se comprovou é que a trajetória da política de comunicação do MST pode ser compreendida a partir da análise da história do Movimento, pois essa política vai se adaptando aos diferentes contextos políticos enfrentados pelos trabalhadores rurais entre o início dos anos 80 e a primeira década do século XXI. Em cada estágio, a comunicação, seja por meio de um grupo de simpatizantes encarregados de fazer boletins, seja por um setor da organização que elabora diversas práticas comunicativas, foi "chamada" para colaborar com os projetos políticos do MST.

Para comprovar essa hipótese, a metodologia desta pesquisa partiu do levantamento bibliográfico dos autores que consideram que a comunicação pode ser aliada das classes trabalhadoras e não apenas um instrumento de poder das classes dominantes. Entre eles, destacam-se os escritos de Lenin (2010) e Gramsci (2010), cujas obras auxiliam no diagnóstico dos estágios da política de comunicação do MST.

Lenin defendia a publicação de um jornal dos trabalhadores como um instrumento de intercâmbio de informações essencial para a unificação de uma organização incipiente, como era o MST no início dos anos 80. A partir dos conceitos de hegemonia em Gramsci (2010) a comunicação pode ser considerada um aparelho de contra-hegemonia ao contribuir para a elevação da consciência crítica da classe trabalhadora. Esta pesquisa demonstrou que os meios de comunicação do MST, principalmente os jornais, aos poucos, foram se transformando em conteúdos para os processos de formação política dos militantes.

A análise de 316 edições dos jornais do MST, de 1981 a 2011, que levou em consideração as características formais das publicações e os contextos em que estavam inseridas, além das entrevistas com dirigentes e militantes do movimento, permitiu a montagem do panorama da política de comunicação que pode ser dividida em quatro estágios.

Da fase embrionária até 1984, quando o MST organizou-se nacionalmente, a comunicação, simbolizada no **Boletim Sem Terra**, funcionou como um “fio de prumo” para a organização dos trabalhadores rurais.

Graças à assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição ligada à Igreja Católica e inspirada na Teologia da Libertação, os trabalhadores rurais foram além do antagonismo em relação ao latifundiário, da reivindicação imediata e, aos poucos, foram se aproximando do nível político ao inserir a luta pela terra em um contexto maior, no do conflito entre capital e trabalho.

Nesses primeiros boletins da fase embrionária do MST, foi possível perceber a preocupação em criar uma campanha de solidariedade aos acampados em Ronda Alta, a organização dos acampamentos em núcleos que obedecem a uma “assembleia do povo”, a preocupação em contextualizar a luta nos outros estados, a análise da conjuntura política e econômica do Brasil e a solidariedade com as lutas dos outros povos da América Latina.

Após o encontro de Goiânia, em 1984, quando a própria CPT insistiu que os trabalhadores rurais deveriam organizar um movimento nacional, independente da Igreja, que conduzisse os trabalhadores na luta por reforma agrária e formou-se, oficialmente, o MST, o **Boletim Sem Terra** torna-se o **Jornal Sem Terra,** que continua a exercer o papel de promover o intercâmbio das informações entre os diversos estados e auxiliar na estruturação nacional do Movimento.

Nesse segundo estágio, o jornal funciona como uma "troca de experiências" para os demais movimentos de trabalhadores rurais que existiam no Brasil. Desde então, o MST organizou-se nacionalmente, ampliou seus quadros e passou a atrair, também, os trabalhadores das periferias das cidades, excluídos pela concentração capitalista e que viviam com suas famílias em condições precárias. Nesse processo de crescimento e incorporação de novos atores nos acampamentos do Movimento, ganhou ainda mais importância o processo de formação e elevação da consciência crítica, que também se valeu dos meios de comunicação e da educação.

O crescimento nacional do MST gerou, também, maior acirramento com a indústria jornalística, e veículos como a revista **Veja** publicaram conteúdos que tentavam criminalizar o Movimento. Foi nessa fase que o MST tentou ampliar a comunicação com a sociedade, criando veículos como a **Revista Sem Terra** e o *site* do Movimento, ou mesmo apoiando iniciativas como o jornal **Brasil de Fato**.

Como mostrou o Capítulo II, aos poucos, a partir da segunda metade da década de 1990, a política de comunicação do MST vai se transformando e o **Jornal Sem Terra** torna-se um veículo voltado para a base e, paulatinamente, vai incluindo conteúdos mais voltados para a formação. Além do fato de o Movimento ter de dar conta dos novos atores que se incorporavam aos seus quadros, o contexto político, com a hegemonia do modo de produção capitalista na América Latina, não era favorável aos demais movimentos sociais.

Esses fatores levaram o **Jornal Sem Terra** a aproximar-se do que Antonio Gramsci chamou de Jornalismo Integral, aquele que tem o dever não só de informar, mas também de formar a consciência crítica necessária para a revolução.

O **Jornal Sem Terra**, nos anos 2000, incorpora colunas e editorias que se tornam fixas, como Lutadores do Povo, Estudos e Realidade Brasileira, que trazem textos que não são factuais, mas que podem ser úteis nos processos de formação. Essas editorias se comparam às rubricas classificadas por Gramsci como

necessárias para que os veículos de comunicação auxiliassem no processo de formação crítica: dicionário enciclopédico político-científico-filosófico; biografias; exame crítico-histórico-bibliográfico das situações regionais, entre outras.

O contexto, nos anos 2000, novamente, leva o MST a pensar novas estratégias para sua política de comunicação. Historicamente, o MST apontava, como seu “inimigo”, o latifundiário violento, “proprietário” de terras de origem duvidosa, muitas vezes por meios como grilagem, invasão de reservas indígenas ou ambientais. Fazer a terra cumprir seu papel social definido na Constituição foi o lema do MST durante os anos 80 e 90 e, nessa tarefa, ele era perseguido ou por milícias particulares de jagunços a serviço dos latifundiários ou pelas polícias a serviço de governos ligados politicamente ao latifúndio.

Esse embate foi explicado para a base do movimento, que soube reagir com criatividade a esse confronto, criando até músicas e peças de teatro para ilustrar essa luta de classes. E, para a sociedade civil, era uma luta cuja bandeira era de fácil explicação. O MST soube crescer e tornar-se conhecido nacionalmente nessa fase.

Com a chegada das transnacionais ao campo e a maciça incorporação da produção agrícola no mercado interancional das *commodities*, o velho latifundiário violento passou a ser combatido também pelo agronegócio, que não se interessa em terras improdutivas à espera da especulação financeira. O agronegócio chegou ao campo brasileiro com toda a lógica produtiva capitalista, de aumento da produção em larga escala, mecanização, flexibilização das leis trabalhistas, uso de sementes transgênicas e outras tecnologias agrícolas usadas sob patente. Mas, ao mesmo tempo, chegou com um discurso modernizante, com endosso do governo, de setor responsável pelo desenvolvimento do país e pela entrada de divisas tão necessárias para as políticas econômicas.

O MST opõe-se radicalmente ao agronegócio, por aumentar a exploração e exclusão no campo, por dar prioridade à produção de *commodities*, como soja, celulose e etanol, e diminuir as áreas de produção de alimentos, por aumentar a dependência econômica, política e tecnológica do país pelo uso de insumos agrícolas que são patenteados nos países de origem das transnacionais. Além disso, a lógica do agronegócio afasta as regiões produtoras das metrópoles, o que

impacta no sistema de transporte. E, por fim, as monoculturas com produção em escala contribuem na degradação do solo.

Porém, ao contrário do velho latifundiário violento, o embate com o agronegócio não é de fácil explicação nem para a base nem, muito menos, para a sociedade, graças a esse discurso de modernização. O MST, no início da segunda década do século XXI, não luta apenas pela Reforma Agrária clássica, mas, também, por uma mudança da política agrária brasileira, o que passa pelos temas da agricultura sustentável e pela soberania alimentar: uma agricultura camponesa voltada para a produção de alimentos, desvinculada dos preços internacionais das *commodities*.

Esse novo patamar da luta do MST levou-o a pensar em novos canais de comunicação com a sociedade e a tornar o **Jornal Sem Terra** um instrumento para a formação da base. Os canais de comunicação impressos não tiveram sucesso. A **Revista Sem Terra** foi descontinuada por falta de viabilidade financeira e o jornal **Brasil de Fato**, também por dificuldades financeiras e por não ter sido encampado pelo conjunto das forças de esquerda, não teve o alcance esperado.

O **Jornal Sem Terra**, agora um veículo voltado para a formação da base, utiliza novo modo de produção jornalística, em que o índice de audiência não é o fator determinante para a seleção de uma pauta, nem o lide da reportagem é utilizado para emprestar uma falsa sensação de objetividade. Pelo contrário, os critérios de noticiabilidade, desde a seleção das notícias, passando pela escolha das fontes, até a construção das notícias do **Jornal Sem Terra,** não só explicitam a opção ideológica da publicação como estão “a serviço” de um objetivo maior, que é o da formação dos militantes.

Em paralelo a essa ressignificação do fazer jornalístico do seu jornal e na busca por um novo canal de comunicação com a sociedade, o MST entendeu ser necessária uma nova formação dos militantes envolvidos nas tarefas ligadas à comunicação. E essa foi uma das revoluções que o MST fez: além de criar seus próprios meios de comunicação (o que já é um grande salto nas políticas dos movimentos sociais), o Movimento, no quarto estágio da sua política de comunicação, também organizou a formação dos quadros para construir uma nova forma de fazer comunicação, além de apoiar a Editora Expressão Popular, que edita os títulos necessários para essas formações.

Pode-se dizer que a pedagogia que o MST utiliza nestas formações em comunicação é a educação com ênfase nos processos, proposta por Mario Kaplún como modelo mais adequado para os movimentos sociais que desejem recuperar o sentido original da palavra comunicar. Para Kaplún, comunicar está na base da comunidade, da comunhão e, mais do que uma questão semântica, adotar esse sentido de comunicação é questão social e política e deveria ser reivindicação dos setores dominados e excluídos pela indústria jornalística.

Entre essas formações, está o curso de Formação de Jovens e Adultos com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, cuja turma que se formou em 2011 foi entrevistada para esta pesquisa. A formação em comunicação do MST também emprega o conceito de escola unitária de Gramsci, ao unir, no projeto pedagógico, o trabalho e a formação humanística.

Os jovens participantes dessa formação dividem-se em brigadas para cuidar do cotidiano do Instituto de Formação Josué de Castro (onde a parte presencial da formação acontece), o que envolve até a programação de uma rádio interna. Como também mostrou Kaplún, nesse processo educativo, a reflexão parte da ação, da prática cotidiana e propõe uma nova ação transformadora.

Como o MST propõe uma nova sociedade, essa prática educativa também propõe a formação de um novo homem, de uma nova consciência, que supera as constatações imediatas e desenvolve a capacidade de construir relações, o que eleva a consciência crítica. Os jovens entrevistados para esta pesquisa mostraram que chegaram a esse nível de consciência ao criticarem o conceito de objetividade da indústria jornalística e defenderem uma comunicação engajada, que mostre claramente qual o lado que defende.

Apenas duas turmas desse curso foram formadas e, até a conclusão desta pesquisa, não havia a previsão de outras. Se o objetivo é ter multiplicadores das novas bandeiras de luta do Movimento pela sociedade, o primeiro passo, que é qualificação política dos militantes e aprimoramento dos conhecimentos em comunicação, foi dado. Como mostrou Kaplún, uma nova comunicação educadora não pode reproduzir a mesma lógica de produção da indústria jornalística. E os jovens formandos pareciam ter consciência dessa necessidade.

Como pôde ser visto nas entrevistas reproduzidas no Capítulo III, os educandos do curso de Qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e

Rádios Comunitárias mostram que seguem o poema de Bertold Brecht, tão utilizado por eles em diversas situações.

> Aprenda o mais simples! / Para aqueles cuja hora chegou / Nunca é tarde demais!/ Aprenda o ABC; não basta, mas aprenda! Não desanime! Comece! É preciso saber tudo! / Você tem que assumir o comando! /Aprenda, homem no asilo! / Aprenda, homem na prisão!/ Aprenda, mulher na cozinha! / Aprenda, ancião! / Você tem que assumir o comando! / Freqüente a escola, você que não tem casa! / Adquira conhecimento, você que sente frio!/ Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma./ Você tem que assumir o comando./ Não se envergonhe de perguntar, camarada! / Não se deixe convencer! Veja com seus próprios olhos! /O que não sabe por conta própria, não sabe./ Verifique a conta É você que vai pagar. / Ponha o dedo sobre cada item / Pergunte: o que é isso? / Você tem que assumir o comando. (BRECHT, "Elogio do Aprendizado", 1986, p.121).

Porém, para que as bandeiras do MST possam ganhar mais visibilidade além dos acampamentos e assentamentos, essas formações poderiam ser ampliadas, e não apenas no nível técnico, mas também nos ensinos básico e superior.

No ensino básico, com o uso do jornal e do *site* das **Crianças Sem Terrinha,** já há uma interessante atividade de análise crítica dos meios de comunicação, de estudo das referências políticas e de aproximação com as classes trabalhadoras dos demais países latino-americanos.

No ensino superior, no entanto, não basta o incentivo à formação de militantes nos cursos regulares de Jornalismo das universidades brasileiras. Seria interessante que se promovesse, por meio da Escola Nacional Florestan Fernandes, por exemplo, um curso superior de comunicação popular, nos mesmos moldes da formação técnica de Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, porém com as especificidades de uma formação superior, com a possibilidade de formar professores, orgânicos ao movimento, para multiplicar ainda mais as formações técnicas e também as de ensino básico.

O curso poderia ser oferecido em regime de alternância e poderia adaptar as teorias da comunicação, do jornalismo e as técnicas de reportagem e redação para as necessidades das classes proletárias.

Uma das *expertises* necessárias para esse curso, o MST já desenvolveu, que é a capacidade de fazer a produção jornalística ser compreendida pelos camponeses e também pelos trabalhadores das periferias que se incorporavam ao movimento. A forma que o Movimento encontrou para dar conta dessas duas

necessidades foi a integração da cultura do camponês às atividades de comunicação e de educação.

Entre os elementos da cultura popular, estão o respeito à terra, às tradições culturais e à religiosidade do homem do campo, o que se pode comprovar pelo uso, em vídeos produzidos pelo Movimento nos últimos dez anos, de expressões como “terra prometida” e “Deus criou a terra para todos e ninguém pode ser dono dela” .

O MST, hoje, está mais distante dessa influência religiosa, mas esta simbiose entre tradições culturais, religião (com a leitura proposta pela Teologia da Libertação) e marxismo transformou as celebrações, realizadas pela CPT ainda na fase embrionária do Movimento, em rituais para reflexão e inspiração dos militantes, como foi visto nos capítulos I e III. Esses rituais unem poesia, música e teatro e valorizam personagens socialistas e das lutas sociais na América Latina. Expressões como “Che, Zumbi, Antonio Conselheiro, na luta por Justiça Somos Todos Companheiros”, utilizadas como palavras de ordem nas ações do MST, dão uma visão de como funciona esse processo. Esta tese compartilha da visão do professor Antonio Julio de Menezes Neto, que entende que o MST soube “recriar-se” ao longo de sua trajetória, mesclando a herança religiosa e o marxismo nas suas formas de fazer política e isso ajudaria a explicar como seguiu sendo um movimento social vigoroso, mesmo em momentos de repressão ou de crises dos partidos de esquerda.

Portanto, pode-se concluir que a atual política de comunicação do MST considera que para que os meios de comunicação sejam instrumentos de elevação da consciência crítica dos militantes e dos trabalhadores da base, é necessária uma prática pedagógica, uma comunicação educadora, que parta da prática cotidiana para chegar a uma ação transformadora, como entendiam tanto Gramsci como também Mario Kaplún. Essas ações são incorporadas à cultura popular dos trabalhadores rurais em rituais que unem dramatizações e músicas como forma de reflexão e incentivo para a luta, ou seja, a mística é incorporada também na produção da comunicação.

A consequência dessa política de comunicação é que as lutas populares, os movimentos sociais, a cultura e a memória da América Latina, normalmente excluídos ou desqualificados pela indústria jornalística, ganham não só destaque

nos meios de comunicação do MST como são elementos de muita importância nas formações e nos rituais das místicas.

Nos veículos de comunicação, nas formações e na mística do MST, as lutas populares da América Latina parecem fazer a vingança prometida no poema do uruguaio Mario Benedetti, *Padre Nuestro Latinoamericano*

> [..] ya que nos quedan pocas esperanzas y deudas / perdónanos si puedes nuestras deudas / pero no nos perdones la esperanza / [...] a más tardar mañana saldremos a cobrar a los fallutos tangibles y sonrientes forajidos / a los que tienen garras para el arpa / y un panamericano temblor con que se enjugan la última escupida que cuelga de su rostro / [..] todavía nos deben como un siglo de insomnios y garrote / como tres mil kilómetros de injurias / como veinte medallas a Somoza / como una sola Guatemala muerta. / No nos dejes caer en la tentación de olvidar o vender este pasado / o arrendar una sola hectárea de su olvido. / Ahora que es la hora de saber quiénes somos y han de cruzar el río el dólar y el amor contrarrembolso / arráncanos del alma el último mendigo y líbranos de todo mal de conciencia / Amén!

A América Latina sofreu por mais de quinhentos anos com invasões, explorações e traições (para usar a figura de Pablo Neruda em seu **Canto Geral**). Porém, o que fizeram a indústria jornalística, a historiografia oficial e a pedagogia das elites centrada na história dos “vencedores”, ao “apagar” ou “favorecer o equecimento” das lutas das classes populares, foi, da mesma forma, um massacre, como caracterizou o líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), Subcomandante Marcos, no comunicado *Todos somos mexicanos*, de 17 de março de 1995, ao afirmar: “porque morrer não dói, o que dói é o esquecimento”.

Ao colocar as lutas, as histórias, a cultura popular e as tradições culturais da América Latina como norte de suas ações, o MST contribui para aplacar a dor desse massacre, livrar do mal de consciência seus militantes e apoiadores e manter a esperança dos movimentos sociais latino-americanos.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, Alexandre. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Edições Pulsar: Xamã, 2009.

BENEDETTI, Mario. ***Un Padre Nuestro Latinoamericano***. Disponível em <http://www.poemas-del-alma.com/mario-benedetti.htm >. Acesso em 11. Jun.13.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BOGO, Ademar. Hino do Movimento Sem Terra. Intérprete: Coral da USP. In: **ARTE EM MOVIMENTO**. São Paulo: Estúdio Mickael Brasil Rural, Ano 2002– 32 canais, digital, 1 CD,Faixa 20.

BOSI, Eclea. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL DE FATO. <disponível em www.brasildefato.com.br>. Acesso em 30 mar 13.

BRECHT, Bertold. *Elogio do Aprendizado*, in: **Poemas 1913-1956**, São Paulo, Brasiliense, 1986,

CABRAL DONEDA, Luciana . **Il giornalismo secondo Gramsci**, in Critica Marxista (Roma), 2004, n.4, p. 62-75.

CADERNOS DO ITERRA. **O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional**. Ano VII. Número 13. Veranópolis, setembro de 2007.

CADERNOS DO ITERRA. **Instituto de Educação Josué de Castro: Curso Normal – Projeto Pedagógico**. Ano IV. Número 10. Veranópolis, dezembro de 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Sem Terra, com poesia**: a arte de re-criar a história. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAMPOS, Claudia de Arruda; FREDERICO, Enid Yatsuda; GALVÃO, Walnice N. & REIS, Zenir C. (orgs.). **Vozes da Ficção**: narrativas do mundo do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COSTA, Ricardo. **Gramsci e o conceito de hegemonia**. Cadernos do ICP no. 1. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.

CECEÑA, Ana Esther (org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. 1ª.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

COUTINHO, Carlos Nélson. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: AUPHIB, 1980.

_____. **Cultura e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Carlos Nélson & NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.) **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo.2013. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>Acesso em 16.07.2013

EBC. <agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em 26 abr 13

EDITORA ABRIL. **Manual de Estilo da Editora Abril**. São Paulo:Ed.Abril, 1990

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR. Catálogo. <.http://editora.expressaopopular.com.br> Acesso em 14 abr 2012.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro : formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999).** 1999. 316f. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth (org). **Cultura e Comunicação: perspectivas para a América Latina**. São Paulo: CELACC/ECA, 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**: 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Comunicação e resistência na imprensa proletária**. Tese de Livre-docência na Especialidade Cultura Brasileira. São Paulo, 1990. Escola de Comunicação e Artes (ECA) – Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Maria Nazareth. (Org). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. São Paulo: CELACC:ECA, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Globalização e identidade cultural na América Latina**: a cultura subalterna frente ao neoliberalismo. São Paulo: CEBELA, 1995.

FERREIRA, Jairo & VIZER, Eduardo. **Mídia e movimentos sociais:** Linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2008.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984).** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação: diálogos**. Volume II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS. Ricardo (org.). **Mídia alternativa**: estratégias e desafios para a comunicação hegemônica. Ilhéus, Bahia: Editora da UESC, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Os cristãos e a questão da terra**. São Paulo: FTD, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____ **Cadernos do Cárcere**. Vol. 6. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogía de la Comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003.

LEÓN, Osvaldo (org.). **Movimientos Sociales y Comunicación**. Quito: ALAI, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. Trad. Marcelo Braz. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Venício Artur. **Liberdade de expressão e liberdade de imprensa**: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher, 2010.

LÖWY, Michael. **Mística Revolucionária**. In: Estudos Avançados. Vol. 19, n. 55, São Paulo, setembro-dezembro, 2005.

LUKÁCS, George. **Sociología de la Literatura**. Ed. Península, 1968.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. **A ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MORAES, Denis.de. **Vozes abertas da América Latina**: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2011.

_____. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular,2001.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **Brasil de fato: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo**. 2009. 185f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **BOLETIM SEM TERRA.** Porto Alegre. Números 01-35, maio/1981-abril/1984.

_____. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 06 jan. 2012.

_____. **JORNAL SEM TERRA.** Porto Alegre /São Paulo. Números 36-316, julho/1984-dezembro/2011.

_____. **JORNAL DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA.** São Paulo. Números 01-24, outubro/2007-fevereiro/2011.

_____. **MST: Lutas e Conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVEU, Erik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OINEGUE, Eduardo. Sem Terra e Sem lei. **Revista Veja.** São Paulo: Editora Abril, ed. 1648, p.42-48, 10 de maio de 2000.

PAIVA, Raquel & BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e Cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIERNES, Guillermo. **Comunicação e desintegração na América Latina**. Brasília: Editora da Unb, 1990.

PINTO, Zé. Aqui já niguém chora mais. Intérprete: Zé Gerado. In: **ARTE EM MOVIMENTO**. São Paulo: Estúdio Mickael Brasil Rural,Ano 2002– 32 canais, digital, 1 CD,Faixa 5.

PRATES, Protásio; TUCA. Candelária. Intérprete: Protássio Prates. In: **ARTE EM MOVIMENTO**. São Paulo: Estúdio Mickael Brasil Rural, Ano 2002– 32 canais, digital, 1 CD,Faixa 16.

RAMOS, Murilo César & SANTOS, Suzy dos. (Orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

REVISTA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1997-2010, Bimestral. ISSN 0028-0836.

RODRIGUES, Marlon. Jornal sem Terra: circulação e Uso. **Web-Revista Sociodialeto**. <Disponível em http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/3/19042011083749.pdf>, Mato Grosso do Sul, p.1-38, v.1, n.1, julho, 2010.

SADER, Emir (org). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina:** Perspectivas desde una espistemología del Sur. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad de los Andes, Siglo Veintiuno Editores, 2010.

_____. **Una epistemologia del sur**: la reinvención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI/CLACSO, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Sérgio de. Revolução desarmada. **REVISTA CAROS AMIGOS**, São Paulo, nº6, outubro de 2000.Editorial.Edição Especial.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. Volume 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística. Florianópolis, Insular, 2005.

VARGAS NETTO, Sebastiao Leal Ferreira. **A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-112052/>. Acesso em: 05-01-2012.

VENANCIO, Rafael Durante Oliveira. **Lenin e o Jornalismo Soviético**. São Paulo: Baraúna, 2010.

VIA CAMPESINA. **Carta de Maputo : V Conferencia Internacional de la Vía Campesina**. Disponível em <http://www.viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina> Acesso em 30 mar 13.

Depoimentos

Alan Sander de Oliveira Martins, militante do MST de Minas Gerais, educando da segunda turma do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Rádios Comunitárias, em 22 de julho de 2011.

Ana Musolino, militante argentina de movimentos sociais, aluna da Escola Nacional Florestan Fernandes, em 26 de novembro de 2007.

Greisson Isidoro da Silva, militante do MST de Pernambuco, educando da segunda turma do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Rádios Comunitárias, em 22 de julho de 2011.

Iriel Fagundes, militante do MST de São Paulo, educando da segunda turma do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Rádios Comunitárias, em 22 de julho de 2011.

Igor Felipe, editor do Jornal Brasil de Fato, em 24 de fevereiro de 2012.

Marciane Fischer, militante do MST do Rio Grande do Sul, educanda da segunda turma do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Rádios Comunitárias, em 22 de julho de 2011.

Maria Aparecida da Souza Machado, militante do MST de Rondônia, educanda da segunda turma do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Rádios Comunitárias, em 22 de julho de 2011.

Neuri Rosseto, integrante da Direção Nacional do MST, em 14 de março de 2013.

Tiago Sotilli, militante do MST do Rio Grande do Sul, coordenador do Curso de Educação de Jovens e Adultos em nível médio com qualificação em Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádios Comunitárias, em 22 de julho de 2011.